



Nós Globais

Investigações em curso sobre
Questões da Globalização

Pedro Abrantes e Elsa Lechner
Coordenação

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2022

COLEÇÃO
DE **ESTUDOS**
— GLOBAIS
Compreender a Globalização

**COLEÇÃO
DE ESTUDOS
GLOBAIS**

Compreender a Globalização

DIREÇÃO DE

Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

COMISSÃO CIENTÍFICA CONSULTIVA INTERNACIONAL

Anabela Pereira (Universidade de Aveiro)
Annabela Rita (Universidade de Lisboa)
António Araújo (Universidade de Lisboa)
Arlindo Oliveira (Universidade de Lisboa)
Carlos Borrego (Universidade de Aveiro)
Carlos F. Clamote Carreto (Universidade Nova de Lisboa)
Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)
Celso João Carminati (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Christine Vogel (Universität Vechta)
Delfim Leão (Universidade de Coimbra)
Edgard Leite (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Fabrice d'Almeida (Université Paris II – Panthéon-Assas)
Fernando Alberto Torres Moreira (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Jacinto Jardim (Universidade Aberta)
José António Porfírio (Universidade Aberta)
José Ignacio Ruiz Rodríguez (Universidad de Alcalá de Henares)
José Maria Silva Rosa (Universidade da Beira Interior)
Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro)
Luísa Paolinelli (Universidade da Madeira)
Luiz Eduardo Oliveira (Universidade Federal de Sergipe)
Marco Daniel Duarte (Universidade Aberta)
Maria Manuel Baptista (Universidade de Aveiro)
Mariagrazia Russo (Università degli Studi Internazionali di Roma)
Norberto Dallabrida (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Onésimo Teotónio Almeida (Brown University)
Paulo Ferreira da Cunha (Supremo Tribunal de Justiça)
Paulo Mendes Pinto (Universidade Lusófona)
Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales)
Rogério Luiz Klaumann de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina)
Stephen Croucher (University of New Zealand)
Tania Martuscelli (University of Colorado Boulder)
Teresa Pinheiro (Technische Universität Chemnitz)
Valérie Devillard (Université Paris II – Panthéon-Assas)
Viriato Soromenho-Marques (Universidade de Lisboa)

Nós Globais

Investigações em curso sobre
Questões da Globalização

Pedro Abrantes e Elsa Lechner
Coordenação

EDIÇÃO Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc | Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO Pedro Abrantes e Elsa Lechner

COORDENAÇÃO EDITORIAL Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA Carolina Grilo

REVISÃO Milene Alves (coord.), Carlos Serra, Marta Marecos Duarte e Timóteo Cavaco

TRADUÇÃO Timóteo Cavaco

FOTOGRAFIA DA CAPA Maxwell Ingham, via Unsplash.com

ISBN 978-989-26-2409-9

ISBN DIGITAL 978-989-26-2410-5

DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5>

DEPÓSITO LEGAL -

APOIO EDITORIAL E DISTRIBUIÇÃO Theya Editores – CEG-CIPSH-UAb

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA

Rua Ladislau Patrício, 8, 1.º A | 1750-136 Lisboa | (00351) 969 977 702

theyaeditores@gmail.com | <http://theya-ed.org/>

Centro de Estudos Globais / Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta – CEG-CIPSH-UAb

Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 147 | 1269-001 Lisboa

ceg.estudosglobais@uab.pt | <https://sites.uab.pt/ceg/>

As imagens publicadas na presente obra foram cedidas pelos autores dos textos que a compõem, que se responsabilizam exclusivamente pelas mesmas.

Coleção promovida em parceria com o DEG – Programa de Doutoramento em Estudos Globais/CEG/UAb e com a Fundação Calouste Gulbenkian, e em associação com a Theya Editores do IECCPMA.

COLEÇÃO DE ESTUDOS GLOBAIS

DIREÇÃO DE Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

© DEZEMBRO 2022, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nós Globais: Investigações em curso sobre Questões da Globalização / coordenação Pedro Abrantes e Elsa Lechner

ISBN – 978-989-26-2409-9 (ed. impressa);

ISBN – 978-989-26-2410-5 (ed. eletrónica)

I – ABRANTES, Pedro

II – LECHNER, Elsa

Sumário

Introdução: O que é fazer investigação em estudos globais?	7
Pedro Abrantes e Elsa Lechner	
Egiptologia versus egiptomania:	
Em torno do conhecimento global sobre o antigo Egito	23
José das Candeias Sales e Susana Mota	
O turismo da Madeira no processo da globalização:	
Relevância, contributos e evolução	49
João Manuel de Lemos Baptista, Jacinto Jardim e Cláudia Ribeiro de Almeida	
Metodologia para a análise da precariedade laboral	
dos jovens: O caso espanhol	71
Juan Carlos Solano Lucas, Marcos Bote, Juan Antonio Clemente Soler, José Ángel Martínez-López e Lola Frutos Balibrea	
Investigar processos de globalização em educação:	
Desafios para a prática de pesquisa	111
Anne Schippling	
A linguagem cinematográfica no processo de globalização	125
Susana Ornelas	
A globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável	145
Jorge Trindade e Pedro Pinto Santos	
População em situação de rua no Brasil e no mundo:	
Invisíveis ou indesejáveis?	171
Ana Tojal	
A dimensão cultural da globalização	197
Ana Catarina Mesquita	
Os movimentos antigénero: A globalização de uma ameaça contra a igualdade e a democracia	211
Mar Venegas	

Introdução

O que é fazer investigação em estudos globais?

Pedro Abrantes

Elsa Lechner

https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_0

In lak'hesh. Hala k'in.

[Eu sou outro tu. Tu és outro eu.]

Saudação nas comunidades maias

Os estudos globais constituem um campo em franca expansão. Não se pode dizer que sejam algo de novo. Ainda hoje nos surpreende como, já em tempos distantes, aventureiros e pensadores circulavam por caminhos inóspitos e longínquos, perseguiram registos detalhados sobre povos, épocas e lugares remotos que utilizavam para elaborar um entendimento sobre o mundo. A ciência surgiu com essa vocação global, procurando formular leis universais, mas também compreender as experiências humanas, na sua diversidade.

A modernidade é indissociável da dupla afirmação dos estados-nação e da ciência, em simultâneo. Tal processo conduziu, em grande medida, ao desenvolvimento de comunidades científicas nacionalizadas e hiperespecializadas, fragmentadas em territórios, disciplinas, grupos, objetos de investigação. Ora, cada vez mais se observa que esse duplo estreitamento, político-administrativo e disciplinar, tendo virtudes na aproximação sistemática e operativa ao real, comporta também limitações quando lidamos com os grandes desafios que se colocam, hoje, não apenas no plano do conhecimento, mas em todos os planos da nossa existência individual e coletiva.

Vivemos, pois, um tempo fervilhante, pleno de oportunidades e desafios. Em resultado de uma intensificação e aceleração sem precedentes da circulação de bens, pessoas, capitais e informação, temos hoje acesso a recursos e experiências inimagináveis há poucas décadas. Em segundos, estabelecemos conexões e resolvemos problemas ou necessidades que, há pouco tempo, de-

moravam meses ou anos para serem solucionados. Criamos novos problemas e necessidades com os quais nem sonhávamos. Tal facto tem revolucionado também o trabalho académico e a investigação científica. Todavia, esse movimento não deixa de colocar em causa o nosso pensamento e conhecimento, as nossas relações uns com os outros, a relação entre sociedade e natureza, as bases sobre as quais assentam as nossas vidas. Um enorme esforço de observação, interpretação, (re)contextualização e interação é, então, fundamental, para não sermos devorados por visões limitadas e excludentes.

Fenómenos extremamente complexos, como a digitalização, as mudanças climáticas, as migrações em massa, as pandemias, as guerras, o terrorismo ou a pobreza extrema, entre outros, não se confinam em fronteiras nacionais e disciplinares, constituindo verdadeiras ameaças à vida na Terra em toda a sua pluralidade. A nossa compreensão desses processos e a capacidade de agência perante esses problemas apenas são possíveis quando o nosso pensamento e ação adquirem, simultaneamente, uma perspetiva interdisciplinar e uma escala potencialmente mundial que não descure a compreensão e análise inter-escalas (macro, meso, micro) e inter-temporalidades dos fenómenos em causa. As mudanças avassaladoras que marcam o tempo presente permitem (exigem?) que os estudos globais se consolidem e se aprofundem, nas fronteiras do conhecimento e da ação humana, no sentido também do interconhecimento entre diferentes experiências e visões do mundo. É esse o *momentum* dos estudos globais, necessariamente interligados aos conhecimentos e práticas locais com revisitação da história do planeta e das relações entre povos.

Na linha de José Eduardo Franco e João Relvão Caetano, podemos então dizer que

Assistimos [...] ao rompimento progressivo do método nacionalista de ler a organização e o funcionamento do mundo, que se afirmou nos últimos 500 anos, e cada vez mais tudo começa a ser interpretado em perspetiva global, à luz dos intercâmbios, das inter-relações, das interinfluências e das interfecundações decorrentes da aproximação entre povos e culturas de todos os cantos do planeta Terra. (Franco & Caetano, 2020: 7)

Na esteira de Pieterse (2013), os estudos globais podem ser entendidos como uma área de estudos interdisciplinares sobre a globalização, procurando dar resposta a uma intensificação das relações, fenómenos e instituições que rasgam as fronteiras nacionais e regionais, dando origem a novas configurações, oportunidades e também

riscos. Como sublinha o mesmo autor, esta área procura, também, distinguir-se de uma primeira vaga de estudos sobre a globalização – ainda ancorada a matrizes disciplinares, nacionais ou regionais –, desenvolvendo perspectivas e análises efetivamente *globais*, no modo como as próprias investigações são concebidas, desde a definição do objeto de estudo e das perguntas de partida, às diferentes teorias, métodos e dados utilizados na construção do conhecimento.

O olhar panorâmico dos estudos globais assim entendidos articula-se, pois, com as tendências e experiências do mundo atual, que são, elas mesmas, potencialmente globalizantes, mas simultaneamente reveladoras das desigualdades estruturais existentes entre zonas do globo e populações. Dois exemplos paradigmáticos dos nossos dias são as novas tecnologias e a pandemia. Os seus alcances são igualmente extensos, mas os seus usos e impactos são desiguais. As tecnologias digitais dominam a comunicação no ciberespaço, aproximando geografias longínquas no instante de um clique, mas o acesso a tais tecnologias e a literacia digital não são os mesmos para todos os habitantes do planeta. De modo semelhante, se a pandemia atinge potencialmente e de igual forma toda a gente, os seus impactos coletivos são sentidos de maneiras muito diferentes, em função da organização social e política dos diversos países, mais ou menos preparados para enfrentar a situação. A conceção desse fenómeno global que é a pandemia pode variar consoante as ideologias, desafiando inclusivamente os paradigmas de compreensão racional e científica de uma doença viral.

Se a globalização se confundiu com um futuro radioso em determinada época do século passado, ao chegar o novo milénio, a ilusão esmoreceu. Hoje, o conceito reúne múltiplas definições e tendências menos celebratórias, que denotam a clara necessidade de olharmos para a complexidade das experiências do mundo, as interações contraditórias entre *globalizadores* e *globalizados* (Santos, 2001), e a importância dos contextos e das dinâmicas globais. Numa análise não binária e não hierarquizada do global e do local, defendem Renato Carmo *et al.* que,

tal como reforçamos a ideia de que o global não deve ser entendido como uma entidade formatadora que impõe um determinado molde à vida local, do mesmo modo se percebe que a localização das práticas, identidades e tradições locais não poderá ser meramente encarada como uma exemplar vitória face à potência aniquiladora. (Carmo *et al.*, 2008: 341)

Uma visão menos continental e mais “arquipelágica” das dialéticas globais parece mais realista nos tempos de hoje, como até também numa revisitação do

passado e da história, se pensarmos de novo com olhares comparados e efetivamente globais. A *posicionalidade* de quem olha e de quem analisa determina aquilo que vê e relata, assim como a *posicionalidade* de quem aporta em terras distantes (em caravelas imperiais de outrora ou em botes de borracha atuais, sem qualquer chancela institucional) traduz narrativas diferentes sobre o habitar a Terra. São explorações do mundo diferentes, tanto no sentido da procura e imposição de poder político, económico e do poder-ser, como do confronto visível e mediatizado de visões dos fenómenos e relações entre sujeitos sociais que são hoje, potencialmente – como não eram tod@s no passado –, cidadãos e cidadãs do mundo. Os migrantes e refugiados, por exemplo, são sujeitos que veem negados direitos fundamentais e humanos debaixo dos holofotes de câmaras de televisão e na internet. A globalização das imagens e informações sublinha assim simultaneamente a sua exclusão de um dado horizonte civilizacional atual e a necessidade de reconhecer a insustentabilidade de tal exclusão, bem como a cidadania global dessas pessoas.

A visão arquipelágica que aqui apontamos – inspirada por autores oriundos dos “outros mundos” *exotizados* e colonizados pelos europeus (Glissant, Mbembe, Chamoiseau), mas que sempre foram do nosso mundo também – deseja dar conta da efetiva complexidade dos fenómenos globais, apenas apreensíveis por uma análise interdisciplinar e de geometria variável. Para além do recurso às ciências sociais, políticas e ambientais, é fundamental desenvolver os estudos globais no sentido de contemplar com igual seriedade os estudos culturais, das humanidades e das artes, capazes de chegar às expressões das identidades, das ações e interações humanas na própria produção de conhecimento sobre o global. Arjun Appadurai (1996) assenta a sua análise das dimensões culturais da globalização nas ideias de diferença e de desigualdade, refletidas tanto no espaço como no tempo das expressões humanas no planeta. Debaixo do pano da economia mundial, tecem-se etnopaisagens transnacionais que desafiam as noções de território, de fronteira, de pertença, de nação e de identidade.

A cultura do global é uma entre outras existentes. Ela mundializa consumos, acontecimentos e imaginações, mas, no mesmo movimento líquido (Bauman, 2000), cria barragens de entendimentos, de apropriações simbólicas, de acesso a direitos fundamentais e consequentes incoerências civilizatórias. Perante as ameaças ao próprio equilíbrio ecológico do planeta, são expostas as feridas e fraturas do sistema mundial. Tal cenário toca a tod@s, dando a perceber que, afinal, o barco é o mesmo e as fronteiras também. Neste contexto, a realidade das migrações internacionais ajuda a pensar em conjunto sobre a necessidade de uma reimaginação

de futuro. Levanta a questão de uma ordem de movimentos e dos corpos nos tempos de hoje, em busca de elementar justiça e de respeito pela dignidade humana. Os movimentos populacionais atuais são uma das mais dramáticas expressões da saturação dos sistemas de governança e de ordenação mundial. Ao mesmo tempo, colocam em contacto, de forma maciça, a humanidade comum na diferença, desenhando contornos de um mundo partilhado a nutrir utopias concretas e “um povo [ainda] a inventar” (Deleuze & Guattari, 1991).

Achille Mbembe (2021) defende, a este propósito, “o reencantamento do mundo”, a inspiração, a esperança, pensando na “raça humana” e nos limites terrestres. A vida no planeta está em causa. A norma de vida global é agora a de condições extremas e extremadas. A violência implícita nesta ordem das coisas é enorme para um número crescente e brutal de humanos. A tecnologia está ao serviço de maior interconectividade, mas também da segmentação do planeta, da criminalização dos movimentos, da falsa securitização das fronteiras que conduz à própria violação do direito e da lei pelas autoridades. Veja-se, a este propósito, o documentário de Nuno Escudeiro, *O Vale*, sobre a fronteira entre a Itália e a França, demonstrando as ilegalidades do Estado francês na manipulação dos dados dos refugiados, para impedir a sua entrada no país. O lado de lá de tal aproveitamento legal e tecnológico no exercício do poder traduz uma desumana *objetificação* da vida, das vidas. Em consequência, cresce a quantidade de “descartáveis” do planeta, dos “indesejáveis” (Agier, 2008), pessoas que fazem a experiência dos limites do corpo e da vida, no precipício dos seus direitos e pertença, expostos ao apagamento num mundo de parangonas mediatizadas. Mbembe, na mesma conferência citada, defende um novo *nomos* da Terra que redefina e implemente novas políticas populacionais, os contactos e confrontos geracionais, as relações culturais, bem como a própria produção de conhecimento: reparar, lembrar, rejuntar, num sistema ecológico integrado de humanos e não humanos. Gestos de comunalidade e de coabitação, numa relação consciente entre a história da vida humana na Terra e a história do planeta. Este autor sugere que pensemos os futuros da vida em equação ou de par com uma reflexão e debate sobre os futuros da razão humana. Se tod@s somos cúmplices nas vidas de cada um/a (relembra, citando Spivak, 1988), ainda falta cumprir a “potência em reserva”, o “poder latente” da humanidade partilhada. A vida global encontra-se “exponencialmente caótica” e, no entanto, “capaz de se abrir para a durabilidade”. Nesta mesma conferência, o professor de Witwatersrand defendeu uma nova imaginação política e o abraçar do drama da História para criar alternativas à humanidade residual.

Pensar o global e os estudos globais neste contexto conduz-nos, pois, a estudos que não só versem sobre estes temas prementes, mas que sejam, eles mesmos, uma prática global consciente das suas escalas, posicionamentos e cumplicidade com o tempo e as condições de vida na Terra.

A presente coletânea procura contribuir para a consolidação desta linha de investigação, ao reunir um conjunto original de textos de docentes e doutorandos da primeira edição do Doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta, assim como de outros investigadores que têm vindo a adotar e a desenvolver esta perspetiva nos seus diferentes projetos. Estes capítulos foram organizados em três partes, consoante o ponto de partida principal dos trabalhos.

A primeira parte é composta pelos trabalhos que tomam como ponto de partida o *espaço-tempo* e, em particular, o modo como o mesmo tem vindo a ser reconfigurado pela ação humana no âmbito de processos de globalização, numa relação (nem sempre reconhecida) com a Natureza. Ao contrário de uma ideia inicial de aceleração do tempo, abertura generalizada das fronteiras, encurtamento das distâncias e diluição das diferenças entre territórios, aquilo a que assistimos, como se pode observar nos textos que compõem esta secção, diz respeito a fenómenos muito mais rugosos e complexos, de reconfiguração dos espaços, tendo por referência relações – de inclusão e de exclusão, de comunicação e de dominação – entre diferentes territórios, dissolvendo alguns dos seus riscos, especificidades e desigualdades, mas exacerbando outros.

No primeiro texto, José das Candeias Sales e Susana Mota providenciam uma relevante análise sobre o desenvolvimento do conhecimento sobre o Egito antigo e, simultaneamente, os seus reflexos na cultura popular global. Como notam os autores, os símbolos egípcios marcam presença, desde a Antiguidade, em diversos lugares da Europa, do Norte de África e da Ásia, ainda que durante muitos séculos os seus significados tivessem ficado silenciados pela impossibilidade de decodificar os hieróglifos, o que deu azo a diversas especulações, suposições e fantasias. Esta situação viria a mudar radicalmente, no início do século XIX, dando origem a um aumento exponencial, tanto da investigação científica (egiptologia) como do interesse público (egiptomania). Este trabalho é exemplar, por um lado, do modo como o interesse pelos outros povos e a circulação de referências culturais é algo de ancestral, mesmo quando dominado por crenças e mitos, e, por outro lado, do modo como

este processo se alterou profundamente durante a modernidade, mas num contexto em que a ciência e a sociedade não deixaram de se entrelaçar profundamente.

O segundo texto descreve a história e características do turismo da ilha da Madeira e respetiva dimensão global e cosmopolita. De entreposto marítimo entre continentes a plataforma de intercâmbios internacionais de todo o tipo, a Madeira assumiu, desde há séculos, um papel coadjuvante na expansão marítima e comercial europeia, atraindo diversos tipos de turistas, de visitantes e estudiosos, ao longo do tempo. O texto descreve o contributo da Madeira para a globalização do sector do turismo, analisa a evolução dos dez principais mercados emissores de turistas que visitaram a ilha entre os anos 1970 e 2019, referindo a importância do vinho e dos interesses externos na economia local. Faz ainda registo dos legados dos interessados visitantes sobre os aspetos culturais, científicos e da paisagem humana do arquipélago.

O terceiro texto, da autoria de Solano Lucas, Bote, Clemente Soler, Martínez-López e Frutos Balibrea, uma equipa da Universidade de Múrcia, centra-se numa transformação de fundo na esfera laboral que se tem associado à globalização capitalista das últimas décadas: a imposição da precariedade como uma condição laboral comum a uma grande parte dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens, e que faz emergir “o precário” enquanto um novo ator social. O capítulo procura criar uma definição própria, a partir das propostas de vários autores de diferentes países, e depois construir um modelo analítico original e sofisticado que permita observar a evolução deste fenómeno, nas últimas duas décadas, através do Labour Force Survey, uma das bases de dados internacionais, que são também marca dos nossos tempos. Se estes inquéritos permitem compreender padrões e tendências a uma escala regional (e tendencialmente global), não deixam de revelar as profundas diferenças e desigualdades entre regiões e entre estados, assim como de implicar um aturado labor de “recontextualização”, inclusive do modo como as perguntas são traduzidas e interpretadas nos diversos contextos. Ou seja, os resultados devem ser lidos à luz de um conhecimento profundo das dinâmicas dos territórios e das nações, bem como das relações entre eles, caminho aliás percorrido pelos autores, seja através do aprofundamento do “caso espanhol”, nos diferentes sectores de atividade, seja pelo seu enquadramento na realidade mais ampla da Europa do Sul.

A segunda parte agrega os textos cujo enfoque principal é a *dimensão científica e tecnológica* da vida humana e, em particular, dos fenómenos globais. Estes contributos mostram bem como, superando paradigmas nacionalistas, se têm vindo a afirmar e a disseminar pelo mundo quadros teóricos, concetuais e metodológicos

para compreender o mundo atual e, em alguns casos, lidar com os riscos que lhe são inerentes e que, cada vez mais, condicionam e enquadram a ação humana. Nestes casos, a própria ciência se examina a si própria, procurando articular experiências e conhecimentos obtidos em diferentes tempos e lugares, frequentemente através da criação de equipas internacionais de investigadores, sem abdicar do processo inverso de recontextualização que confere singularidade a cada ser humano e a cada quadro relacional.

O quarto texto, da autoria de Anne Schippling, centra-se nos estudos educacionais, um campo interdisciplinar, mas em que, como explica a autora, o “nacionalismo metodológico” tem sido predominante, dada a forte vinculação dos sistemas educativos modernos com o estado-nação. A partir de ampla e atualizada revisão da literatura sobre o tema, a autora discute as limitações desta abordagem, bem como algumas propostas para a sua superação, sobretudo no sentido de reforçar a investigação sobre os poderosos processos atuais de transnacionalização e globalização em educação, seja aqueles que decorrem da afirmação de atores globais (como os organismos intergovernamentais e as empresas multinacionais) e de uma “superestrutura educativa global”, seja aqueles que surgem “debaixo”, a partir da mobilidade e da procura dos alunos e das famílias (veja-se, por exemplo, o fenómeno crescente das escolas internacionais). Reconhecendo um conjunto de desafios teóricos e metodológicos, esta reflexão explora as práticas de pesquisa em rede e, em particular, a importância do “trabalho colaborativo em grupos ou oficinas de investigação culturalmente heterogéneos”, suscetíveis de gerar quadros teóricos e de interpretação dos dados mais aptos a compreender a complexidade dos processos globais.

O quinto texto, de Susana Ornelas, procura compreender o significado da linguagem cinematográfica no processo de globalização na sua relação com a narrativa fílmica. Utiliza o manual de Arcangelo Mazzoleni *O ABC da linguagem cinematográfica*, que, para além de ilustrar a técnica da narração audiovisual com inúmeros fotogramas retirados de filmes maiores do século xx, faculta um método de análise das sequências cinematográficas. Este estudo doutoral foca-se na “arte” de aprender a narrar visualmente, ao serviço sobretudo de professores, estudantes, educadores, jornalistas e admiradores da cinematografia em geral. Pretende ainda refletir sobre a natureza, a terminologia e as capacidades da linguagem cinematográfica, que revelam a evolução tecnológica redefinindo os limites do fílmico visível perante as incertezas do espaço a ser simulado virtualmente, através das imagens captadas e montadas nos filmes.

Com atenção aos fenômenos naturais, o sexto texto, da autoria de Jorge Trindade e Pedro Pinto Santos, analisa a globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável. A globalização dos desastres associados a fenômenos naturais é aqui entendida como um processo recente que segue lógicas globais nas quais os efeitos sistêmicos originam uma ampliação das consequências de fenômenos locais ou regionais, estudando ações concretas de desenvolvimento sustentável. Face à resposta globalizada aos desastres naturais, os autores demonstram a adoção internacional de conceitos e de metodologias uniformes, tanto na fase de avaliação dos riscos, como na fase de comunicação de resultados a decisores políticos. Estes modelos de governação tendem para uma maior ligação ao desenvolvimento sustentável, focado, ainda, na melhoria do desempenho das comunidades.

Por fim, a terceira parte agrega os contributos cujo enfoque central é a ação coletiva e, em particular, a emergência de novos movimentos no contexto da globalização, frequentemente na interseção de dinâmicas culturais, económicas e políticas. Esses movimentos reavivam reivindicações que marcaram o século XX e que os mais otimistas da modernização pensariam que já estivessem totalmente reconhecidos no século XXI, tais como o direito à habitação, a igualdade de género ou as identidades locais. Contudo, ao fazê-lo, não deixam de suscitar novos atores, relações, linguagens e estratégias, profundamente ancorados no mundo de hoje e cujas contendas serão decisivas para o mundo de amanhã.

O sétimo texto, da autoria de Ana Tojal, dedica-se à questão da população em situação de rua como fenómeno global, com vista ao estudo concreto de três cidades brasileiras – objeto do seu projeto de doutoramento. Ana Tojal interessa-se pelos processos de exclusão social e pela marginalização a que são votados os moradores de rua, guiando a sua pesquisa pela questão do reconhecimento e respeito da dignidade humana destes indivíduos. Questionando a invisibilidade social destas populações a partir da indesejabilidade de que são alvo em qualquer parte do globo, a autora analisa o fenómeno nas suas causas e consequências. Embora estejam à margem do sistema produtivo, eles e elas têm histórias diversas e formas múltiplas de sobreviver, que Tojal conhece bem através de trabalho de terreno longo e engajado como assistente social. Moradores de rua são os e as excedentes do modo de produção capitalista: desempregados, doentes, dependentes químicos ou pessoas que não se “ajustam” ao padrão de comportamento exigido pelas sociedades. O estudo pretende fazer o debate sobre a marginalização das pessoas em situação de rua, no sentido de visibilizar as suas histórias, subjetividades e lutas.

O oitavo texto, igualmente resultante de um projeto de doutoramento em fase inicial e escrito por Ana Catarina Mesquita, procura compreender a dimensão cultural da globalização. A partir de um olhar dicotómico sobre o global e o local, sobre culturas eruditas e culturas populares, destaca a amplitude transnacional das expressões culturais da nossa era. Propõe uma incursão pelos conceitos de homogeneização, heterogeneização, glocalização, polarização e hibridismo cultural, para concluir que o contacto entre culturas potenciado pela conectividade global conduz, simultaneamente, a um maior interconhecimento e à afirmação das identidades culturais locais.

Por fim, o último texto, de Mar Venegas, propõe uma nova linha de investigação sobre os movimentos sociais e políticos emergentes de contestação ao feminismo e à igualdade de género que têm vindo a surgir em diferentes partes do mundo, cujo peso é inegável na ascensão recente de partidos de extrema-direita e de líderes políticos como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Vladimir Putin ou Recep Erdogan. A autora aprofunda o caso espanhol, mas em comparação com o observado noutros países e continentes, em diálogo com trabalhos recentes de investigadores autóctones, o que lhe permite ir explorando a globalização deste movimento, a sua difusão insidiosa e instantânea através das redes sociais, muitas vezes, com base em *fake news* capazes de gerar “pânicos morais”. Detém-se no modo como esta disputa tem ocupado a arena educativa, enquanto espaço de formação das futuras gerações, por excelência, mas discorre igualmente sobre os perigos que significa para o futuro das democracias. Assim, este trabalho não deixa de contribuir para a discussão sobre a revitalização recente de ideologias nacionalistas, patriarcais, autoritaristas e anti-científicas, colocando em causa um movimento de consolidação das democracias e das liberdades que marcou a segunda metade do século xx.

A partir dos vários capítulos que compõem a presente obra e também na inspiradora e desafiante experiência que tem sido lecionar o Seminário de Metodologias de Investigação deste programa de estudos, gostaríamos de propor nestas páginas introdutórias alguns contributos para a estruturação deste campo de pesquisas.

Se pretendemos efetivamente aprofundar o nosso entendimento do mundo e produzir um conhecimento relevante para enfrentarmos os grandes desafios que se colocam hoje à existência, não podemos subsumir-nos no reino da opinião, mais ou menos erudita e informada, nem devemos recluir a abordagem metódica,

rigorosa e sistemática que é própria da *ciência*. Esta não é – nem nunca foi – o método único para alcançar uma pretensa verdade universal e intemporal, mas sim um domínio específico da ação humana, parcialmente definido por normas e valores, parcialmente incorporado no *habitus* dos investigadores, em que a teoria e a observação se combinam para criar um conhecimento mais objetivo, *mesmo* que sempre provisório e questionável (ou, podemos até dizer, *porque* sempre consciente do seu carácter provisional e aberto ao questionamento).

O facto de reconhecermos a ciência como atividade humana e, como tal, suscetível de interferências políticas, económicas, culturais, etc., não significa, portanto, deixarmos de entender também a autonomia que foi ganhando ao longo dos tempos, com base em saberes próprios, metodologias próprias, comunidades próprias. Uma autonomia sempre ameaçada por aqueles que a pretendem negar ou instrumentalizar, mas também fundamental para que a ciência possa realmente ser relevante e contribuir para um mundo melhor em diálogo com outros saberes e numa revisão da sua *posicionalidade*. Se nos lamentamos dos recursos escassos, não podemos esquecer as condições ainda mais precárias em que os nossos antepassados construíram as bases do nosso conhecimento. E se hoje temos de resistir ao controlo dos governos e dos mercados, não podemos esquecer que a ciência é – e sempre foi – um campo de lutas e de liberdades ameaçadas. Basta lembrar todos aqueles que, ao longo da História, morreram nas fogueiras, bem como aqueles que foram impedidos ou preteridos para não prosseguir investigações incómodas, enquanto outros eram recompensados por produzir avanços cognitivos instrumentais aos poderes dominantes. Dada esta profunda (e complexa) relação entre ciência e sociedade, devemos, portanto, desenvolver a nossa capacidade de tornar a ciência pública, não apenas permitindo o acesso alargado dos produtos do nosso trabalho, mas também promovendo mediações que efetivamente tornem acessível, compreensível e aliciante o conhecimento científico a um público leigo, alimentando uma cidadania informada, crítica e orientada para o bem comum.

E dizemos *ciência*, no individual, recusando aqui liminarmente o uso deste termo que se tende a impor, nas últimas décadas, apenas para referir-se às ciências ditas “naturais”, “exatas” ou “duras”, excluindo todas as restantes, com efeitos extremamente redutores e perigosos para o nosso futuro coletivo. Essa conceção tende, aliás, a atribuir à ciência um conjunto de atributos – de infalibilidade, irrefutabilidade, previsibilidade, etc. – que simplesmente não são humanos e que são até contrários aos princípios científicos, fundados na dúvida, no questionamento,

na exploração, na discussão. Representa, apenas, uma retórica que pretende reforçar processos de dominação e de exclusão aos quais devemos resistir.

Se mais exemplos fossem necessários, a recente pandemia que afetou o mundo, desde o início de 2020, foi um contexto em que se opôs claramente a capacidade criativa, integradora, plural e incerta dos projetos e saberes científicos ao discurso mitificador (e autoritarista) de uma ciência supostamente “dura”, consensual e infalível, alheia ao que é humano. Se a prudência dos cientistas para apresentar conclusões e previsões, por vezes, exaspera os políticos, ela baseia-se, antes do mais, no autoquestionamento permanente que é fundamental ao pensamento científico e no reconhecimento de que as nossas próprias conclusões e previsões não apenas são falíveis, como irão influenciar os acontecimentos que estamos a estudar.

De facto, a compreensão da ação humana não pode ser decomposta pela sua composição biológica, nem pelo conjunto de reações químicas e de forças físicas, desde logo porque a mesma compreensão é constitutiva dessa ação, pela razão e sentido que são próprios dos seres humanos. Ainda assim, as tensões e desequilíbrios tornam cada vez mais visíveis as profundas interações entre *natureza* e *sociedade*. Cada vez é mais insustentável pensar o *natural* e o *social* enquanto domínios separados, sendo essa, aliás, uma divisão criada pelo mundo moderno, que se tem tornado, não apenas um dos grandes desafios ao conhecimento humano, mas também uma crescente ameaça à nossa existência e bem-estar. Os fenómenos que observamos são inevitavelmente *totais*, utilizando a célebre expressão de Marcel Mauss.

Neste sentido, o trabalho científico implica hoje novas metodologias para explorar esta complexa interação entre a sociedade e a natureza, na qual se tem desenvolvido a Humanidade, de forma a nutri-la e a protegê-la, a devolver-lhe essa totalidade. Mas isso implica igualmente respeito pela diversidade do mundo – uma rocha não é uma célula, assim como também não é um sentimento, uma cultura ou um direito. Implica, ainda, a incorporação de novas formas de relacionamento de saberes, de poderes, de sujeitos cognoscentes sem projetos de colonização das mentes. A produção de conhecimento científico é um exercício de liberdade de pensamento e de questionamento. É uma prática e um exercício crítico-constructivo. No horizonte da urgência presente em reinventar formas mais harmónicas de habitar o planeta (a casa comum), tal prática corresponde também a uma aprendizagem ecológica das relações humanas na diferença (as humanidades no plural, de que falava Glissant). Neste sentido, os métodos e técnicas de investigação em estudos globais são um meio por excelência de experimentação ecológica e plural do pensar

e questionar os seus objetos. Ao aproximarem escalas de análise e saberes locais, representam uma forma concreta de produção de conhecimento na alteridade.

A emergência de um novo campo de estudos e, em particular, a sua natureza *interdisciplinar* ou mesmo *transdisciplinar* não nos pode levar à tentação de ignorar os avanços produzidos no âmbito das diferentes disciplinas, nem sequer a uma redução ao “mínimo denominador comum”. A especialização é, até certo ponto, inevitável e a diversidade (também na ciência) um valor a reconhecer e promover. Ainda assim, é necessário realmente equilibrar estes processos com movimentos transversais – concretizados em projetos, seminários, formações, publicações, redes, etc. – que garantam o diálogo, a aprendizagem comum e a colaboração entre investigadores de diferentes áreas disciplinares. Por outras palavras, só podemos aspirar a um conhecimento *global* se soubermos ponderar e integrar – em vez de excluir – os conhecimentos produzidos nas diferentes disciplinas, reconhecendo os diferentes enquadramentos em que se originaram e o contexto de diálogo necessário. Até porque não se trata de uma realidade a branco e negro, mas com muitas tonalidades. Por um lado, sempre houve investigadores que souberam mover-se entre áreas do saber. Por outro lado, uma abordagem *global* só pode ser um trabalho prudente, em que os avanços são progressivos e sempre incompletos. A diferença aqui é, portanto, haver um campo de estudos e uma comunidade de investigadores que se organiza sob esse princípio e propósito dialogante e plural.

Por seu lado, se é certo que o movimento de consolidação da ciência, através das disciplinas científicas, publicações, programas de estudos, agências de financiamento, associações científicas e profissionais, teve um forte enraizamento nacional, durante os últimos séculos, também é verdade que o pensamento científico desde a sua génese procurou superar essas fronteiras, buscando formas de compreensão mais globais. Não esqueçamos, por exemplo, que Heródoto e Tucídides, considerados por muitos como os pais da história e da geografia, foram exilados e exploradores de vários continentes, focados em compreender diferentes lugares, acontecimentos e povos, nos seus próprios termos.

Num momento em que a circulação de pessoas e de informação se exponencia, bem como a recolha estandardizada de dados sob a égide de grandes instituições internacionais, os estudos globais não podem cair na falácia de entender o mundo como plano e homogéneo, governado por uma única racionalidade, diluindo as fronteiras, as distâncias e as incompreensões, que não são apenas uma marca declinante da tradição. As desigualdades, injustiças e conflitos também se exponenciaram, nas últimas décadas, o que implica compreendê-los como produto

da globalização, tal como a temos vivido. E deixar de ver as diferenças – ou reduzi-las a meras desigualdades, dissolvendo as qualidades em quantidades, com a pretensão de alcançar uma suposta objetividade comparativa que nos confeririam os números e não as palavras – é uma forma de miopia que apenas agrava o problema. Pelo contrário, o mundo é, cada vez mais, plural, caleidoscópico e problemático. É, por isso também, fascinante.

Tal implica que as nossas pesquisas têm de ser “multi-escalares”, tão cosmopolitas quanto atentas ao local e abertas ao encontro com o Outro. Numa esquina podemos ver o mundo a acontecer. Numa pessoa podem habitar multidões, como escreveu Fernando Pessoa. De igual forma, não podemos negligenciar que o mundo é feito de esquinas e as multidões de pessoas, mesmo que sejam mais do que a mera soma das partes. E por muito que não nos revejamos nessas fronteiras, para entender o mundo não podemos esquecer as dinâmicas nacionais e regionais que, igualmente, têm conhecido poderosas (e divergentes) revitalizações nas últimas décadas, quando tantos já haviam vaticinado a sua erosão. Lembremo-nos dos muros imponentes que têm erigido, depois de outros terem sido derrubados, ou dos milhares que têm morrido num mar belo e tranquilo, há milénios navegado, mas que alguns teimam em agitar através do ódio à diferença. Analisemos, tal como Mar Venegas propõe no seu texto, os movimentos – também eles globais – que pretendem mermar direitos e revitalizar hierarquias, através da mitificação do passado e da diabolização do presente. Vejamos como os estados-nação (incluindo as alianças entre nações) voltaram a reclamar o domínio das políticas comerciais, de cooperação, de informação e até as sanitárias e ambientais, ao ponto de sufocar as instituições internacionais, se não mesmo o planeta. E tenhamos em conta como o capitalismo neoliberal adotou a ideologia cosmopolita como forma de criar cadeias de exploração, de dominação e de alienação cada vez mais amplas.

Se a abordagem “multi-escalar” é fundamental para os *estudos sobre o global*, não é suficiente para produzir *estudos globais*, uma vez que estes precisam igualmente de ser “multi-situados”, ou seja, não apenas investigar os vários lugares e as suas relações, mas também dar voz e beber do conhecimento dos diferentes povos e culturas que os constroem e lhes conferem sentido. Isto é particularmente desafiante quando, tal como nota Gurminder Bhambra (2014), a ciência se desenvolveu no contexto europeu e norte-americano, assente em relações coloniais que se baseavam no silenciamento, dominação e aculturação do “outro”, sobretudo nos restantes continentes. Neste sentido, se pretendemos realizar estudos globais, temos de submeter os nossos conceitos, argumentos e métodos a exame permanente,

questionando-nos se eles são efetivamente os mais adequados para compreender, dignificar, resgatar as realidades dos diferentes contextos.

Trata-se de um desafio extremamente complexo, uma vez que implica questionar as nossas próprias categorias de pensamento, incluindo as que foram forjadas ao longo da nossa formação teórica e metodológica. Mas é algo a que, tal como os grandes desafios, se tem de responder mais pela prática do que pela teoria. Seja em pesquisas quantitativas como em pesquisas qualitativas, é fundamental investigar com as pessoas e não sobre as pessoas, ponderar em que medida cada uma das nossas decisões – a definição do objeto de estudo, a revisão da literatura, as opções metodológicas, o trabalho de campo, a análise dos dados, a elaboração das conclusões – pode ser considerada etnocêntrica e pode ser enriquecida pelo conhecimento dos outros. Tal como sugere Anne Schippling, no texto da presente coletânea, as práticas de colaboração entre investigadores em diferentes contextos nacionais, sociais e culturais constitui uma excelente via para superarmos, progressivamente, essa limitação que decorre da formação num contexto específico. De referir, aliás, que o Doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta, ao providenciar um espaço de encontro, interação e aprendizagem, para professores e estudantes, situados nos diversos continentes, formados em diferentes disciplinas e com enquadramentos profissionais muito variados, não deixa de ser um laboratório onde pode emergir esse conhecimento mais aberto e sensível à diversidade do mundo. E nunca esqueçamos, como assinalou C. Wright Mills (1959), que a imaginação é um ingrediente fundamental da investigação científica.

Por fim, contra uma ilusão que insiste em fazer-se comum, importa não esquecer que a globalização não é um fenómeno das últimas décadas, nem sequer iniciado pelas caravelas portuguesas, mas que se inscreve na própria história (e destino) da vida na Terra. Pelo contrário, são os estados-nação e as empresas que são fenómenos recentes e, possivelmente, efémeros. Tal como o texto de José das Candeias Sales e Susana Mota que aqui publicamos, os estudos globais têm, portanto, que explorar essas raízes longínquas das relações e dos conflitos, das compreensões e das incompreensões, o que é histórico na atualidade e o que é contemporâneo na História, de forma a resgatar a comunidade humana que nunca deixámos de ser. A partida, por estes dias, de uma pequena embarcação do sul do México com indígenas, alguns de origem maia, que pretendem atravessar o mundo, deixando em todos os continentes uma mensagem de resistência, amor e solidariedade, não deixa de nos lembrar este facto.

É também neste sentido que, segundo Anheier e Juergensmeyer (2012), os estudos globais têm um carácter simultaneamente transnacional, transdisciplinar, crítico e vinculado à cidadania global. Oxalá sejamos capazes de contribuir para a construção dessa comunidade global, baseada em princípios humanistas e democráticos, que garanta um futuro mais livre, justo e sustentável a quem habite o planeta. Um contributo para isso seria reconhecer, à escala global, o que já afirmavam os povos maias, há muitos séculos, na sua saudação quotidiana.

Bibliografia

- Agier, M. (2008). *Gérer les Indésirables: Des Camps de Réfugiés au Gouvernement Humanitaire*. Paris: Flammarion.
- Anheier, H. K. & Juergensmeyer, M. (2012). *Encyclopedia of Global Studies*. S.l.: Sage.
- Appadurai, A. (1996). *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bhambra, G. K. (2014). As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. *Sociedade e Estado*, 29 (1), 131-151.
- Carmo, R., et al. (2008). *A Globalização no Divã*. Lisboa: Tinta da China.
- Chamoiseau, P. (2017). *Frères Migrants*. Paris : Seuil.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Éditions de Minuit.
- Escudeiro, N. (2019). *La Vallée*, Filme Documentaire, Point du Jour, Miramonte Filme, Public Sénat, France et Italie.
- Franco, J. E. & Caetano, J. R. (2020). Introdução. In Franco, J. E. & Caetano, J. R. (Orgs.). *Globalização como Problema: Temas de Estudos Globais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Glissant, É. (1990). *Poétique de la Relation*. Paris: Gallimard.
- Mbembe, A. (2021). Public lecture. Utopia and migration: reimagining the borders in the 21st century. Maison Française d'Oxford, Oxford University. Online, 23 april.
- Mills, C. W. (1959). *The Sociological Imagination*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Pieterse, J. N. (2013). What is global studies? *Globalizations*, 10 (4), 499-514.
- Sousa Santos, B. (2001). Os processos da globalização. In B. S. Santos (Org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* (31-106). Porto: Afrontamento.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture* (24-28). Champaign: University of Illinois Press.

Egiptologia versus egiptomania

Em torno do conhecimento global sobre o antigo Egito

Egyptology versus egyptomania: On global knowledge about ancient Egypt

José das Candeias Sales

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG; UNIVERSIDADE DE LISBOA, FL, CH / jose.sales@uab.pt
/ ORCID | 0000-0003-1087-1478

Susana Mota

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG / susana-mota@hotmail.com / ORCID | 0000-0002-4819-6239
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_1

Resumo: Habitualmente, o estudo sobre a Antiguidade não é convocado para a reflexão alargada sobre os problemas da globalização no mundo contemporâneo. No entanto, há vários aspetos em que a reflexão sobre a história antiga pode contribuir para um aprofundamento da análise sobre o fenómeno da globalização. Neste texto, procuraremos refletir sobre a dimensão cultural da globalização, através de um exemplo diretamente retirado do conhecimento do passado, neste caso, o conhecimento global sobre a antiga civilização do Egito.

Vários mecanismos de reconhecimento, de receção e de apropriação do passado egípcio são passados em revista, com especial enfoque para os respeitantes ao recorte cronológico do Renascimento e do pós-expedição napoleónica ao Egito (1789-1801) até aos nossos dias, designadamente nos domínios atuantes e ativos da egiptologia e da egiptomania, para demonstrar que estamos perante um interessantíssimo fenómeno de globalização cultural.

Palavras-chave: egiptologia; egiptomania; receção do antigo Egito; tutmania; mumiamania; globalização

Abstract: Usually, the study of Antiquity is not invited to a wide reflexion about the problems of globalization in the contemporary world. However, there are several issues in which the reflexion about ancient history can contribute to an in-depth analysis on the phenomenon of globalization. In this text, we seek to think about the cultural dimension of globalization through an example retrieved directly from the knowledge about the past, that is, the global knowledge about the ancient civilization of Egypt.

Several recognition, reception, and appropriation mechanisms of the Egyptian past are reviewed, especially the ones concerning the time profile of the Renaissance and the post-Napoleon expedition to Egypt (1789-1801) to the present day, namely in the acting and active domains of egyptology and egyptomania, to show that we are in the presence of an extremely interesting phenomenon of cultural globalization.

Keywords: egyptology; egyptomania; reception of ancient Egypt; tutmania; mummymania; globalization

No seu sentido literal, a globalização pode ser definida como “process of transformation of local phenomena into global ones... a process by which the people of the world are unified into a single society and function together” (Stearns, 2010:1). Compreensivelmente, a ideia e o conceito têm vários fatores e componentes que lhe dão consistência e coerência, ajudando a clarificar e dar sentido às suas dinâmicas. Nesta acepção, o conceito de globalização pode ser analisado e definido sob diferentes perspectivas, com distintas interações e em vários domínios, contribuindo cada uma dessas facetas, à sua maneira, para a própria definição geral do conceito. A globalização da cultura é uma delas.

Neste texto, a nossa pretensão é equacionar como, ao longo da história, a recuperação, a receção, a reinvenção e a recriação do passado egípcio tornaram o Egito antigo uma moda duradoura e ciclicamente alimentada, sobretudo na cultura ocidental, e como, em consequência, o conhecimento sobre a sua civilização se constituiu e instituiu num conhecimento global.

Renascimento: colecionadores de signos e teorias fantasistas

Entende-se bem que a intensa revalorização das referências à Antiguidade que nortearam o período do Renascimento, primeiro em Itália e depois por toda a Europa, represente um momento histórico de referência no que diz respeito ao interesse, à curiosidade e à afeição pelo Egito dos faraós (egiptofilia), um “ponto de contacto” entre a Europa e o Egito no que à atenção e ao conhecimento sobre o país dos faraós se refere (Bednarski, 2010: 1086-1088; Humbert, 1989: 18; Sales & Mota, 2019: 34 e 35). No entanto, apesar de se ter o Renascimento como marco cronológico essencial na consideração do Ocidente sobre o Egito antigo, não se podem escamotear outros contactos diretos anteriores, via cristianismo ou Islão, durante a Idade Média cristã, e, assim, a existência anterior de uma determinada visão da terra dos faraós no imaginário coletivo ocidental, herdeira dos textos bíblicos e dos textos de sabedoria ancestrais (Laboury, 2006: 44), ou mesmo a adaptação ou emulação da estética, das formas e dos temas egípcios, fenómeno que historicamente remonta aos períodos helénico e helenístico (Lloyd, 2010; Fritze, 2016; Jarsaillon, 2018: 359; Lupton, 2013: 2340).

A redescoberta da Antiguidade e das suas fontes de sabedoria, de saber e de ciência implica, portanto, *ipso facto*, a da civilização faraónica e das suas ancestrais formas, mesmo que isso tivesse ocorrido em muitos casos sob o filtro da cultura greco-romana (egiptosofia). Desde logo, a questão central da decifração da escrita

hieroglífica, cujo segredo se perdera depois do século v,¹ suscitou a atenção de numerosos estudiosos, viajantes e curiosos. O “grande silêncio de quinze séculos” sobre os hieróglifos egípcios, na expressão de Sauneron (1968: 5), suscitou múltiplas tentativas de decifração, nomeadamente a partir do século xvi, que, mesmo apesar de todas se terem frustrado, demonstram como a redescoberta do antigo Egito pela via filológica foi um importante fenómeno cultural do Renascimento.

Uma obra que exerceu considerável influência no fascínio dos humanistas pelos hieróglifos e nas primeiras investigações sobre eles foi a *Hieroglyphica* de Horapolon, autor nascido em Nilópolis (Alto Egito), atual Akhmim, na segunda metade do século v. O seu ensaio, provavelmente escrito em copta, chegou até nós graças à tradução para grego feita, pouco depois, por Filipo, e é comumente considerado como o início das tentativas de decifração da escrita dos antigos egípcios.² Foi o viajante Cristoforo Bundelmonti que, em 1419-20, descobriu a tradução grega, adquirida na ilha de Andros, e que a levou para Florença. O texto suscitou um vivo interesse entre os eruditos humanistas e foi um dos primeiros livros clássicos a ser impresso, em 1505, e traduzido para latim. As 30 edições que a obra conheceu durante o Renascimento deram azo a sucessivas adulterações, sendo que, por exemplo, a reimpressão de 1534 incluía ilustrações que não constavam do original.

Nos 119 capítulos da *Hieroglyphica*, Horapolon analisava em cada um deles um hieróglifo diferente, propondo, porém, uma explicação-interpretação totalmente fantasista dos antigos signos egípcios, chegando ao ponto de inventar alguns, sem qualquer relação com a leitura exata, científica, que hoje se conhece para eles. Pressupondo que os hieróglifos eram símbolos de uma linguagem oculta, Horapolon entrava nas mais fantásticas elucubrações interpretativas e não admira

¹ A última inscrição hieroglífica conhecida data do ano 394, tendo sido feita no templo de Ísis, em Filae. Com o encerramento deste templo no século vi (c. 535), por ordem de Justiniano, com o transporte dos seus ícones para Constantinopla e com a detenção dos seus sacerdotes, desapareceram aqueles que sabiam escrever e ler os hieróglifos (Peters-Destéract, 1997: 45).

² Há, todavia, vários autores (*v.g.*, Sauneron, Lacouture, Sottas e Drioton) que fazem recuar até ao século i as tentativas de decifração dos hieróglifos. Para o efeito, aludem a Querémom (autor revelado no século xii pelo monge bizantino Tzetzés, publicado em França no século xix), que sugeriu claramente a mistura de sons e de imagens na escrita hieroglífica, a Hermapião (citado por Amiano Marcelino, c. 390, na sua *História*) e a Clemente de Alexandria (180-215), que, na obra *Stromates* (V, 4), distingue os quatro modos de expressão dos hieróglifos (Sauneron, 1968: 8 e 9; Lacouture, 1988: 247-249 e 501; Sottas & Drioton, 1991: 73 e ss.).

que os estudos dos seus “seguidores” italianos do século XVII (ex.: Piero Valeriano e Michele Mercati) tenham sido infrutíferos.

Do século XV ao início do século XVI, multiplicaram-se, não obstante, em Itália os tratados em torno da enigmática escrita hieroglífica egípcia, sob o pressuposto que encerrava um saber fundamental e secreto, apenas reservado aos iniciados, muitos deles impulsionados pelas “mágicas inscrições” dos obeliscos existentes em Roma, com destaque para os de Francesco Colonna, Alciato, Tommaso Garzoni, Pietro della Valle, além dos já mencionados Piero Valeriano e Michele Mercati (Sales, 2007: 18, 19 e 187). Podem, igualmente, identificar-se ecos deste movimento em Portugal, com Frei Heitor Pinto, em *Imagem da Vida Cristã* (1563/1572). O autor, uma das maiores figuras da cultura e da literatura portuguesa do século XVI, inclui um capítulo dedicado a uma imagem egípcia, que apresenta esta mesma abordagem de interpretação, citando extensivamente Horapolon (Pinto, 1984).

O reerguer de obeliscos egípcios em Roma (a “cidade dos obeliscos”) constitui em si uma apropriação desses monumentos por parte dos novos poderes imperiais e coloniais dos séculos XVI e XVII, de forma a canonizarem a sua posição de supremacia, de dominação e de hegemonia sobre o mundo e sobre o passado de referência. A apropriação ideológica dos obeliscos egípcios transportados pelos antigos imperadores romanos como símbolos e ícones culturais de uma lendária civilização antiga representa, neste sentido, uma forma racional de organizar e gerir a herança arqueológica do passado num mundo globalizado (Hassan, 2003: 19, 20; Habachi, 1984: 109). Neste particular, foi saliente a ação do Papa Sisto V, que, entre 1586 e 1589, ficou associado à deslocação e ao reerguer de vários obeliscos caídos em Roma (praça de São Pedro, em 1586; praça do Esquilino e Montecitorio, ambos em 1587; praça de São João Laterano, em 1588, e praça do Povo, em 1589).³ Com a finalidade de proclamar o poder da Igreja Católica e, assim, glorificar o seu triunfo sobre as civilizações pagãs, a cruz passou a encimar os obeliscos egípcios (Hassan, 2003: 39 e 68).

Fisicamente altivos e proeminentes, metáforas eloquentes do poder cósmico dos deuses e faraós do Egito antigo, os obeliscos reerguidos em Roma, inquestionáveis pelo seu grande significado religioso, revelavam inscrições indecifradas, dedicadas a várias formas divinas do deus solar egípcio, que muito estimularam o interesse e a

³ Sobre as dimensões, pesos, características, localizações originais, faraós construtores e episódios associados a cada um destes obeliscos, bem como a outros obeliscos de Roma, *vid.* Habachi, 1984: 112-145 e Goyon *et al.*, 2004: 330.

curiosidade renascentistas pela decifração dessa escrita. O charme atraente desses enigmáticos hieróglifos passou a ser acompanhado pela chegada de outros importantes artefactos (múmias, papiros e manuscritos coptas) trazidos pelos primeiros viajantes ao Egito em busca de antiguidades, que, conseqüentemente, ampliaram, ainda mais, o já manifesto fascínio pelas “coisas antigas dos faraós” (Bednarski, 2010: 1087). Paulatinamente, o conhecimento, ainda muito incipiente, sobre o antigo Egito foi-se generalizando, sobretudo entre os intelectuais e as camadas superiores da sociedade europeia.

Até ao século XVIII, não se ultrapassaram as teorias sobre a dimensão simbólica e fantasista da escrita hieroglífica e, em consequência, sobre as antiguidades provenientes do Egito. Em meados do século XVII, o jesuíta Athanasius Kircher, com manifestas influências horapolíneas, ergueu também nas suas obras *Prodromus Coptus sive Ægyptiacus* (1636), *Lingua Ægyptiaca Restitua* (1644) e *Œdipus Ægyptiacus* (1652) um sistema interpretativo dos hieróglifos altamente fantasioso, baseado ainda na mesma atribuição de sentidos simbólicos, idealistas e místicos, o que, logicamente, continuou a frustrar a prossecução exitosa das suas investigações filológicas e dos seus leitores-seguidores. Este padre alemão acreditava que a escrita hieroglífica continha apenas signos alfabéticos e não intuiu, por isso, sequer, a existência de valores ideográficos e/ou fonéticos. Ainda assim, Kircher retiraria uma conclusão capital que constituiria um contributo decisivo no processo filológico da decifração dos hieróglifos: o copta era uma sobrevivência da língua popular dos antigos egípcios, a sua fase mais tardia, sendo o seu estudo importante para uma reconstituição segura dos signos egípcios mais antigos.

Os hieróglifos continuavam mudos e o silêncio perdurava, mas, no final do século XVII e no século XVIII, estudiosos tão variados como o inglês John Wilkins, o bispo inglês William Warburton, o orientalista francês Charles Joseph de Guignes, o teólogo e orientalista alemão Paul-Ernst Jablonsky, o bispo francês Jean-Jacques Barthélemy, o geógrafo alemão Karsten Niebuhr e o sábio dinamarquês Jørgen Zoëga continuaram a emitir várias conjeturas (algumas de inegável alcance) respeitantes à natureza da escrita egípcia.⁴ Como menciona Lacouture, cada um destes estudiosos trouxe “sa trouvaille, son hypothèse fructueuse ou son erreur instructive” (Lacouture, 1988: 248).

Verdadeiramente, do século XV ao XVIII, sob uma perspetiva humanista, sente-se já o pulsar fremente de uma dimensão de apreço e atração pelas coisas

⁴ Sobre as obras e contribuições de cada um destes estudiosos, *vid.* Sales, 1999: 19, 20 e 187.

do Egito antigo, com particular destaque para a sua escrita e os seus monumentos (sobretudo obeliscos, mas também leões e esfinges), mas sem alcançar, de facto, o desejado patamar de explicações racionais e científicas. A sedução e, em certos casos, obsessão pelas maravilhas e enigmas do Egito transportava em si um cariz imoderado, extravagante e excêntrico. Inegável, porém, é que, mesmo assim, a vontade de conhecer mais aprofundadamente o antigo Egito entrara numa senda imparável, cada vez mais ampla e consistente.

A expedição napoleónica ao Egito (1789-1801): o nascimento oficial da egiptologia e da egiptomania

A expedição napoleónica ao Egito, a primeira grande incursão imperialista no Próximo Oriente dos tempos modernos, é um dos acontecimentos mais marcantes da transição do século XVIII para o século XIX, com enormes repercussões no domínio político, militar e cultural, constituindo um marco de indeléveis consequências na redescoberta científica da antiga civilização dos faraós, decisivo para a tornar na cultura ocidental como uma moda e referente intelectual de prestígio (Bret, 1996: 215; 1998: 9). Em abono da verdade, é preciso dizer que a expedição ao Egito foi uma “estranha aventura”, na medida em que o Segundo Diretório francês, iniciado em 1797, enfraquecido pelas guerras (sobretudo com a Inglaterra, mas também, durante o Primeiro Diretório, com a Áustria) e fortemente marcado pelas dificuldades económicas e pelas insurreições populares, decide, a 5 de março de 1798, enviar para o Egito um dos melhores exércitos da República, sob o comando do seu mais brilhante general, com uniformes de lã para um clima escaldante, sem declarar guerra ao opositor, nem mesmo dar conhecimento do destino às tropas em expedição (Laurens, 1997: 29-40). E é assim que, a 19 de maio de 1798, sob o comando do general Napoleão Bonaparte, um exército de 54.000 homens e uma frota de 300 navios de guerra e de transporte sai de Toulon com direção desconhecida, para uma aventura que se prolongaria até 1801.

Estranhamente também, além dos soldados, por ordem de Napoleão, concentrou-se no cais de partida uma plêiade de engenheiros, arquitetos, naturalistas, botânicos, geógrafos, mineralogistas, antiquários, orientalistas, pintores, desenhadores, gravadores e escritores, com os seus típicos instrumentos de trabalho e de estudo (Vercoutter, 1986: 39-55; Sales, 2007: 16; Laurens, 1997: 46, 47). Membros da Comissão des Sciences et des Arts de l'Armée d'Orient, os intelectuais partiam também sem saber exatamente para onde iam, mas dispostos a fazer o trabalho

que se revelasse necessário. Era a primeira vez que uma comissão científica, por convocação política, se juntava a uma campanha militar.

Após conquistarem Malta (11 de junho de 1798), os franceses desembarcariam no Egito e tomariam Alexandria (1 de julho de 1798). Napoleão deixa perceber, então, um pouco das suas intenções: libertar o Egito da “tirania” mameluca e, assim, melhorar as condições de vida dos “naturais do país”, apresentando-se no Egito como “o libertador”. A verdade, todavia, é que o Egito, desde o século XVI anexado pelo império otomano, constituía um nó estratégico entre o Oriente e o Ocidente, e conquistá-lo era uma forma de cortar a via comercial da Índia à Inglaterra, o verdadeiro opositor na cena estratégica internacional. Além de Alexandria, os portos do Delta são ocupados e as forças francesas, mais ou menos informadas sobre as verdadeiras intenções do seu líder, espalham-se pelo território egípcio (Murat & Weill, 1998: 26-28; Murat, 1998: 4-14; Laurens, 1997: 52-59, 107-111).

Entre 1798 e 1801, por entre uma sucessão de massacres, de revoltas, de vitórias e de derrotas, que pôs em causa o triunfo político-militar-económico francês,⁵ a expedição ao Egito de Napoleão Bonaparte abriu uma outra era nas relações entre o Oriente e o Ocidente no que à dimensão cultural e científica diz respeito e, em resultado, a perceção e receção global do Egito na Europa culta e informada alterou-se de forma radical.

Durante a sua estadia no Egito, o grupo alargado de estudiosos que tinha acompanhado a expedição desde França – a quem jocosamente os soldados cha-

⁵ O período de 1798 a 1801 é, realmente, marcado por uma série de eventos políticos e militares que comprometeram ou desfizeram os sonhos franceses de dominação, onde se encaixam a Batalha das Pirâmides (que opôs os franceses aos mamelucos, a 21 de julho de 1798, e que se saldaria por uma vitória francesa), a Batalha do Nilo, também conhecida por Batalha Naval de Abukir (travada a 1 de agosto de 1798, entre ingleses e franceses, tendo aqueles derrotado a frota francesa ancorada na baía de Abukir), o chamado “massacre do Cairo” (em que, a 21 de outubro de 1798, os franceses reprimem com uma brutalidade e violência sem paralelo uma revolta na capital egípcia), a peste que eclodiu em Alexandria e que provocaria a desmoralização entre as hostes francesas (15 dezembro de 1798), a captura de Jaffa, na Palestina, a 7 de março de 1799 (em que 2500 prisioneiros são mortos), a Batalha de Heliópolis, de 20 de março de 1800 (em que as forças francesas chefiadas por Jean Baptiste Kléber vencem os otomanos) e a Batalha de Canopo, em que, por fim, a 21 de março de 1801, os ingleses vencem os franceses, obrigando ao pedido de armistício (1 de outubro de 1801).

mavam “Os asnos”⁶ –, procurou explorar, estudar, registrar, descrever e cartografar todos os aspetos da vida egípcia (cultura, arquitetura, fauna, flora, minerais, etc.), não só do Egito contemporâneo como também das épocas mais recuadas da sua história. Os dados assim levantados pelos sábios da expedição viriam a ser coligidos numa obra monumental publicada em Paris, pela Imprimerie Impériale, entre 1809 e 1828, com 10 volumes *in-folio* (mais de 7000 páginas) e 13 de ilustrações, incluindo 900 mapas mais de 3000 desenhos, conhecida justamente como *Description de l'Égypte, ou Recueil des Observations et des Recherches Qui ont Été Faites en Égypte pendant l'Expédition de l'Armée Française Publié sous les Ordres de Sa Majesté l'Empereur Napoléon Le Grand* (Sales, 2001: 270, 271) – Fig. 1.

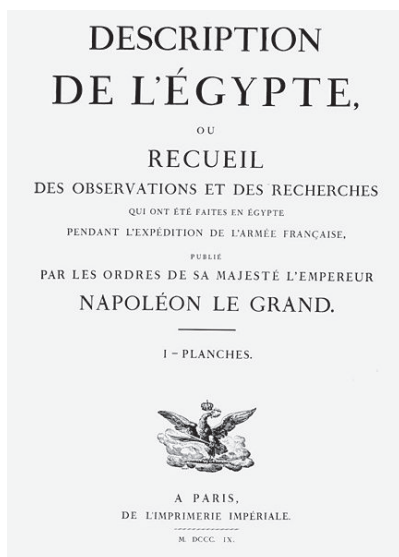


Fig. 1 – Exemplo de capa de um dos volumes da *Description de l'Égypte* (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Description_de_l%27%C2%B4Egypte_1.jpg).

⁶ Esta denominação foi inadvertidamente sugerida por uma das duas frases lapidares atribuídas ao general Napoleão por ocasião da Batalha das Pirâmides – “Os burros e os sábios no meio!” –, referindo-se à louvável necessidade de proteger os animais e o grupo científico da sua expedição dos ardores da refrega. A outra frase que a tradição atribui ao corso, perante as pirâmides de Guíza, é “Soldados, do alto destas pirâmides, quarenta séculos de história vos contemplam!”, provavelmente mais mito do que história...

Destinada a “constituir uma obra completa sobre o Egito”, a *Description* constituiu-se, de facto, como uma autêntica enciclopédia, contribuindo enormemente para popularizar o orientalismo em França e redescobrir o Egito dos faraós, tornando-o moda na Europa ocidental de princípios do século XIX. Herdeira direta da expedição, trata-se da primeira obra sistemática consagrada ao Egito e constitui um dos documentos-base da ciência egiptológica, o início de toda a exploração científica do Egito, permitindo conhecer e divulgar de forma bastante alargada o conhecimento até então existente sobre o Egito dos faraós.

Da mesma forma, um outro documento associado à expedição napoleónica, a *Pedra de Roseta* (Fig. 2), constituiu um documento histórico de inegável significado no estudo da civilização egípcia, pelo marco que representou no desabrochar da moderna ciência egiptológica e pelo contributo decisivo que emprestou à decifração da escrita hieroglífica egípcia.⁷

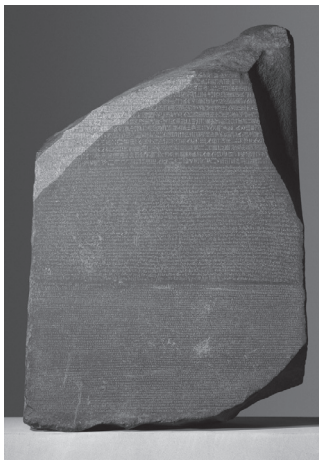


Fig. 2 – *Pedra de Roseta* (EA24) (The Trustees of the British Museum).

O bloco de basalto negro, meio partido na parte superior e nas partes laterais, apresentava uma inscrição em três tipos de escrita: hieroglífica (registo superior do bloco, 14 linhas), demótica (registo central, 32 linhas) e grega (registo inferior,

⁷ A estela foi descoberta em meados de julho de 1799, pelos soldados do exército napoleónico sob o comando direto do capitão Pierre-François Xavier Bouchard, perto de Roseta (atual Rachid), a cerca de 70km a este de Alexandria, no Delta ocidental, aquando das escavações e terraplanagens destinadas a trabalhos de consolidação e ampliação do forte medieval de São Julião.

54 linhas) (Andrews, 1983: 12 e 13). Neste contexto, é relativamente fácil entender o rápido e forte impacto das singulares características apresentadas pela estela desenterrada em Roseta (três versões de um mesmo texto). Os sábios da expedição napoleônica traduziram de imediato a versão grega e intuíram logo que os dois outros textos eram traduções, havendo prontamente a percepção de que se tratava de um documento suscetível de permitir um estudo aprofundado do sistema hieroglífico e de ser, finalmente, a chave para a decifração dos hieróglifos, como deixou perceber uma notícia disponibilizada pelo *Courier d'Égypte*, n.º 37, de “29 Fructidor” (15 de setembro de 1799): “Cette pierre offre un grand intérêt pour l'étude des caractères hiéroglyphiques; peu-être même en donnera-t-elle enfin la clef” (Solé & Valbelle, 1999: 18; Lacouture, 1988: 30).

Napoleão ordenou que fossem enviadas cópias da pedra por toda a Europa para que eruditos (como, por exemplo, Silvestre de Sacy, Johann David Åkerblad e Thomas Young) iniciassem a sua decifração. Foi precisamente uma dessas cópias que permitiria a Jean-François Champollion, a 14 de setembro 1822, cerca de 23 anos depois da descoberta, com os seus profundos conhecimentos de línguas antigas (durante 20 anos aprendeu 11 línguas, entre as quais o hebraico, o grego, o copta, o persa, o sânscrito, o chinês, o siríaco e o aramaico), a efetiva decifração do sistema de escrita dos antigos egípcios (Sales, 2007: 21-28). O seu triunfo marca o início da egiptologia moderna ou, se quisermos, da ciência no estudo do passado faraônico. Terminavam os 15 séculos de silêncio da escrita hieroglífica egípcia (Dewachter, 1990: 39-55).

À vaga “egiptomaníaca” do início do Século das Luzes sucedera-se uma época “pré-egiptológica” (fundada sobre as intuições de Kircher, os trabalhos de Jablonsky, as sugestões de Warburton, Barthelémy, Guignes, Niebuhr e Zoëga), a que de Sacy, Åkerblad, Young e, sobretudo, Champollion acabariam por dar verdadeiro estatuto científico. Em 1829, justamente para celebrar e homenagear a decifração francesa, o pachá Mohammed Ali ofereceu à França um dos obeliscos de Ramsés II do templo de Luxor, que, seis anos mais tarde, a 25 de outubro de 1836, já depois da morte de Champollion (1832), foi erigido na Place de La Concorde, em Paris, onde ainda hoje se encontra (Habachi, 1984: 94, 95 e 155-164; Hassan, 2003: 61; Gorringer, 1885: 77-95).⁸

⁸ Se França ficou com o maior dos troféus, a *Description de l'Égypte*, base da egiptologia moderna, que iria suscitar várias vocações, pelo artigo XVI da Capitulação de Alexandria (1801) teve de ceder ao general Hutchinson muitas das antiguidades, entretanto capturadas no

Se, no plano militar, a campanha francesa no Egito foi um insucesso, a feição científico-cultural dela derivada viria a revelar-se, portanto, decisiva para a redescoberta e estudo do Egito faraônico em verdadeiras bases científicas, estando associada à fundação de uma nova ciência, a egiptologia.⁹ Paralelamente, todavia, os volumes da *Description*, descrevendo e mostrando os monumentos do passado faraônico, desencadearam na Europa uma verdadeira egiptomania (Humbert, 1989: 26).¹⁰ Ao mesmo tempo que o acesso a essa obra permitia, pela primeira vez, aos intelectuais estudar as representações de monumentos e cópias de textos antigos egípcios, as suas numerosas imagens estimulavam o sonho e a imaginação, colocando-se em terras nilóticas a origem e a motivação para muitas extravagantes concepções e práticas.

A expedição de Napoleão ao Egito despertou a Europa para o estudo científico do Egito antigo, com estudiosos no campo da filologia, arqueologia e história (os três pilares do estudo do Egito antigo) a fazerem grandes descobertas que permitiram um estudo sistemático do passado do tempo dos faraós, mas ao mesmo tempo despertou a curiosidade, intelectualmente valorizada, pelas “antiguidades egípcias”.

Egito. Entre elas, figurava a *Pedra de Roseta*, enviada na fragata *Égyptienne* para Portsmouth (fevereiro de 1802) e depois transferida no final do mesmo ano, como oferta do rei George III, para o Museu Britânico, onde ainda se encontra e onde permanece um dos ícones mais famosos da egiptologia. Solé e Valbelle chamam à pedra do museu londrino “object star” e “relique” (Solé & Valbelle, 1988: 169).

⁹ Tradicionalmente, o significado específico que se atribui à egiptologia é o de estudo da sociedade nilótica, de 3000 a.C. (início da administração unitária ou do I dinástico) até 330 a.C. (chegada de Alexandre) ou, no máximo, até ao final do século I d.C., embora hodiernamente o debate sobre a demarcação dos marcos cronológicos, iniciais e/ou finais, não esteja encerrado (Jeffreys, 2003: 4).

¹⁰ Sendo um conceito ambivalente, de cargas simultaneamente positivas e negativas, a egiptomania é, na sua visão mais simplista, o fascínio, a obsessão ou o entusiasmo fantasista, fantástico e onírico pelas antigas civilização e cultura egípcias e a expressão mítico-material do uso, do consumo e da apropriação, replicação, apreciação ou adaptação do passado egípcio, cujo início oficial se estabelece no início do século XIX, entre 1808-1810 (Doyle, 2016: 122; Fritzer, 2016; Dobson & Tonks, 2018: 311; Fazzini & McKencher, 2001: 458; Moser, 2015: 1288; Aufrère, 1997: 28). Numa definição mais ampla, na senda de Humbert, a egiptomania é toda a reutilização de elementos e temas decorativos do antigo Egito, em várias formas e objetos, sem nenhuma relação com o uso e a finalidade original (Humbert, 1989: 10; Humbert, 2020: 41-46).

Por exemplo, o mobiliário egípcio da época faraónica foi introduzido no desenho do mobiliário europeu, sobretudo nos estilos neoclássicos tardios francês (estilo Império) e inglês (estilo Regency). Os motivos ornamentais egípcios (motivos florais, cabeças de esfinge, esfinges aladas, garras de leão, curvaturas dos espaldares das cadeiras, estilização de pilones e fachadas de monumentos e templos, etc.), segundo critérios de utilidade modernos (Fig. 3), tornam-se a fonte de inspiração do mobiliário oitocentista (Humbert, 1989: 103).



Fig. 3 – Sofá de 1880 com motivos egípcianizantes (Curl, 2005: 331).

Os contributos da moderna egiptomania e seus derivados: cinema, romance histórico, banda desenhada e videojogos

A partir de então, o Egito antigo nunca mais saiu de moda na cultura ocidental, ganhando a cada nova descoberta e a cada nova técnica um renovado revigoreamento, tanto nos aspetos científicos e de aprofundamento de estudo (egiptologia) como nos aspetos apaixonados, por vezes até doentios e delirantes (egiptomania). Pode afirmar-se que a cada nova grande descoberta recrudescem ambas as disciplinas, com os seus dedicados cultores.

Um exemplo paradigmático desta situação foi a descoberta do túmulo de Tutankhamon, no final de 1922, por Howard Carter e Lord Carnarvon, uma das maiores descobertas arqueológicas de sempre, que deu também fôlego redobrado, quase incontrolado, ao “interesse” popular pelo Egito, a que a comunicação de massas (imprensa) acrescentou ainda maior dinamismo, que habitualmente se denomina especificamente por “tutmania” (Day, 2006: 3; Lupton, 2009: 23; Holt, 1986: 62; Wilkinson, 2008: 1; Humbet, 1989: 30; 2020a: 304-309).¹¹ A tutmania expressa, portanto, todo o fascínio e paixão que se desenvolveu em torno do faraó Tutankhamon após a descoberta do seu túmulo, do seu espólio e tesouros. Foi, porém, a chamada “maldição ou vingança da múmia”, particularmente desenvolvida após a morte de Carnarvon a 5 de abril de 1923 (verdadeiramente causada pela picada de mosquito que lhe provocou uma septicémia) que mais motivou o desenvolvimento do entusiasmo e da admiração por esta figura e a sua autêntica veneração por fãs existentes em todos os quadrantes geográficos. Por isso, não é exagero dizer-se que não há ninguém que não tenha ouvido falar de Tutankhamon (Fig. 4).



Fig. 4 – Representação alegórica do interesse em torno do faraó Tutankhamon (Holt, 1986: 61).

Decorrente da tutmania, estimulou-se, ainda mais, o desenvolvimento do interesse popular pelas múmias egípcias, a mumiamania (Lupton, 2009: 23; Day,

¹¹ Sobre o eco em Portugal desta descoberta, justamente através da imprensa, no âmbito do projeto “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)”, *vid.* Sales & Mota, 2020.

2006: 1). As múmias são realmente um tópico do fascínio gerado pelo Egito antigo, desde o século XVIII até à atualidade (Moser, 2015: 1286, 1287; 2014: 246, 247), onde, por vezes, se mesclam a curiosidade mórbida e a científica e o apelo dos talismãs, amuletos e efeitos miraculosos e, em consequência, um testemunho do interesse pela história das civilizações antigas, pela reinterpretação e reinvenção do Egito no Ocidente, de que, a partir de determinada altura, o cinema será o principal promotor a uma escala global. Na categoria “mummy films” do *The Ancient Egypt film site* (<https://www.ancientegyptfilmsite.nl/>) são alistados 207 filmes (alguns de animação), realizados a nível mundial entre 1901 e 2019, a preto e branco ou a cores, mudos ou com som, sendo 22 anteriores à descoberta do túmulo de Tutankhamon e os restantes posteriores. Nesta longa linhagem destaca-se *The Mummy*, o filme americano de 1932, dirigido por Karl Freund, protagonizado por Boris Karloff, que interpreta um príncipe do Egito antigo (Imhotep) ressuscitado acidentalmente por uma expedição arqueológica, a “produção-mãe” de todos os filmes sobre múmias, pela diferente forma como abordou a temática, estabelecendo um padrão para os filmes posteriores assente nos tópicos da expedição arqueológica que descobre um túmulo despertando a amaldiçoada múmia que, assim, sai do túmulo procurando vingança (Fig. 5).



Fig. 5 – Cartaz do filme *A Múmia* (1932)

(<https://www.imdb.com/title/tt0023245/mediaviewer/rm2286536960>).

Cronologicamente, o cinema (ficcional ou documental) e o audiovisual (recursos educativos multimédia e jogos de computador) são os últimos testemunhos da atração de vastas audiências pelas múmias egípcias, depois do tempo das competições entre os cônsules europeus pelo acesso e posse das múmias e das grandes exposições em salas destacadas dos museus europeus que os antecederam.

Se é verdade que a tutmania e a mumiamania são tópicos derivados ou associados à egiptomania, não se pode escamotear que demonstram um enorme impacto e poder de atração, sobretudo sobre as esmagadoras audiências não-académicas (“consumo popular”), moldando, por vezes de maneira enviesada, é certo, a sua apreciação, valorização e compreensão do Egito antigo, da sua cultura e das suas produções.

Paralelamente, ao longo dos tempos, o romance histórico, sobretudo a partir do século XIX, e antes dele a literatura de viagens, têm alimentado também a fantasia e a imaginação de centenas de escritores e milhões de leitores em todo o mundo, globalizando, assim, através de traduções em praticamente todas as línguas, o interesse, a admiração e o conhecimento sobre o Egito antigo, as suas principais personagens, monumentos, locais e crenças.¹²

Uma outra componente da comunicação de massas com papel de relevo na receção e reconstituição do passado egípcio é a banda desenhada. Milhões de leitores espalhados pelo mundo assumem, sem preconceitos, que o seu primeiro contacto com o universo do antigo Egito se estabeleceu, de forma descontraída, mas entusiasta, através da BD. Autores como René Goscinny e Alberto Uderzo, através das aventuras de Astérix (*Astérix e Cleópatra*), Hergé, com as aventuras de Tintim (*Os Charutos do Faraó*), ou Edgar P. Jacobs (com os casos dos detetives Blake e Mortimer (*O Mistério da Grande Pirâmide* – 2 vols.),¹³ apenas para citar casos bem reconhecidos, ao jeito de grandes produções, com as suas histórias e

¹² São inúmeros os exemplos, oriundos de todos os lados, de romances com ação centrada em tempos, espaços e paisagens do Egito antigo envolvendo personagens, reais ou fictícias, mas talvez o caso mais conhecido e mediático seja o do romancista-egiptólogo francês Christian Jacq, cuja extensa lista de produções, com variadas edições, se encontra traduzida em numerosas línguas, incluindo-se o português. Entre nós, a sua obra tem a chancela da Bertrand Livresiros.

¹³ Anote-se que, depois da morte de Edgar P. Jacobs, em 1987, o universo mítico da dupla Blake e Mortimer continuou com *O Último Faraó* (publicado em Portugal em 2020, pela Asa), com desenhos e escrita de François Schuiten, em parceria com Jaco Van Dormael, Thomas Gunzig e Laurent Durieux, quatro “monstros sagrados” da BD e da cultura *pop*.

ilustrações, levaram as suas vastas audiências, literalmente de todas as idades, até ao antigo Egito e influenciaram indelevelmente a sua perceção histórica e simbólica sobre esse mundo antigo.

Também os videojogos de estratégia em tempo real (RTS, do inglês *Real-Time Strategy*) constituem uma “fonte de conhecimento” sobre o Egito antigo, com *décors* religiosos, arquitetónicos e paisagísticos muito sugestivos, podendo o jogador “incorporar” em determinados personagens e viver com eles/através deles riquíssimas experiências virtuais no passado, impossíveis de concretizar na realidade.¹⁴ Os jogos com temáticas egípcias, para crianças ou para adultos, para serem jogados no PC, na Playstation, na Xbox-One ou na Wii, com datas e cerimónias de lançamento, nos Estados Unidos e na Europa, como se de filmes se tratasse,¹⁵ apresentam normalmente uma altíssima qualidade gráfica e de animação e até de som, permitindo aos jogadores rápidas e consequentes aprendizagens sobre os edifícios, a vida, a indumentária, as insígnias, os costumes e os utensílios do antigo Egito. Além da componente de entretenimento e diversão, matriz estrutural e essencial dos jogos, muitos deles incluem menus com informações desenvolvidas e aprofundadas, educacional e cientificamente validadas, sobre espaços geográficos, fauna, flora, edifícios, mitos, faraós e divindades, ajudando, assim, a consolidar saberes e aprendizagens.

No caso de videojogos, como o *Assassin’s Creed Origins*, têm sido muito valorizados pelo seu interesse pedagógico e aproveitamento educacional, permitindo ilustrar e consolidar conhecimentos, sendo que a disseminação desta dimensão educacional em meios de comunicação de grande impacto e circulação virá alimentar ela própria a ideia de um acesso generalizado, autónomo e lúdico a um

¹⁴ Uma singela pesquisa na Internet (https://en.wikipedia.org/wiki/Category:Video_games_set_in_Egypt) acerca de videojogos sobre o antigo Egito permite identificar no mínimo 195 jogos. Entre eles, a título de exemplo, registam-se *Age of Empires* (1997), *Nile: An Ancient Egyptian Quest* (1997), *Pharaoh* (1999), *Cleopatra: Queen of the Nile* (2000), *Anubis II* (2005), *Assassin’s Creed Origins* (2017) e *Builders of Egypt* (versão *demo* de 2020, com lançamento apazado para 2021). Anote-se também, como elemento substantivo, que, associado a estes produtos, existem verdadeiras equipas de técnicos e especialistas nas quais pontuam diretores, produtores, projetistas, escritores, programadores, artistas e compositores musicais, bem como elementos ligados ao *design* instrucional e pesquisa histórica.

¹⁵ No mundo dos videojogos há também prémios e nomeações anuais, havendo para o efeito várias categorias: “Melhor Jogo para Consola”, “Melhor Jogo de Ação/Aventura”, “Melhor Jogo”, “Melhor *Design*”, “Melhor Evento”, entre outros.

conhecimento entendido como “fidedigno” sobre a civilização (Magrid, 2021; Nielsen, 2017; Porter, 2018).

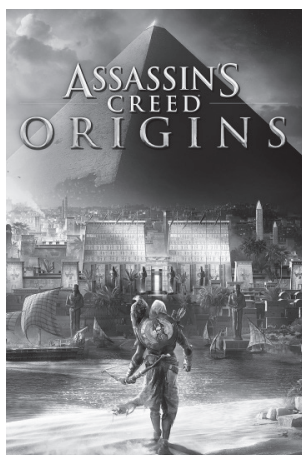


Fig. 6 – Cartaz do videogame *Assassin's Creed Origins* (2017).

O poderoso impacto, facilmente identificado e reconhecível, da própria iconografia egípcia combina-se de forma perfeita com o uso da imagem em movimento, do som e dos ambientes visualmente recriados das expressões audiovisuais, a que modernamente se acrescenta, sobretudo através dos videogames de utilização em massa, a interatividade que coloca o jogador/o Homem do presente como participante direto em cenas e ações do passado (Moser, 2018: 1071). A ação inerente aos jogos confere uma dimensão de “realidade” que supera a dimensão imaginativa associada a outras formas de representação do passado (exposições, literatura, documentários, filmes).

Todos estes domínios (cinema, romance histórico, banda desenhada e videogames) são importantes contribuições e expressões da existência e coexistência de múltiplas leituras e formas de apreensão do passado egípcio e devem, por isso, ser consideradas no âmbito da evolução dos estudos de egiptomania, por um lado, e da própria egiptologia, por outro. Não se pode ignorar, antes, pelo contrário, tem de se reconhecer, o seu enorme poder de influência na formação de ideias e representações sobre o antigo Egito e, sobretudo, o seu papel na globalização do conhecimento cultural sobre a civilização dos faraós, a sua cultura, as suas características, as suas personagens e as suas divindades.

Em suma, a egiptomania, apesar de, por vezes, ser ainda mal-interpretada como uma desproporcionada e mal direcionada paixão e fantasia pelo antigo

Egito, no seu infinito campo de atuação, apresenta-se como o conceito com maior capacidade para condensar as diferentes facetas da receção e da globalização do conhecimento sobre o antigo Egito. A egiptologia e a egiptomania não são fenómenos opostos, em termos cronológicos e académicos, nem mutuamente excluídos. São manifestações da receção do antigo Egito e formas ativas de sobre ele produzir conhecimento, uma vez que ambas fazem chegar esta civilização a diferentes audiências que, assim, a recebem e têm possibilidade de a conhecer e apreender. A egiptomania fornece o pano de fundo que incentiva a afirmação e o reconhecimento da egiptologia como ciência histórica e esta, por sua vez, inspira e motiva as produções egiptomaníacas – relação de mútua emulação (Jarsaillon, 2018: 359, 360; Aziz, 2016: 271).

A forte tensão existente, desde o início, entre egiptomania e egiptologia, isto é, uma postura de oposição entre a disciplina académica, a perspetiva científica, e um fenómeno associado à cultura popular e visto como inferior é, portanto, atualmente bastante menorizada: “Egyptomania and Egyptology are not opposing phenomena, but rather two different yet interacting ways of promoting ancient Egypt” (Dobson & Tonks, 2018: 311; Jarsaillon, 2018: 360); “L’Égyptomanie est donc loin d’être seulement la manie de l’Égypte” (Humbert, 1989: 12).

De facto, a egiptomania implica uma reinterpretação do Egito antigo, com novos significados, no âmbito de diferentes contextos e sensibilidades, e é uma estrutura mental de aceitação e reconstrução, mais ou menos criativa, do passado egípcio.

Sinais de egiptologia e egiptomania em Portugal nos anos 20 e 30 do século XX

O nosso projeto de investigação “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)”,¹⁶ destinado a compreender os reflexos na imprensa portuguesa da descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon a 4 de novembro de 1922, permitiu perceber que este impactante achado arqueológico – naturalmente do domínio da egiptologia – não só foi uma presença regular nos periódicos nacionais, como essa mesma presença terá instigado também em Portugal o desenvolvimento de interessantes expressões de egiptologia, egiptomania e tutmania.

¹⁶ Para mais detalhes sobre este projeto, *vid.* <http://tutankhamon-em-portugal.mozello.com/>.

No ano seguinte, em 1924, Fernando Val do Rio de Carvalho Henriques, um desconhecido escritor português, publica, em Lisboa, *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon* (Fig. 8), um romance-policial passado em dois tempos narrativos (a época do autor e a época do faraó), sendo de destacar que se tratou de um dos primeiros livros publicados, a nível mundial, sob inspiração de Tutankhamon.¹⁷

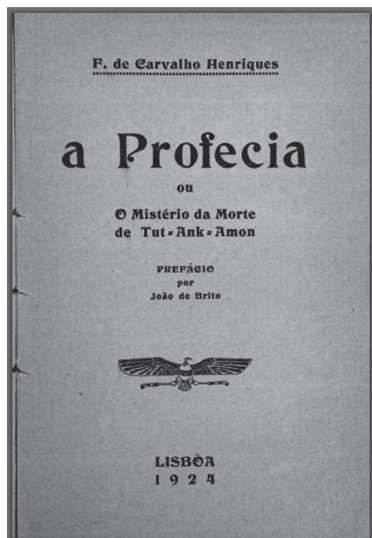


Fig. 8 – Capa do livro *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*.

A tutmania entre nós ampliou o interesse pelo antigo Egito como um todo e, em consequência, vai dar lugar à inauguração de dois estabelecimentos comerciais profusamente decorados com motivos egípcios: o Café Oriental, inaugurado em Guimarães, em 1926 (Fig. 9), e o Salão Egípcio, em Braga, em 1937. Do primeiro já só restam fotografias e notícias de jornal, encontrando-se atualmente o segundo em processo de recuperação, com vista a ser adaptado a espaço hoteleiro, demonstrando como o antigo Egito continua ainda tão em voga.

¹⁷ A obra de Carvalho Henriques foi apenas precedida pelos livros *King Tut-Ankh-Amen. His Romantic Story*, de Archie Bell, e *The Kiss of Pharaoh. The Love Story of Tutankhamen*, de Richard Goyne, e pelo conto de Agatha Christie *The Grey Cells of M. Poirot: No. I. The Adventure of the Egyptian Tomb (The Sketch)*, todos de 1923.



Fig. 9 – Imagem do Café Oriental (Guimarães)

(<http://araduca.blogspot.com/2017/11/o-cafe-oriental-por-l-de-carvalho.html>).

É certo que a descoberta do túmulo de Tutankhamon em Portugal também suscitou interesse científico-académico (designadamente através dos estudos de Humberto Pinto de Lima),¹⁸ mas a globalização do interesse e do conhecimento do Egito antigo, mediadas, sobretudo, pela descoberta do túmulo do jovem rei fizeram-se sentir em Portugal, especialmente, no domínio da egiptomania.

Conclusão

Desde a Antiguidade até aos nossos dias, os elementos materiais oriundos do Egito, espalhados um pouco por todo o lado (espaços urbanos, museus públicos, coleções particulares, etc.), e a presença intelectual do Egito antigo, transmitida de

¹⁸ Este professor da Universidade do Porto publicaria, em 1925 e 1926, três ensaios dedicados ao Egito da época de Tutankhamon na revista *Diónyssos*, publicada em Coimbra (Sales & Mota 2018a; 2018b).

várias formas e por vários processos, constituem um elemento central da cultura ocidental, onde se cruzam a história, a memória cultural e a cultura material.

Não surpreende, por isso, que a problemática da recepção do antigo Egito através das suas múltiplas formas – talvez seja, até, mais correto falar-se no plural: recepções do Egito antigo – não seja um fenómeno uniforme e unificado de estudar o antigo Egito, mas, sim, o resultado de uma plêiade caleidoscópica de formas de ver, apreender e conceber o Egito antigo e as formas como foi transmitido, traduzido, extraído, interpretado, reescrito, reimaginado e representado (Hardwick & Stray, 2008: 1). Uma coisa é certa, a egiptologia e a egiptomania, com as suas ideias díspares, produtos, construções e representações, mais académicas ou mais esotéricas, mais eruditas ou mais exóticas, mais reais ou mais simbólicas, contribuíram para um contínuo ampliar de conhecimento geral sobre o Egito.

A importância relativa das recepções do Egito antigo deriva essencialmente da escala de questões e problemas que colocam e resolvem, do esquema teórico e/ou metodológico de produção de conhecimento que encerram, da análise crítica que estabelecem e, dessa forma, do impacto que têm no entendimento do passado egípcio e no imaginário que alimentam sobre a cultura faraónica. As recepções do Egito antigo, com a inerente carga de tradição que comportam, são respostas culturais a esse passado. São, elas próprias, construções simbólicas desenvolvidas em torno da cultura egípcia antiga.

Mesmo quando os “conhecimentos históricos” veiculados não se conformam aos aspetos mais rigorosos e científicos, é convocada a memória histórica sobre o antigo Egito e, através dela, estabelece-se um eficaz elo de comunicação com a Antiguidade, procedendo-se a uma transferência cultural, de valores e de gostos. Os poderosos fascínio e sedução que a civilização faraónica exerce sobre o imaginário ocidental de há, pelo menos, 500 anos a esta parte foram, sobretudo nas últimas décadas, fortemente exponenciados pelas diversas formas de comunicação de massas, pelo que a sua quota parte na ampliação e difusão do apreço, quase obsessão, pelo Egito antigo é inegável e gera uma substantiva matriz de uniformidade mundial. Na plena aceção da palavra, o Egito antigo é um assunto popular e amado (egiptofilia e egiptolatria), património de toda a Humanidade, não obstante tratar-se de uma “civilização morta”. Aceitavelmente, o Egito é um tesouro da Humanidade. Também isto é uma vertente da globalização: da globalização do conhecimento, da transferência cultural e da recepção do mundo antigo no presente.

Bibliografia

- Andrews, C. (1983). *The Rosetta Stone*. London: British Museum Publications, Ltd.
- Aufrère, S. H. (1997). Égyptomanisme et égyptomanie: Une tradition ininterrompue du “mythe” égyptien. *Chronique d'Égypte*, 72 (143), 25-40.
- Aziz, C. (1996). L'égyptomanie. In *L'Égypte Ancienne* (271-275). Paris: Éditions du Seuil.
- Bednarski, A. (2010). The reception of Egypt in Europe. In A. Lloyd (Ed.). *A Companion to Ancient Egypt*, vol. II (1086-1108). Oxford: Blackwell Publishing.
- Bret, P. (1996). Bonaparte en Égypte. In *L'Égypte Ancienne* (203-216). Paris: Éditions du Seuil.
- Curl, J. S. (2005). *The Egyptian Revival. Ancient Egypt as the Inspiration for Design Motifs in the West*. London/New York: Routledge.
- Day, J. (2006). *The Mummy's Curse. Mummymania in the English-Speaking World*. London/New York: Routledge.
- Description de l'Égypte, Publiée par les Ordres de Napoléon Bonaparte* (1994). Köln: Benedikt Tachen.
- Dewachter, D. (1990). *Champollion. Un Scribe pour l'Égypte*. Paris: Gallimard.
- Dobson, E. & Tonks, N. (2018). Introduction: Ancient Egypt in nineteenth-century culture. *Nineteenth-Century Contexts*, 40 (4), 311-315.
- Doyle, N. (2016). The earliest known uses of “l'égyptomanie”/“egyptomania” in French and English. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, 8, 122-125.
- Fazzini, R. A. & Mckercher, M.E. (2001). Egyptomania. In D. B. Redford (Ed.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 1 (458-465). Oxford: Oxford University Press.
- Fritze, R. H. (2016). *Egyptomania: A History of Fascination, Obsession and Fantasy*. London: Reaktion Books.
- Gardiner, A. (1982). *Egyptian Grammar Being an Introduction to the Study of Hieroglyphs* (3.^a ed.). Oxford: Griffith Institute.
- Gorringe, H. H. (1885). *Egyptian Obelisks*. London: J. C. Nimmo.
- Goyon, J.-C. et al. (2004). *La Construction Pharaonique du Moyen Empire à l'Époque Gréco-Romaine. Contexte et Principes Technologiques*. Paris: Picard.
- Habachi, L. (1984). *The Obelisks of Egypt. Skyscrapers of the Past*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Hardwick, L. & Stray, C. (2008). Introduction: Making connections. In L. Hardwick & C. Stray (Eds.). *A Companion to Classical Receptions* (1-9). Malden: Blackwell Publishing.
- Hassan, F. A. (2003). Imperialist appropriations of Egyptian obelisks. In D. Jeffreys (Ed.). *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations* (19-68). London: Institute of Archaeology, University College.
- Holt, F. L. (1986). Egyptomania: Have we cursed the pharaohs? *Archaeology*, 39 (2), 60-63.
- Humbert, J.-M. (1989). *L'Égyptomanie dans l'Art Occidental*. Paris: Éd. ACR.

- Humbert, J-M. (2020). Plaidoyer pour l'égyptomanie, ou Comment s'approprier une Égypte fantasmée. In M. J. Versluys (Ed.). *Beyond Egyptomania. Objects, Style and Agency* (39-52). Berlin: De Gruyter.
- Jarsaillon, C. (2018). Modern egyptomania and early egyptology: The case of Mariette's 1867 Egyptian temple. *Nineteenth-Century Contexts*, 40 (4), 359-376.
- Jeffreys, D. (2003). Introduction. Two hundred years of ancient Egypt: Modern history and ancient archaeology. In D. Jeffreys (Ed.). *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations. Encounters with Ancient Egypt* (1-18). London: UCL Press.
- Laboury, D. (2006). Renaissance de l'Égypte aux temps modernes. De l'intérêt pour la civilisation pharaonique et ses hiéroglyphes à Liège au XVI^e siècle. In E. Warmenbol (Dir.). *La Caravane du Caire. L'Égypte sur d'Autres Rives* (43-68). Liège: La Renaissance du Livre.
- Lacouture, J. (1988). *Champollion. Une Vie de Lumières*. Paris: Bernard Grasset.
- Laurens, H. (1997). *L'Expédition d'Égypte: 1798-1801*. Paris: Éditions du Seuil.
- Lloyd, A. B. (2010). The reception of pharaonic Egypt in Classical Antiquity. In A. Lloyd (Ed.). *A Companion to Ancient Egypt*, vol. II (1067-1085). Malden: Blackwell Publishing.
- Lupton, C. (2009). "Mummymania" for the masses – Is egyptology cursed by the mummy's curse? In M. Rice & S. MacDonald (Eds.). *Consuming Ancient Egypt. Encounters with Ancient Egypt* (23-46). Walnut Creek: Left Coast Press Inc.
- Lupton, C. (2013). Egyptomania, Western. In R. S. Bagnall *et al.* (Eds.). *The Encyclopedia of Ancient History* (2340-2343). Oxford: Blackwell Publishing.
- Maguid, Y. (2021, 3 de março). Why three Egyptologists are teaching History through Assassin's Creed Origins. *Ubisoft*. Acedido a 18 de fevereiro de 2022, em <https://news.ubisoft.com/en-us/article/7Lp5YHoYIIN7k54Jf0JkpA/why-three-egyptologists-are-teaching-history-through-assassins-creed-origins>
- Moser, S. (2014). Legacies of engagement: The multiple manifestations of ancient Egypt in public discourse. In W. Carruthers (Ed.). *Histories of Egyptology. Interdisciplinary Measures* (242-252). London: Routledge.
- Moser, S. (2015). Reconstructing ancient worlds: Reception studies, archaeological representation and interpretation of ancient Egypt. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 22 (4), 1263-1308.
- Moser, S. (2018). Archaeological representation: The consumption and creation of the past. In C. Gosden *et al.* (Eds.). *The Oxford Handbook of Archaeology* (1048-1077). Oxford: Oxford University Press.
- Murat, L. (1998). Le rêve de Bonaparte. La campagne d'Égypte. In *A la Découverte de l'Égypte* (4-14). Paris: Paris-Musées.
- Murat, L. & Weill, N. (1998). *L'Expédition d'Égypte. Le Rêve Oriental de Bonaparte*. Paris: Gallimard.
- Nielsen, H. (2017, 5 de outubro). Assassin's Creed Origins: How Ubisoft painstakingly recreated ancient Egypt. *The Guardian*. Acedido a 18 de fevereiro de 2022, em <https://www.theguardian.com/technology/2017/oct/05/assassins-creed-origins-recreated-ancient-egypt-ubisoft>.

- Peters-Destéract, M. (1997). *Philae, le Domaine d'Isis*. Mónaco: Éditions du Rocher.
- Pinto, H. (1984). *Imagem da Vida Cristã. Ordenada por Diálogos*, 2 tomos. Porto: Lello & Irmão.
- Porter, J. (2018, 16 de maio). Assassin's Creed has a new mission: Working in the class room. *The New York Times*. Acedido a 18 de fevereiro de 2022, em <https://www.nytimes.com/2018/05/16/arts/assassins-creed-origins-education.html>.
- Sales, J. C. (1999). *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sales, J. C. (2001). Description de l'Égypte. In L. M. Araújo (Dir.). *Dicionário do Antigo Egípto* (270-271). Lisboa: Editorial Caminho.
- Sales, J. C. (2007). *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2018a). Tutankhamon em Portugal: Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939). A revista *Diônysos*, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 18, 227-249.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2018b). Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da “maldição da múmia” ao *Hino a Aton*. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV série, 8 (2), 221-252.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2019). Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939): Um contributo para os estudos de recepção do antigo Egípto. *Heródoto*, 4 (2), 27-58.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2020). Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese press (1922–1939). *Aegyptiaca – Journal of the History of Reception of Ancient Egypt*, 5, 565-609.
- Sauneron, S. (1968). *L'Égyptologie*. Paris: PUF.
- Solé, R. & Valbelle, D. (1999). *La Pierre de Rosette*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sottas, H. & Drioton, E. (1991). *Introduction a l'Étude des Hiéroglyphes*. Paris: Paul Geuthner.
- Stearn, P. N. (2010). *Globalization on World History*. London: Routledge.
- Vercoutter, J. (1986). *A la recherche de l'Égypte Oubliée*. Paris: Gallimard.
- Wilkinson, R. H. (2008). Introduction – The past in the present: Egyptology today. In R. H. Wilkinson (Ed.). *Egyptology Today*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fontes audiovisuais

- Description de l'Égypte* (2004). Alexandria: International School of Information Science/ Bibliotheca Alexandrina [DVD].

O turismo da Madeira no processo da globalização

Relevância, contributos e evolução

*The role of Madeira's tourism in the process of globalization:
Relevance, contribution, and evolution*

João Manuel de Lemos Baptista

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG / joaolemosbaptista@hotmail.com /
ORCID | 0000-0003-1391-2095

Jacinto Jardim

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG / jacintojardim@uab.pt / ORCID | 0000-0002-0600-3128

Cláudia Ribeiro de Almeida

UNIVERSIDADE DO ALGARVE / calmeida@ualg.pt / ORCID | 0000-0002-0790-3152
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_2

Resumo: A ilha da Madeira desempenhou um papel relevante no processo da globalização do turismo. Neste sentido, este artigo tem por objetivo descrever a importância da Madeira na globalização do sector do turismo, bem como os contributos que deu e recebeu a quantos por ela passaram a partir da época dos Descobrimentos, sobretudo nos barcos que viajavam em direção à África, Américas e costa asiática (Timor, Macau e Goa). Além disso, pretende-se analisar a evolução dos 10 principais mercados emissores de turistas que visitaram a ilha, entre os anos 1970 e 2019. Para a recolha das informações, recorreu-se à análise documental e aos dados estatísticos sobre o turismo, a partir da Direção Regional de Estatística da Madeira. Constatou-se na revisão de literatura que a ilha da Madeira foi estudada e considerada como uma plataforma giratória para o turismo do mundo global, influenciando, por isso mesmo, o sector do turismo. Foi examinada a importância que tanto o vinho Madeira (desde o século xv) como o turismo tiveram no processo da globalização, e verificou-se que o vinho Madeira chegou aos quatro cantos do mundo, através dos navegadores que passavam pela ilha, onde permaneciam alguns dias para preparar novas aventuras. Além disso, verificou-se que a ilha da Madeira continua a ter ligações com vários países do mundo, devido à diversificação de mercados turísticos que continuam a aumentar e, por conseguinte, a tornar o turismo como o sector de atividade principal da economia, como aconteceu no passado.

Palavras-chave: turismo; globalização; história; cultura; economia

Abstract: Madeira island played an important role in the process of globalization of tourism. In this sense, this article aims to describe the importance of Madeira in the globalization of the tourism sector, as well as the contributions it gave and received to those who passed through it from the time of the Discoveries, especially on the boats that traveled towards Africa, Americas and the Asian coast (Timor, Macao and Goa). In addition, the intention is to analyze the evolution of

the ten main outbound markets for tourists who visited the island between 1970 and 2019. For the collection of information, documental analysis and statistical data on tourism were used, based on the Regional Directorate of Statistics of Madeira. It was found in the literature review that the island of Madeira was studied and considered as a revolving platform for tourism in the global world, thus influencing the tourism sector. It was examined the importance that both Madeira wine (since the 15th century) and tourism had in the globalization process, and it was found that Madeira wine reached the four corners of the world, through the navigators who passed through the island, where some remained several days to prepare new adventures. Furthermore, it was found that the island of Madeira continues to have connections with several countries in the world, due to the diversification of tourist markets that continue to increase and, therefore, to make tourism as the main sector of the economic activity, as it happened in the past.

Keywords: tourism; globalization; history; culture; economy

Introdução

O turismo é uma das principais atividades económicas à escala mundial e, devido à sua abrangência, ilustra bem a sua influência em diferentes campos, designadamente nos domínios geográficos, económicos, sociais e culturais. Segundo a OMT (2019), as chegadas de turistas internacionais cresceram 5% em 2018, alcançando 1,4 mil milhões de turistas aos respetivos destinos, e os rendimentos por exportações gerados pelo turismo aumentaram até aos 1,7 biliões de dólares, o que representa um incremento de 4%, superior ao da economia mundial em 2018.

Desde a época dos Descobrimentos Portugueses, nomeadamente a partir do século xv até aos nossos dias, a Madeira foi sempre um ponto de chegada e de partida para o mundo. Neste sentido, o historiador Alberto Vieira (2017) referiu que “a primeira globalização teve início na Madeira no século xv. Nos Descobrimentos, a Madeira servia para os navegadores descansarem e prepararem novas aventuras para o Atlântico e Índico, à descoberta de ‘novas terras’”. Nos séculos xvii, xviii e xix, chegaram à Madeira intelectuais alemães e ingleses que estudaram o relevo, o clima, a cultura e as espécies vegetais da ilha, tendo criado os primeiros mapas com as rotas e caracterização da mesma. Perante estas considerações, podemos perceber o contributo da Madeira na história do turismo à escala global, na medida em que ao longo dos anos tem recebido por via marítima ou aérea milhares de turistas, oriundos dos quatro cantos do mundo, divulgando a cultura da sua população e as potencialidades da ilha em termos turísticos e científicos.

A história do turismo da Madeira tem quase três séculos e este sector promove várias dinâmicas nos outros sectores de atividade que, no seu conjunto, são responsáveis pelo desenvolvimento e bem-estar de grande parte da população e de todos

quantos visitam a ilha. De facto, o turismo, graças à sua importância económica e social, é um importante pilar para a economia da Madeira, contribuindo com cerca de 30% para o PIB e empregando cerca de 20 mil pessoas (DREM, 2020). Por tudo isto, a investigação sobre o turismo tem suscitado o interesse de muitos investigadores, principalmente nos territórios onde predomina este sector de atividade, como é o caso, por exemplo, dos estudos apresentados por Nesticò e Maselli (2020) e por Joun e Kim (2020). Também este estudo pretende contribuir para a compreensão do fenómeno do turismo a partir da perspectiva da Região Autónoma da Madeira.

Para isso, em relação à metodologia, realizou-se uma revisão da literatura sobre a problemática do turismo na ilha da Madeira desde os seus primórdios e foram recolhidos dados quantitativos sobre os indicadores tradicionais, mormente o número de hóspedes, de acordo com o país de origem, na Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), com o intuito de verificar a evolução dos 10 principais mercados turísticos entre os anos 1970 e 2019. Depois de recolhidos, os dados foram analisados e discutidos, conforme as três partes que se seguem.

Resenha histórica da relevância do turismo da Madeira

A atividade turística na ilha da Madeira é considerada o “motor” para o seu desenvolvimento (Baptista, 2005; Carita, 2008; Jardim, 2019 e 2020; Região Autónoma da Madeira, 2020; Vieira, 2015). De facto, o turismo tem um impacto significativo na economia e na sociedade, alavancando outras atividades que, no seu conjunto, contribuem para o desenvolvimento dos territórios. A região possui uma grande e rara variedade de recursos naturais que foram transformados em recursos turísticos e potencializados em termos de motivação dos turistas, caso dos percursos pedonais no meio da natureza. A orografia e a sua localização geográfica contribuem para um clima com características ímpares no contexto mundial e, por isso, a ilha é procurada como destino turístico durante todo o ano. “O clima ameno da Madeira, manifestado pelas temperaturas mais ou menos constantes entre o dia e a noite e ainda a existência de fracas amplitudes térmicas diurnas e anuais, permitiram que a ilha fosse recomendada” (Baptista, 2005: 36). O clima, um elemento imaterial, tornava-se assim o principal elemento promotor das potencialidades turísticas da ilha (Gama, 2011). Além de estância invernal, a ilha era publicitada como sanatório natural, pela excelência terapêutica e espaço propício ao prazer, à contemplação e ao desfrute na natureza (Carita, 2008).

Foi a partir do século XVIII que o turismo passou a ser considerado como um dos fatores determinantes na economia da ilha:

O fenómeno afirmou-se de forma espontânea a partir do século XVIII e obrigou as autoridades e sociedade civil a criarem condições para a receção de todos os forasteiros e assim, as infraestruturas de apoio ao turismo surgem por força da constante presença dos estrangeiros, na condição de doentes, cientistas e aventureiro. (Vieira, 2008: 95)

A história do turismo da ilha da Madeira está associada também à história do vinho, e os dois sectores têm uma tradição de cinco séculos. “Em termos históricos podemos dizer que o turismo caminhou lado a lado com o vinho e o aparecimento de novas atividades económicas” (Vieira, 2008:103). O vinho é uma presença constante na literatura de viagens e mesmo nos guias e rotas turísticos, devido à importância que este tinha para aqueles que visitavam a ilha da Madeira. Nas diversas memórias de viagem desde o século XV, o vinho nunca é esquecido, ficando evidente o entusiasmo da descoberta. “O comerciante inglês, que surgiu a partir do século XVII, soube tirar o máximo partido do produto fazendo-o chegar em quantidades volumosas às mãos dos compatriotas, que o aguardavam nos quatro cantos do mundo” (Vieira, 2003: 10).

Na revisão de literatura, verificou-se que o turismo na ilha da Madeira nasce no século XV, a partir do momento em que o território inicia o seu processo de povoamento (1425), prosseguindo pelos séculos seguintes e de acordo com as várias circunstâncias que, no seu conjunto, foram transformando a sua vocação original. “O turismo nasce no século XV, introduzindo-se numa determinação estrutural pelos séculos posteriores, passando necessariamente por movimentos conjunturais que foram moldando a sua vocação primitiva” (Silva, 1985: 6).

Devido à posição geográfica da Madeira, às descobertas do século XV e às navegações oceânicas dos séculos XVI a XVIII, surgiu a abertura das rotas oceânicas através do Atlântico, permitindo a exploração da Ásia, da África e da América. A partir desta altura, a Madeira surge na cartografia da época, destacando-se pelos aspetos da sua geologia, orografia, clima, flora, fauna, antropologia e beleza paisagística, obtendo denominações como “a ilha dos Amores” e “o recanto do Paraíso”, o que constituiu um excelente veículo de propaganda nos vários cantos do mundo. A propaganda turística que foi difundida pelos guias turísticos elaborados pelos ingleses e alemães atraiu curiosos de diferentes áreas, nomeadamente da medicina e da botânica. Assim, em 1751, Thomas Hemberden observou,

na *Philosophical Transaction* de Londres, as qualidades do clima madeirense e os seus efeitos terapêuticos. Deste modo, foi dado o primeiro passo para que a classe médica começasse a recomendar a estada no Funchal como a mais propícia para determinados tratamentos (Silva, 1985). Ainda de acordo com Silva, este período é testemunhado pelas obras *On Consumption Medical Observation*, de Fothergill (1775), *Guide to Madeira with an account of the climate*, de Adams (1801), e *Observations on the Natural history, Climate and Diseases of Madeira during a Period of Sixteen Years*, de William Gouklay (1811).

Nos séculos XVIII e XIX, a ilha é destacada pelas qualidades do clima e dos seus efeitos terapêuticos. As primeiras observações meteorológicas realizadas em Portugal acerca do clima da Madeira, com processos e resultados tecnicamente aceitáveis, ocorreram entre 1747 e 1753. Foi seu autor Tomas Heberden, tendo sido publicadas na *Philosophical Transactions*, de Londres. A partir desta data, mais de duas dezenas de trabalhos foram publicados, destacando-se o médico Nicolau Pita, em 1812, com *Account of the Island of Madeira*; a comunicação do Dr. Francisco Barral, em 1853, na Academia Real das Ciências de Lisboa, traduzida para francês e ampliada pelo Dr. Garnier; o *Climat de Madère*, do almirante Hugo de Lacerda, publicado em francês e traduzido em inglês. A partir desta altura, a ilha passa a constar nos guias médicos internacionais do século XIX, como clínica de cura da tísica pulmonar e em particular da tuberculose, sendo ao mesmo tempo um meio de divulgação da Madeira. Contribuíram para esta etapa Herber (1751), Fothergill (1775) e Adams (1801), permitindo que a Madeira passasse a ser alternativa às estâncias de Itália e França. O maior número de doentes provinha da Inglaterra, devido à ocupação inglesa na ilha e às influências de vários médicos, caso de Kirwan e Gourlay (1811) e Pitta (1812). Com os guias turísticos a região assistiu, na primeira metade do século XIX, ao lançamento de uma imagem com potencial para a sua futura vocação turística (Câmara, 2002). Essa imagem identificava-se particularmente com o clima da Madeira, recomendado para fins terapêuticos. Segundo a autora, a partir de meados do século XIX, as próprias ações de divulgação destinadas aos doentes, como o divertimento e a saúde, deixavam antever que se entrara num processo de transição. “A partir dos anos 80 do século XX, a Madeira foi perdendo a conotação de estância de saúde e ganhou a de Ilha de férias” (Câmara, 2002: 177). Por isso, em 1890 a ilha era cada vez mais apreciada e “consumida” por visitantes saudáveis e homens muito ativos a nível dos negócios. O interesse pela Madeira redobrou no século XIX, porque “o sul da Europa se encontrava inacessível”, por causa dos acontecimentos militares que caracterizaram essa época (Gourlay, 1811: 231).

Em 1821, sublinhava-se que a “Madeira [...] adquiriu um interesse acrescido através da recomendação do seu clima, por experiência médica, aos doentes ingleses, no caso em que o ar do seu país deixa de ser-lhes benéfico” (Combe, 1821: 4).

Durante a primeira metade do século XIX, a divulgação da Madeira passou a suceder através de cartas e guias destinados a serem consultados pelos doentes. A maior parte destes textos foram escritos sem intenções comerciais, tendo como seus autores pessoas que haviam visitado a ilha e que procuravam transmitir a sua própria experiência, muito embora tivesse existido também intenções claras de publicidade deliberada, como aconteceu com um texto editado na década de 40, onde os interesses de uma companhia inglesa de navegação se encontravam bem explícitos.¹

Até finais do século XIX, uma das referências mais assíduas era a que se relacionava com a lista dos médicos disponíveis para atender os visitantes estrangeiros, sendo alguns deles de outras nacionalidades ou madeirenses diplomados no exterior (Hopkins, 1819: 47; Osborne, 1843: 22-23; Pitta, 1859: 5; Mourão-Pita, 1859).

As referências constantes nos guias turísticos no final do século XIX e início do século XX projetavam a imagem de que a Madeira mantinha comunicações regulares e frequentes com diversas cidades alemãs, inglesas e de países do Mediterrâneo. Por outro lado, o aumento da oferta de centros de turismo fez com que os guias turísticos passassem a realçar as vantagens comparativas da região face a outros destinos concorrentes (Câmara, 2002).

Nesta época destacam-se algumas celebridades no campo político, como o príncipe Alexandre dos Países Baixos (1848), a princesa Amélia do Brasil (1852) e alguns intelectuais estrangeiros e nacionais que enaltecera a ilha, como Castilho, Júlio Diniz (que escreveu na Madeira as *Pupilas do Senhor Reitor*), Antero de Quental, Bulhão Pato, Afonso Lopes Vieira, António Nobre e Olavo Bilac.

Merecem referência inúmeras personalidades europeias, como a rainha Adelaide de Inglaterra, o imperador da Áustria, que se fixou na ilha, em 1921, o príncipe russo de Oldemburgo, tenente-general dos exércitos do czar, que em 1884 fez publicar, em Paris, a tradução francesa de *Eurico, o Presbítero* e viveu dois anos na Madeira com grande fausto e gestos de filantropia, o Marechal Pilsudsky – libertador da Polónia, em 1931 e Wilhelm Priz Zu Wied – ex-rei da Albânia, em 1932. Segundo Alberto Vieira,

¹ Em causa está o livro de John Osborne (1843) que foi compilado a partir de documentos fornecidos pelos agentes da Royal Mail Steam Packet Company.

A revelação da Madeira como estância de turismo terapêutico aconteceu a partir da segunda metade do século XVII. As qualidades profiláticas do clima na cura da tuberculose cativaram a atenção de novos forasteiros. Foi a busca da cura para a *tísica* que propiciou aos madeirenses o convívio com poetas, escritores, políticos e aristocratas. Não obstante a polémica causada em torno destas reais possibilidades de cura, a ilha permaneceu por muito tempo como local de acolhimento dos doentes, sendo considerada a primeira e principal estância de cura e convalescença do velho continente² [...] o turismo na Madeira começou como uma forma de busca da cura para a tísica pulmonar. Foi este movimento que paulatinamente contribuiu para que se transformasse rapidamente numa realidade. Na verdade, a partir da segunda metade do século dezoito foi a revelação da Madeira como estância para o turismo terapêutico, mercê das qualidades profiláticas do clima na cura da tuberculose, o que cativou a atenção de novos forasteiros. Agustina Bessa Luís diz-nos que foram eles que fizeram a fama da ilha. (Vieira, 2008: 100-101)

O turismo afirmou-se mercê das referências elogiosas feitas por alguns especialistas, como os doutores Sousa Vaz (1832) e J. Clark (1830), que consideravam o Funchal a primeira e principal estância de cura e convalescença da Europa (cf. Silva, 1984: 273-274; Cardoso, 1964: 24).

O século XIX foi considerado a era do turismo terapêutico, dependendo este da conjuntura europeia do início deste século, em que as guerras liberais europeias bloquearam as vias de acesso às estâncias de cura do Sul da Itália e da França, desviando para a Madeira o fluxo marítimo destinado a essas áreas, integrando ingleses, alemães e russos. A fama da Madeira quanto ao turismo terapêutico espalhou-se depressa por toda a Europa ao longo do século XIX. No período de 1834-1852, a média anual de visitantes rondava os 300 a 400, sendo a sua maioria inglesa (Câmara, 2002).

Em 1888, numa fase em que as motivações do visitante que procurava a Madeira se encontravam em fase de transição, António Correia Herédia, sem excluir os elementos climático-terapêuticos, deu ênfase aos aspetos do lazer e da beleza paisagística da ilha:

² Não será por acaso que muitos guias do século XIX dão especial atenção ao clima e existe numerosa bibliografia sobre o tema. *Vid.* Adams, 1801 e 1808.

É considerável o número de estrangeiros de diferentes países que vão residir na Madeira durante o Inverno [...]. A importância económica deste facto é tamanha que não há que poupar despesas para dar comodidades, facilidades em tudo àqueles hóspedes, tornando-lhes de todos os modos agradável a sua residência ali, sempre de todos os modos atraente, o país. Bastaria o número considerável de hotéis de primeira ordem, e de casas particulares que há no Funchal, preparadas para alugar aos estrangeiros, para explicar até que ponto a riqueza pública se ressentiria do desaproveitamento das vantagens com que a natureza dotou a ilha, pelo respeito às suas condições climatéricas. (Herédia, 1888: 35)

Passaram pela Madeira milhares de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, mormente médicos, botânicos, historiadores, engenheiros, geógrafos, enfermeiros, entre outros, que se fixaram na região durante vários meses para realizarem os seus estudos de investigação sobre a cultura madeirense, a geologia, o clima as espécies agrícolas e vegetais e orografia do território insular.

Em resultado do movimento de visitantes de origem britânica na ilha, surge a necessidade de preparação de guias para o visitante, com os necessários conselhos para a viagem e visitas no interior. O primeiro texto que conhecemos deste teor é da autoria de Thomas Edward Bowdich (1825). Contudo, o primeiro guia turístico da Madeira surge em 1850, por John Driver, no seu segundo livro, onde são focados elementos de história, geologia, flora, fauna e costumes da ilha. Seguiram-se Robert White e James Johnson (1860), Ellen Taylor (1882), J. Rendell (1890), W. Reid (1891) e Marsh (1892), que elaboraram vários guias turísticos.

Em termos de infraestruturas hoteleiras, foram os ingleses e os alemães os primeiros a lançar a rede hoteleira madeirense, destacando-se em 1840 dois hotéis: The London Hotel e o Yate's Hotel Family (Silva, 1985). Em 1881, passou para três hotéis ingleses: Santa Clara, Royal Edimburg, Carmo e um alemão – o Hotel Schaff. John Driver, em 1850, referiu na sua obra existir um bom hotel inglês à entrada da cidade do Funchal – o Yates. Robert White, em 1860, refere existirem na Madeira 14 pensões e três hotéis nos arredores da mesma cidade. Em 1889, eram 10: Edinburg Hotel, Santa Clara Hotel, Milles Hotel, German Hotel, Boa Vista Hotel, Cardwell Hotel, Victoria Hotel, Hotel Central, Hotel Funchal e Hotel Lisbonense. Ellen Taylor, em 1882, descreveu a existência de seis grandes hotéis, três casas mobiladas de grande conforto e os hotéis rurais, em número de seis, mas sendo só dois de categoria – o de Santana, do Sr. Acciaioli e o de Santa Cruz, do Sr. Gonsalves.

Em 1891, é inaugurado o hotel Reid's. Este hotel é considerado o mais antigo empreendimento hoteleiro em funcionamento no espaço atlântico. William Reid e W. Willkinson foram os impulsionadores desta obra, bem como os responsáveis pelo surgimento de novas unidades hoteleiras. Pernoitaram no Reid's ilustres personalidades como W. Churchill (1910), B. Shaw, G. Marconi, Luís Botha, entre outras. Dai a história do turismo na Madeira estar, também, diretamente relacionada com o Reid's Hotel (Baptista, 2005).

Com o progressivo desenvolvimento da máquina a vapor, no início do século xx, o turismo madeirense ficou ameaçado, uma vez que os novos tipos de transporte marítimo não necessitavam da ação dos ventos alísios, nem das correntes marítimas favoráveis, bastava que fossem abastecidos de carvão. A falta de infraestruturas materiais de apoio à navegação mundial (portos de abrigo, cais e depósitos de óleo bem apetrechados) contribuiu também para a diminuição progressiva da navegação comercial no porto do Funchal, tornando-o apenas num ponto de apoio a passageiros em trânsito.

Ao ser considerado um sector muito relevante na economia da ilha, o turismo provocou também mudanças a nível institucional. O primeiro passo ocorreu em 1930, com a criação da Comissão de Turismo, que deu origem à Delegação de Turismo da Madeira a 5 de setembro de 1936, sob o decreto-lei 26980, um esforço de modernização e de estruturação do sector turístico na Madeira. A Comissão de Turismo expôs, em 1931, na grande Feira de Leipzig um *stand* retratando os encantos da ilha, a qual passou a ser visitada por jornalistas estrangeiros e nacionais que remetiam artigos publicitários para os seus jornais e revistas, tais como: o *Tatler* (1931); o *Time* (1933); o *Daily Mail* (1933); o *Daily Telegraph* (1939); e o *The National Geographic Magazine* (1939). Saliente-se ainda que, em 1934, a publicidade se estendeu também aos canais da televisão alemã e inglesa.

A conjugação destes dados permitiu concluir que a propaganda individual do hotel x ou y perdia terreno a favor da propaganda coletiva passando, desta forma, a Ilha a ser retratada como um todo, aliás, como instância turística de todo o ano, dado que a estação de Inverno nunca perdeu o seu potencial atrativo. (Silva, 1985: 20)

A autora, na obra *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Histórico*, refere duas épocas para o início do turismo madeirense: a “colonial” (séculos xv-xviii) e a “terapêutica” (século xix e início do século xx). Cada uma das épocas está ligada a conjunturas externas distintas. Todavia, as duas assentam na dependência

da navegação atlântica, na atração exercida pela beleza paradisíaca da ilha e no clima ameno (Silva, 1985).

Durante a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma rutura nos fluxos turísticos no porto do Funchal, justificando-se o encerramento de quase todos os hotéis madeirenses e da linha férrea do Funchal, uma vez que já não era rentável a sua manutenção. Nesta altura, a Madeira era visitada principalmente por ingleses e alemães abastados, que ali encontravam a estabilidade desejável e o clima ameno que contrastava com os climas temperados marítimo e continental, de invernos rigorosos dos seus países (Baptista, 2005).

Após a Segunda Guerra Mundial, os grandes navios transatlânticos que escalavam regularmente o porto do Funchal deixaram de o fazer, procurando outros mais bem apetrechados, como os de Tenerife e de Las Palmas. Face a esta situação, os pequenos hotéis mudaram de categoria e transformaram-se em pensões, enquanto as quintas desapareceram, surgindo no seu lugar hotéis.

Com a inauguração do aeroporto do Funchal, em 1964, uma nova época desponta para o turismo madeirense, que se abre para o mundo moderno, através dos voos domésticos, internacionais e *charters*, absorvendo turistas de diversos escalões etários, oriundos da Europa. O turismo madeirense conhece um novo ciclo, caracterizado por um elevado afluxo de turistas à Madeira e, por conseguinte, o surgimento de novas infraestruturas hoteleiras, cujo número quase triplicou em 15 anos (Baptista, 2005). Este aumento está associado ao processo de desenvolvimento implementado na região com a Autonomia Política e Administrativa, resultante do 25 de Abril de 1974. Também está associada a este novo ciclo a criação da Secretaria Regional do Turismo em 1978, com a regionalização do sector do turismo. As infraestruturas públicas, nomeadamente as rodoviárias e aeroportuárias (caso da ampliação do aeroporto da Madeira, que se tornou intercontinental a 15 de setembro de 2000) e ainda infraestruturas portuárias, bem como a estabilidade política e social vivida na Madeira, foram os fatores fundamentais para o crescimento do sector turístico.

Se em 1975 a Madeira tinha apenas 9528 camas, distribuídas por 116 estabelecimentos hoteleiros, sendo 58 pensões, em 2000 passou a dispor de 24.520 camas e 261 estabelecimentos, e em 2019 a Região apresentava 391 estabelecimentos e 35.794 camas (DREM, 2020).

A reputação do turismo madeirense foi realçada também por vários escritores portugueses que tiveram o prazer de visitar a ilha da Madeira. Em *A Corte do Norte*, Agustina Bessa-Luís referia que

Havia muita gente mais disponível para as diversões, se bem que Lopo dissesse que os tuberculosos eram mais alegres. No fundo, quem fez a fama da Madeira foram os enfermos até os mais perdidos de esperança e os incuráveis. Pessoas deliciosas, em geral cultas e que tinham particular inclinação para novidades e coisas pagãs: para a ciência, o amor e a boa mesa. Também gostavam de música [...]. Alguns morriam na ilha, serenamente [...]. (Bessa-Luís, 1987: 35)

As quintas madeirenses são também parte integrante da história do turismo da Madeira. A elas estão associados momentos inesquecíveis da nossa história. Foram palco de importantes acontecimentos e decisões políticas, bem como acolheram ilustres visitantes, enriqueceram o Funchal de flores e plantas exóticas e recriaram os hábitos da conveniência aristocrática inglesa. Os ingleses, ao adquirirem as quintas, rechearam-nas com riquíssimo mobiliário e criaram parques, jardins e riachos nos seus espaços envolventes. Hoje, sobressaem a Quinta Vigia (residência oficial do presidente do Governo Regional) e a Quinta do Palheiro. A primeira foi morada de alguma aristocracia europeia: rainha Adelaide de Inglaterra (1847-1848), duque de Leuchtenberg (1849-1850), imperatriz do Brasil, D. Amélia (1852). A última serviu de palco para grandes receções, destacando-se em 1817 a imperatriz Leopoldina do Brasil, em 1858, a do infante D. Luís e, em 1901, a do rei D. Carlos e à rainha D. Amélia.

A ilha da Madeira foi eleita, consecutivamente, Destino Insular Líder Mundial, de 2015 a 2020, pelos World Travel Awards. Em 2013 e 2014, e consecutivamente, de 2016 a 2020, ganhou o prémio Europa's Leading Island Destination, tendo competido nesta categoria ao lado de importantes destinos turísticos, como as ilhas Canárias, as Baleares, a Sardenha, Malta, Chipre, entre outros. Os World Travel Awards, também conhecidos como “Óscars do Turismo”, foram criados em 1993 e acontecem uma vez por ano. Eles visam “reconhecer, premiar e celebrar a excelência em todos os sectores da indústria do turismo” globalmente, assim como reconhecer as melhores práticas deste sector. Para além de eleger os melhores hotéis europeus, todos os anos a organização do World Travel Awards (WTA) nomeia também os melhores hotéis de cada país, premiando os hotéis da ilha da Madeira nas mais diversas categorias e reconhecendo, assim, a qualidade das instalações hoteleiras e o serviço de excelência disponíveis na região.

Contributos da Madeira para a história do turismo mundial

Como atesta Alberto Vieira,

A Madeira foi a primeira terra revelada do novo mundo, escala para a navegação e expansão dos produtos europeus no mundo atlântico. Com o século XVIII a ilha transformou-se em escala obrigatória das expedições científicas que fizeram saciar a curiosidade inata do Homem das Luzes. Também a Madeira foi palco por onde passaram destacadas personalidades oriundas da aristocracia e casas reais europeias, de políticos, cientistas, escritores, atores e cineastas. Por toda a ilha é fácil encontrar recantos que recordam a presença. (Vieira, 2008: 98)

Os estrangeiros surgem na Madeira, “a partir de meados do século XV, integrados na segunda leva de povoadores, sendo os responsáveis pela afirmação da economia da ilha no mercado europeu e neste grupo há o destaque especial para os genoveses e venezianos” (Vieira, 2005: 7).

A protoglobalização iniciada há quase 600 anos pela empresa marítima de desbravamento do mar ignoto, liderada pelo infante Dom Henrique, com a descoberta oficial do arquipélago da Madeira foi marcada pela abertura de novas rotas marítimas planetárias que colocou os continentes, os povos, as religiões e as civilizações do mundo a interagirem entre si. (Franco, 2016: 273)

Muitos estrangeiros tiveram passagens quase obrigatórias pela Madeira, devido às condições marítimas serem por vezes adversas.

Em alguns casos a ocorrência resultou de condições difíceis para os próprios, sendo a ilha porto de escala de caminho para o exílio, como sucedeu com Napoleão Bonaparte (1815), o imperador da Áustria, Carlos de Habsburgo (1921), Fulgêncio Baptista y Zaldivar, ex-presidente de Cuba (1959). Outros mais políticos desfilaram pelo porto e ruas da cidade funchalense, como os Generais Luís Botha (1909) e Jan Christian Smuts (1921) da União Sul-Africana. (Vieira, 2008: 106)

Embora o turismo na Madeira tivesse o seu início no século XV, foi nos finais do século XVIII e princípios do século XIX que esta atividade se assumiu com

maior relevância e consistência, principalmente no concelho do Funchal, pelo facto de os turistas chegarem por via marítima ao porto da cidade do Funchal.

A Madeira pode muito bem ser considerada uma das mais destacadas salas de visita do espaço atlântico, pois foi desde os primórdios da ocupação europeia um espaço aberto à presença quase assídua de forasteiros. A hospitalidade madeirense é uma constante da História que não se cansa de assinalar a frequência de aventureiros, marinheiros, mercadores, aristocratas, políticos, artistas, escritores, cientistas. Uns surgem apenas de vista fugaz de passagem, outros vêm ao encontro da ilha, em busca da cura para as doenças ou do tédio dos ambientes aristocráticos. A todos a ilha acolheu de braços abertos. (Vieira, 2008: 104)

A Madeira, desde os Descobrimentos portugueses no século xv, até aos nossos dias, sempre foi um ponto de chegada e de partida para o mundo. Nos Descobrimentos, servia para os navegadores descansarem e prepararem novas aventuras para o Atlântico e Índico, à descoberta de “novas terras”.

Os portugueses iniciaram paralelamente, em 1419, com a descoberta oficial da Madeira, as suas viagens marítimas “por mares nunca de antes navegados”, que os levariam a fundar potentados no contorno do litoral africano, chegando à Índia e ao Extremo Oriente, e passando pelo promissor Brasil. (Franco, 2020: 37)

James Cook escalou a Madeira por duas vezes em 1768 e 1772, numa réplica da viagem de circum-navegação apenas com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam intrometeram-se no interior da ilha à busca das raridades botânicas para a classificação e depois revelação à comunidade científica. (Vieira, 2008: 107)

Nos séculos xvii e xviii chegaram à Madeira intelectuais alemães e ingleses que exploraram as espécies vegetais da ilha e criaram os primeiros mapas com as rotas e caracterização da ilha, onde constavam aspetos da geologia, da orografia, da biologia, do clima e da fauna. O vinho Madeira teve um contributo importante na globalização do turismo madeirense, pois desde o século xv começou a chegar às Américas, à África, à Europa e ao continente asiático. “O comerciante inglês, que surgiu a partir do século xvii, soube tirar o máximo partido do produto fazendo-o chegar em quantidades volumosas às mãos dos

compatriotas, que o aguardavam nos quatro cantos do mundo” (Vieira, 2003: 10). A ação dos ingleses foi predominante nos séculos XVIII e XIX na Madeira, controlando as vias de escoamento do vinho e do comércio e abastecimento do mercado local. “Foram os únicos estrangeiros que conseguiram assumir uma posição, privilegiada na sociedade madeirense, criando um mundo à parte e funcionando com instituições próprias, privilégios exorbitantes, o comércio quase total da economia da ilha e fruidores da riqueza” (Vieira, 2003: 413). Ainda segundo o mesmo autor, “em 1782 surge com 602 pipas para o Oriente, o que corresponde a 60% das saídas de vinho do porto do Funchal e em 1784 tinha 700 pipas disponíveis para embarque com destino aos portos asiáticos” (Vieira, 2003: 415). Em 1811, um navio português transportou para São Petersburgo 194 pipas de vinho Madeira (Vieira, 2003: 395).

Em 1991 descobriu-se nas caves do Kremlin algumas garrafas de vinho Madeira, certamente esquecidas na confusão da Revolução de 1916/1917. O ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em 1982 brindou ao seu 71.º aniversário com um cálice de vinho Madeira. O Dia da Independência dos Estados Unidos, a 4 de julho, é igualmente festejado com o vinho Madeira.

Na verdade, a América do Norte foi, desde a década de quarenta do século XVII, um dos destinos do vinho madeirense: New England (1641), New Haven (1642), Boston (1645), Nova Iorque (1687) e o vinho Madeira é presença assídua, no decurso do século XIX, em Baltimor, Boston, Carolina, Charleston, Filadélfia, Hartford, Luisiana, Maryland, Nova Iorque, Ne Brunswick, New Orleans, New Jersey, Norfolk, Nova Inglaterra, Providence, Savannah, Virgínia. (Vieira, 2015: 2)

Portanto, infere-se dos textos do historiador Alberto Vieira que o vinho Madeira contribuiu para divulgar a Madeira em várias partes do mundo e cativou muitos estrangeiros que se interessaram por visitar a ilha, a fim de usufruírem das experiências únicas que esta oferecia. Por isso, segundo Vieira (2003), o turismo e o vinho são indissociáveis na ligação aos ingleses e foram eles os principais mentores, intervenientes e usufrutuários que traçaram os rumos do mercado colonial e definiram o processo de vinificação adequado ao paladar e às contingências da rota e destino.

No século XX verifica-se a chegada de turistas em maior número por via marítima e via aérea, graças às infraestruturas do porto do Funchal e do aeroporto intercontinental da Madeira, assim como ao surgimento de muitos hotéis e quintas no Funchal. O século XXI é o culminar do estágio de maturação do turismo, com

base no modelo de Butler (1980) sobre o ciclo de vida de um produto turístico, pelo menos, até fevereiro de 2020, antes da pandemia.

Passaram pela Madeira, entre 1750 a 1900, centenas de cientistas, com destaque para James Cook, que escalou a Madeira por duas vezes (1768 e 1772), John Byron, Alexander von Humbolt e John Forster, que recolheram espécies botânicas no interior da ilha (Vieira, 2003).

Ao longo da sua história, a Madeira foi o ponto de contacto das ligações marítimas entre a Europa e os outros continentes: a América do Sul, a América Central, a África e Ásia. Esta constatação advém do facto do porto do Funchal ser de águas profundas e, por isso, todos os barcos rumavam em direção à Madeira para se reabastecerem. Quando saíam do Funchal, muitas vezes levavam madeirenses para outras partes do mundo. Portanto, a Madeira contribuiu de forma muito significativa para a história do turismo mundial, sendo vista como uma plataforma e ponto de ligação entre muitos países do mundo. Ao porto do Funchal sempre chegaram milhares de visitantes estrangeiros com diversas motivações e, hoje, os cruzeiros também contribuem para a economia da ilha da Madeira, principalmente da cidade do Funchal, devido à dinâmica económica e social que estes provocam aquando da sua passagem.

Porque o fenómeno turístico da ilha da Madeira tem mantido determinadas características específicas, designadamente quanto à hospitalidade e qualidade das suas unidades turísticas, em 2010, a OMT considerou a Madeira um destino turístico de excelência.

Evolução dos 10 principais mercados de origem dos turistas da Madeira entre 1970 e 2019

A origem dos turistas da ilha da Madeira foi muito diferenciada ao longo dos anos, verificando-se uma dependência acentuada relativamente à tipologia de transporte disponível em diferentes momentos da história, assim como às motivações dos próprios turistas e do desenvolvimento promovido pelo Governo Regional, que levou a cabo a construção de várias infraestruturas em toda a Madeira e ilha do Porto Santo. Este desenvolvimento atraiu o investimento privado no sector, nomeadamente por meio da edificação dos alojamentos turísticos e do alargamento da diversidade da oferta, relacionada com a cultura, com o património natural e construído, assim como os desportos de aventura na terra e no mar.

Por forma a avaliar o comportamento dos vários mercados emissores de turistas para a ilha da Madeira, foi efetuada uma análise dos dados disponíveis

na DREM (2020), relativos ao número de hóspedes por país de residência, nos anos de 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2019, para os 10 principais mercados, em concreto, Portugal, Alemanha, Reino Unido, França, Noruega, Itália, Países Baixos, Áustria, Espanha e Dinamarca. O ano de 2020 não foi considerado, uma vez que os dados se apresentam muito alterados, devido à pandemia Covid-19, podendo a sua inclusão originar um enviesamento na interpretação dos resultados.

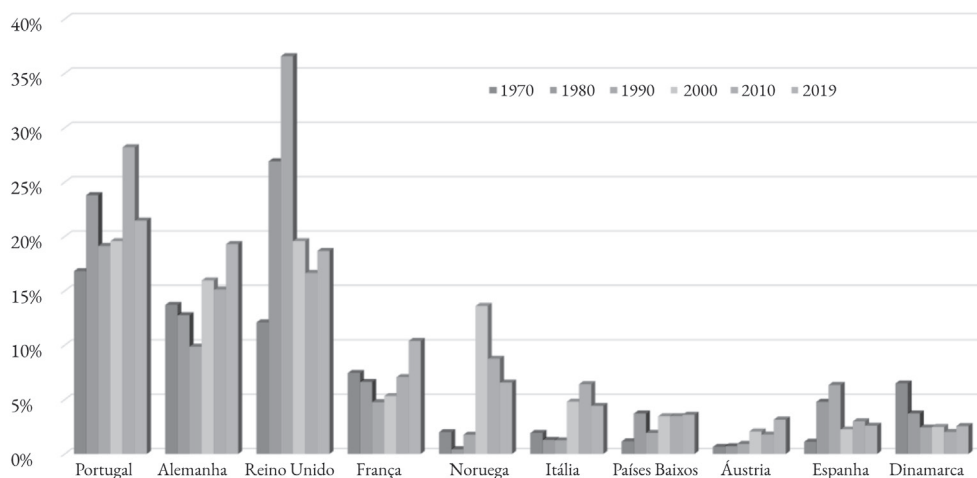


Gráfico 1 – Evolução dos dez principais mercados emissores da ilha da Madeira (1970-2019). Fonte: Elaborado a partir de dados da DREM (2021).

Os dados apresentados permitem-nos num primeiro momento perceber que os dez mercados em análise representaram no ano de 1970 cerca de 63,4% do total de turistas, enquanto em 2019 representaram 92,7%, verificando-se que o número de turistas cresceu de forma exponencial entre o ano de 2000 (745.080) e o ano 2019 (1.596.557). Esta evolução pode ser explicada por fatores como a ampliação do aeroporto, em 2000, que permitiu a chegada de aviões de maior capacidade de transporte à ilha, sendo considerado o maior investimento que o Governo Regional efetuou em termos de promoção, através da Associação de Promoção da Madeira, assim como a edificação de infraestruturas rodoviárias no seu território. À diversidade da oferta turística alia-se a promoção mediante as novas tecnologias, que têm contribuído para a afluência de milhares de visitantes à ilha. Com efeito, através da Secretaria do Turismo e Cultura, o Governo Regional tem recorrido à Internet e ao Facebook com esse fim.

A liberalização do transporte aéreo influenciou igualmente a estratégia de promoção do destino Madeira nos mercados emissores e, por consequência, o aumento da procura dos principais mercados europeus, com destaque para a Alemanha e o Reino Unido, que juntos representaram, em 2019, cerca de 38% dos turistas. Destaca-se também o mercado nacional, que em 2019 representou cerca de 21,5% do total dos turistas. Tal como ocorreu em outras regiões nacionais, o mercado francês também veio a destacar-se em 2019, com cerca de 10,4%, contra os 5,3% de 2000 ou os 7,1% de 2010 (cf. Gráfico 1).

Conclusão

A Madeira é vista por muitos investigadores como uma área geográfica com enorme potencial para realizar vários estudos, desde a história da ilha, de cinco séculos, ao turismo. Foi sempre uma plataforma giratória para o turismo a nível mundial, assim como para as relações comerciais e as telecomunicações, visto que os cabos submarinos passam junto da ilha.

Passaram por aqui muitos cientistas e escritores de vulto que exploraram a ilha em termos de clima, flora, cultura e de ócio, assim como a sua beleza, partindo depois para outras áreas geográficas do globo. Por essa razão é considerada ponto de chegada e de partida para o mundo, ou seja, como espaço de cruzamento do local e do global. A ilha é vista como parte integrante do fenómeno da globalização, também porque contribuiu para a expansão marítima de há 602 anos e para a mundialização do sector do turismo ao longo dos vários séculos de história do mesmo.

A passagem de muitos estrangeiros pela Madeira, onde permaneciam vários dias ou meses, caso de investigadores da flora, da geologia e do clima, como o francês Alexander von Humboldt (geógrafo) em 1779, vários escritores, como Bulhão Pato (1907), Maria Lamas (1956), Agustina Bessa-Luís (1987), a imperatriz Leopoldina do Brasil (1817), a rainha Adelaide de Inglaterra (1847/1848), Oldemburgo, general dos exércitos do czar da Rússia (1884), o imperador Carlos da Áustria (1921), o Marechal Pilsudsky, libertador da Polónia (1930), e Winston Churchill, primeiro-ministro do Reino Unido (1950), evidenciam que a Madeira faz parte da história do turismo mundial, sobretudo o turismo cultural, de saúde e bem-estar, assim como da própria literatura internacional de viagens.

Desde os Descobrimentos, a ilha foi uma placa giratória de passagem dos barcos para outras partes do mundo, designadamente para os países da costa africana, da América Latina (Brasil), da costa asiática (Goa, Timor e Macau), situação que

ainda ocorre nos dias de hoje, principalmente com os barcos transatlânticos que fazem escala no porto do Funchal, onde por vezes permanecem de um a dois dias. Esta realidade evidencia a inclusão da Madeira na história do turismo mundial, estando presente também nos mapas de fluxos turísticos globais.

Segundo Alberto Vieira,

a ilha foi e continuará a ser um espaço de busca permanente sendo infindáveis as motivações da viagem. Primeiro os aventureiros e navegantes abriram o caminho à sua descoberta, que depois foi motivo de fruição para políticos, aristocratas, cientistas, escritores e artistas. Uns aproveitaram a oportunidade da demora da escala para um rápido conhecimento ou estudos, outros vieram obrigatoriamente ao encontro da ilha e dos seus encantos definidos pela beleza natural, amenidade do clima ou propriedades profiláticas. (Vieira, 2008: 116)

“A Ilha da Madeira é considerada um centro turístico internacional devido ao seu ambiente, especificidade paisagística, climática e cultura” (Carvalho *et al.*, 2017: 17). Ainda de acordo com os mesmos autores,

o arquipélago adotou um modelo de desenvolvimento sustentável no turismo, onde o investimento no seu património, costumes, tradições e festas, como o Carnaval, Festa da Flor, Festa de Reveillon, entre outros, tornaram-se base para o crescimento económico da região. Essas diferenças específicas fazem da ilha da Madeira um destino tão procurado e visitado por pessoas de todo o mundo, já que grande parte dos turistas não se identifica mais com o turismo convencional, pois procuram algo mais autêntico. (Carvalho *et al.*, 2017: 20)

Da análise ao Gráfico 1, relativamente aos mercados emissores dos turistas, conclui-se que o Reino Unido, a Alemanha e Portugal sempre foram os principais mercados de origem dos turistas, apreciados como mercados tradicionais e representando 75% do total. Consta-se ainda que os restantes sete países são todos europeus, considerando que foram estudados os dez principais mercados emissores.

Na continuação deste estudo, sugere-se que sejam realizados estudos comparativos sobre os contributos específicos dados por regiões turísticas semelhantes à ilha da Madeira, destacando os indicadores relativos à evolução dos seus mercados ao longo do século XXI. Deste modo, será possível descrever e avaliar as tendências do turismo, bem como prever o que acontecerá neste domínio tão relevante do atual mundo global.

Bibliografia

- Adams, J. (1801). Observations on pulmonary consumption, and on the utility of the climate of Madeira for phthical patients, addressed to a physician in London. *The Medical & Physical Journal*, V (XXVI), 307-311.
- Adams, J. (1808). *A Guide to Madeira. With Instructions to Such as Repair to That Island for Health*. London: Callow.
- Baptista, J. M. L. (2005). *A Evolução do Turismo na Madeira no Período 1975 a 2000: Análise dos Indicadores Estatísticos Disponíveis e Graus de Interesse e de Fiabilidade na Medição e Projeção da Evolução do Sector do Turismo*. Funchal: Edição do autor.
- Câmara, B. (2002). *A Economia da Madeira (1850-1914)*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cardoso, A. (1964). *A Madeira e o Turismo Nacional*. Funchal: s.n.
- Carita, R. (2008). *Funchal 500 Anos de História*. Funchal: Funchal 500 Anos.
- Carvalho, T. F. F. et al. (2017). Insights about destination brand: Madeira case study. *Tourism and Hospitality International Journal*, 9 (1), 12-33.
- Clark, J. (1830). *The Influence of Climate in the Prevention and Cure of Chronic Diseases, more particular of the Chest and Digestive Organs: Comprising an Account of the Principal Places Resorted to Try Invalids in England, the South of Europe. A Comparative Estimate of Their Respective Merits in Particular Diseases; and General Directions for Invalids while Travelling and Residing Abroad with An Appendix, Containing a Series of Tables on Climate* (2nd ed.). London: Thomas and George Underwood.
- Combe, W. (1821). *A History of Madeira: With a Series of Twenty-Seven Coloured Engravings, Illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of the Island*. London: R. Ackermann.
- Correia, A. M. S. A. M. (1981). *A Madeira Vista por Estrangeiros: 1455-1700*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura /Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Direção Regional de Estatística da Madeira (2020). *Estatísticas do Turismo*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira.
- Forster, G. & Forster J. R. (1777). *A Voyage Round the World, in His Britannic Majesty's Sloop, Resolution: Commanded by Capt. James Cook, during the Years 1772*, vols. 3-5. London: B. White, J. Robson, P. Elmsly and G. Robinson.
- Franco, J. E. (2016). Da globalização à glocalização – Educar para uma globalização de rosto humano. Proposta de sete princípios para a utopia do mundo unido. *Brotéria*, 182 (3), 271-282.
- Franco, J. E. (2020). *A Europa ao Espelho de Portugal: Ideia(s) de Europa na Cultura Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Gama, J. (2011). *Arquitetura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Gourlay, W. (1811). *Observations on the Natural History, Climate, and Diseases of Madeira: During a Period of Eighteen Years*, vol. 4. London: J. Callow.

- Heberden, T. & Heberden, W. (1753). A continuation of the account of the weather in Madeira. By Dr. Thomas Heberden. Communicated by Dr. W. Heberden, F. R. S. *Philosophical Transactions*, 48, 617-20.
- Herédia, A. C. (1888). *Observações sobre a Situação Economica da Ilha da Madeira e sobre Reforma de Alfândegas*. Lisboa: Typ. Mattos Moreira.
- Hopkins, F. S. (1819). *An Historical Sketch of the Island of Madeira. Containing an Account of the Original Discovery and First Colonization; Present Produce; State of Society and Commerce*. London: F. S. Hopkins.
- Humboldt, A. von & Sabine E. J. L. (1849). *Aspects of Nature, in Diferent Lands and Different Climates with Scientific Elucidations* (3rd ed.). London: J. Murray.
- Jardim, J. (2019). António J. M. Trindade: O empreendedor do turismo, o estratega do PortoBay e o madeirense das águas profundas. In C. Trindade (Ed.). *Madeira Empreendedora: 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense* (249-265). Lisboa: Edições Esgotadas.
- Jardim, J. (2020). Regiões empreendedoras: Descrição e avaliação dos contextos, determinantes e políticas favoráveis à sua evolução. *Revista de Divulgação Científica AICA*, 12 (1), 197-212.
- Johnson, J. Y. (1860). *Madeira Its Climate and Scenery: A Handbook for Invalids and Other Visitors*. London: Dulau & Co.
- Joun, H.-J. & Kim, H. (2020). Productivity evaluation of tourism and culture for sustainable economic development: Analyzing South Korea's metropolitan regions. *Sustainability*, 12 (7), 2912. Acedido a 20 de janeiro de 2021, em <https://doi.org/10.3390/su12072912>.
- Mourão-Pitta, C. A. (1859). *Du Climat de Madère et de Son Influence Thérapeutique dans le Traitement des Maladies Chroniques, en général, et, en particulier, de la Phtisie Pulmonaire*. Montpellier: Typographie de Boehm.
- Nesticò, A. & Maselli, G. (2020). Sustainability indicators for the economic evaluation of tourism investments on islands. *Journal of Cleaner Production*, 248, 119217. Acedido a 20 de janeiro de 2021, em <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119217>.
- Organización Mundial del Turismo (2012). *Panorama del Turismo Internacional*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.
- Organización Mundial del Turismo (2019). *Panorama del Turismo Internacional*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.
- Osborne, J. (1843). *Guide to the Madeiras, Azores, British and Foreign West Indies, Mexico and Northern South-America, Compiled from Documents specially Furnished by Agents of the Royal Mail Steam Packet Company and Other Authentic Sources. With a Description of the Passage across of the Isthmus of Panama*. London: Simpkin, Marshall & Co.
- Pereira, E. C. N. (1989). *Ilhas de Zarco* (4.^a ed.). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Pitta, M. (1859). *Madeira: A Brief Letter of Advice to An Invalid, by an Ex-Invalid*. London: Bell and Daldy.
- Pitta, N. C. B. (1812). *Account of the Island of Madeira*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown.

- Região Autónoma da Madeira (2020). *Indicadores de Atividade Económica – Estatísticas do Turismo*. Funchal: Direção Regional de Estatística.
- Ribeiro, O. (1985). *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação.
- Silva, A. (1994). *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Silva, F. A. da (1984). Clima. In *Elucidário Madeirense*, vol. 1 (273-274). Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, I. (1985). *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Geográfico*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- Taylor, E. M. (1882). *Madeira: Its Scenery, and how to See It. With Letters of a Year's Residence*. London: Edward Stanford.
- Veríssimo, N. & Sainz-Trueva, J. (1990). *Júlio Dinis: Um Romântico na Ilha da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo.
- Vieira, A. (2003). *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV-XX*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Governo Regional da Madeira/Editora Eco do Funchal.
- Vieira, A. (2005). *As Ilhas Atlânticas*. Funchal: CEHA. Acedido a 20 de abril de 2021, em <http://www.madeiraedu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/avieira/2005ilhasatlanticas.pdf>.
- Vieira, A. (2008). A história do turismo na Madeira. Alguns dados para uma breve reflexão. *Turismo – Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, n.º 0, 95-118.
- Vieira, A. (2015). *História do Vinho Madeira: O Vinho Madeira, a Independência dos Estados Unidos da América e os Presidentes*. Funchal: CEHA.
- Vieira, A. (2020). Será o arquipélago da Madeira no século xv a primeira etapa da globalização? In J. E. Franco & J. R. Caetano (Coords.). *Globalização como Problema: Temas de Estudos Globais* (93-128). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Wilhelm, E. A. (1997). *Visitantes e Escritos Germânicos da Madeira 1815-1915*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Metodologia para a análise da precariedade laboral dos jovens O caso espanhol

Methodology for the analysis of the youth employment's precariousness: The Spanish case

Juan Carlos Solano Lucas

UNIVERSIDAD DE MURCIA / jcsolano@um.es / ORCID | 0000-0002-2145-4613

Marcos Bote

UNIVERSIDAD DE MURCIA / mbote@um.es / ORCID | 0000-0002-9178-3105

Juan Antonio Clemente Soler

UNIVERSIDAD DE MURCIA / juanantonio.clemente@um.es / ORCID | 0000-0003-2272-6219

José Ángel Martínez-López

UNIVERSIDAD DE MURCIA / jaml@um.es / ORCID | 0000-0002-6871-7265

Lola Frutos Balibrea

UNIVERSIDAD DE MURCIA / lfb@um.es / ORCID | 0000-0002-4328-9954

https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_3

Resumo: Procura-se, neste texto, conceber uma metodologia aplicável ao estudo da precariedade laboral, que permita a investigação das causas que a geram. Do ponto de vista teórico, revimos a literatura existente e as conclusões de estudos anteriores. Em termos empíricos, aplicámos técnicas multivariadas (regressão logística binária e segmentação hierárquica) para identificar as variáveis preditivas da precariedade, fazendo uso do Labour Force Survey da União Europeia – EU-LFS – e, especificamente, dos dados sobre Espanha para verificar a robustez da metodologia, através de um estudo de caso. A revisão teórica e as referências de estudos anteriores levam-nos a concluir que a precariedade e, por conseguinte, “o precário”, enquanto novo ator social, estão em construção. Neste texto, propomos, em primeiro lugar, construir um indicador que meça o nível de precariedade num segmento do mercado de trabalho e, em segundo lugar, conhecer e analisar que fatores preditivos podem influenciar a situação de precariedade de um indivíduo.

Os resultados mostram a persistente desigualdade entre homens e mulheres, bem como uma maior incidência nas trajetórias precoces dos jovens (16-29 anos). Entre as conclusões mais relevantes, encontrámos como fatores preditivos: a duração do contrato, a profissão, o sector de atividade, a idade, a formação contínua, o nível de estudos, o estado civil e o sexo. Estes resultados são consis-

tentes com estudos anteriores que apontam para uma inserção da população jovem espanhola no mercado de trabalho, caracterizada por ciclos de precariedade e desemprego, independentemente da formação dos indivíduos, ao contrário do ambiente europeu e da OCDE.

Palavras-chave: precariedade; emprego jovem; segmentação hierárquica

Abstract: We try to design a methodology applicable to the study of job insecurity, which allows us to investigate the causes that generate it. From the theoretical point of view, we have reviewed the existing literature and the findings of previous studies. From the empirical point of view, we have applied multivariate techniques (binary logistic regression and hierarchical segmentation) to identify the predictive variables of precariousness, making use of the European Union Labour Force Survey – EU-LFS – and, specifically, data from Spain to verify the robustness of the methodology, through a case study. The theoretical review and references from previous studies lead us to the conclusion that precariousness and therefore the new social actor, “the precarious”, is under construction. In this text, we propose, firstly, to construct an indicator that measures the level of precariousness in a segment of the labour market and, secondly, to know and analyse which predictive factors can influence an individual’s situation of precariousness. The results show the persistent inequality between men and women, as well as a greater incidence in the early life trajectories of young people (16-29 years). Among the most relevant findings, we have found as predictive factors: length of contract, occupation, sector of activity, age, continuous training, level of studies, marital status, and gender. These results are consistent with previous studies that point out to an insertion of the Spanish young population in the labour market characterized by cycles of precariousness and unemployment, independently of the training of the individuals, unlike the European and OECD environment.

Keywords: precariousness; young employment; hierarchical segmentation

Introdução

No âmbito da teoria sociológica, a desigualdade tem sido o campo por excelência de reflexão desde os clássicos aos contemporâneos, de Marx e Weber aos desenvolvimentos mais atuais, seguindo a tradição neo-marxista, como são os casos de E. Olin Wright e Roemer,¹ ou Goldthorpe, na tradição weberiana.

Atualmente, outras perspectivas têm vindo a expandir a explicação da desigualdade, como é o caso das contribuições da teoria feminista, que introduz na análise um conceito antigo, o patriarcado, mas visto do ponto de vista da assimetria de poder baseada no sexo e na idade, ou seja: “é uma estrutura de relações sociais que se baseia em diferenças físicas de idade e sexo, ao mesmo tempo que lhes confere um significado social para que se enraízem e produzam subjectividades” (Izquierdo, 1998: 223). Pateman (1995: 31) considera-o uma forma de poder político, levando o conceito a uma forma de dominação que pode ser considerada

¹ Há exploração quando há apropriação do trabalho de outrem (Roemer, 1989).

estrutural e que, além disso, absorveria todo o espaço social, ao considerar o patriarcado como “supremacia masculina”. Young (1996), utilizando este conceito como ponto de partida, define cinco formas de opressão que afetam diferentes populações localizadas em trabalho não remunerado (realizado por mulheres e por estudantes “em formação”), mulheres formadas que estão subempregadas em posições inferiores à sua formação, populações de outros grupos étnicos, mulheres e homens jovens que sofreram todos os tipos de violência e os chamados NEET, rotulados desde a idade adulta.

Desta forma, como salienta Duarte Quapper (2011: 102), a idade age como um legitimador das decisões dos homens adultos dominantes. Este domínio adulto é descrito por Krauskopf (2010: 5) como um bloco geracional. Este domínio por vezes simbólico estabelece comportamentos “desejáveis” e “indesejáveis” que os jovens adotam como seus (Lerena, 1987; Poggi *et al.*, 2011; Duarte Quapper, 2011). Assim, Lutte (1991) considera que a classe dominante marginaliza as classes inferiores, certos grupos etários e as mulheres.

Estudos recentes salientam como

o Estado com as suas políticas de educação e emprego também contribui para este paradoxo, uma vez que os jovens assumem o risco de pobreza quando deixam a sua casa parental e estão frequentemente numa situação de precariedade ou pobreza, considerada como um período “transitório”. (Thévenon, 2015: 13)

A aplicação das teorias de Keynes após a Segunda Guerra Mundial significou um alargamento da classe média, mas, na realidade, o pleno emprego foi apenas para os homens, uma questão que a economia clássica não tem em conta, apesar das contribuições das feministas académicas.

Fala-se do fim do trabalho (Rifkin, 1994), do trabalho flexível (Carnoy & Alborés, 2001); da precariedade do emprego como consequência da globalização (Beck, 2000), da dualidade do mercado de trabalho, reflexo de uma sociedade dividida (Tezanos, 2001), etc. A precarização não é uma tendência, nem um fenómeno novo, Bourdieu já se referia ao mercado de trabalho nos países mais desenvolvidos: “trabalhadores precários, cujo número aumenta todos os dias, de invisibilidade, isolamento, silêncio, em suma, de não-existência” (Bourdieu, 1997: 130). A concorrência do desenvolvimento tecnológico está a influenciar todas as novas formas de subcontratação e segmentação (Frazer & Marlier, 2010: 12). Muitos estudos refletem a desregulamentação dos mercados e o avanço das más condições

de trabalho para cada vez mais sectores da população, incluindo os mais instruídos (Kalleberg, 2009; Piketty, 2015; Sassen, 2015; Stiglitz, 2012; Thévenon, 2015).

O nosso estudo sobre a precariedade dos jovens no mercado de trabalho é enquadrado numa fase do capitalismo à escala planetária a que se chama globalização. Isto coincide com o regresso do capitalismo ao neoliberalismo, o que implica uma desregulamentação do mercado de trabalho que significou mesmo um regresso às fases pré-capitalistas em termos das condições laborais de certos sectores (jovens, mulheres, migrantes, pessoas sem formação, dependentes, etc.). Nesta fase da terceira revolução industrial, o capitalismo financeiro apresenta uma estrutura hierárquica entre países. A esta Wallerstein (1979) chamou “sistema-mundo”, de acordo com a sua posição em relação ao desenvolvimento de novas tecnologias, robótica e Internet. Um reflexo desta transformação é a deslocalização da produção de bens e serviços, com um impacto direto no emprego e nas condições de emprego à escala planetária. Stiglitz (2010), Rodrik (2018) ou Piketty (2019) têm sido altamente críticos do processo de globalização económica e de como este tem gerado uma polarização do emprego e um agravamento das condições de trabalho e materiais de existência, sendo a precariedade o seu reflexo principal, e sendo os jovens os mais afetados.

Como é que estas mudanças afetariam as desigualdades ainda em vigor: classe, sexo, idade, etnia? As perguntas que fazemos sobre estas propostas estão presentes no nosso estudo, pelo que pode contribuir para lançar luz sobre as novas relações sociais à escala internacional e o seu efeito sobre a precariedade.

Neste momento, interrogamo-nos sobre as formas como a precariedade se desenvolve, as variáveis com as quais está associada. Sem dúvida, existem algumas chaves: relações sociais de género (Adams & Deakin, 2014; Belzunegui, 2012), classe (Standing, 2013), idade, nacionalidade, nível educacional (Verd Pericàs *et al.*, 2015). Em suma, estamos a assistir a uma sobreposição de desigualdades que, com uma gradação diferente, estão a afetar cada vez mais a população em geral e a população jovem em particular. A segmentação está a tornar-se cada vez mais intensa (Piore, 1969). Com efeito, está a ocorrer uma divisão social polarizada no mercado de trabalho que está a dar origem a novos perfis laborais. Um estudo realizado na Grã-Bretanha (Savage *et al.*, 2013) distingue “principalmente entre as pessoas que trabalham em profissões rotineiras ou semi-rotinas empregadas ao abrigo de um ‘contrato de trabalho’, por um lado, e as que trabalham em profissões profissionais empregadas ao abrigo de um ‘contrato de serviço’, por outro”. No caso específico da Espanha, um estudo realizado por Golsch (2003: 713) concluiu

que: as *coortes* de jovens e, em particular, os mais recentes no mercado de trabalho estão neste tipo de emprego precário. O emprego temporário aumenta os riscos de desemprego e, ao mesmo tempo, é a principal via de acesso ao mercado de trabalho, independentemente de se tratar de uma transição direta da escola para o trabalho ou de uma transição para o não-emprego. No entanto, os resultados também revelam que as qualificações educacionais e profissionais são importantes e que os altamente qualificados parecem estar mais protegidos.

Robert Castel refere-se à metamorfose da questão social no capitalismo global (1995) como uma característica básica inerente ao sistema, afirmando mesmo que “paradoxalmente, quanto mais segurança existe na sociedade em que vivemos (países desenvolvidos), mais difundido é o sentimento de insegurança” (Castel *et al.*, 2013: 34).

Um sinal característico da insegurança e precariedade do emprego é que “a taxa de conversão de emprego temporário para permanente é muito baixa em Espanha entre os jovens trabalhadores, apesar de aumentar ligeiramente segundo o período do contrato temporário” (García-Pérez & Muñoz-Bullón, 2011: 139).

Desde quando falamos de insegurança no trabalho? O conceito de precariedade, não sem controvérsia, alude a um proletariado precário (Munck, 2013). Em relação a este conceito, Standing enfatiza “que é uma classe em processo de formação, embora ainda não seja uma classe para si própria, no sentido marxista do termo” (Standing, 2013: 26). De facto, desde o início que os sociólogos não deixaram de falar de precariedade. Mas só nas décadas de 80 e 90 do século passado é que existe uma consciência de como as transformações da economia e do mercado de trabalho, especialmente a dualização da primeira e a segmentação da segunda (Vallas & Prener, 2012), influenciam uma mudança no paradigma social e económico vigente até essa data, o que obviamente afeta tanto o contexto social como as condições de trabalho da maioria da população das sociedades ocidentais. Como salienta Standing (2013), a precariedade também afeta a classe média tradicional e as novas classes médias.

Subjacente à precarização do trabalho está um conjunto de mudanças que, por sua vez, impulsionam o crescimento da precarização. Essencialmente, o nível de rendimento da maioria dos trabalhadores não só diminuiu, como a sua insegurança em relação a esse rendimento aumentou (Standing, 2013: 76). Além disso:

As oportunidades de obter e manter as suas aptidões profissionais para acompanhar a evolução das exigências do trabalho são também precárias.

Muitos trabalhadores têm dificuldade em identificar formas de permanecer empregáveis num ambiente económico em rápida mudança, no qual as competências se tornam rapidamente obsoletas. (Kalleberg, 2009: 10)

Não podemos esquecer que a situação dos trabalhadores em condições precárias é involuntária e prolongada no tempo. É imposta por um contexto neoliberal em que o antagonismo de classe é cada vez mais evidente e o equilíbrio de poder cai mais decisivamente sobre o empregador, tornando os trabalhadores mais vulneráveis à exploração e à instabilidade do emprego (Kalleberg & Hewison, 2013). Assim, a precariedade, como conceito, está em construção e em contínua discussão teórica e metodológica. No entanto, vale a pena notar os esforços relevantes para criar medidas de precariedade, quer utilizando a ausência ou não de certas variáveis laborais (International Institute for Labour Studies, 2011; Kalleberg, 2009), quer estabelecendo escalas ou *continuums* para descrever o grau de insegurança e vulnerabilidade dos empregos (Cranford *et al.*, 2003; Ferreira, 2016; Olsthoorn, 2014; Rodgers & Rodgers, 1989; Vosko, 2010).

Enquanto alguns autores definem a precariedade como um fenómeno global (Standing, 2013), outros sublinham a influência do contexto (Fullerton *et al.*, 2011). De facto, foram encontradas diferenças não só numa perspetiva global (Mosoetsa *et al.*, 2016), mas também dentro das regiões. Por exemplo, “na Dinamarca, elevados níveis de flexibilidade a favor do empregador são contrabalançados por generosos subsídios de desemprego e políticas ativas de mercado de trabalho eficazes” (Kretsos & Livanos, 2016: 26). Por outro lado, países como Portugal ou Espanha sofrem mais severamente com a precariedade, sendo Espanha o país que experimenta o trabalho precário mais involuntário e o menor respeito pelos direitos laborais na Europa (Carmo & Matias, 2019; McKay *et al.*, 2012).

Em suma, o conceito de precariedade é consistente, em termos teóricos, mas não tanto em termos empíricos. Livanos e Papadopoulos (2019: 52) definem-no da seguinte forma: “o termo é bem conceptualizado, mas permanece elusivo em termos dos elementos concretos do emprego precário”. E mais: afirmam que não existe consenso sobre a definição de emprego precário, as diferentes disciplinas científicas propõem definições distintas e, ao mesmo tempo, na esfera política, o termo é utilizado de uma perspetiva crítica que esbate qualquer tentativa de o medir. Acrescentam ainda que a própria natureza do emprego precário é multidimensional e, por conseguinte, não pode ser capturada apenas focando uma dimensão, sem ter em conta outras dimensões, tais como os riscos dos indivíduos ou o acesso aos direitos sociais. Por fim, notam que, por muito detalhadas que

sejam as definições elaboradas, os dados disponíveis serão sempre insuficientes em algum aspeto (Livanos & Papadopoulos, 2019: 61). Por exemplo, Miguélez *et al.* (2015: 629) definem-no como fenómeno “indecente, indigno e injusto”. Golsch (2003) procura indicadores deste fenómeno social, e para isso observa a relação de trabalho através do tipo de contrato, número de horas, a separação do tempo parcial em relação ao tempo inteiro. Em suma, tenta abordar as posições inseguras em que se encontra a população trabalhadora, bem como a sua perceção como atores sociais. E Kalleberg (2009) define-o como um emprego incerto, imprevisível e arriscado do ponto de vista do trabalhador. Mas até agora não há uma operacionalização clara de um indicador de precariedade.

Descrição da metodologia

Como referido anteriormente, embora o fenómeno da precariedade seja generalizado e tenha sido teorizado desde o início dos anos 60, quando se começou a falar de dualização no mercado de trabalho, coexistindo várias abordagens do ponto de vista académico, não existem definições oficiais de precariedade no local de trabalho. Embora relatórios recentes de organismos internacionais tenham falado do fenómeno dos trabalhadores pobres (Lohmann, 2009; Spannagel, 2013), a questão tem sido coberta pelo mundo académico há mais de duas décadas (Alberio, 2011; Klein & Rones, 1989).

Alinhamos com as posições mais recentes ocupadas no mundo académico relativamente à operacionalização da precariedade face ao seu tratamento estatístico, o que a liga à ausência de algumas das dimensões do emprego padrão (Adams & Deakin, 2014; Amuedo-Dorantes *et al.*, 2008; Directorate General for Internal Policies, 2016; Cam, 2012; Golsch, 2003; Kretsos & Livanos, 2016; Leschke & Keune, 2008; Veliziotis *et al.*, 2015). Desta forma, a variável dependente é configurada como uma variável dicotómica na qual se inclui a situação de precariedade ou a sua ausência, considerando que os contratos precários são todos aqueles que são opacos (contratos verbais e não regulamentados) ou de formação ou permanentes descontínuos; assim como os empregos temporários a tempo parcial.

Posteriormente, são estabelecidas as variáveis a utilizar como preditores da situação precária: idade (em grupos de cinco anos), sexo, estado civil, nacionalidade, nível de estudos alcançados, formação contínua, sector de atividade, profissão, duração do contrato e diferença entre as horas acordadas e as horas efetivamente trabalhadas durante a semana.

Para o tratamento da variável *profissão*, foram mantidas as 11 grandes categorias definidas tanto pelo Eurostat como pela própria UE-LFS, através da Classificação Socioeconómica Europeia. Neste sentido, pode dizer-se que não procedemos a tratar as profissões como uma classe social, uma vez que a classificação socioeconómica obtida não reflete tanto uma classe social de origem como uma classe social de resultado. A classe social tem sido tratada na UE-LFS como uma variável explicativa (Muñoz-Comet & Martínez-Pastor, 2017), mas para o caso que nos ocupa, o detalhe das profissões é muito mais esclarecedor do que a divisão em classes sociais, ainda mais quando há um amplo debate sobre a pertinência da utilização de indicadores de classe social que marginalizam o capital cultural e social (Savage *et al.*, 2013 e 2015).

Para o tratamento da variável que representa o nível educacional máximo atingido, a resposta foi categorizada em três valores, que correspondem ao agrupamento das categorias ISCED: 0-2, Baixo; 3-4, Intermediário; 5-7, Alto.

A fim de conhecer o efeito conjunto de todas as variáveis na previsão do evento de precariedade, foi primeiro escolhido um modelo de regressão logística binária, incluindo nele o conjunto de variáveis descritas acima. Em segundo lugar, para desenhar os perfis que melhor definem e preveem a ocorrência de precariedade, foi realizada uma segmentação hierárquica, tomando como variável dependente a previsão do grupo de pertença proposto pela análise de regressão logística binária. Para esta técnica, foi utilizado o método de divisão mais difundido, que é o CHAID (Chi Squared Automatic Interaction Detector). E as variáveis preditoras têm sido as mesmas que as aplicadas na regressão logística binária; mas eliminando a variável *profissão* da equação, uma vez que não forneceu elementos de distinção teoricamente justificáveis. Ao mesmo tempo, forçámos a segmentação através da variável *sexo*, com o objetivo de identificar padrões heterogêneos entre homens e mulheres. O programa de análise estatística IBM SPSS Statistics v.24 foi utilizado ao longo de todo o procedimento.

Esta técnica provou ser muito robusta para a elaboração de perfis (Kuster-Boluda *et al.*, 2010) e particularmente útil na análise do mercado de trabalho (Marrero *et al.*, 2016). A técnica da segmentação hierárquica – ou árvore de decisão – é uma técnica de dependência entre variáveis. O seu objetivo é dividir uma amostra em partes homogêneas, a fim de detetar as variáveis capazes de identificar heterogeneidade, e se existe entre elas um padrão explicativo e preditivo da variável dependente (Escobar, 1998 e 2007; Román & Lévy, 2003; Tiwari *et al.*, 2014). A segmentação hierárquica é um dos métodos de divisão que parte de uma amostra

global de um único grupo, que é dividida em subgrupos até chegar à formação de subgrupos ou grupos homogêneos, com um número relativamente pequeno de sujeitos. Em suma, o objetivo final com esta técnica é dividir a amostra de modo a formar grupos com conteúdo uniforme e muito diferentes uns dos outros. Como já foi demonstrado por vários autores, esta técnica é muito útil tanto na sua aplicação isolada como em complemento ou confirmação de outras análises (Blanco *et al.*, 2015).

Uma das limitações é que a componente salarial não está disponível na UE-LFS. A utilização de outra base de dados teria significado a perda de outras informações referentes ao próprio trabalho, bem como de informações sociodemográficas sobre os participantes.

A metodologia aplicada à população jovem de Espanha: contexto e legislação laboral

Esta metodologia tenta oferecer uma ferramenta que serve como uma aproximação rigorosa às condições de trabalho dos sujeitos de estudo no mercado de trabalho, com o objetivo de prever as probabilidades de cair em situações precárias de trabalho. Isto requer uma análise precisa da legislação laboral e das suas consequências, neste caso, para o segmento da população na faixa etária de 16-29 anos de idade.

No caso em questão, várias reformas do mercado de trabalho tiveram lugar em Espanha nos últimos anos, mais especificamente, em 2001, 2002, 2006, 2010 e 2012, o que levou a uma expansão da situação económica e à insegurança dos contratos em todos os grupos etários, embora tenha afetado mais o segmento dos jovens.

O impacto laboral da crise não tem sido homogêneo entre os diferentes grupos etários da população, sendo os jovens (16 a 29 anos) o grupo mais afetado, confirmando assim um padrão recorrente nas fases de crise de acordo com a ideia de que “a última pessoa contratada é a primeira despedida”. A maior vulnerabilidade do emprego juvenil pode ser explicada de acordo com vários fatores, sendo o mais decisivo o elevado nível de insegurança de emprego entre este grupo populacional, e mais especificamente, a persistência de um elevado nível de emprego temporário. (Rocha & Aragón, 2012: 74)

No Quadro 1 podemos encontrar a legislação das reformas laborais, juntamente com as alterações mais importantes introduzidas pelas reformas:

Ano	Disposição Legislativa	Reforma Introduzida
2001	Lei 12/2001 de 9 de julho sobre medidas urgentes para reformar o mercado de trabalho, a fim de aumentar o emprego e melhorar a sua qualidade.	<p>O contrato para promover contratos por tempo indeterminado está em vigor por um período indeterminado.</p> <p>Inclusão de novos grupos (jovens, mulheres...)</p> <p>Extensão das bonificações às mulheres desempregadas.</p>
2002	Real Decreto-Lei 5/2002, de 24 de maio, sobre medidas urgentes para reformar o sistema de proteção do desemprego e melhorar a empregabilidade.	<p>Reconhecimento extrajudicial do empregador do despedimento sem justa causa. As taxas de processamento não serão pagas.</p> <p>Medidas para racionalizar as despesas de desemprego.</p>
2006	Decreto-Lei Real 5/2006, de 9 de junho, para a melhoria do crescimento e do emprego.	<p>Contratos de formação para estudantes de escolas e oficinas de comércio (limite de 24 anos).</p> <p>Programa de Promoção do Emprego.</p> <p>Medidas para reduzir a provisoriedade abusiva. Medidas para reduzir os custos das empresas.</p>

Ano	Disposição Legislativa	Reforma Introduzida
2010	Decreto-Lei Real 10/2010, de 16 de junho, sobre medidas urgentes para a reforma do mercado de trabalho.	Plano extraordinário para a formação profissional e medidas de integração laboral. Prémios de contribuição para a Segurança Social. “Contratos de formação”. Contratos de Estágio (duração prolongada). Estratégias para reduzir a provisoriedade. Bonificações para a contratação indefinida de jovens.
2012	Decreto-Lei Real 3/2012 de 10 de fevereiro sobre medidas urgentes para reformar o mercado de trabalho.	Ajuda aos jovens desempregados (16-30 anos). Promoção da formação e da aprendizagem (contratos de formação).

Quadro 1 – Alterações legislativas no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração própria com base na Legislação.

Todas estas mudanças legais foram associadas à alternância de partidos políticos no governo e de ciclo económico. Uma característica comum na maioria deles tem sido a intenção de reduzir o trabalho temporário no mercado de trabalho, bem como de aumentar a proteção laboral para os grupos mais desfavorecidos, incluindo os jovens. No entanto, também tem havido apoio aos contratos de formação através de diferentes modalidades, constituindo uma forma precária de trabalho: as reformas laborais e a deterioração do mercado de trabalho conduziram a uma situação de precariedade nas condições de trabalho, que se consolidou de forma preocupante.

O caso português é semelhante ao caso espanhol, uma vez que a introdução de reformas laborais apenas aumentou ainda mais a precariedade laboral. Assim, como afirma Leite (2014):

Três ilegalidades estiveram associadas aos processos de reforma laboral na Europa. Por um lado, esteve subjacente às reformas na legislação laboral a ideia de crise como pretexto para as implementar. Por outro lado, essas reformas produziram impactos negativos sobre a proteção social e os direitos fundamentais dos trabalhadores. Em terceiro lugar, são notórios os sinais de ausência de bases democráticas associados a tais reformas. E como testemunho desta ausência de uma base democrática alargada podia dar-se como exemplo a forma como o “resgate” foi apresentado no caso português.

Em suma, as alterações legislativas laborais em Portugal também não trouxeram uma melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, e isto foi notado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando afirmou que “o mercado de trabalho não registou qualquer melhoria desde o lançamento do programa de assistência financeira” acordado com os credores internacionais (Organização Internacional do Trabalho, 2013: 2).

Grécia, Espanha e Itália partilham taxas de despesas de educação relativamente moderadas, taxas de desemprego juvenil superiores à média e idades mais avançadas de residência (com uma taxa de jovens que vivem com os seus pais superior à média). Acima de tudo, estes países – especialmente a Grécia e Espanha – destacam-se através de uma menor cobertura de assistência social para jovens adultos (Thévenon, 2015: 41). Por conseguinte, é necessário fazer uma aproximação dos indicadores mais relevantes do mercado de trabalho juvenil numa perspetiva comparativa com a UE e alguns dos países europeus mais próximos de Espanha, quer do ponto de vista económico quer territorial, destacando-se entre eles a Irlanda, Portugal, Itália, Grécia e França.

Espanha tem tido uma das mais baixas taxas de emprego da UE. Durante o período 2006-2019, a taxa de emprego foi de 64%, portanto, abaixo da média da UE27, de 69%. Dentro da UE27, apenas a Grécia, com 59%, está abaixo deste país; Espanha está muito atrás de outros países no seu ambiente, tais como França (66,1%), Itália (66,5%) ou Portugal (67,4%). A atual posição de Espanha no contexto europeu significa um agravamento desde o início da crise económica. Em 2006, Espanha, com uma taxa de emprego de 69,0%, estava ligeiramente acima da UE27

e países como a França (68,5%) e a Itália (62,4%). Contudo, à medida que a crise económica avançava, os dados pioravam, atingindo os valores mais baixos em 2013 (58,6%). Desde então, as taxas de emprego têm vindo a recuperar gradualmente.

Tendo em conta as diferenças por sexo, como se pode ver na Figura 1, a taxa de desemprego mostra-nos uma maior vulnerabilidade das mulheres em Espanha às flutuações do mercado de trabalho, o que contrasta muito com o panorama europeu, onde o fosso entre os sexos foi reduzido. É relevante destacar como o *fosso sexual* aumenta em tempos de criação de emprego.

Espanha caracteriza-se por taxas de desemprego muito elevadas em relação à UE, reduzindo-se em períodos de expansão, mas com um aumento acentuado em períodos de crise.

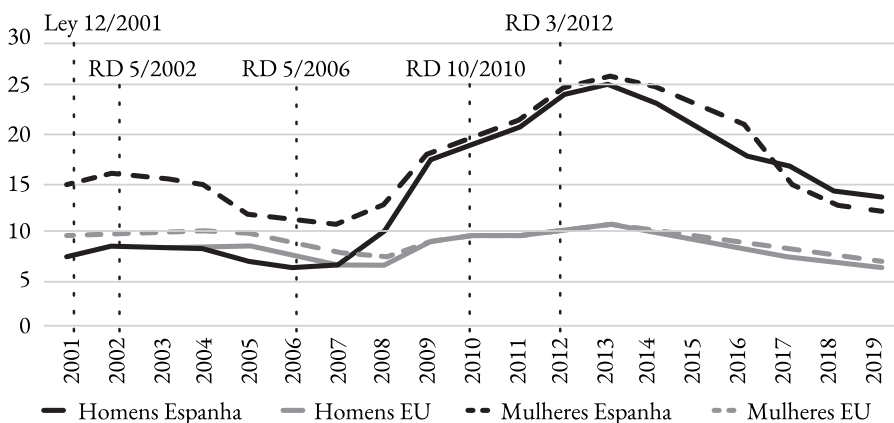


Fig. 1 – Taxa de desemprego na União Europeia e em Espanha, por sexo (2001-2019).
 Fonte: EUROSTAT – LFS 2005-2016 (Elaboração própria).

Segundo dados do Eurostat, Espanha é o país com a maior taxa de emprego temporário na UE27, com 55,4% entre os jovens com idades compreendidas entre os 15-29 anos em 2019. Isto está muito acima dos números da UE27 (Figura 2).

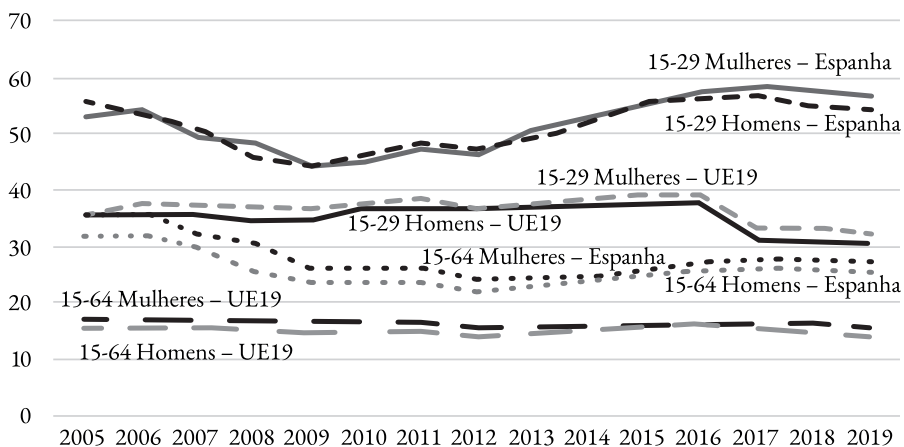


Fig. 2 – EU19 e taxa de sazonalidade espanhola, por sexo e idade (2005-2019).

Fonte: EUROSTAT – APS 2005-2016 (Elaboração própria).

Assim, o emprego em Espanha foi caracterizado durante o período 2005-2019 por uma destruição significativa, colocando os níveis de emprego entre os piores dos países europeus.

As diferenças nas taxas de emprego em função do sexo mantêm-se, constatando-se uma maior dificuldade das mulheres no acesso ao emprego.

A situação dos jovens espanhóis mostra uma maior precariedade em relação ao contrato temporário e ao tipo de jornada de trabalho do que na população mais velha, o que leva a uma maior insegurança no emprego do que no resto da Europa.

Outro indicador notável da população jovem espanhola é a sua baixa taxa de atividade, à medida que nos movemos para baixo em idade ativa. Segundo dados do EU-LFS, a taxa de atividade dos jovens espanhóis mostra uma tendência decrescente desde 2007. Além disso, a diferença de género na atividade permanece durante todo o período analisado.

No que diz respeito ao desemprego, a Espanha sempre se destacou por ter taxas de desemprego muito elevadas em relação à UE, desde a sua adesão à mesma. Em períodos de crescimento económico cai, mas em períodos de crise sobe acentuadamente. E este é um problema grave salientado por vários organismos e instituições públicas. Este fenómeno está relacionado com o modelo produtivo do grupo mais jovem, atingindo valores ligeiramente acima dos 50%. A diferença entre os sexos é menor do que no grupo anterior, sendo quase inexistente desde 2012 até ao final do período. Finalmente, o grupo 25-29 é caracterizado por um

aumento constante das taxas de desemprego entre 2005 e 2012. É de notar que entre 2005 e 2007 as taxas de desemprego masculino são mais elevadas, mas com a crise de 2007 a tendência inverte-se, devido à segmentação do mercado por ramos de atividade segundo o género (Torns *et al.*, 2013). O sector da construção civil, em particular, é muito afetado, juntamente com outros ramos onde os homens estão mais representados do que as mulheres.

Relativamente à duração dos contratos da população jovem espanhola, os dados mostram que, em termos gerais, os contratos são de curta duração, tanto para homens como para mulheres: 9 em cada 10 jovens, independentemente do seu sexo, têm um contrato de menos de 12 meses. Além disso, 50% dos jovens têm um contrato de menos de 3 meses. Igualmente alarmante é o facto de um terço dos jovens espanhóis ter um contrato de menos de um mês. Este tipo de contrato é também o mais frequente entre a população jovem, em todos os anos analisados. Estes números permaneceram constantes durante todo o período analisado, o que indica que nem a situação económica, nem as sucessivas reformas legislativas, nem as políticas ativas de emprego conseguiram reduzir a natureza temporária do emprego dos jovens. No caso das mulheres, há mesmo uma clara tendência para se tornar o contrato maioritário. Tudo indica que eles não são uma escolha dos trabalhadores, mas sim que se trata de uma questão estrutural.

Dentro da população ativa, o desemprego é outro indicador relevante para verificar a desigualdade a que os jovens, e especialmente as mulheres jovens, estão sujeitos, como evidenciado por vários organismos e instituições públicas. Este fenómeno está relacionado com o modelo produtivo e com as facilidades concedidas aos contratos temporários, como vimos na legislação sobre o emprego.

No que respeita ao recrutamento permanente, em 2005, os jovens contratados representavam 44,7%, com as mulheres ligeiramente mais representadas (45,9%) do que os homens (43,8%). A evolução seguida tem vindo a aumentar até 2012: 58,5% em ambos os sexos, mas a partir dessa data começa a diminuir, até atingir 41,4% em 2016 (3,3 pontos percentuais menos do que em 2005). Compreendemos que este fenómeno em si mesmo é um reflexo da precariedade do mercado de trabalho. No caso de contratos permanentes descontinuados, quase não houve alterações no período estudado, e estes permaneceram numa categoria residual de contratos. Quanto aos contratos a curto prazo, a sua evolução foi ascendente para ambos os sexos (em 2005, 34,7% dos homens e 31,1% das mulheres); e, no final do período, atingiram 42,4% e 42,6%, respetivamente. No caso dos contratos de formação, houve um ligeiro aumento tanto para homens como para mulheres.

O que chamamos “contratos temporários opacos” implicam uma grande vulnerabilidade, uma vez que lhes faltam as características inerentes à relação laboral existente entre empregador e empregado, tais como horários de trabalho, salário, objetivos, tarefas, etc. e, muito frequentemente, são contratos verbais situados na fronteira da economia informal, pelo que, numa altura de escassa força dos trabalhadores, contribuem para a instabilidade e não permitem um projeto futuro nas trajetórias destes jovens. É verdade que têm vindo a diminuir ao longo deste período. De facto, em 2005, abarcam 16,8% da população jovem, um pouco mais no caso das mulheres (17,6%); contudo, em 2016, este tipo de contrato abrange 7,3% dos jovens de ambos os sexos e a sobrerrepresentação das mulheres continua, uma vez que estas representam 7,9% contra 6,8% no caso dos homens.

No que diz respeito ao tipo de horas de trabalho dos contratos que os jovens assinam, tem havido uma diminuição constante e significativa dos contratos a tempo inteiro a favor de contratos a tempo parcial, tanto para homens como para mulheres. Tal como no caso dos contratos temporários, há uma acentuada sobrerrepresentação das mulheres.

Em 2016, um em cada três contratos são a tempo parcial. Este aumento pode ser explicado a partir de 2013, quando o governo introduz uma série de medidas para promover contratos a tempo parcial e adaptá-los à média europeia. Entre outras medidas, o Decreto-Lei Real 16/2013 concede-lhes os mesmos incentivos fiscais e de segurança social dos existentes para os contratos a tempo inteiro, na proporção do tempo de trabalho, e a Lei 11/2013 (Medidas de apoio aos empresários e de estímulo ao crescimento e à criação de emprego), de 26 de julho, introduz um novo tipo de contrato a tempo parcial, com um vínculo de formação para empresas ou trabalhadores independentes que contratam jovens com menos de 30 anos de idade e que preenchem certos requisitos.

Além disso, o Decreto-Lei Real 11/2013, de 2 de agosto, sobre a proteção dos trabalhadores a tempo parcial e outras medidas urgentes da ordem económica e social, introduz, entre outras, uma série de medidas de proteção social, a fim de creditar os períodos de contribuição necessários para ter direito às prestações básicas (reforma, invalidez permanente, morte e sobrevivência, invalidez temporária, maternidade e paternidade). Assim, serão tidos em conta os períodos durante os quais o trabalhador esteve empregado a tempo parcial, independentemente da duração do dia de trabalho em cada caso.

Todas estas medidas legislativas parecem favorecer a utilização deste tipo de contrato a tempo parcial, em detrimento dos contratos a tempo inteiro.

A probabilidade de cair na precariedade

Os dados mostram-nos que a probabilidade de cair na precariedade diminui à medida que a idade aumenta, quer estejamos a falar dos grupos etários jovens (16-29 anos) ou de toda a população (16-50 anos ou mais). As probabilidades mais elevadas encontram-se sempre entre as idades mais jovens, especialmente entre os jovens de 16-19 anos, que tinham três vezes mais probabilidades de ter um emprego precário em 2011 e 2012 (3,57 e 3,00 respetivamente), ou, no caso dos jovens de 16-29 anos, o dobro da probabilidade de ter um emprego precário em 2015 (2,11), em comparação com os maiores de 50 anos. Não podemos deixar de notar que a suposta melhoria das oportunidades de emprego trazida pela recuperação económica nos últimos dois anos significou um aumento do risco de precariedade para os jovens que outros grupos etários não sofreram de forma tão significativa.

No que diz respeito às desigualdades de género, o que os dados mostram é que existe uma desigualdade estrutural quase invariável das mulheres em relação aos homens. No entanto, o impacto de ser mulher é maior quando tratamos todos os trabalhadores, independentemente da idade. Por outras palavras, as mulheres jovens com idades compreendidas entre os 16 e 29 anos têm mais probabilidades de ter um emprego precário entre 1,17 e 1,35 anos, em comparação com as mulheres com idades compreendidas entre os 16 e 50 anos ou mais, que atingem riscos que vão de 1,62 a 1,97.

Quanto aos estrangeiros, têm sido sistematicamente afetados por uma maior probabilidade de aceder a empregos precários do que os cidadãos de nacionalidade espanhola, exceto nos últimos anos: os jovens estrangeiros têm, em 2015, 2016 e 2019, cerca de 20% menos risco de cair em empregos precários do que os cidadãos espanhóis (0,80; 0,79 e 0,88, respetivamente). Este fenómeno é também reproduzido entre todos os trabalhadores empregados, independentemente da idade, mas com a nuance de que nos últimos cinco anos quase não existem diferenças no risco de encontrar um emprego precário entre espanhóis e estrangeiros. O facto de este período (2009-2019) se caracterizar por uma diminuição significativa (24%) do volume de estrangeiros em Espanha pode fazer parte da explicação.

Ser solteiro tem uma influência relativamente arbitrária na determinação da probabilidade de ocupar empregos precários. Para os jovens solteiros, desde 2009 a probabilidade é entre 1,15 e 1,58 a mais do que para os casados. E para a população total a probabilidade de ter um emprego precário é mais reduzida: entre 1,07 e 1,22 no ano de 2014. Por outras palavras, é evidente que não ser casado é mais

determinante em termos estatísticos para os jovens do que para a população total. E, nos últimos anos, independentemente da idade, parece haver um aumento da sua influência na previsão da precariedade.

Por outro lado, entende-se normalmente que ter mais estudos é um fator de proteção face a trabalhos precários; mas no nosso modelo esta hipótese só é válida se não tivermos em conta a sua juventude. Por outras palavras, ao tratar os jovens trabalhadores de forma independente, ter mais estudos não protege contra o emprego precário, bem pelo contrário. Precisamente, durante o período mais difícil da crise, entre 2009 e 2013, em termos gerais, a probabilidade de ter um emprego precário era maior para aqueles que dispunham de qualificações escolares superiores. No entanto, observamos que este fenómeno está a inverter-se desde 2014, melhorando a posição relativa dos jovens licenciados. Entre os trabalhadores adultos, ter uma educação protege contra o emprego precário. Isto é ainda mais visível desde 2014.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Idade (ref. 25-29 anos)							
16-19 anos	2,26	1,95	1,89	3,00	2,41	1,85	
20-24 anos	1,44	1,32	1,25	1,41	1,41	1,57	
Sexo (Feminino)	1,21	1,37	1,28	1,22	1,22	1,30	
Nacionalidade (Estrangeiro)	1,42	1,42	1,37	1,16	1,18	0,82	
Estado Civil (Não Casado)	1,12	1,11	1,31	1,03	1,16	1,29	
Estudos (ref. Superior)							
Sem estudos	1,05	1,06	0,99	0,85	0,87	1,02*	
Intermediário	1,01	1,00*	1,15	1,16	0,97	1,20	

Embora possa ser curioso, os dados revelam que não estar em formação formal ou informal no momento do inquérito reduz a possibilidade de ter um emprego precário. Durante o período analisado, os resultados são bastante estáveis, por exemplo, aqueles que estão a estudar têm até o dobro da probabilidade de se encontrarem numa situação precária do que os que estão a estudar nesse momento. Em geral, pode ser explicado por um perfil definido em parte pelas variáveis socio-demográficas anteriores, sendo menos precárias as pessoas que deixaram o mercado de trabalho mais cedo e que, ao consolidarem o seu emprego, não necessitam de formação para melhorar as suas condições de trabalho. Se compararmos estes resultados com os da população total, os indicadores são semelhantes. Devemos também acrescentar o aumento do número de estudantes em ciclos de formação de nível intermédio, o que proporcionou uma rota rápida de inserção laboral aos estudantes que permanecem menos tempo no sistema educativo e que, uma vez concluídos os estudos, concluem a sua formação formal (Rahona, 2012).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	3,57	3,10	1,71	1,85	1,83	1,87	1,89	2,05	2,25
	1,63	1,57	1,42	1,34	1,37	1,29	1,68	1,46	1,39
	1,36	1,16	1,28	1,26	1,37	1,33	1,27	1,15	1,21
	1,18	1,24	0,97	0,96	0,81	0,80	0,78	1,18	0,88
	1,23	1,28	1,18	1,58	1,49	1,15	1,13	1,32	1,16
	1,07	0,74	0,99*	1,13	1,36	1,09	1,47	1,04	1,06
	1,15	0,94	0,92	0,98*	1,34	1,01*	1,00*	1,06	1,20

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Educação Contínua (Não estudar)	0,48	0,49	0,43	0,43	0,46	0,40	
Sector de Atividade (ref. Agricultura)							
Indústria	0,93	0,91	0,80	0,73	0,80	0,83	
Construção	0,64	0,62	0,52	0,61	0,63	0,78	
Serviços	1,21	1,24	1,11	1,02*	1,35	1,31	
Profissão (ref. diretores e gestores)							
Ocupações militares	7,67	6,31	5,79	10,46	1,31	2,55	
Técnicos e profissionais científicos e intelectuais	2,52	3,38	3,98	9,22	0,92	2,04	
Técnicos e profissionais de apoio	1,92	2,50	2,78	6,96	0,84	1,27	
Funcionários de contabilidade, administrativos e outros funcionários de escritório	1,67	1,87	2,18	5,01	0,60	1,12	
Trabalhadores de <i>catering</i>, pessoal, proteção e retalho	1,97	2,50	3,44	7,22	0,97* *	1,32	
Trabalhadores qualificados na agricultura e na pesca	2,35	2,72	2,91	4,99	0,77	2,86	

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	0,46	0,43	0,50	0,45	0,43	0,38	0,39	0,36	0,37
	1,10	1,82	1,55	1,64	1,08	2,68	1,58	0,95	1,33
	1,45	1,58	1,43	1,36	1,11	2,46	1,16	0,63	0,82
	2,17	2,84	3,61	2,26	1,92	3,60	2,62	1,43	2,24
	2,71	3,84	1,95	1,89	1,75	0,19	0,56	0,07	0,91
	2,97	4,31	2,70	2,18	2,65	5,37	1,56	1,26	1,53
	2,02	3,72	2,34	2,25	2,52	4,68	1,89	1,25	1,56
	1,64	2,13	2,23	1,59	1,49	3,42	1,20	0,86	1,06*
	1,86	3,90	2,52	2,27	2,36	5,21	1,46	1,14	1,63
	2,84	3,68	1,94	3,01	3,49	2,72	1,54	0,71	1,41

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Artesãos e trabalhadores qualificados	2,23	2,89	4,35	6,05	0,93	1,29	
Operadores e montadores de instalações e máquinas	1,8	2,32	3,08	5,86	0,75	0,95*	
Ocupações elementares. Trabalhadores não qualificados	2,28	3,66	4,48	8,34	1,05	1,61	
Tempo acordado (ref. Sem diferença)							
Até 10 horas	0,90	0,76	0,74	0,64	0,76	0,53	
11 ou + horas	0,98	1,12	0,84	1,13	0,62	1,08	
Duração do contrato (ref. <6 meses)							
7 a 18 meses	6,34	7,25	6,99	7,66	8,82	8,62	
19 a 36 meses	3,14	3,55	3,73	3,11	4,32	4,04	
37 e mais meses	1,73	1,79	1,85	1,78	1,95	2,14	
Constante	0,06	0,03	0,02	0,01	0,09	0,05	
Cox e Snell square R	0,15	0,16	0,15	0,16	0,16	0,17	
Praça Nagelkerke R	0,22	0,23	0,22	0,25	0,25	0,26	

Quadro 2 – Regressão logística binária:
probabilidades de precariedade entre os jovens (2005-2019).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	1,74	3,20	2,63	1,54	2,05	4,60	1,26	0,99*	1,13
	2,35	3,38	2,47	1,24	1,73	3,45	1,01*	0,74	0,90
	2,57	4,44	2,39	1,74	2,13	5,45	1,44	1,37	1,61
	0,78	0,68	0,52	0,72	0,90	0,76	1,04	0,57	0,92
	0,80	0,85	0,84	1,39	0,74	1,16	1,49	0,92	1,70
	6,87	8,15	7,55	7,67	7,37	8,39	5,55	5,47	6,80
	4,07	3,77	3,66	4,29	3,57	4,22	2,42	2,79	3,09
	1,90	2,15	1,73	1,90	1,92	2,19	1,45	1,45	1,59
	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02	0,01	0,55	0,12	0,06
	0,17	0,19	0,18	0,19	0,18	0,19	0,17	0,17	0,19
	0,25	0,28	0,27	0,27	0,26	0,26	0,25	0,24	0,27

Se não indicado, todas as probabilidades são significativas
em $p < 0.01$; * $p < 0.05$; ** $p > 0.05$.

No que respeita aos sectores de atividade, os resultados mostram diferenças significativas antes e depois de 2010, quando a crise económica afeta a construção e a bolha imobiliária espanhola explode. Este último evento tem um impacto direto nas condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil, que passam de ser o sector menos precário a estar apenas atrás dos serviços em 2011 ou a tornar-se novamente o sector com menor probabilidade de cair na precariedade em 2018 e 2019, com a recuperação económica. No período anterior, a indústria e a construção eram os sectores com menor probabilidade de obter contratos precários, pelo que, por exemplo, em 2005, os trabalhadores dos serviços tinham o dobro da probabilidade (1,21) de ter um contrato de trabalho precário que os trabalhadores da construção (0,64), utilizando o trabalho na agricultura como referência. A partir de 2011 haverá um aumento gradual da precariedade do trabalho em todos os sectores, de modo que até 2016 os trabalhadores do sector dos serviços (3,61), da indústria (2,7) e da construção (2,48) terão entre duas a três vezes mais probabilidades de cair em situações precárias do que os trabalhadores agrícolas. Estes resultados, tal como os que veremos abaixo na análise das profissões, são consistentes com pesquisas anteriores que mostram como a precariedade se normalizou como forma de os jovens entrarem na força de trabalho (Arnal, 2013; Guamán, 2013).

De facto, o mercado de trabalho para os jovens tornou-se gradualmente um mercado fundamentalmente precário, independentemente das ocupações por eles desempenhadas. Para o período analisado, se tomarmos como referência os jovens que exercem profissões como diretores ou gestores, observa-se um maior grau de precarização no resto das profissões, independentemente do nível de qualificação necessário para as exercer. Embora haja oscilações no período analisado, consolida-se uma tendência, a partir de 2010, em que o trabalho nas profissões

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Nós Raiz	13,2	13	9,6	8,7	7,7	9,8	
Não Precários	98,5	98,5	98	98,1	99,3	97,8	
Sim Precários	61,8	57,6	72,6	81,6	58,6	83,9	
Percentagem global	93,7	93,2	95,6	96,6	96,2	96,4	

Quadro 3 – Percentagem de amostra de nó previsto (2005-2019) (%).

que exigem um nível de qualificação mais elevado, como os técnicos e profissionais científicos e intelectuais e os técnicos e profissionais de apoio, não impede a ocorrência de precariedade em maior grau do que nas profissões que exigem níveis de qualificação mais baixos, como as profissões elementares e os operadores e montadores. Ao analisarmos a população total, observámos um maior impacto da precariedade em ocupações não qualificadas, em que os trabalhadores têm o dobro da probabilidade de ter um emprego precário. Em parte, isto pode ser explicado pela incorporação tardia no mercado de trabalho dos jovens que entram em profissões que requerem um grau de qualificação mais elevado, através de contratos de formação, bolsas de estudo ou estágios.

O tempo na empresa é o maior preditor de precariedade, de modo que, independentemente dos grupos etários, os trabalhadores que estão na empresa há menos tempo têm entre seis e nove vezes mais probabilidades de estar numa situação precária do que aqueles que consolidaram uma relação laboral de mais de três anos.

Finalmente, independentemente dos grupos etários analisados, observamos a diferença entre as horas acordadas no contrato e as horas efetivamente trabalhadas. Vemos como ao longo do período analisado, e com poucas exceções, os trabalhadores que excedem em mais de 10 horas o horário semanal de trabalho contemplado no seu contrato são mais suscetíveis de se encontrarem numa situação precária.

Segmentação hierárquica

Após realizar a análise de segmentação hierárquica para todos os anos de análise, identificámos que entre 57,6% e 83,9% dos jovens precários foram corretamente previstos nos nós finais do modelo. Este modelo é capaz de prever globalmente, e para todos os anos, mais de 90% dos casos analisados.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	11	13,7	19	20,3	18	17,9	17	16	19,2
	98,2	97,3	95,6	92,2	97	98,8	99,3	98,9	97,1
	61,2	69,3	83,4	81,6	66,5	69,8	63	72,9	67,2
	94,1	93,5	93,3	90,1	91,5	93,6	93,1	94,7	91,4

Fonte: EU-LFS 2005-2016 (Elaboração própria).

Em termos gerais, podemos dizer que as principais variáveis preditoras são *tempo na empresa, cursos de formação e faixa etária*. Comparativamente falando, entre homens e mulheres, a estrutura das variáveis preditoras é mais homogênea no caso das mulheres, já que o tempo na empresa é comum nos nós de segundo nível; enquanto neste espaço nodal existe, no caso dos homens, uma maior heterogeneidade destas variáveis preditoras.

Os resultados desta técnica permitem-nos confirmar muitos dos resultados extraídos da análise de regressão logística binária e, ao mesmo tempo, identifica certos padrões que podemos considerar estruturais. O padrão mais explicativo é identificado com os jovens que têm contratos na empresa com uma duração inferior a seis meses, e que estão a receber algum tipo de formação, seja formal ou

			2005	2006	2007	2008	2009	2010		
Tempo na Empresa	< 6 meses	16 a 19 anos								
		20 a 24 anos								
		25 a 29 anos								
	7 a 18 meses	Não Estuda	27,2	31,1	14,3	9,4	13,2	12		
		Sim Estuda	94,5	97	88,4	89,4	91,3	96,7		
		Indústria								
		Serviços								
	19 a 36 meses	16 a 19 anos	51,7	42,1	35,9	51,3	36,8			
		20 a 24 anos	7	7,3	5,7	0,2	5			
		25 a 29 anos	0,7	0,7	0,3					
		Sim Estudos					40,4			
		19 a 36 meses	16 a 19 anos	23,6						
			20 a 24 anos	0,3						
25 a 29 anos			0,1							
Sim Estudos				0,1						

informal (Quadro 2). Esta é uma das evidências detetadas na análise de regressão, em cuja amostra foi observado um perfil comum de jovens que abandonam em pouco tempo a formação básica regulamentada; assim que acedem ao mercado de trabalho, enfrentam a necessidade de continuar a sua formação, como uma estratégia para deixar os espaços de precariedade laboral. Este fenómeno é mais intenso no caso das mulheres do que no dos homens. Não podemos deixar de notar que os jovens com contratos a curto prazo que não estudam também têm probabilidades relevantes de serem precários, mas não tanto como aqueles que o fazem, embora nos últimos anos (2014 a 2019) possa ser observado um certo aumento na previsão, tanto para homens como para mulheres.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
		99,3							
		84,4							
		29,3							
	21,3			50,7	38,5	33,8	29,9		27,5
	93,2			98,9	97,4	99,2	97,8	98,3	96,7
			21,1						
			83,6						
	1,6	1		1			8		
	64,6	59,4	70,8	79,3	57,4	76,7	44,4	47,8	55,2
	47,9	9,4		35,5	15,2				10,6
									0,2
								1,3	

			2005	2006	2007	2008	2009	2010
	37 e +	20 a 24 anos	0,5					
Formação	Não Estuda	16 a 19 anos						
		20 a 24 anos						

Quadro 4 – Ganho do nó – Taxa de resposta (2005-2019). Mulheres. (%).

Fonte: EU-LFS 2005-2016 (Elaboração própria).

			2005	2006	2007	2008	2009	2010
Tempo na Empresa	< 6	Não Estuda	11,9	10,2		5,9		
		Sim Estuda	82,8	72,4		74,2		2
	7 a 18 meses	16 a 19 anos de idade	18,6	10,6		16,3		
		20 a 24 anos de idade	3,6	0,9				
		Não Estuda						
		Sim Estuda						
	19 a 36	Não Estuda						
		Sim Estuda	2,1					

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
								60,1	
								7,8	

A idade é outra das variáveis predictoras mais influentes. Como podemos ver no Quadro 4, as mulheres que estão na empresa entre 7 e 18 meses, e têm entre 16 e 19 anos de idade, têm grandes probabilidades de ter empregos precários entre 2005 e 2009. E o mesmo acontece, mas num horizonte temporal diferente (2011 a 2016), se estudarem.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
		13,2	23,1	21,3					
		87,5	81,9	90,3					
		0,7		0,4					
		35	28,5	42,2					

			2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Formação	Não Estuda	16 a 19 anos de idade			10,9				
		20 a 24 anos de idade			0,4				
		25 a 29 anos de idade							
	Sim Estuda	7 a 18 meses			9,1			16,8	
		< 6 meses			70,4			85,2	
		19 e + meses						0,4	
Idade	16 a 19	< 6 meses					76,4		
		7 a 18 meses					24,6		
		19 e + meses							
	20 a 24	Não Estuda							
		Sim Estuda					22,7		
	25 a 29	Não Estuda							
		Sim Estuda					12,2		

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
					36,1	46,1	5,2	37,2	39,4
					6,8	1,8	4,2	0,4	11,4
					0,3				0,2
					23,5	33,3	14,9	37,8	31,9
					86,2	95	91,1	91,3	89
									1
	91								
	59,9								
	20,2								
	4,7								
	42,3								
	7,7								

Quadro 5 – Ganho do nó – Taxa de resposta (2005-2019). Masculino (%).
 Fonte: EU-LFS 2005-2016 (Elaboração própria).

Em suma, o que notamos é que estar na empresa por um curto período de tempo, ser mais jovem e estudar, aumenta consideravelmente a probabilidade de ocupar um emprego precário. As árvores de classificação mostram-nos a força destes perfis; no entanto, em todos os nós de primeiro nível pode ver-se que, em termos gerais, é mais provável que um jovem encontre empregos que não sejam necessariamente precários.

Finalmente, é interessante notar que tanto para homens como para mulheres, até 2009, a probabilidade de ser um trabalhador precário foi reduzida, mas a partir de 2010 esta probabilidade tem vindo a aumentar constantemente até 2014, quando começa a diminuir, mas com uma recuperação nos últimos dois anos do período analisado, atingindo pouco mais de um em cada seis homens, e quase uma em cada quatro mulheres. E que, ao longo deste período, a probabilidade de ocupar empregos precários para as mulheres sempre foi cerca do dobro da dos homens (*vide* Quadro 6).

Conclusão

A precarização ainda é um problema social complexo que requer uma revisão contínua da teoria e das provas empíricas. Este é um objeto de investigação que exige uma explicação baseada na sobreposição de desigualdades, com contribuições muito úteis provenientes do paradigma crítico, especialmente do patriarcado, pelas críticas que faz à subordinação das mulheres e dos jovens como um todo.

Do ponto de vista teórico, o conceito de precariedade é suficientemente robusto, mas os indicadores quantitativos para medir a precariedade estão ainda em

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens	9,4	8,1	6,6	6,2	5,3	6,6	7,2
Mulheres	17,9	18,9	13,2	11,3	10,2	13,1	14,9

Quadro 6 – Probabilidade de estar em empregos precários por sexo (2005-2019) (%).

Fonte: EU-LFS 2005-2016 (Elaboração própria).

construção e é necessária uma definição que mostre a emergência de um novo ator social que, devido às características da sua identidade laboral, faz lembrar as origens do proletariado nas fases iniciais do capitalismo industrial nos países ocidentais.

A metodologia tem sido utilizada de forma semelhante (Kretsos & Livanos, 2016), provando ser uma forma robusta de medir o impacto das características do trabalho na precarização.

Esta investigação demonstrou que chegar a uma definição clara deste conceito apresenta dificuldades operacionais e metodológicas. A diversidade dos discursos teóricos é agravada pelo problema de identificação das componentes do fenómeno da precariedade. Sendo um fenómeno que engloba dimensões salariais, identitárias, relacionais e legais, é difícil encontrar bases de dados que concentrem a informação em todas estas dimensões e, ao mesmo tempo, permitam a operacionalização de um indicador preciso de precariedade, tanto a nível macro como micro. A necessidade de recolher medidas de capital social e cultural a fim de dar uma visão excessivamente determinista do ponto de vista económico não deve ser negligenciada. Estas limitações conceptuais tornam necessário utilizar metodologias analíticas e abrangentes inovadoras que introduzam o ator social, complementando a análise meramente quantitativa.

As conclusões sublinham a necessidade de experimentar os efeitos e o alcance das políticas de emprego inclusivas, que até agora têm tido pouca aplicação, tendo sido substituídas por medidas de desregulamentação do mercado de trabalho que se têm revelado pouco benéficas para os trabalhadores.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	9,6	12,2	14,3	12	11,6	10,6	12,7	15,3
	17,7	25,6	26,3	24,3	24,6	23,7	20,1	23,5

Do ponto de vista dos resultados, um resultado fundamental é que, em termos gerais, o mercado de trabalho para os jovens não se caracteriza por uma extensão generalizada da precariedade, mas os empregos precários tendem a caracterizar-se por condições extremas. Isto acentua a polarização do mercado de trabalho dos jovens, correspondendo a uma dualização do mercado de trabalho para toda a população. Entre os fatores que melhor preveem a ocorrência de precariedade estão o tempo na empresa, o facto de se ser mais jovem, estar em formação contínua e ser-se mulher. Pesquisas anteriores alinham com as conclusões deste texto (Yeung & Yang, 2020; Carmo & Matias, 2018; Elder & Kring, 2016; Gialis & Leontidou, 2016; Kretsos & Livanos, 2016; Rocha & Aragón, 2012). Os jovens que trabalham atualmente em países como Espanha fazem-no em empregos informais, instáveis, precários e mal pagos (Yeung & Yang, 2020). Os resultados também revelam uma influência significativa do género na previsão da precariedade.

Embora este texto apresente pontos fortes importantes, tais como a consistência dos resultados ao longo do período analisado e a bondade do ajustamento das análises efetuadas, apresenta também algumas limitações. Certas variáveis que influenciam a ocorrência de precariedade não puderam ser consideradas. Assim, por exemplo, a base de dados utilizada não dispõe de informações sobre a classe social de origem ou sobre os rendimentos do indivíduo. A fim de se conseguir uma aproximação mais precisa, devem ser aplicadas técnicas para determinar as trajetórias biográficas e as transições para o mercado de trabalho. Neste sentido, seria essencial aplicar técnicas qualitativas de recolha de informação que tenham em conta este novo ator social.

Como um desafio para a investigação na Europa, e dado o contexto da questão, bem como a heterogeneidade do contexto continental, seria essencial empreender estratégias de investigação de uma perspectiva do sul da Europa. Tanto os relatórios como os artigos académicos sobre a questão salientam a convergência entre os países do sul do Mediterrâneo em indicadores de precariedade e de desemprego juvenil. Contudo, não existem atualmente redes de investigação consolidadas sobre uma questão de importância vital para o futuro da União Europeia, em termos de desenvolvimento social e económico, e deveria ser uma prioridade para as instituições europeias promover e reforçar as redes internacionais de investigação do fenómeno na perspectiva dos países do sul da Europa.

Bibliografía

- Adams, Z. & Deakin, S. (2014). Institutional solutions to precariousness and inequality in labour markets. *British Journal of Industrial Relations*, 52 (4), 779-809.
- Alberio, M. (2011). The working poor condition in Europe: A focus on Italy. *CRISES – Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*, ET 1108.
- Amuedo-Dorantes, C. *et al.* (2008). The role of temporary help agency employment on temp-to-perm transitions. *Journal of Labor Research*, 29 (2), 138-161.
- Arnal, M. (2013). Crisis, desempleo y pobreza: Análisis de trayectorias de vida y estrategias en el mercado laboral/Crisis, unemployment and poverty: Analysis of life trajectories and strategies in the labour market. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 31 (2), 281-311.
- Beck, U. (2000). *Un Nuevo Mundo feliz: La Precariedad del Trabajo en la Era de la Globalización*. Barcelona: Paidós.
- Belzunegui, A. G. (2012). *La Socialización de la Pobreza en España: Género, Edad y Trabajo en los Riesgos Frente a la Pobreza*. Barcelona: Icaria.
- Blanco, Á. B. *et al.* (2017). Aplicaciones de la segmentación jerárquica en medición y evaluación de programas educativos. Ejemplos con un programa de educación financiera. *Educación XXI*, 20 (2), 237-257.
- Bourdieu, P. (1997). Actualmente la precariedad está en todas partes. In *Contrafuegos (Reflexiones Para Servir a la Resistencia Contra la Invasión Neoliberal)* (120-128). Barcelona: Anagrama.
- Cam, S. (2012). Involuntary part-time workers in Britain: Evidence from the labour force survey. *Industrial Relations Journal*, 43 (3), 242-259.
- Carmo, R. M. & Matias, A. R. (2019). *Retratos da Precariedade. Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens*. Lisboa: Tinta da China.
- Carnoy, M. & Alborés, J. (2001). *El Trabajo Flexible en la Era de la Información*. Madrid: Alianza Editorial.
- Castel, R. (2013). Políticas del riesgo y sentimiento de inseguridad. In R. Castel *et al.* *Individuación, Precariedad, Inseguridad: ¿Desinstitucionalización del Presente?* (33-43). Buenos Aires: Paidós.
- Cranford, C. J. *et al.* (2003). Precarious employment in the Canadian labour market: A statistical portrait. *Just Labour*, 3 (Fall). Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.25071/1705-1436.164>
- Directorate General for Internal Policies (2016). *Precarious employment in Europe. Part 2: Country Case Studies*. Acedido a 12 de outubro de 2020, em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/587285/IPOL_STU\(2016\)587285\(ANN01\)_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/587285/IPOL_STU(2016)587285(ANN01)_EN.pdf)
- Duarte Quapper, C. (2012). Sociedades adultocéntricas: Sobre sus orígenes y reproducción. *Última Década*, 20 (36), 99-125. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362012000100005>.
- Elder, S. & Kring, S. (2016). Young and female – A double strike? Gender analysis of school-to-work transition surveys in 32 developing countries. *Work4Youth Publication Series*, 32. Ace-

- dido a 12 de outubro de 2020, em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_447495.pdf.
- Escobar, R. M. (1998). Las aplicaciones del análisis de segmentación: El Procedimiento Chaid. *Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 1, 13-50.
- Escobar, R. M. (2007). *El Análisis de Segmentación: Técnica y Aplicaciones de los Árboles de Clasificación*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Ferreira, M. (2016). Informal versus precarious work in Colombia: Concept and operationalization. *Progress in Development Studies*, 16 (2), 140-158. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/1464993415623128>.
- Frazer, H. & Marlier, E. (2010). In-work poverty and labour market segmentation in the EU: Key lessons. *Synthesis Report*, 73-94.
- Fullerton, A. S. *et al.* (2011). Reexamining the relationship between flexibility and insecurity. In D. Brady (Ed.). *Comparing European Workers Part A: Experiencies and Inequalities*. Sep. *Research in the Sociology of Work*, 22 (9-41). Bingley: Emerald Group Publishing Limited. Acedido a 12 de outubro de 2020, em [https://doi.org/10.1108/S0277-2833\(2011\)0000022004](https://doi.org/10.1108/S0277-2833(2011)0000022004).
- García-Pérez, J. I. & Muñoz-Bullón, F. (2011). Transitions into permanent employment in Spain: An empirical analysis for young workers. *British Journal of Industrial Relations*, 49 (1), 103-143. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1111/j.1467-8543.2009.00750.x>.
- Gialis, S. & Leontidou, L. (2016). Antinomies of flexibilization and atypical employment in Mediterranean Europe: Greek, Italian and Spanish regions during the crisis. *European Urban and Regional Studies*, 23 (4), 716-733.
- Golsch, K. (2003). Employment flexibility in Spain and its impact on transitions to adulthood. *Work, Employment and Society*, 17 (4), 691-718. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0950017003174005>.
- Guamán Hernández, A. (2013). De la estabilidad en el empleo a la precariedad laboral por la vía de la contratación temporal: La inserción de los jóvenes en el mercado de trabajo como paradigma del trabajo precario. *Anuario de La Facultad de Derecho*, 6, 103-136.
- International Institute for Labour Studies (2011). Full report – World of work report 2011: Making markets work for jobs. *World of Work Report*, 2011 (1), i-139. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1002/wow3.30>.
- Izquierdo, M. J. (1998). *El Malestar en la Desigualdad*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Kalleberg, A. L. (2009). Precarious work, insecure workers: Employment relations in transition. *American Sociological Review*, 74 (1), 1-22. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/000312240907400101>.
- Kalleberg, A. L. & Hewison, K. (2013). Precarious work and the challenge for Asia. *American Behavioral Scientist*, 57 (3), 271-288. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0002764212466238>.
- Klein, B. W. & Rones, P. L. (1989). A profile of the working poor. *Monthly Labour Review*, 112 (10), 3-13.

- Krauskopf, D. (2010). La condición juvenil contemporánea en la constitución identitaria. *Última Década*, 18 (33), 27-42. Acedido a 12 de outubro de 2020, em http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362010000200003&script=sci_arttext&tlng=pt.
- Kretsos, L. & Livanos, I. (2016). The extent and determinants of precarious employment in Europe. *International Journal of Manpower*, 37 (1), 25-43. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1108/IJM-12-2014-0243>.
- Kuster-Boluda, I. *et al.* (2010). Cross-cultural differences in purchasing decisions among European youth. *Innovar*, 20 (37), 163-178.
- Leite, J. *et al.* (2014). Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In *A Economia Política do Retrocesso: Crise, Causas e Objetivos* (127-188). Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais.
- Lerena, C. (1987). *Educación y Sociología en España*. Torrejón de Ardoz: Akal.
- Leschke, J. & Keune, M. (2008). Precarious employment in the public and private sectors: Comparing the UK and Germany European Economic and Employment Policy Brief. *ETUI-REHS*, 1 (1), 1-11.
- Livanos, I. & Papadopoulos, O. (2019). *The Rise of Precarious Employment in Europe: Theoretical Perspectives, Reforms and Employment Trends in the Era of Economic Crisis*. Bingley: Emerald Group Publishing. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1108/9781787145870>.
- Lohmann, H. (2009). Welfare states, labour market institutions and the working poor: A comparative analysis of 20 European countries. *European Sociological Review*, 25 (4), 489-504. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1093/esr/jcn064>.
- Lutte, G. (1991). *Liberar la Adolescencia: La Psicología de los Jóvenes de Hoy*. Barcelona: Editorial Herder.
- Marrero, J. R. *et al.* (2016). La flexibilidad laboral en el sector turístico. Un análisis a partir de las ofertas de empleo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 25 (2), 143-163.
- Mckay, S. *et al.* (2012). Study on precarious work and social rights. *Working Lives Research Institute Report*, 1-10.
- Merklen, D. & N. Murard (Eds.). *Individuación, Precariedad, Inseguridad. ¿Desinstitucionalización del Presente?* (33-43). Barcelona: Paidós.
- Miguelé, F. *et al.* (2015). La precarización del empleo en el marco de la norma flexible-empresarial de empleo. *España 2015: Situación Social*, 629-639.
- Mosoetsa, S. *et al.* (2016). Precarious labor, South and North: An introduction. *International Labor and Working-Class History*, 89, 5-19. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1017/S0147547916000028>.
- Munck, R. (2013). The precariat: A view from the South. *Third World Quarterly*, 34 (5), 747-762.
- Muñoz-Comet, J. & Martínez-Pastor, J. I. (2017). ¿Es la precariedad igual para todos los trabajadores temporales? Diferencias y semejanzas entre clases sociales. *Revista Espanola de Sociología*, 26 (2), 169-184. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.22325/fes/res.2017.11>.

- Olsthoorn, M. (2014). Measuring precarious employment: A proposal for two indicators of precarious employment based on set-theory and tested with Dutch labor market-data. *Social Indicators Research*, 119 (1), 421–441. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0480-y>
- Organização Internacional do Trabalho (2013). *Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal: Que Caminhos para o Futuro?* Lisboa: Organização Internacional do Trabalho.
- Pateman, C. (1995). *El Contrato Sexual*. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Piketty, T. (2015). *La Economía de las Desigualdades: Cómo Implementar una Redistribución Justa y Eficaz de la Riqueza*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- Piketty, T. (2019). *Capital e Ideología*. Barcelona: Paidós.
- Piore, M. J. (1969). *On-the-Job Training in the Dual Labor Market: Public and Private Responsibilities in On-the-Job Training of Disadvantaged Workers*. [Madison:] [Industrial Relations Research Association].
- Poggi, C. et al. (2011). Subjetividades juveniles: Entre el adultocentrismo y el patriarcado. *Revista Tesis – Facultad de Psicología*, 1 (1), 59-73. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/tesis/article/view/4117>.
- Rahona López, M. (2012). Capital humano, abandono escolar y formación profesional de grado medio en España. *Presupuesto y Gasto Público*, 2 (67), 177-194. Acedido a 12 de outubro de 2020, em http://www.ief.es/documentos/recursos/publicaciones/revistas/presu_gasto_publico/67_09.pdf.
- Rifkin, J. (1994). *El Fin del Trabajo*. Barcelona: Paidós.
- Rocha, F. & Aragón, J. (2012). La crisis económica y sus efectos sobre el empleo en España. *Gaceta Sindical*, 19 (19), 67-90.
- Rodgers, G. & Rodgers, J. (Eds.) (1989). *Precarious Jobs in Labour Market Regulation: The Growth of Atypical Employment in Western Europe*. Geneva/Brussels: International Institute for Labour Studies/Free University of Brussels.
- Rodrik, D. (2018). *Hablemos Claro sobre el Comercio Mundial: Ideas para una Globalización Inteligente*. Barceola: Deusto.
- Román, M. V. & Lévy, J. P. (2003). Clasificación y segmentación jerárquica. In J.-P. Lévy & J. Valera (Dirs.). *Análisis Multivariable para las Ciencias Sociales* (567-630). Madrid: Pearson-Prentice Hall.
- Sassen, S. (2015). *Expulsiones. Brutalidad y Complejidad en la Economía Global*. Buenos Aires: Katz Editores.
- Savage, M. et al. (2013). A new model of social class? Findings from the BBC’s Great British Class Survey experiment. *Sociology*, 47 (2), 219-250. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0038038513481128>.
- Savage, M. et al. (2015). On social class, anno 2014. *Sociology*, 49 (6), 1011-1030. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0038038514536635>.
- Spannagel, D. (2013). In-work poverty in Europe. Extent, structure and causal mechanisms. *COPE Research Paper, Combating Poverty in Europe*, 3.

- Standing, G. (2013). *El Precariado: Una Nueva Clase Social*. Barcelona: Pasado & Presente.
- Stiglitz, J. E. (2010). *El Malestar en la Globalización*. Madrid: Taurus.
- Stiglitz, J. E. (2012). *El Precio de la Desigualdad*. Madrid: Taurus.
- Tezanos, J. F. (2001). *La Sociedad Dividida. Estructura de Clases y Desigualdades en las Sociedades Tecnológicas Avanzadas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Thévenon, O. (2015). Aid policies for young people in Europe and the OECD countries. *Families and Societies WPSeries*, 34, 1-53.
- Tiwari, M. *et al.* (2014). An empirical study of applications of data mining techniques for predicting student performance in higher education. *International Journal of Computer Science and Mobile Computing*, 2, 53-57.
- Torns, M. T. *et al.* (2013). Género, trabajo y vida económica. In C. Díaz Martínez & S. Dema Moreno (Coords.). *Sociología y Género* (153-200). Madrid: Tecnos.
- Vallas, S. & Prener, C. (2012). Dualism, job polarization, and the social construction of precarious work. *Work and Occupations*, 39 (4), 331-353.
- Veliziotis, M. *et al.* (2015). Involuntary part-time employment: perspectives from two European labour markets. *ImPRovE Working Papes*, 15 (02).
- Verd Pericàs, J. M. & López-Andreu, M. (2015). Crisis del empleo y polarización de las trayectorias laborales. El caso de los adultos jóvenes en Cataluña. *Papers. Revista de Sociologia*, 101 (1), 5. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.5565/rev/papers.2167>.
- Vosko, L. F. (2010). *Managing the Margins: Gender, Citizenship, and the International Regulation of Precarious Employment*. Oxford: Oxford University Press.
- Wallerstein, I. (1979). *El Moderno Sistema Mundial*. México D. F.: Siglo XXI.
- Yeung, W.-J.J. & Yang, Y. (2020). Labor market uncertainties for youth and young adults: An international perspective. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 688 (1), 7-19. Acedido a 12 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0002716220913487>.
- Young, I. M. (1996). Vida política y diferencia de grupo: Una crítica del ideal de ciudadanía universal. In C. Castells (Coord.). *Perspectivas Feministas en Teoría Política* (99-126). Barcelona: Paidós.

Investigar processos de globalização em educação

Desafios para a prática de pesquisa

Researching processes of globalization in education: Challenges for research practice

Anne Schippling¹

ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, CIES; FERNUNIVERSITÄT IN HAGEN /
anne.schippling@iscte-iul.pt / ORCID | 0000-0002-8794-5554 /
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_4

Resumo: Enquanto em várias ciências sociais a reivindicação para transgredir o paradigma de um nacionalismo metodológico é recorrente, na investigação em educação esse paradigma mantém-se muito persistente. Este texto propõe uma reflexão de carácter metodológico, num primeiro passo, sobre esse paradigma e o seu impacto na investigação em educação – centrando-se em processos de globalização e transnacionalização em educação – e, num segundo passo, um programa e uma prática de investigação que se baseia na desconstrução do paradigma do nacionalismo metodológico. No exemplo da interpretação colaborativa de dados, por grupos de investigadores culturalmente heterogéneos, é discutida essa prática de investigação. O texto termina com uma perspetiva sobre os desafios para um programa da investigação da globalização em educação.

Palavras-chave: educação; globalização; transnacionalização; nacionalismo metodológico; interpretação colaborativa de dados; grupo de investigadores culturalmente heterogéneo

Abstract: While calls to transgress the paradigm of a methodological nationalism are frequent in various social sciences, this paradigm is very persistent in educational research. As a first step, this text proposes a reflection on the methodological nature on this paradigm and its impact on educational research – focusing on processes of globalization and transnationalisation in education. In a second step, the focus should be on a programme and research practice based on the deconstruction of the paradigm of methodological nationalism. This research practice will be discussed with the example of the collaborative interpretation of data by culturally heterogeneous groups of researchers. The text concludes with an outlook on the challenges for a programme of research into globalization in education.

¹ A autora agradece à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que promove a sua investigação no âmbito do pós-doutoramento (Referência: SFRH/BPD/112406/2015), e à FCT e ao Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD), que financiaram o projeto de cooperação “Aprender a ser um cidadão global? Perspetivas teóricas e abordagens metodológicas”, no qual se baseia este capítulo, assim como aos membros deste projeto pelo fecundo intercâmbio científico que o inspirou.

Keywords: education; globalization; transnationalisation; methodological nationalism; collaborative interpretation of data; culturally heterogeneous group of researchers

Introdução: a investigação educacional perante processos de globalização

Em ciências sociais, a superação do paradigma do nacionalismo metodológico não é uma reivindicação nova. Perante processos complexos de globalização, a sociedade moderna experienciou transformações profundas de estruturas e práticas políticas, económicas e culturais que determinam a realidade social (*e.g.*, Beck, 2002, 2006; Beck & Grande, 2004; Hobsbawm, 1999; Scholte, 2005; Robertson & Dale, 2008). Verificou-se que categorias e ferramentas tradicionais da investigação em ciências sociais não se mostraram adequadas para compreender a amálgama das dimensões locais, regionais, nacionais, internacionais, transnacionais e globais que formam a realidade social. Essas dimensões encontram-se num entrelaçamento que é marcado pela contingência e a ambiguidade.

Nesse contexto, Ulrich Beck (2002: 17) caracteriza a globalização como “processo não linear, dialético”,² em que essas dimensões não podem ser entendidas enquanto “polaridades culturais, mas como princípios combinados e mutuamente implicados”. Essas profundas transformações da sociedade atual reivindicam, para Beck (2002 e 2007), um repensar das ciências que investigam a realidade social, nomeadamente as ciências sociais. Ele considera que as ferramentas com que as ciências sociais trabalham estão enraizadas no paradigma de um nacionalismo metodológico que cobre a perspectiva para analisar adequadamente fenómenos e problemas da sociedade globalizada atual. Fazendo referência ao axioma de Immanuel Kant (1998: 193-194), “pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”, Beck (2002: 24) afirma que as categorias com que trabalham as ciências sociais atuais são “categorias *zombie*”, porque estão enraizadas no paradigma de um nacionalismo metodológico que se verificou inadequado para analisar a realidade social.

Na investigação educacional, o paradigma de estado-nação, enquanto quadro de referência, e o pensamento relacionado de “contenedores de estado-nação” (Beck & Grande, 2010: 201) mostraram-se particularmente persistentes e continuam a ser

² As traduções para a língua portuguesa são da responsabilidade da autora, em cooperação com Ana Catarina Ramos.

dominantes. Essa persistência explica-se através do papel central de sistemas educativos públicos no processo de constituição dos Estados-nação modernos, durante os últimos dois séculos (*e.g.*, Meyer, 1980; Ramirez & Boli, 1987; Adick, 2005). Esses sistemas de educação contribuíram, em grande medida, para a constituição de uma consciência de nação e de uma homogeneização cultural. A investigação educacional tem como ponto de referência principal, bem como seu objeto de estudo, o sistema educativo público e, por isso, compreende processos e fenômenos educativos, em primeiro lugar, como realidades organizadas pelo estado-nação (*e.g.*, Adick, 2005: 244; Robertson & Dale, 2008; Pfaff, 2018). Ao mesmo tempo, também na área da educação, surgem desenvolvimentos e transformações que transgridem a lógica dos “contendores de estado-nação”. Susan L. Robertson e Roger Dale (2008: 2) notam como efeito principal da globalização na educação “uma evidente mudança de um sistema de educação predominantemente nacional” para “uma distribuição mais fragmentada, multiescalar e multisectorial de atividade que envolve agora novos atores, novas formas de pensar sobre a produção e distribuição do conhecimento, e novos desafios em termos de assegurar a distribuição de oportunidades de acesso e mobilidade social” (Dale & Robertson, 2007). Cada vez mais, notam-se fenômenos e problemas transfronteiriços em educação – não subsumíveis na lógica dos sistemas educativos nacionais –, cuja análise requer um repensar das ferramentas de investigação tradicionais.

Perante os processos de globalização e transnacionalização em educação delineados e também as consequências na investigação educacional, este capítulo pretende apresentar uma reflexão metodológica a dois níveis. Em primeiro lugar, procura-se compreender, mais detalhadamente, o paradigma do nacionalismo metodológico e o seu significado no contexto da investigação educacional. Em segundo lugar, segue uma reflexão sobre a possibilidade de ultrapassar esse paradigma, no sentido de Amelina *et al.* (2012: 7), ou seja, de “rejeitar um paradigma de investigação que retrata o mundo como naturalmente dividido em sociedades nacionais”, o que implica também “transnacionalizar as nossas práticas de investigação” (Keßler & Szakács-Behling, 2020: 183). No exemplo do trabalho colaborativo de interpretação de dados empíricos em grupos de investigadores culturalmente heterogêneos (*e.g.*, Schütze, 2005; Schippling & Álvares, 2019; Schippling & Keßler, 2021a), será discutido o seu potencial fecundo enquanto prática transnacional de investigação. Por fim, vão ser delineados os

desafios para uma investigação educacional que desconstrói o paradigma de um nacionalismo metodológico.

O paradigma do nacionalismo metodológico em investigação educacional

Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller (2002: 202) caracterizam o nacionalismo metodológico como um “pressuposto de que a nação/estado/sociedade é a forma social e política natural do mundo moderno”. De facto, o estado-nação pode ser compreendido como instituição que incorpora e assegura os princípios da modernidade (Robertson & Dale, 2008: 4). O termo “nacionalismo metodológico” não é um termo recente. Hermínio Martins (1974: 276) utilizou esse termo para criticar o trabalho das ciências sociais nos anos 70, descrevendo a “comunidade nacional como unidade terminal e condição de fronteira para a demarcação de problemas e fenómenos para as ciências sociais”. Do mesmo modo, Anthony D. Smith (1979: 191) refere-se ao nacionalismo metodológico de uma forma crítica, no sentido de que a sociedade como unidade de investigação seria equiparada ao estado-nação. Posteriormente, Ulrich Beck retomou o debate crítico em torno do paradigma do nacionalismo metodológico em ciências sociais e esse debate não só teve um lugar saliente na discussão científica, como também na consciência pública (e.g., Beck, 2002, 2006 e 2007). O autor alemão caracterizou o nacionalismo metodológico da seguinte forma: “Sistematicamente, o nacionalismo metodológico toma por garantido as seguintes premissas ideais: iguala sociedades a sociedades de estado-nação e considera os estados e os seus governos como alicerces de uma análise em ciências sociais” (Beck, 2007: 287). Por sua vez, opõe ao nacionalismo metodológico o *cosmopolitismo metodológico* que, segundo a sua perspectiva, aparece como novo paradigma para analisar adequadamente a realidade social (e.g., Beck, 2007; Beck & Grande, 2004, 2010; Beck & Sznaider, 2006). Beck & Grande (2010: 190) caracterizam o cosmopolitismo metodológico como uma abordagem que se foca na análise das “interdependências globais” que determinam a modernidade e que as compreende como ponto de partida para a reflexão teórica e investigação empírica. Chernilo (2006: 11) critica essa oposição entre nacionalismo metodológico e cosmopolitismo metodológico, que caracteriza a teoria de Beck, designando o pensamento deste como dicotomista: “nacionalismo metodológico da teoria social sem valor versus cosmopolitismo metodológico da sociedade-de-risco-mundial-totalmente-novo” (Chernilo, 2006: 12). Dessa forma, Chernilo (2006: 11-13) considera necessário ultrapassar um tal pensamento dicotomista e

desenvolver uma perspectiva crítica e reflexiva relativamente ao estado-nação sem renunciar completamente à dimensão nacional do pensamento em ciências sociais.

Na investigação em educação, a suposição do estado-nação como quadro de referência principal – o paradigma do nacionalismo metodológico – continua a ser dominante. Isso explica-se, por um lado, pelo facto de os sistemas educativos e instituições educativas serem regulados e também legitimados pelo estado-nação. Por outro lado, os sistemas educativos e as escolas não são limitados pela execução da regulação estatal, mas também podem ser entendidos como “sistemas de fronteira, que são amplamente conservadores no que diz respeito à mobilidade social e territorial” (Hummrich & Pfaff, 2018: 143). Os sistemas educativos nacionais tiveram, especialmente no século XIX, a função de criar uma identidade nacional, de promover um patriotismo e de participar na construção do estado-nação moderno, que é uma “imaginação” social (Anderson, 1983). A escolaridade obrigatória contribui para a construção do estado-nação, porque promove uma lealdade de todos os (futuros) cidadãos perante o estado. Se essa perspectiva da centralidade do estado-nação determina o pensamento científico, a ponto de o estado-nação funcionar como única unidade “natural” de referência – no caso da educação, o respetivo sistema nacional de educação –, pode falar-se de um nacionalismo metodológico. Os sistemas educativos nacionais foram, de alguma forma, “universalizados” e tornaram-se o modelo de organização mais reconhecido da educação pública (Adick, 2004). O paradigma do estado-nação é ainda determinante, especialmente nas ciências da educação comparadas, porque o Estado e o respetivo sistema educativo nacional funcionam como referência de comparação entre países (que se compreendem como estados-nação organizados por territórios) (Adick, 2005: 244-246; Schippling, 2018). A ideia homogeneizadora de cultura no sentido de “cultura nacional” encontra-se estreitamente relacionada com um nacionalismo metodológico (*e.g.*, Reckwitz, 2006; Adick, 2014; Amelina, 2019), que também influencia ainda a investigação em educação. Apesar de o paradigma do nacionalismo metodológico e da ideia homogeneizadora de cultura serem mais persistentes na investigação em educação do que em outras ciências sociais, nasce, ao mesmo tempo, uma consciencialização de que há transformações na sociedade que questionam um pensamento científico orientado por esse paradigma.

Investigar processos de globalização em educação: uma transnacionalização da prática de pesquisa?

Processos de globalização e de transnacionalização determinam, de uma maneira crescente, a realidade educativa, visto que essa realidade é inseparável de desenvolvimentos políticos, económicos e culturais. Por um lado, trata-se de um impacto global crescente de redes, práticas e instituições – que Spring (2014: 1) caracteriza como “superestrutura da educação global” – nos sistemas educativos nacionais e locais. Os atores globais que fazem parte dessa estrutura global influenciam políticas educativas e são, por exemplo, a OECD, a UNESCO, a WTO e outras organizações intergovernamentais (IGO) e não-governamentais (NGO) (com mais detalhe, *e.g.*, Verger *et al.*, 2016; Teodoro, 2011 e 2020). Através desses atores, são estabelecidos, nos sistemas educativos nacionais, atores, estruturas e práticas transfronteiriços, como, por exemplo, no que diz respeito ao campo da educação internacional e global (Resnik, 2012; Hayden *et al.*, 2015; Schippling & Keßler, 2021b). Por outro lado, existem processos de transnacionalização que surgem “de baixo”, ou seja, da vida quotidiana e das práticas de pessoas que são integradas num contexto transfronteiriço, como, por exemplo, fenómenos como mobilidade geográfica e social, relações familiares e sociais numa sociedade migratória ou de mobilidade internacional na educação (Glick Schiller *et al.*, 1995; Adick, 2005; Pries, 2008).

Assim, surge a seguinte questão: como investigar esses processos de globalização e transnacionalização em educação? Adick (2005: 246), a este propósito, questiona apropriadamente: “Mas o que acontece se este ‘modelo mundial’ de sistemas educativos, determinados pelos estados-nação, for desafiado por práticas e instituições educativas ‘transnacionais’ que se encontrem ‘para além’, ‘acima’, ‘além’ ou ‘transversais’ aos sistemas nacionais?”. Nota-se uma falta de ferramentas analíticas, tanto a nível teórico como metodológico, adequadas para investigar fenómenos educativos transfronteiriços (*e.g.*, Adick, 2005; Resnik, 2012; Schippling, 2018; Keßler & Szakács-Behling, 2020). Resnik (2012: 292), por exemplo, constata que, para analisar o campo da educação internacional, os instrumentos tradicionais de análise, ancorados no paradigma de um nacionalismo metodológico, se verificaram inadequados. Schippling & Keßler (2021a) alertam para o facto de uma abordagem teórica ou metodológica, baseada nesse paradigma, não se ter revelado apropriada para analisar a realidade educativa complexa na qual são entrelaçadas dimensões locais, nacionais, internacionais e transnacionais.

Adotando uma atitude crítica no que diz respeito à inadequação do paradigma do nacionalismo metodológico, surgiram algumas propostas com foco num programa interdisciplinar de investigação que assume uma perspectiva de transnacionalização (*e.g.*, Levitt & Khagram, 2008; Pries, 2010; Pfaff, 2018; Schippling & Keßler, 2021a). Levitt & Khagram (2008: 2) propõem uma sistematização dos “estudos transnacionais” e mostram cinco linhas dessa investigação: transnacionalismo empírico, metodológico, teórico, filosófico e público. Na linha metodológica, estes investigadores requerem “a criação e implementação de novos *designs* e metodologias de investigação, gerando novos tipos de dados, evidências e observações que captem com maior precisão e rigor as realidades transnacionais”. Neste contexto, Keßler & Szakács-Behling (2020: 183) consideram necessária a existência de uma “viragem metodológica em educação” e propõem uma transnacionalização da prática de investigação. Essa viragem, no entanto, não significa criar um novo paradigma que substitua a referência à unidade do “nacional” pela unidade do “transnacional”, mas sim criar uma perspectiva de investigação com ferramentas analíticas adequadas para compreender a interligação entre diferentes níveis de referência. Relativamente à prática da investigação, Keßler & Szakács-Behling (2020: 183) sugerem duas estratégias: repensar o *design* da investigação e realizar as práticas de levantamento e interpretação de dados em equipas de investigadores. O trabalho colaborativo em grupos ou oficinas de investigação culturalmente heterogêneos pode ser visto como uma prática transnacional de investigação, sendo, dessa forma, uma possível resposta para desconstruir o paradigma do nacionalismo metodológico na investigação (Schippling & Keßler, 2021a).³

O trabalho com os dados empíricos está determinado pela vinculação ao local (em alemão, *Standortgebundenheit* (Mannheim, 1952; Berger & Luckmann, 1969)) dos investigadores, portanto, pelos seus contextos sociais e culturais que influenciam esse trabalho, nomeadamente a interpretação dos dados. A interpretação de dados em grupo – designada por Strauss (1987: 138-139) como “análise colaborativa dos dados” – é uma prática de investigação que se considera uma estratégia para uma melhoria da investigação qualitativa (Steinke, 1999; Flick, 2007). Essa estratégia baseia-se numa triangulação de investigadores (*e.g.*, Flick, 2007; Archibald, 2016; Schippling, 2017) oriundos de diferentes tradições e paradigmas científicos e vindos

³ Uma outra prática de investigação, no domínio do levantamento dos dados, que se centra na ideia de contingência do campo da investigação, sem fronteiras inequívocas, e de processos múltiplos na sua construção, é a “etnografia multissituada” (*e.g.*, Marcus, 1995, 1998).

de diferentes contextos socioculturais – o que permite a criação de uma perspectiva mais profunda e complexa sobre o objeto da investigação.⁴ Jo Reichertz (2013: 13) define os grupos de interpretação como “meios/medidas ou técnicas sociais de geração de conhecimento ou, mais precisamente, de geração de conhecimento em ciências sociais sobre o mundo social, ou seja, da construção comunicativa de realidade”. Essa construção do conhecimento sobre a realidade social, criado com base na triangulação de investigadores, permite uma multiperspetivação dessa realidade. A perspectiva do interpretador singular, condicionado pelo seu contexto social, abre-se para novas e inesperadas leituras dos dados e torna-se mais complexa e, ao mesmo tempo, diferenciada (Schippling, 2017: 92). Dessa forma, a interpretação em grupo abre a possibilidade para uma consciencialização e reflexão da condição social e cultural do processo da interpretação e, por conseguinte, uma “alienação do próprio olhar” de cada investigador/a (Hirschauer & Amman, 1997). A estratégia de interpretação de dados em grupo pode ser compreendida como um meio para o desenvolvimento de um *habitus* científico reflexivo (Bourdieu, 1993 e 2001).

Se a interpretação de dados empíricos é realizada por grupos de investigadores culturalmente heterogêneos, surge, de uma forma particular, a possibilidade para desenvolver uma abordagem crítica e reflexiva, no que diz respeito a um pensamento em “contendores de estado-nação” e, na área da educação, em sistemas nacionais “universalizados” de educação. Um trabalho de grupo culturalmente heterogêneo pode ser “um lugar fecundo para o desenvolvimento de investigação que quebra, de uma maneira reflexiva, o paradigma de um nacionalismo metodológico” (Schippling & Álvares, 2019: 52). Nesse âmbito, a heterogeneidade cultural dos investigadores refere-se ao contexto complexo de socialização do/a investigador/a e não especificamente à sua nacionalidade ou etnia (Amelina, 2019: 45). Um encontro colaborativo de investigadores, oriundos de diferentes contextos sociais e culturais, promove a consciencialização da vinculação ao local (*Standortgebundenheit*) de cada investigador/a e da sua influência na interpretação dos dados (Schütze, 2005; Bittner & Günther, 2013; Kaźmierska, 2014; Amelina, 2019; Schippling & Keßler, 2021a). Dessa forma, também se torna possível desenvolver

⁴ A triangulação dos investigadores foi originalmente desenvolvida por Denzin (1978), que a compreende como estratégia de validação enquanto critério de qualidade para a investigação qualitativa. Essa abordagem foi retrabalhada, e, atualmente, essa estratégia é vista como meio para atingir uma compreensão mais profunda do objeto da investigação (Denzin & Lincoln, 1994; Flick, 2007).

uma abordagem crítica no que diz respeito ao estado-nação como única unidade de referência na análise e criar uma perspectiva transnacional da realidade social. Além disso, uma triangulação de investigadores de diferentes contextos culturais permite uma desconstrução de ideias homogeneizantes de cultura (Amelina, 2019; Schippling & Álvares, 2019).

Desafios para um programa de investigação da globalização em educação

Perante processos de globalização e transnacionalização na sociedade atual que também afetam a área da educação, abordagens de investigação que naturalizem o estado-nação como ponto central de referência mostraram ser inadequadas. Nota-se uma série de processos e fenómenos no âmbito da educação, como, por exemplo, a influência de atores transnacionais na educação, a educação global ou as instituições educativas numa sociedade de migração, que ultrapassam as fronteiras nacionais. Para uma análise desses fenómenos, reivindica-se um programa de investigação baseado numa perspectiva crítica do paradigma do nacionalismo metodológico (*e.g.*, Adick, 2005; Resnik, 2012; Levitt & Khagram, 2008; Hummrich & Pfaff, 2018; Machold *et al.*, 2020; Schippling & Keßler, 2021a e 2021b) que seja adequado para compreender a interligação complexa e ambígua das dimensões locais, regionais, nacionais, internacionais, transnacionais e globais que possam determinar a realidade educativa. Quais são os desafios para um tal programa de investigação?

Um primeiro desafio central é o desenvolvimento de ferramentas adequadas para a análise de processos e fenómenos de globalização e transnacionalização em educação. Mas a reivindicação para rever as metodologias tradicionais, em muitos casos, ainda continua a ser um esforço abstrato com base na crítica da investigação atual, em vez de ser posta em prática. Este capítulo contribuiu com uma reflexão sobre uma prática da investigação qualitativa que permite uma desconstrução do paradigma do nacionalismo metodológico: a interpretação de dados em grupos de investigadores culturalmente heterogéneos.

Uma investigação que se realize com base na desconstrução do paradigma do nacionalismo metodológico tem, em segundo lugar, de enfrentar o perigo de permanecer numa lógica dicotomista e substituir o antigo paradigma por “uma abordagem dogmática que define ‘transnacionalismo metodológico’ puramente como antítese ao ‘nacionalismo metodológico’” (Keßler & Szakács-Behling, 2020: 187-188) ou, segundo Robertson & Dale (2008: 4), “não é simplesmente ir além do nacional para uma nova escala”. É necessário, perante este cenário, que haja

uma aproximação ao objeto de investigação com uma consciência da complexidade e contingência da realidade educativa atual e uma atitude crítica e reflexiva relativamente a perspectivas unilaterais para analisar essa realidade. A interpretação de dados em grupos culturalmente heterogêneos pode ser um lugar onde se põe em prática um *habitus* científico reflexivo (Bourdieu, 1993 e 2001).

Um terceiro desafio encontra-se no trabalho a nível teórico. Para analisar processos de globalização e transnacionalização e o seu impacto na educação, também é necessário realizar uma revisão das categorias e conceptualizações tradicionais com as quais se tem trabalhado até à data, geralmente no âmbito do paradigma do nacionalismo metodológico. No que diz respeito à área da educação internacional, Julia Resnik (2012: 306) afirma que “a educação internacional desafia a nossa compreensão sociológica e remodela as nossas categorias sociológicas básicas”. Um exemplo dessa necessidade de revisão é o conceito de “cultura”, que, numa perspetiva transnacional, já não pode ser equiparado com o conceito de “nação” e que tem de ultrapassar uma conceptualização de homogeneidade (*e.g.*, Reckwitz, 2006; Amelina, 2019).

Bibliografia

- Adick, C. (2004). Forschung zur Universalisierung von Schule. In W. Helsper & J. Böhme (Eds.). *Handbuch der Schulforschung* (943-963). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Adick, C. (2005). Transnationalisierung als Herausforderung für die International und Interkulturell Vergleichende Erziehungswissenschaft. *Tertium comparationis. Journal für International und Interkulturell Vergleichende Erziehungswissenschaft*, 11 (2), 243-269.
- Adick, C. (2014). Der methodologische Nationalismus und Kulturalismus in der Vergleichenden Erziehungswissenschaft. In S. Rühle *et al.* (Eds.). *Mehrsprachigkeit – Diversität – Internationalität. Erziehungswissenschaft im Transnationalen Bildungsraum* (225-241). Münster: Waxmann.
- Amelina, A. (2019). Jenseits des Homogenitätsmodells der Kultur. Zur Analyse von Transnationalität und kulturellen Interferenzen auf der Grundlage der hermeneutischen Wissenssoziologie. In R. Bettmann & M. Roslon (Eds.). *Interkulturelle Qualitative Sozialforschung* (2.^a ed.) (27-51). Wiesbaden: Springer VS.
- Amelina, A. *et al.* (2012). Methodological predicaments of cross-border studies. In A. Amelina *et al.* (Eds.). *Beyond Methodological Nationalism. Research Methodologies for Cross-Border Studies* (1-19). New York/London: Routledge.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso: London.

- Archibald, M. M. (2016). Investigator triangulation: A collaborative strategy with potential for mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 10 (3), 228-250.
- Beck, U. (2002). The cosmopolitan society and its enemies. *Theory, Culture and Society*, 19 (1-2), 17-44.
- Beck, U. (2006). *Cosmopolitan Vision*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2007). The cosmopolitan condition. Why methodological nationalism fails. *Theory, Culture and Society*, 24 (7-8), 286-290.
- Beck, U. & Grande, E. (2004). *Das kosmopolitische Europa. Gesellschaft und Politik in der Zweiten Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Beck, U. & Grande, E. (2010). Jenseits des methodologischen Nationalismus. Außereuropäische und europäische Variationen der Zweiten Moderne. *Soziale Welt*, 61 (3-4), 187-216.
- Beck, U. & Sznaider, N. (2006). Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: A research agenda. *British Journal of Sociology*, 57, 1-23.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1969). *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit – Eine Theorie der Wissenssoziologie*. Frankfurt am Main: Fischer.
- Bittner, M. & Günther, M. (2013). Verstehensprozesse in interkulturellen Forschungsgruppen – Übersetzung als eine Herausforderung qualitativer Forschung. In R. Bettmann & M. Roslon (Eds.). *Going the Distance. Impulse für die interkulturelle Qualitative Sozialforschung* (185-202). Wiesbaden: Springer VS.
- Bourdieu, P. (1993). Narzißtische Reflexivität und wissenschaftliche Reflexivität. In E. Berg & M. Fuchs (Eds.). *Kultur, soziale Praxis, Text. Die Krise der ethnographischen Repräsentation* (365-374). Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la Science et Réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir.
- Chernilo, D. (2006). Social theory's methodological nationalism: Myth and reality. *European Journal of Social Theory*, 9 (1), 5-22.
- Dale, R. & Robertson, S. (2007). Beyond "isms" in comparative education in an era of globalisation: Political and methodological reflections. In A. Kazamias & R. Cowan (Eds.). *Handbook on Comparative Education*. Netherlands: Springer.
- Denzin, N. K. (1978). *The Research Act. A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New York: McGraw Hill.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Eds.) (1994). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks/London: Sage.
- Flick, U. (2007). *Managing the Quality of Qualitative Research*. London: Sage.
- Glick Schiller, N. et al. (1995). From immigrant to transmigrant: Theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68 (1), 48-63.
- Hayden, M. et al. (Eds.) (2015). *The Sage Handbook of Research in International Education* (2.^a ed.). London: Sage Publications.
- Hirschauer, S. & Amann, K. (Eds.) (1997). *Die Befremdung der eigenen Kultur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

- Hobsbawm, E. (1999). *The New Century*. London: Abacus.
- Hummrich, M. & Pfaff, N. (2018). Editorial “Transnationalisierung”. *Tertium Comparationis – Journal für International und Interkulturell Vergleichende Erziehungswissenschaft*, 24 (2), 143-150.
- Kant, I. (1998). *Critique of Pure Reason*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kaźmierska, K. (2014). Analyzing biographical data: Different approaches of doing biographical research. *Qualitative Sociology Review*, 10 (1), 6-17.
- Keßler, C. I. & Szakács-Behling, S. (2020). Researching the transnational and transnationalizing the research: Towards a methodological turn in education. In C. Machold *et al.* (Eds.). *Jenseits des Nationalen? Erziehung und Bildung im Spannungsverhältnis von Entgrenzung und Begrenzung nationaler Ordnungen* (183-199). Opladen: Budrich.
- Machold, C. *et al.* (Eds.) (2020). *Jenseits des Nationalen? Erziehung und Bildung im Spannungsverhältnis von Entgrenzung und Begrenzung nationaler Ordnungen*. Opladen: Budrich.
- Mannheim, K. (1952). *Ideologie und Utopie*. Frankfurt am Main: Schulte-Bulmke.
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- Marcus, G. E. (1998). *Ethnography through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press.
- Martins, H. (1974). Time and theory in sociology. In J. Rex (Ed.). *Approaches to Sociology: An Introduction to Major Trends in British Sociology* (246-294). London/Boston: Routledge/Kegan Paul.
- Meyer, J. W. (1980). The world polity and the authority of the Nation-State. In A. Bergesen (Ed.). *Studies in the Modern World System* (109-137). New York: Academic Press.
- Pfaff, N. (2018). Erziehungswissenschaftliche Transnationalismusforschung im Gegenstandsbe-
reich der Schule. Zwischen Struktur und Lebenswelt. *Tertium Comparationis – Journal für International und Interkulturell Vergleichende Erziehungswissenschaft*, 24 (2), 151-170.
- Pries, L. (2008). Transnational societal spaces: Which units of analysis, reference and measurement? In L. Pries (Ed.). *Rethinking Transnationalism: The Meso-Link of Organisations* (1-20). London: Routledge.
- Pries, L. (2010). *Transnationalisierung: Theorie und Empirie grenzüberschreitender Vergesellschaftung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Ramirez, F. O. & Boli, J. (1987). The political construction of mass schooling. *Sociology of Education*, 60, 2-17.
- Reckwitz, A. (2006). *Die Transformation der Kulturtheorien. Zur Entwicklung eines Theorieprogramms*. Göttingen: Velbrück.
- Reichertz, J. (2013). *Gemeinsam interpretieren. Die Gruppeninterpretation als kommunikativer Prozess*. Wiesbaden: Springer VS.
- Resnik, J. (2012). Sociology of international education: An emerging field of research. *International Studies in Sociology of Education*, 22 (4), 291-310.

- Robertson, S. L. & Dale, R. (2008). Researching education in a globalising era: Beyond methodological nationalism, methodological statism, methodological educationism and spatial fetishism. Acedido a 27 de dezembro de 2020, em <https://susanleerobertson.files.wordpress.com/2009/10/2008-resnik-isms.pdf>.
- Schippling, A. (2017). Investigator triangulation in the data interpretation process: An almost untouched research area. *La Critica Sociologica*, 203, 87-100.
- Schippling, A. (2018). Researching international schools. Challenges for comparative educational research. *Revista Lusófona de Educação*, 41 (41), 193-204.
- Schippling, A. & Álvares, M. (2019). Zur Generierung von Wissen in Interpretationsgruppen – Methodologische Reflexionen im Kontext reflexiver Eliteforschung. *Zeitschrift für Qualitative Forschung*, 20 (1), 43-57.
- Schippling, A. & Kießler, C. I. (2021a). Transnationale Perspektiven in der Kindheits und Jugendforschung. In H.-H. Krüger *et al.* (Eds.). *Handbuch Kindheits- und Jugendforschung*. Wiesbaden: Springer VS. Acedido a 10 de fevereiro de 2022, em https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-658-24801-7_9-1.pdf.
- Schippling, A. & Kießler, C. I. (2021b). Internationalisierung im deutschen Schulsystem. In T. Hascher, T. S. Idel & W. Helsper (Eds.). *Handbuch Schulforschung*. Wiesbaden: Springer VS. Acedido a 10 de fevereiro de 2022, em https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-658-24734-8_70-1.pdf.
- Scholte, J.-A. (2005). *Globalization: A Critical Introduction*. Basingstoke: Palgrave.
- Schütze, F. (2005). Eine sehr persönlich generalisierte Sicht auf qualitative Sozialforschung. *Zeitschrift für Qualitative Bildungs-, Beratungs- und Sozialforschung*, 6 (2), 211-248.
- Smith, A. D. (1979). *Nationalism in the Twentieth Century*. Oxford: Martin Robertson.
- Spring, J. (2014). *Globalization of Education: An Introduction* (2nd ed.). New York/London: Routledge.
- Steinke, I. (1999). *Kriterien qualitativer Forschung. Ansätze zur Bewertung qualitativ-empirischer Sozialforschung*. Weinheim: Juventa.
- Strauss, A. L. (1987). *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Teodoro, A. (2011). *A Educação em tempos de Globalização Neoliberal: Os Novos Modos de Regulação das Políticas Educacionais*. Brasília: Liber Livro.
- Teodoro, A. (2020). *Contesting the Global Development of Sustainable and Inclusive Education: Education Reform and the Challenges of Neoliberal Globalization*. New York/London: Routledge.
- Verger, A. *et al.* (Eds.) (2016). *World Yearbook of Education 2016: The Global Education Industry*. New York: Routledge.
- Wimmer, A. & Glick Schiller, N. (2002). Methodological nationalism and beyond: Nation-State building, migration and the social sciences. *Global Networks*, 2 (4), 301-334.

A linguagem cinematográfica no processo de globalização

The cinematographic language in the process of globalization

Susana Ornelas¹

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG / susanaornelas@ebsaas.com / ORCID | 0000-0002-6748-1684
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_5

Resumo: O trabalho que se apresenta compreende o significado da linguagem cinematográfica no processo de globalização. A principal fonte utilizada foi o manual de Arcangelo Mazzoleni no seu livro *O ABC da Linguagem Cinematográfica*, que, para além de ilustrar a técnica da narração audiovisual com imensos fotogramas retirados dos maiores filmes do século, facultava-nos um método de análise das sequências cinematográficas, frutífero para aqueles que são curiosos no processo de conhecimento na “arte” de aprender a narrar visualmente, sobretudo para os professores, estudantes, educadores, jornalistas e admiradores da cinematografia em geral. Pretende-se ainda refletir sobre a natureza, a terminologia e as capacidades desta linguagem, uma vez que a evolução tecnológica redefine os limites do fílmico visível perante as incertezas do espaço a ser simulado virtualmente.

Palavras-chave: globalização; filme; linguagem cinematográfica; narrativa fílmica

Abstract: This work is about the meaning of cinematographic language in the globalization process. The main source used was Arcangelo Mazzoleni’s manual in his book *O ABC da Linguagem Cinematográfica* [*The ABC of Film Language*], which, besides illustrating the technique of audiovisual narration, with lots of photograms taken from the greatest films of the century, provides a method of analysis of film sequences, fruitful for those who are curious in the process of knowledge in the “art” of learning to narrate visually, above all for teachers, students, educators, journalists and admirers of cinema in general. It is also intended to reflect on the nature, terminology, and capabilities of this language, since technological evolution redefines the limits of the visible film faced with the uncertainties of the space to be virtually simulated.

Keywords: globalization; film; cinematographic language; filmic narrative

A obra fílmica e a luz

A obra fílmica começa por um enquadramento do espaço que, através do olhar da câmara de filmar sobre o mundo, permite criar na mente ou imaginação uma personagem da história que partilha a perspetiva “subjativa”. O narrador impessoal

¹ Doutoranda em Estudos Globais na Universidade Aberta.

e invisível, apelidado de *instância narradora* da narrativa, “constrói” sucessivos acontecimentos. Enquadrar engloba jogar com a organização de signos, desde a composição, à subdivisão do espaço, aos problemas inerentes ao ponto de vista afetivo e ótico, até ao sintagma de origem fotográfica. Para Gilles Deleuze, o enquadramento equivale à demarcação de um sistema relativamente fechado, que engloba tudo o que está contido na imagem: cenários, personagens, adereços, ações. Salienta-se ainda as técnicas de continuidade (televisiva ou cinematográfica) e as regras codificadas que são as bases da gramática cinematográfica. Hoje, a fotografia cinematográfica retrata os avanços tecnológicos digitais das imagens geradas por computador, na sua ligação com as experiências proféticas da pré-história do cinema com as sequências fotográficas, que através da precisão científica conseguiram fixar, pela primeira vez, o movimento, proclamando o grande sonho do homem, a paragem do tempo. Com o dinamismo da câmara de filmar, evidencia-se a problemática do enquadramento em movimento, o *travelling* e o denominado plano-sequência, revelando os movimentos mais comuns da câmara. Por sua vez, a montagem e a gestão dos tempos narrativos ocupam-se da manipulação do tempo, do alongamento e do comprimir do cinema, tão característico das suas capacidades, preocupando-se ainda com a “Pontuação cinematográfica”, desenvolvida tanto no seu ponto de vista semântico, assim como na escansão rítmica e formal da narrativa. As relações entre o som e a imagem na constituição da linguagem audiovisual (sincronia/assincronia; paralelismo/contraponto) são fundamentais na produção fílmica.

A fotografia cinematográfica tem características e funções diferentes das da fotografia *tout-court*, sendo inevitável restabelecer a sua particularidade, baseando-se no conceito de *luz cinética*, que se diferencia substancialmente da luz fotográfica ou pictórica. O movimento é o elemento diferenciador, como expõe Arcangelo Mazzoleni (2005:59), parafraseando Golovnja (1951):

O grande plano filmado em movimento coloca [...] de uma nova forma o problema da iluminação do rosto e do actor; os princípios fundamentais da iluminação são o efeito natural e a alternância de luz e sombra no rosto e na figura, ou seja, aquilo que é essencialmente a luz cinética, cinematográfica e não a fotográfica ou pictórica.

A utilização da luz na arte cinematográfica tem uma dupla exposição luminosa, na medida em que as cores e os focos produzem um contexto expressivo diretamente voltado para o olhar do espectador através da procedência de luz primárias,

nomeadamente os refletores, entre outros. Por outro lado, existe uma segunda luz, a luz do projetor, que mesmo sem estar em contacto ainda direto com o campo de visão do público comporta um conjunto de traços característicos, ou seja, uma tonalidade de tons diferentes daqueles que são captados pela câmara. Desta forma, Anatolij Golovnja, operador de Pudovkin, evidencia os dados para uma reflexão contemporânea em relação à natureza da luz cinematográfica, que, associada ao conceito de *perspectiva cinética*, contribuía para estabelecer o problema teórico da iluminação assente em suportes totalmente novos. O cinema opõe-se à fotografia, à sua imagem fixa, exprimindo-se *com* o movimento e *no* movimento da imagem em constante mutação. Porém este movimento é condicionado pelo dinamismo da câmara de filmar, pela sua visão em perspectiva, tal como referencia Arcangelo Mazzoleni (2005:59), parafraseando Golovnja (1951):

Quando a câmara de filmar se move, e devido à mutação contínua do ponto de vista, há uma deslocação dos objetos no nosso campo visual; esta deslocação faz com que o espaço entre os objetos seja visível e, em simultâneo, concretiza esse espaço de forma extraordinária; não vemos somente as dimensões, mas também as distâncias.

A *continuidade luminista* deve ser assegurada pelo diretor de fotografia, pretendendo manter a lógica e a verosimilhança narrativas, e ainda contribuir para um *estilo fotográfico* uniforme que configure todo o filme. A luz cinematográfica define-se a partir de um princípio fulcral, a presença ou não no mundo diegético, evidenciando se ela vem de fontes luminosas presentes e visíveis no mundo fílmico. Pelo contrário, a luz é extradiegética se a sua produção luminosa advém de fontes luminosas exteriores à cena, com o objetivo de a iluminar, nomeadamente os refletores, painéis refletores e difusores, etc.

No campo cinematográfico, e referenciando Aumont (2004), a luz, sumariamente, pode ter três funções: simbólica, dramática ou atmosférica. A presença da luz com o objetivo de alcançar um sentido é própria da luz simbólica e ligada ao domínio da espiritualidade, podendo ser conotada com um feixe de luz que, ao vir de cima, produz uma espécie de “graça recebida”. O seu forte simbolismo continua, apesar da direção da luz mudar, por exemplo, se a luz passar a vir de baixo para cima.

Por sua vez, a função dramática visa manifestar a organização do espaço como elemento de estruturação dentro da fábula, podendo o feixe de luz referir-se a uma presença sobrenatural. Finalmente, a função atmosférica caracteriza-se pela

demarcação de espaços, regiões importantes a destacar na imagem, que, dentro de uma perspectiva geral, dão um sentido de conjunto; como exemplo temos os casos simples dos famosos corredores de luzes piscantes, utilizados como quase clichês nos filmes de suspense e terror hollywoodianos (Aumont, 2004). Desta forma, no que diz respeito à procura dos sentimentos, a incidência da luz é perspectivada de diferentes formas, tendo por objetivo o tipo de sensação que queremos causar no espectador. Assim, perante momentos de alegria geral, a luminosidade presente é sempre muito forte, como no caso das comédias; pelo contrário, a baixa luminosidade está referenciada para momentos ligados a sentimentos de tristeza ou medo, notando-se claramente que o que se pretende é direcionar e educar a luz nas suas funções. Aumont refere, nos seus escritos, que os vários tipos de luzes podem surgir no espaço fílmico de forma simultânea, mas com uma característica peculiar a referir, o seu ponto comum: o contraste atribuindo qualidade expressiva na imagem cinematográfica, manifestando-se os efeitos que pretendemos para as imagens. O contraste é um elemento primordial dos inícios da fotografia, mesmo antes do seu surgimento, nomeadamente nas artes visuais clássicas. Segundo Mazzoleni, a qualidade da luz é um parâmetro a ter em conta para a sua própria definição, evidenciando a noção de contraste entre a luz *dura* e direta, ou difusa, com uma luz *suave* e plana. Refere ainda que o contraste da luz se deve ao efeito provindo da iluminação direta, que cria uma dialética de espaços iluminados contrastando com zonas de sombra profunda.

Assim, as luzes duras provocam cenas dramáticas a partir da projeção de sombras escuras e bem definidas, a nitidez pode perder-se tanto nas zonas de sombra como nas zonas iluminadas, por falta de capacidade da película de reproduzir simultaneamente os pormenores das duas. Como forma de recompensa as cores são fiéis à realidade. A técnica de iluminação por contraste está ligada a modelos pictóricos existentes, nomeadamente à luz de Caravaggio, Rembrandt e Vermeer, assim como ao seu esplendor máximo figurativo oferecido pelo cinema expressionista, na sua caracterização da *dramatização luminística do espaço*. Gilles Deleuze, ao comparar o cinema impressionista francês, caracterizado pelo modelo “mais movimento”, e o cinema expressionista alemão, vê neste último exacerbado *luminismo*, acentuado pelo movimento da câmara de filmar, tal como referencia Arcangelo Mazzoleni (2005:61), parafraseando Deleuze (1983),

Ao “mais movimento” corresponde “mais luz!”. O movimento é desencadeado (no cinema Expressionista), mas ao serviço da luz, para a fazer

brilhar, para formar ou deslocar estrelas, multiplicar reflexos, traçar caminhos luminosos, tal como na grande cena de music-hall de *Variété*, de Dupont, ou no sonho de *The Last Laugh* (*Der letzte Mann*, 1924) de Murnau [...]. Com certeza, a luz é movimento [...] agora, apresenta-se no Expressionismo como um movimento de intensidade, o momento intenso por excelência.

Globalização e cinema

A nível cultural, o século XX destaca-se pelo avanço da expressão artística, unindo artisticamente o movimento e a imagem, levando à criação do cinema. Em 1885, em França, os irmãos Lumière, que ficaram conhecidos como os pais do cinema, exibiram pela primeira vez publicamente uma obra cinematográfica. A partir daí, ao longo dos séculos e até aos dias de hoje, foram surgindo várias inovações tecnológicas que permitiram que a técnica cinematográfica se estabelecesse e que são hoje parte integrante da mesma: o som, a cor, a luz, a sombra, os efeitos criados artificialmente, a reflexão, a refração e, inclusivamente, a tridimensionalidade das imagens em movimento, que são hoje utilizadas em muitas plataformas e suportes e que simbolizam até a modernização da cultura na sociedade. A cinematografia tem uma enorme relevância, que pode ser resumida na sua transformação ao longo dos tempos, visto que rompeu com as convenções estabelecidas na arte e na literatura, indo além da experimentação tecnológica inicial e levando a uma exploração de novas ideias e à elaboração de reproduções a partir de movimentos artísticos que foram surgindo: futurismo, cubismo, expressionismo e surrealismo. Imagens recentes levaram a uma contribuição para aquela que é uma das mais fantásticas formas de arte atuais, cujos efeitos culturais têm um lugar de destaque nas sociedades ocidentais. Quando analisamos o cinema, podemos verificar que existe uma comparação entre duas das cinematografias mais notáveis até então: a norte-americana e a europeia. Historicamente, no início, a Europa controlava a produção internacional de películas e era considerada a indústria mais duradoura, mas, entretanto, as técnicas de filmagem e os estilos de narração foram facilmente incorporados pelos EUA. O cinema norte-americano, com uma vertente e estrutura de arte popular desde o seu início, substituiu o destaque dado à estética e ao humanismo na Sétima Arte na Europa. A história do cinema sofreu alterações aquando da Primeira Guerra Mundial. O conflito conduziu a uma diminuição da realização cinematográfica na Europa, e por essa altura os Estados Unidos assistiram ao primeiro acontecimento de bilheteria no mundo do cinema, com

o filme *O Nascimento de uma Nação* (1915). A partir daí, e com a emergência de Hollywood, esta arte passou a ser conhecida como um negócio capaz de gerar lucros e sucesso. Após a guerra, a Europa definiu o seu estilo de cinema como artístico, pelo facto de os filmes serem entendidos como manifestação artística, sendo vistos e distinguidos como tal. Estes filmes tinham como objetivo oferecer uma experiência de reflexão, capaz de estimular a sabedoria através do debate de temas complexos e da implementação de saberes estéticos. Assim sendo, surgiram vários formatos, como a montagem soviética, o expressionismo alemão, o impressionismo francês, o realismo poético e o surrealismo, os quais não conseguiram o lucro pretendido. Apesar disto, foi exatamente o cinema norte-americano que ganhou prestígio ao longo do século XX, causado também pela elevada emigração para os EUA, na sequência das duas guerras mundiais que tiveram a Europa como palco e das variadas práticas de ditaduras, sendo que isto influenciou o cinema norte-americano. Então, desde a primeira metade do século XX, os filmes americanos têm alcançado uma escala global, ocupando os ecrãs de cinema de todo o mundo. Com efeito, Hollywood olhava para o mundo exterior aos EUA com a intenção de aumentar os mercados e, conseqüentemente, de ampliar os seus lucros. Esses mesmos mercados ganharam força a nível do entretenimento global, que vinha apoiar a indústria cinematográfica americana.

O poder do cinema nos Estados Unidos é evidenciado pelos elementos históricos mencionados, em conjunto com a vertente mais artística do cinema europeu e com a criação estruturada de um negócio, fatores que permitiram a sua expansão de forma massiva e global até aos dias de hoje.

O cinema, especialmente o americano, destacou-se na verdade, pois é a primeira forma de arte que expõe as características desta expansão cultural no século XX, tanto no aspeto do saber e da economia de produção e exportação como na abordagem de conteúdos, o que, conseqüentemente, contribui para a sua globalização. Depois, os meios de entretenimento de massas foram-se alterando, sendo que plataformas como a televisão e a Internet foram obtendo protagonismo, enquanto o cinema continuava também a crescer. Este crescimento levou à criação do conceito de *stars*, ou seja, ícones do universo cinemático cuja própria existência e misticismo é celebrado pelo público. Todas as vertentes culturais são dominadas pelo chamado *star-system*, mas esta tem uma especial influência na área do cinema, já que, muitas vezes, o sucesso comercial de um certo filme pode variar imenso consoante a quantidade de celebridades presentes no elenco (Lipovetsky, 2011). Esta lógica de Hollywood “criou uma gramática visual cujo estatuto, eficácia e amplitude de repercussão ultrapassaram os de qualquer outro tipo de estilo ou

técnica de produção artística ou criação de significações observável ao longo da história cultural do século xx” (Melo, 2002: 72). Surte “imagens, métodos de seleção e montagem, códigos de interação” que, por sua vez, levam a “elementos cruciais da tessitura dinâmica da rede cultural do nosso tempo” (Melo, 2002: 73). Como poderemos observar mais à frente, este fenómeno de globalização cultural e cinemática gera consequências que poderão ser analisadas pela negativa, pois levam ao desvanecimento de fronteiras e a uma conseqüente padronização nunca antes vista, mas também podem ser observadas pela positiva, a nível mais cultural, já que permitem a celebração da diversidade, da distinção e de uma maior representação de novas pessoas num contexto público (Jameson, 1998).

Em contexto de profunda globalização, o cinema continua a ser uma das indústrias culturais mais conceituadas e lucrativas, com uma conquista eminentemente mundial. Ao longo dos tempos difundiu valores, culturas e representações, formas de vida de vários grupos sociais, costumes e o património cultural da humanidade, que fortalecem a relevância da diversidade cultural nesta forma de expressão artística. Consequentemente, os filmes transmitem significados sociais e ainda favorecem a divulgação da nossa cultura, vindo a conceber a sua preservação, divulgando-a através dos livros, mas que, por intermédio do cinema, é colocada em ação e movimento.

Hoje em dia, verifica-se uma grande resistência em definir “cultura”, devido à permanente desterritorialização das identidades culturais. Vivemos num mundo que se diferencia pelo gigantesco fluxo de coisas e pessoas, o que impossibilita que as culturas permaneçam circunscritas a um espaço físico e geográfico delimitado. Appadurai, prosseguindo uma linha de pensamento atual, reconhece que os estados-nação estão em crise, e que as identidades culturais, mesmo as circunscritas a territórios nacionais, estão cada vez mais em desterritorialização, em consequência das grandes massas de migrantes e da mediação eletrónica.

Linguagem cinematográfica

A abordagem sobre a linguagem cinematográfica como colonização diz respeito à atuação baseada na internacionalização/colonização desta indústria (cinema), que tem em vista um fim comercial, cultural, político e ético.

O colonialismo é uma forma de imposição de autoridade de uma cultura sobre outra. Na generalidade, um filme é mais ou menos um espelho do seu país de origem, tendo como foco a localização para futura expansão. Com algum sentido, um filme estrangeiro tem sempre um valor documental, onde o estudo

do cenário, vestuário, mas sobretudo a psicologia nacional, que se faz revelar inconscientemente através da escolha do argumento do carácter das personagens, fazem evidenciar a particularidade de um país, na sua essência, exteriorizada na história narrada e no seu documento. O conteúdo do filme, o seu grau cultural, é o passaporte para que o mesmo possa ou não ser internacionalizado no seu ponto de vista de “linguagem”. Assim, existem múltiplos condicionalismos que tornam ou não possível que um filme seja colonizável. Beck (2008) afirma:

O que é “cosmopolita” sobre o momento cosmopolita? O momento cosmopolita da sociedade de risco significa a *conditio humana* da irreversível não-exclusão do estrangeiro distante. Os riscos globais destroem os limites nacionais e confundem o nativo ao estrangeiro. O outro distante está se transformando no outro inclusivo – não através da mobilidade, mas através do risco. A vida cotidiana está se tornando cosmopolita: os seres humanos devem encontrar o significado da vida nas trocas com os outros e não mais no encontro com o mesmo. Estamos todos presos num espaço global compartilhado por ameaças – sem saída. Isto pode inspirar respostas altamente conflituosas, às quais igualmente pertencem a renacionalização, a xenofobia, etc.!

Assim, a era global é entendida necessariamente como a era multicultural, na medida em que as modernidades múltiplas expressam diferenças culturais. Beck segue a perspectiva dos defensores das modernidades múltiplas, na sua análise geral. Contudo lança o olhar numa segunda perspectiva, uma segunda era da modernidade que denominou de sociologia cosmopolita. Beck não só argumenta e defende a modernidade múltipla, como também sugere que não se utilize os conceitos da primeira era da modernidade, utilizados no desenvolvimento dos entendimentos sociológicos, não segunda era, na medida em que os considerava desadequados à tarefa do entendimento da modernidade na segunda era. Tal deve-se ao facto de que, nas ciências sociais, os conceitos padrões foram elaborados de acordo com a compreensão de um mundo formado por estados-nação. A segunda era global da modernidade necessita de novos conceitos, advindos da reflexão sobre a nova era cosmopolita da modernidade, proporcionadora de novas mudanças, direccionadas a uma sociedade mundial. Segundo Bhambra, os próprios conceitos sociológicos são inapropriadamente restritos, porque são “metodologicamente eurocêtricos”, ao contrário de “metodologicamente nacionalistas”. Esta adversidade não surgiu simplesmente pelo facto de a “a primeira modernidade” proporcionar um mundo

contemporâneo globalizado. Assim, e de acordo com Bhambra (2014:142), “Como consequência, defendo que os conceitos da ‘primeira era’ eram tão inadequados em sua própria época quanto se alega que são hoje e que precisam de uma reconstrução mais abrangente que essa sugerida por Beck”.

O cinema tem um papel principal no que toca à comunicação audiovisual, e é essa a linguagem que utilizamos no mundo contemporâneo. Podemos afirmar que o audiovisual tomou um papel de destaque no quotidiano, facto que tem origem no cinema, pois foi ao longo da sua existência já longa (com mais de 100 anos) que ajudou a criar, a ajustar e a partilhar imensas imagens, e pensamentos relativos a essas imagens, e sobre todo o mundo no geral. Esta área das belas-artistas, o cinema, manifesta-se constantemente sobre tudo o que existe, desde a humanidade em particular e à sociedade em geral, ajudando a sensibilizar e a despertar o pensamento.

O movimento é o alicerce sobre o qual assenta a obra audiovisual, apoiado quer por imagens quer pelo som, já que nos contextualiza num tempo e espaço, com base no ritmo que vemos e ouvimos. Este elemento, que permite a união entre o aspeto visual e o aspeto auditivo, reorganiza o *continuum* espaço-temporal para o alvo, ou seja, para o leitor espectador. Há que ter em conta que um dos fatores essenciais para este tipo de obra e consequente linguagem é o espaço, visto que toda a história ocorre num cenário limitado, sendo que este é, em parte, delimitado pelo quadro. Quer falemos do cinema ou de televisão, a imagem no ecrã é representada de forma plana e bidimensional, restrita pelo quadro, apesar de o espectador criar, a partir daí, imagens tridimensionais que lhe permitem imaginar a ação para além do quadro. A impressão de realidade que se sente ao ver uma película de ficção ou um filme publicitário vem dessa mesma impressão tridimensional que é despertada pela sensação de movimento e profundidade, pelo que é necessário utilizar componentes da linguagem audiovisual de modo a produzir este efeito tridimensional.

Salbego (2006) destaca que a nossa reação à imagem audiovisual advém do facto de estarmos perante uma “representação muito realista de um espaço imaginário que aparentemente estamos vendo e, como a imagem é delimitada pelo quadro, parece que estamos captando apenas uma porção desse espaço”. Essa porção intitula-se de “campo” e tudo para além dele é intitulado de “fora de campo”, pois é tudo o que está fora do quadro e que, consequentemente, não é observado pelo leitor-espectador, sendo apenas imaginado por ele, isto é, o espaço imaginário tridimensional sugerido, mas escondido pelo quadro. O observador prolonga a

imagem além do quadro, ao reconhecer a existência de uma continuação espacial não mostrada, através da sua própria imaginação. Isto foi descrito no *Vocabulário de Cinema* (Journot, 2005) da seguinte forma: “a ilusão de profundidade aliada à percepção de que o espaço se prolonga para lá das margens do quadro produzem uma forte impressão da realidade”.

O leitor-espectador imagina esta continuidade espacial, pois é sugerida visualmente, através de certos pormenores visuais e sonoros, como, por exemplo, as entradas e saídas de campo, a direção de olhares das personagens em cena, inclusivamente com certos objetos ou partes do corpo que podem encontrar-se estáticos ou em movimento, com sons externos à ação e dados relacionados com a narrativa que permitam que as personagens continuem a existir na imaginação do leitor-espectador, mesmo quando estão fora de campo.

Em resumo, Salbego (2006) declara que o conjunto daquilo que vemos e que imaginamos, isto é, o campo e o fora de campo, permite a criação de um espaço totalmente uniforme que é denominado de espaço fílmico, correspondendo a todo o espaço que poderá ser filmado. Além disso, outro elemento relevante na comunicação é o enquadramento, diretamente ligado ao quadro, e que consiste na escolha de todos os elementos que irão integrar o campo, dentro do quadro, num momento específico. Como referido então por Salbego (2006), o enquadramento baseia-se na opção daquilo a filmar, seja apenas o rosto de uma pessoa ou mais do que isso, uma paisagem ou um detalhe particular.

Por sua vez, Aumont (1993) afirma que o campo resulta do enquadramento, o que reforça a ideia de que estes dois componentes são indissociáveis, inclusivamente dos outros componentes mencionados.

Diretamente proveniente do enquadramento, o plano também é um constituinte da linguagem audiovisual, indissociável dos elementos até agora mencionados. Normalmente, este componente é descrito de acordo com a distância da câmara relativamente ao espectador, isto é, de acordo com a percepção da profundidade de campo. Na sua obra *La Lectura de la Imagen*, Lorenzo Vilches (1988) tem em conta esta descrição, relacionada com a ilusão de profundidade, e distingue tipos de plano.

O primeiríssimo plano, ou plano próximo, dá-nos uma maior ilusão de proximidade, através da colocação dos elementos que são maiores na parte inferior do ecrã. Costuma ser utilizado para demonstrar sentimentos e expressões. De forma contrária, o plano afastado, no qual os elementos são mais pequenos e se posicionam na parte superior da tela, dá-nos uma sensação de maior proximidade,

sendo utilizado para a ambientação de cenas. Entre ambos, existe o plano médio, que Vilches descreve como sendo aquele em que os elementos se posicionam no centro do ecrã, sendo utilizado no âmbito da realização de ações.

Coutinho (2005) refere que o cinema se define como cultura e entretenimento que acontecem numa hora e local próprios, podendo traduzir-se num verdadeiro espetáculo. Neste, a imaginação do leitor-espectador cumpre um papel decisivo, como veículo de acesso à sensação de emoção e beleza, experiência esta mais fácil de propiciar quando a observação acontece numa sala adequada para esse fim. O próprio termo “cinema”, derivado da abreviação de “cinematógrafo”, vem definido no Vocabulário de Cinema (Journot, 2005) como polissémico, já que se refere tanto ao processo técnico como à sessão de cinema, a sala do mesmo, a história e a sua classificação de tipo, sendo que pode descrever basicamente qualquer situação relacionada, uma vez que o cinema é, ao mesmo tempo, arte, técnica, indústria e mito.

Esta sua natureza de arte e técnica foi o que levou Ricciotto Canudo (1911) a considerar pertinente que o cinema fosse incluído na lista das belas-artes, sendo desde então chamado de Sétima Arte. No seu texto de 1911, “La naissance d’un sixième art. Essai sur le cinématographe”, Ricciotto Canudo indica que o cinema deveria ser incluído nesta lista, pois é nele que se conciliam todas as outras belas-artes, já que resume e harmoniza a expressão e dimensão plástica da pintura, da arquitetura e da escultura com a dimensão rítmica da dança, da música e da poesia. Atualmente, a classificação do cinema como Sétima Arte não levanta qualquer questão, sendo totalmente aceite como uma arte que concilia todo o conhecimento das belas-artes, e não como uma condensação de todas elas, como mencionado por Zagalo (2007).

Podemos então admitir que a narrativa audiovisual cinematográfica utiliza todas as artes, assim como as suas técnicas: vai buscar os cenários à arquitetura; os enquadramentos e efeitos visuais da pintura; o guião advém da poesia; a música cria os efeitos sonoros; e a escultura e a dança ajudam a dramatizar e a caracterizar personagens.

Como referido por Bordwell (1985), a narrativa audiovisual cinematográfica pode ser vista como um processo baseado na relação entre sequências, com o objetivo de produzir um único sentido. Este método inter-relaciona todos os componentes que aparecem num filme, abrangendo desde personagens a cenários e adereços, e propiciando a formação de um regime orgânico de representações. A estrutura do enredo narrativo tem que seguir um objetivo pré-definido, pois aquele é orientado para um sentido já pré-determinado, pelo que cada imagem,

ponto de vista ou detalhe é cuidadosamente estabelecido tendo em conta esse mesmo sentido.

Como mencionado por Cabello & Silva (2001), o enredo das narrativas tradicionais orienta-se no sentido de uma procura da solução para problemas cuja resolução não é possível no mundo real, ainda que essa solução seja meramente figurativa. Cabello & Silva (2001) indicam, pois, que neste tipo de narrativas prevalecem temas e estruturas recorrentes, como “a atuação do herói, o estabelecimento do conflito, a restauração do equilíbrio e as associações recorrentes do género (atualizadas pelo enunciatório)”. Nestes casos, restaura-se o equilíbrio quando uma das partes envolvidas no conflito se impõe sobre a outra, restabelecendo a estabilidade a partir da qual já não é possível alterar o poder da parte que iniciou esse mesmo conflito, quando reconhecido pelos meios de comunicação envolvidos.

A estrutura clássica separa-se então em três partes ou atos. No primeiro, expõe-se o problema ou a situação conflituosa, como por exemplo a criação de uma promessa ou expectativa ou mesmo a antecipação de problemas, já que é a partir de um destes fatores ou da junção destes que se cria o conflito. No segundo ato, o conflito apresentado antes desenvolve-se e piora, levando a uma crise, ainda que existam tentativas frustradas de resolução e de regresso à estabilidade. No terceiro e último ato, dá-se o chamado clímax, no qual se alteram as expectativas, sendo o espectador conduzido, finalmente, à resolução do problema.

É importante mencionar que existem partes da narrativa mais difíceis de preencher, como as partes centrais, ou seja, as cenas que se alternam com os atos descritos anteriormente. Como referido por Doc Comparato (1992), o argumentista deve ter em atenção as cenas do desenrolar da ação, pois é nestas que se pode ver o ponto mais fraco da estrutura. Além disso, para que seja escrito um bom argumento, há que manter a ação dramática.

Constrói-se, portanto, a narrativa de forma a levar à própria interpretação por parte do leitor-espectador, tendo em conta os sistemas de significação intrínsecos, pelo que é importante saber qual o género em que o filme se insere, tanto para a significação como para a compreensão da narrativa.

Com base nos sistemas de significação, o leitor-espectador sente uma identificação, pois a estrutura da narrativa é construída com elementos familiares, para que exista um reconhecimento das convenções e hábitos que vigoram na sociedade na qual está inserido. Regina Gomes (1995) menciona que “podemos até dizer que o filme prevê o seu espectador. Dirige-se a ele, não só através do seu discurso, mas principalmente através de apelos visuais e sonoros”. A comunicação entre a

obra e o leitor-espectador gera uma ligação, visto que o leitor-espectador participa ativamente na construção do processo interpretativo da narrativa, ao identificar-se com o filme. Resumindo, a narrativa audiovisual cinematográfica só alcança a sua significação com base no leitor-espectador.

Jean Mitry (*apud* Gomes, 1995) indica-nos que o leitor-espectador não vê apenas a representação específica, mas também o filme completamente realizado, e Andrew (*apud* Gomes, 1995) destaca que “as imagens, em si mesmas, não possuem significado algum, só adquirem sentido no contacto com o espectador. A procura, o encontro de algum significado num filme, já constitui um ato interpretativo”. Posto isto, o método levado a cabo pelo leitor-espectador ao ver o filme é, acima de tudo, uma experiência emocional.

De acordo com a sua dimensão métrica ou dimensão temporal – dimensão da obra –, a narrativa audiovisual cinematográfica pode ter dois formatos diferentes. Posto isto, uma longa-metragem caracteriza-se por ter mais de 1600 metros de película, num formato padrão de 35 milímetros, com uma duração mínima de 60 minutos, sendo que a duração média é de cerca de 90 minutos. Por sua vez, a curta-metragem mede menos de 1600 metros, no mesmo formato padrão, e pode durar até 30 minutos. A vantagem deste último formato consiste em permitir que um cineasta consiga testar sem grandes riscos, em relação a uma longa-metragem, mas continua a afirmar-se com uma obra completa.

O cinema como arte é destinado a qualquer tipo de pessoa, por isso, está associado a um tipo de sociedade e a um tipo de cultura. Desde sempre, o cinema foi visto como uma poderosa arma no mundo da reflexão humana, manifestando-se como o ponto central na transmissão cultural da sociedade industrial e tecnológica contemporânea. A forma de educar o pensamento humano pelas imagens, pela película e pelos estímulos audiovisuais, é uma constante na atualidade, na medida em que o poder da imagem se impõe cada vez mais de forma estruturada, retratando realidades ausentes. O cinema é uma ferramenta manuseada no processo de expansão de conhecimentos, desenhando aspetos culturais, históricos, políticos e sociais, expandindo-se numa perspetiva global na formação humana. Para Deleuze, *o pensar já nos parece fazer cinema*, afirmando que as ferramentas do audiovisual ajudam a pensar e a criar.

O importante é estarmos preparados para ver todo o tipo de filme e, como elitista que é, Deleuze, na sua expressão máxima, não está ao alcance da compreensão de todos, porque nem todos nós conseguimos assimilar a verdadeira mensagem que o filósofo francês pretende transmitir. O cinema difunde uma mensagem ao *público*

e apresenta-lhe acontecimentos por meio das quais o leva à reflexão. O espectador de cinema transcende a tela, não faz parte da concepção, estando presente apenas como observador para perceber o “outro” que se encontra no écran, como sujeito omnipercecionante que é, tendo todas as oportunidades para formar um mundo de objetos, sem ter obrigatoriamente de se identificar primeiro com o “outro”. Consequentemente, podemos afirmar que o cinema faz parte do simbólico. As esferas do Eu e não-Eu nunca estiveram tão diferenciadas no olhar do espectador, aquilo que é ele, daquilo que não é. Durante a exibição do filme, o espectador pode identificar-se, por um lado, com a personagem de ficção, mas também pode identificar-se como ator; por último, identifica-se consigo mesmo, pois reconhece-se como sujeito transcendental capaz de perceber o percebido. No cinema, a projeção inconsciente traduz-se em o espectador conceder às personagens, que observa na tela, as suas próprias inclinações, sentimentos e personalidade. Consequentemente, o espectador “projeta-se” numa das personagens, sendo seu objetivo satisfazer algumas características, tendências e hábitos, possivelmente depreciado conscientemente, sentindo-se beneficiado interiormente. No cinema, o espectador, ao desejar identificar-se mentalmente com uma personagem na tela, pretende compartilhar com ela os seus sentimentos, ideias, sucessos e insucessos. Ao transferirmo-nos para espectadores de uma película, entramos na ação que decorre perante os nossos olhos. Contudo, Serres (2001: 66) diz-nos:

A sensibilidade, aberta a todas as mensagens, ocupa mais a pele que o olho, a boca ou a orelha... Os órgãos dos sentidos acontecem aí quando ela se faz doce e fina, ultra-receptiva. Em alguns lugares, em locais determinados, ela se refaz até a transparência, abre-se e estende-se até a vibração, torna-se olhar, ouvido, olfato, paladar... Os órgãos dos sentidos variam estranhamente a pele, ela própria variável fundamental, sensorium commune: sentido comum a todos os sentidos, que serve de elo, ponte, passagem entre eles, plano banal, parede-meia, coletiva, partilhada.

A noção de tempo e de espaço perde-se ao longo de algumas sequências de imagens e o espectador identifica-se como “o dono” da tela. O espectador está ausente do écran como percebido, mas como percecionante está bem presente, parecendo esquecer-se de si. Entra, assim, nesta “viagem” da decodificação de uma simbologia que só a ele pertence. Transcendeu-se para uma “nova” vida que experiencia, esquecendo-se de si próprio. O seu mundo e a sua personalidade foram deslocados para uma outra dimensão espacial e temporal no próprio desenrolar

fictício. Desta forma, *a identificação cinematográfica primária* é a do espectador que, com o dispositivo de representação, com a objetiva, o “olhar” da câmara de filmar, se manifesta como sujeito privilegiado da visão, percecionando a imagem, atribuindo uma posição central ao olho do espectador. Pelo seu olhar, o espectador contempla a paisagem, segue a personagem em movimento com os olhos, num movimento de câmara em que esta realmente se desloca no espaço ou explora com o olhar a cena e os movimentos de uma panorâmica, nos quais a câmara gira em torno do seu próprio eixo, sem se deslocar. *A identificação cinematográfica secundária*, por seu lado, é a identificação com a personagem. Ao entrarmos numa história já iniciada da qual não temos conhecimento, nem das suas personagens, nem da sua história anterior, vivenciamos a experiência do *zapping*, ao identificarmo-nos com ela, com o contexto no qual está envolvida, reativando um elevado grau de afetos. Esta identificação poderá ser com uma personagem que possui um desejo contrariado, a admiração por um herói que está simbolizado no superego, ou ainda o medo perante a figura paterna, não transmitindo uma extrema fluidez da relação de identificação ao longo do desenrolar narrativo do filme.

Desta forma, a relação de identificação integra-se num processo complexo muito fluido e tem uma natureza antiga, na qual o espectador muda rapidamente de posição, identificando-se alternadamente como vítima, revelando um sentimento de angústia, ou como agressor, manifestando um sentimento de prazer sádico. Para além da identificação com a personagem, podemos encontrar uma identificação mais global com o universo narrativo, estando esta identificação associada a um movimento contínuo de permutação e reversibilidade.

Na linguagem cinematográfica existem o grande plano e a câmara subjetiva, dois importantes recursos que beneficiam a ativação dos mecanismos de identificação. O grande plano pode favorecer a identificação psicológica entre a personagem e o espectador, incomparável com outras formas de expressão. Assim, na linguagem cinematográfica elege-se a parte mais expressiva da configuração humana, o rosto, que, sem as palavras, consegue fazer transparecer o estado de alma. Desta forma, Mazzoleni (2005: 201) afirma que:

O grande plano pode dar lugar a processos de projecção e identificação psicológica entre a personagem e o espectador, cuja intensidade não tem paralelismo noutras formas de expressão. Na linguagem cinematográfica, este constitui a forma por excelência que na retórica literária é designada *pars pro toto*, ou sinédoque, na medida em que selecciona a parte mais

expressiva da figura humana, o rosto, no qual é possível distinguir, sem o auxílio de palavras, o aflorar de sentimentos que nele se espelham, a ligeira vibração e a alteração da cor provocadas pelos movimentos da alma.

O rosto filmado em grande plano faz transparecer o movimento das emoções, correspondendo ao ponto máximo de atenção, mas o inconveniente do grande plano é que, de forma simultânea, desloca o cinema da representação real do mundo. Suspender o tempo é retirar a personagem de um contexto histórico e social fundamental na atração fílmica no seu todo. Não podemos ficar limitados a fotografar rostos, precisamos de chegar aos pensamentos e sentimentos que se encontram por detrás dos rostos. O grande plano não aproxima e amplia apenas a personagem, não se verifica apenas uma mudança temporal, mas encaminha-nos para um novo plano da realidade, a comunicação de um ser a si mesmo, a sua própria interioridade, os seus pensamentos mais privados através do rosto, nu, sem o apoio de qualquer palavra, como evidencia Rondolino (1995: 85), “representar *o ser de uma personagem apenas através das imagens*”. A memória, sendo a capacidade de imaginar através de associações daquilo que já foi visto, ligada à imaginação, constitui a montagem, ampliando o tempo numa constante criação de imagens, percecionando o mundo através do que na mente está armazenado pela experiência. Desta forma, a experiência do mundo condiciona a percepção individual do espectador perante a película. O exercício da memória, ao ser materializado no cinema, condiciona a percepção de cada pessoa no olhar do desenrolar da fita. O desenvolvimento narrativo corresponde à emoção do aspeto fílmico, que, ao transmitir sensações e emoções a partir da forma, da cor, do ritmo e do movimento, constitui o objetivo principal do cinema, sendo a ação e a representação dos seus atores essenciais.

O cinema não tem movimento, é apenas uma sucessão de fotogramas. O movimento é acrescentado por um cérebro que dá vida à imagem, que a constrói pela memória e imaginação, lançando-a num tempo indeterminado. Alguns investigadores afirmam que só a partir da projeção a mais de 10 imagens por segundo é possível alcançar este objetivo. Desta forma, o cérebro dá prosseguimento ao processo da retina, caso contrário, teríamos imagens sobrepostas pela persistência retiniana. Inicialmente, a ilusão primitiva do movimento fornecida pela operação mental sobre fotografias intermitentes, é globalizada pela atenção seletiva, através da duração da imagem e da iluminação. O cinema corresponde a um meio expressivo da mente e é uma arte, sendo autónomo e independente nas suas forças intrínsecas. O filme basta-se a si próprio quando apela a uma

força intrínseca – o cérebro humano, ou seja, quando o espectador prende a sua atenção no desenrolar de sequências de imagens que o captam pelo poder da sua criatividade e imaginação.

A oposição entre globalidade e localidade verifica-se cada vez menos. Cada vez mais estas se integram em fluxos de esferas que se interrelacionam entre si, de forma global. Hoje verificamos, crescentemente, a necessidade de organizar o pensamento das vinculações entre o global, o nacional e o local. Estas relações são complexas e só podem ser compreendidas se aprovarmos a sua natureza transnacional e desterritorializada, devendo compreender-se a imaginação como uma essencial força social da atualidade.

A divulgação das identidades locais num mundo global e desterritorializado tem a marca da cultura de origem, das suas respetivas imagens e paisagens culturais. Estas, ao serem integradas num país estrangeiro pelos meios tecnológicos fazem transparecer uma quase fusão de identidades culturais circunscritas numa multiplicidade globalizante de diferentes contextos. É a “aldeia global” a manifestar-se no seu desejo de estabelecer relações com outras culturas e civilizações. Nesta área, o cinema alcançou um papel insubstituível, por mérito de cineastas de todo o mundo, que, ao longo do tempo, guardaram imagens relevantes e problemáticas que retrataram os comportamentos humanos essenciais à investigação antropológica. Os filmes, como memória, tornam-se uma grande motivação para a investigação e são capazes de funcionar como importantes documentos históricos de uma determinada época, nomeadamente *O Fauno das Montanhas* (1926), de Manuel Luís Vieira, que reergueu o rasto histórico da paisagem madeirense no audiovisual.

Conclusão

A linguagem cinematográfica abre-se à globalização. O espectador, perante uma película, vive-a, e ao vivê-la espontaneamente participa na mesma, reconhecendo o desenrolar irreal da fita como sendo um acontecimento real. O significativo é percebido como sendo presente e não como algo passado. O espectador não é obrigado a ver a fita, possui autonomia para a recusar, mas já não possui a liberdade de não observar o que a película lhe exhibe. Por outro lado, a sonoridade, como linguagem cinematográfica, colabora para a determinação das ideias num determinado país, integrando um mundo mais amplo, que não é o país de origem. Desta forma, o filme internacionaliza-se e entramos no mundo da globalização.

O cinema é uma indústria que tem um fim comercial, cultural, político, ético, etc. e que se identifica com muitas outras atividades económicas. O objetivo essencial é comercializar. Sendo uma arte de comunicar, engloba uma mensagem dirigida aos espectadores. O signo convencional é representado pela palavra e pelo signo icónico, que são dois sistemas semióticos que se complementam e que são essenciais para uma deslumbrante obra fílmica. Contudo, não colocamos em questão que os signos icónicos despertam no espectador uma ação mais atrativa e rápida, contribuindo para uma maior eficiência da globalização. A palavra corresponde a uma unidade da linguagem humana, porque tem por função retratar partes do pensamento, mas as imagens despertam no espectador um poder especial no estímulo das emoções. Elas despertam os sentidos, nomeadamente atraem o nosso olhar e conduzem-nos ao pensamento. Se a sua compreensão for complexa, apoiamo-nos no imaginário e nas experiências vividas, para compreendermos o seu sentido.

Em contexto de profunda globalização, o cinema permanece como uma das indústrias culturais mais apreciadas e lucrativas, com um alcance potencialmente mundial. Comporta e difunde representações, valores e significados que reforçam a importância da diversidade cultural nesta forma de expressão artística. A discussão teórica tem-se repartido, essencialmente, entre os autores que veem na disseminação massificada dos produtos culturais uma ameaça de homogeneização e, pelo contrário, aqueles para quem a tendência de uniformização não coloca em causa a subsistência das culturas locais.

Bibliografia

- Amengual, B. *et al.* (1975). *Cinema, Arte e Ideologia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Assis, R. C. (2016). *Design da Iluminação: Iluminação Cênica de um Espetáculo Teatral*. Goiânia: Editora América.
- Aumont, J. (1993). *A Imagem*. Campinas: Papirus.
- Aumont, J. (2004). *O Olho Interminável: Cinema e Pintura*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Beck, U. (2008). “Momento cosmopolita” da sociedade de risco. *Com Ciência*, 104. Acedido a 1 de abril de 2020, em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000700009&nrm=iso.
- Bhambra, G. K. (2014). As possibilidades quanto à sociologia global: Uma perspectiva pós-colonial. *Sociedade e Estado*, 29 (1), 131-151.
- Bordwell, D. (1985). *Narration in the Fiction Film*. London: Methuen.

- Cabello, A. R. G. & Silva, M. D. J. (2001). *Cronicamente Inviável: A Ironia em Perspectiva Verbo-Visual*. Acedido a 2 de abril de 2020, em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP7SILVA.PDF>.
- Comparato, D. (1992). *Da Criação ao Guião. A Arte de Escrever para Cinema e Televisão*. Lisboa: Pergaminho.
- Coutinho, L. M. (2005). *Reflectindo sobre a Linguagem do Cinema*. Brasília: Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
- Deleuze, G. (1983). *L'Imagine-Movimento*. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi.
- Dias, S. (2014). Paisagem: Sobre a reconfiguração cinematográfica da descrição da natureza. In J. M. Grilo & M. I. Aparício (Eds.). *Cinema e Filosofia: Compêndio* (283-301). Lisboa: Edições Colibri.
- Filho, W. & Sousa, M. (2009). McLuhan, Deleuze e a linguagem do cinema: A imagem (ou o meio) como devir sensorial da arte e da técnica. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Acedido a 1 de abril de 2020, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mcluhan-deleuze-oliveira.pdf>.
- Gianni, R. & Dario, T. (1995). *Manuale del Film: Linguaggio, Racconto, Analisi*. Torino: Utet Università.
- Gomes, R. (1995). Elo vital: A interação espectador/filme. Acedido a 2 de abril de 2020, em <http://www.facom.ufba.br/sentido/elovital.html>.
- Grilo, J. M. (1958). *As Lições do Cinema: Manual de Filmologia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Jameson, F. (1998). Notes on globalization as a philosophical issue. In F. Jameson & M. Miyoshi (Eds.). *The Cultures of Globalization* (3-24). Durham: Duke University Press.
- Journot, M.-T. (2005). *Vocabulário de Cinema*. Lisboa: Edições 70.
- Kristeva, J. (2007). *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *A Cultura-Mundo: Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Lisboa: Edições 70.
- Mazzoleni, A. (2005). *O ABC da Linguagem Cinematográfica*. Lousã: Edições Cine-clubes de Avanca.
- Melo, A. (2002). *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera.
- Metz, C. (1980). *O Significante Imaginário*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Salbego, J. Z. (2006). Valores agenciados nas narrativas da publicidade televisiva da Nova Schin. *UniRevista*, 1 (3).
- Serres, M. (2001). *Os Cinco Sentidos: Filosofia dos Corpos Misturados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Silva, W. & Dallago, S. (2019). Um estudo sobre luz e fotografia na expressão da imagem cinematográfica. *Revista Arte da Cena*, 5 (1), 142-164.
- Vilches, L. (1988). *La Lectura de la Imagen* (2.ª ed.). Barcelona: Ediciones Paidós.
- Zagalo, N. T. (2007). *Convergência entre o Cinema e a Realidade Virtual*. Dissertação de Doutoramento, Departamento de Comunicação e Arte – Universidade de Aveiro, Portugal.

A globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável

The globalization of the disasters' risk and sustainable development

Jorge Trindade

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG; UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG /
jorge.trindade@uab.pt / ORCID | 0000-0001-5610-5942

Pedro Pinto Santos¹

UNIVERSIDADE DE LISBOA, IGOT, CEG / *pmptosantos@campus.ul.pt* / ORCID | 0000-0001-9785-0180
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_6

Resumo: Os desastres globais associados a fenómenos naturais são uma característica intrínseca da dinâmica do nosso planeta e, ao longo da história da Terra, provocaram impactos elevados na distribuição mundial das espécies e na forma como estas utilizam recursos. Este trabalho pretende contextualizar a gestão dos desastres, ligando-a às tendências de globalização verificadas no passado recente e debatendo a importância da adoção de conceitos comuns para os modelos de governança dos riscos. Neste sentido, é possível verificar que a globalização dos desastres associados a fenómenos naturais corresponde a um processo recente e segue lógicas globais, onde os efeitos sistémicos originam uma ampliação das consequências de fenómenos locais ou regionais. A resposta aos desastres tem sido coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em articulação com os governos dos estados-membros, organizações não governamentais e entidades privadas. Em conjunto, definem planos de prevenção, reação e resiliência às catástrofes e estabelecem estratégias de médio prazo para a mitigação e adaptação. Os quadros de ação de Hyogo (2005 e 2015) e de Sendai (2015-2030) representam uma resposta coordenada da ONU e assumem compromissos nacionais no âmbito da redução do risco de desastres, com ligações muito claras aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Esta resposta globalizada exige a adoção de conceitos e metodologias uniformes na fase de avaliação e na fase de comunicação de resultados a atores-chave com capacidade decisória. Assim, a decisão de ação será mais eficiente se os modelos de governança souberem enquadrar a resposta a dar nas fases de avaliação e de gestão do risco, com vista ao desenvolvimento sustentável das sociedades. A governação do risco está hoje centrada nas ações de prevenção, com grande incidência em medidas de adaptação suportadas pelo estudo dos fatores naturais e humanos de predisposição. Estes modelos de governação tendem também para uma maior ligação ao desenvolvimento sustentável, com estratégias, ações e metas que implicam uma atuação direta nos fatores que potenciam e melhoram

¹ Pedro Pinto Santos é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com a referência CEEIND/00268/2017.

o desempenho sustentável das comunidades e, com isso, diminuam exposições e vulnerabilidades face ao risco de desastres.

Palavras-chave: riscos; globalização dos desastres; conceitos de risco; adaptação; governança; desenvolvimento sustentável

Abstract: Global disasters related to natural phenomena are an intrinsic feature of the dynamics of our planet and, throughout the Earth's history, have had high impacts on the worldwide distribution of species and the way they use resources. This text aims to contextualize disaster management, linking it to the globalization trends seen in the recent past and debating the importance of adopting common concepts for risk governance models. In this sense, it is possible to observe that the globalization of disasters associated with natural phenomena corresponds to a recent process and follows global logics, where the systemic effects lead to an amplification of the consequences of local or regional phenomena. The response to disasters has been coordinated by the United Nations (UN) in articulation with Member-state governments, non-governmental organizations, and private entities. Together, they define disaster prevention, response and resilience plans and establish medium-term strategies for mitigation and adaptation. The Hyogo (2005 and 2015), and Sendai (2015-2030) frameworks for action represent a coordinated UN response and national level commitments to disaster risk reduction, with very clear links to the sustainable development goals. This globalized response requires the adoption of uniform concepts and methodologies in the assessment and in the communication of results to stakeholders with decision-making capacity. Thus, the decision to act will be more efficient if governance models are able to frame the assessment and risk management phases for the sustainable development of societies. Risk governance is today focused on preventive actions, with a high incidence on adaptation measures supported by the study of natural and human predisposition factors. These governance models also tend towards a greater linkage to sustainable development, with strategies, actions and goals that imply a direct action on the factors that enhance the sustainable performance of communities and, therefore, reduce exposures and vulnerabilities to disaster risk.

Keywords: risks; globalization of disasters; concepts of risk; adaptation; governance; sustainable development

Desastres globais

A ocorrência de desastres associados a fenómenos naturais à face do globo está na estreita dependência quer da dinâmica da Terra quer da forma como ocupamos territórios perigosos. A dinâmica da Terra, que origina fenómenos potencialmente perigosos, é uma característica indissociável do sistema global terrestre e deve ser observada numa perspetiva holística e sistémica. Nesta perspetiva, a ocupação humana do território pode ser condicionada pela distribuição das ocorrências de episódios de cheias, sismos, tsunamis, movimentos de vertente, ondas de calor, secas, entre outros. O conhecimento local e leigo da dinâmica do território foi, durante séculos e em muitos casos, o melhor mecanismo de prevenção dos efeitos destes fenómenos extremos, sendo habitual verificar que as comunidades mais afetadas

por desastres são aquelas que se instalaram mais recentemente, ocupando áreas perigosas, deixadas para outros usos pelos núcleos de povoamento iniciais (Roder *et al.*, 2016). Mas, ainda na mesma perspectiva, a ocupação humana do território e as suas atitudes face ao ambiente podem também condicionar a distribuição dos episódios já descritos, na medida em que influenciam os fatores que estão na base da sua ocorrência. A intervenção nas vertentes para construção de habitações e infraestruturas ou para o cultivo pode desencadear uma disrupção no sistema que desencadeia movimentos de vertente ou cheias a jusante, tal como a construção de barragens limita o transporte de sedimentos ao longo das bacias hidrográficas e influencia, por vezes a grandes distâncias, a erosão e os galgamentos oceânicos no litoral (Australian Institute for Disaster Resilience, 2002).

A ocorrência de desastres associados a fenómenos naturais globais ou, pelo menos, com consequências suprarregionais, é, como já se referiu, uma característica intrínseca da Terra. Na história recente da Terra existem vários exemplos de degradação das condições ambientais ou de eventos súbitos, com consequências diretas para as populações, dos quais se salientam alguns, pelo seu impacto global no ambiente e nas sociedades.

O período de arrefecimento global, entre 12.900 e 11.600 anos antes do presente, conhecido como *Younger-Dryas* (Brauer *et al.*, 2008), caracterizou-se por uma descida na temperatura média global (Bjorck, 2007; Steffensen *et al.*, 2008), com consequências diretas para as comunidades. Por exemplo, observou-se um abandono generalizado de assentamentos humanos de caçadores recoletores no Médio-Oriente (Fuller, 2007; Anderson *et al.*, 2011). Anderson *et al.* (2011) salientam a possível evidência de declínio populacional e de profunda reorganização de assentamentos humanos norte-americanos, durante os primeiros séculos deste período. A mesma ideia é salientada por Wang (2014), para o território hoje ocupado pela China.

Mais recentemente, a erupção fissural efusiva de Laki, junto à cidade de Kirkjubæjarklaustur, no sul da Islândia, provocou, em 1783-1784, a libertação de grandes quantidades de gases tóxicos e aerossóis, influenciando diretamente o clima e a vegetação nos continentes euro-asiático e americano (Stothers, 1999; Thordarson e Self, 1993; 2003; Trigo *et al.*, 2009). Durante nove meses, sete episódios eruptivos consecutivos provocaram alterações climáticas e chuvas ácidas na Islândia, levando à morte de um quarto da sua população e de três quartos do gado disponível para a alimentação (Grattan, 2006). Alguns dos efeitos desta erupção incluem descida de temperaturas médias, nevoeiros prolongados e poluição

atmosférica, com consequências prolongadas no tempo para a saúde de pessoas, animais e plantas.

Cem anos depois, a erupção do vulcão Krakatau (1883), na Indonésia, deu origem a um tsunami de grandes proporções, que se propagou por todo o Oceano Índico e Atlântico Sul, tendo consequências severas para as populações costeiras (Whittaker *et al.*, 1989; Giachetti *et al.*, 2012; Hidayat *et al.*, 2019; Wicaksono e Usman, 2020). Estima-se que o tsunami desencadeado pelo desabamento de um flanco do cone vulcânico tenha provocado mais de 36.000 mortes (Dörries 2003). Depois da erupção, as propriedades radiativas dos aerossóis libertados para a atmosfera levaram ao bloqueio parcial da radiação solar de curto comprimento de onda e levando a um arrefecimento global durante vários anos (Schaller *et al.*, 2009).

Fenómenos menos súbitos, mais graduais, como as alterações climáticas e a desflorestação, que comprovadamente encontram o fundamento na intervenção antrópica no ambiente, estão a modificar, à escala global, padrões de escoamento e de frequência de cheias por via da alteração dos regimes locais e regionais de precipitação (Yin *et al.* 2018). Os fenómenos hidrometeorológicos perigosos, como as cheias rápidas, associadas a tempestades extremas, serão globalmente mais frequentes (Min *et al.*, 2011; Mihre *et al.*, 2018), com consequências mais graves quer para pessoas, bens e infraestruturas quer para as cadeias de suporte de socorro, para as atividades económicas e para contextos socioambientais atualmente frágeis e com baixa resiliência e capacidade de adaptação.

A globalização do risco de desastres

A globalização dos desastres é recente e está intimamente relacionada quer com lógicas atuais de organização mundial para fazer face às consequências, quer com a inovação tecnológica e o acesso generalizado à informação. A ocorrência de situações pandémicas como a que se vive atualmente, tem indiretamente na sua génese a transgressão de *habitats* naturais pelas sociedades humanas. A forma como se processa a disseminação também se relaciona com processos globais – nos domínios do turismo, da internacionalização da economia e das novas formas de organização do trabalho, e até do intercâmbio académico, entre outros domínios – em que os agentes iniciais de disseminação não são necessariamente os indivíduos e as comunidades mais vulneráveis, sendo, porém, estas, as que mais sofrem os efeitos diretos e indiretos da pandemia.

A reorganização mundial associada ao fim da Segunda Guerra Mundial dinamizou processos emergentes de globalização econômica, social, política e cultural. De facto, o processo de globalização intensificou-se após o final da Guerra Fria, no início da década de 1970, continuando atualmente em crescente dinamismo (Fig. 1). Este processo centra-se sobretudo nos países mais desenvolvidos dos subcontinentes europeu e norte-americano (Savina *et al.*, 2019), sendo condicionado pelos avanços tecnológicos constantes e crescentes na área da mobilidade de pessoas, bens e serviços, que têm por sua vez reflexos nos fluxos de capital. Este facto deixa o mundo mais interligado e interdependente, sendo as comunidades, regiões e países cada vez mais solicitados a atuar no domínio internacional, nos mais variados aspetos da sociedade.

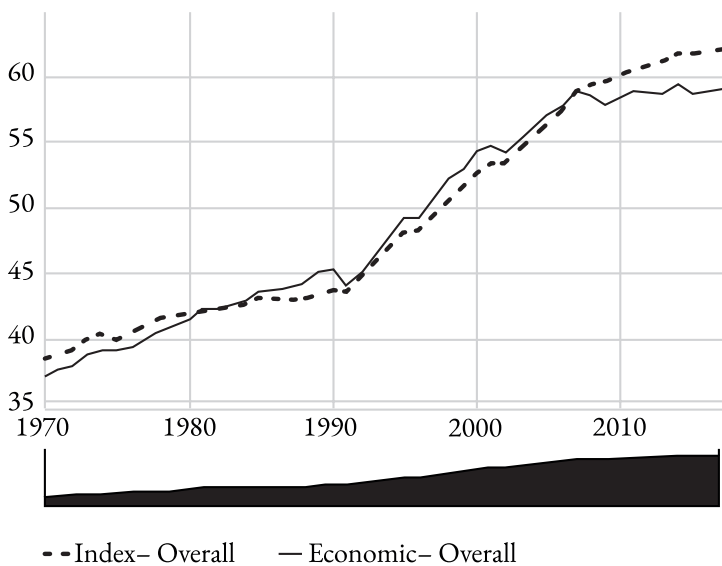


Fig. 1 – Índice de globalização KOF. *Index overall* representa as dimensões econômica, social e política da globalização. *Economic overall* representa apenas a dimensão econômica da globalização (Savina *et al.*, 2019; Deher, 2006).

Uma consequência direta do processo de globalização é o aumento dos efeitos sistêmicos resultantes de perturbações que afetam as sociedades a nível local ou regional (Goldin & Mariathan, 2014). Neste sentido, o mesmo fenómeno perigoso que antes possuía uma expressão local ou regional tem hoje impactos mais alargados no espaço e no tempo e, assim, uma expressão globalizada das suas consequências diretas e indiretas (CRED-UNDRR, 2020). Beck (2018)

atribui esta expansão da noção e impacto de risco a causas profundamente sociais e culturais, residentes na comunicação-percepção dos fenómenos perigosos e do seu impacto global. O risco e as consequências dos fenómenos perigosos são aceites pelas sociedades como algo que integra o seu quotidiano, que é muitas vezes dependente da ação antrópica e para os quais é necessária uma resposta concertada (Beck, 2018).

Nas últimas décadas, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, os processos globais de auxílio em caso de catástrofe natural tenderam a ser organizados e coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU), envolvendo recursos próprios e entidades nacionais públicas, organizações não governamentais e, mais recentemente, entidades privadas. Numa primeira fase, até à década de 1970, as respostas foram essencialmente circunstanciais, tendo por base a reação a grandes desastres, como os sismos de 1962 e de 1968, no Irão, que mataram mais de 12.000 e 10.000 pessoas, respetivamente. Também nesta década, em 1963, a ONU mobilizou meios para a Jamaica, Haiti, República Dominicana e Cuba, reagindo à área de catástrofe criada pela passagem de um furacão.

Um dos marcos históricos na resposta globalizada à prevenção, planeamento e reação às catástrofes naturais surge em 1971, com a criação do Gabinete de Peritos da ONU para a Assistência em Catástrofe, resolução 2816 – UNDRP (Fig. 2). Mais tarde, no final da década seguinte, a resolução 44/236 proclama, em dezembro de 1989, a década de 1990 como a Década Internacional para a Redução do Risco de Desastres. Esta resolução surge no seguimento de um crescimento progressivo no conhecimento científico sobre a dinâmica dos fenómenos perigosos e da sua relação com as alterações climáticas, de uma percepção crescente do aumento global da sua frequência e magnitude e de uma crescente consciencialização dos efeitos globais dos desastres. Surge também com o objetivo prático de prevenir e reagir globalmente aos desastres, incentivando os estados membros e a comunidade internacional a agir e implementar as medidas concretas presentes no anexo da resolução 44/236. Verifica-se assim, pela primeira vez, uma estratégia globalizada de longo prazo para a prevenção e reação ao risco de desastre, que teve continuidade até aos dias de hoje e que estará garantida até 2030, como se verá de seguida.

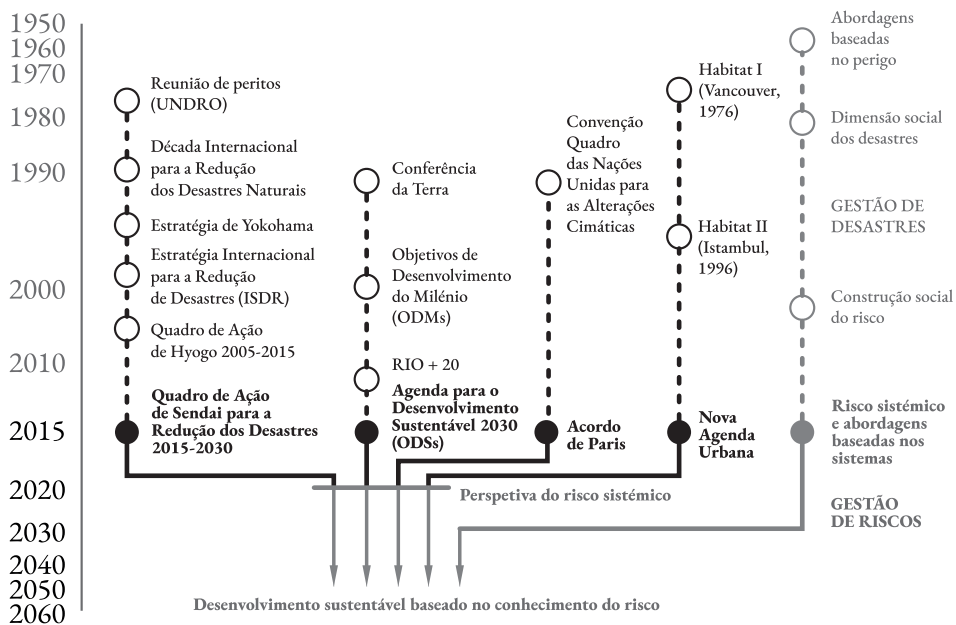


Fig. 2 – Referenciais e mecanismos reguladores globais relacionados com a redução do risco de desastre. Traduzido e adaptado de UNDRR (2019).

Motivada pela declaração da Década Internacional para a Redução do Risco de Desastres, a comunidade internacional desenvolve várias iniciativas de âmbito nacional e subnacional e de cooperação entre estados. Estas iniciativas incluem a criação de comités nacionais para a implementação das medidas de redução do risco, o financiamento de projetos internacionais e nacionais de avaliação e planeamento preventivo e reativo face ao risco de desastre, encontros científicos, comunitários e políticos, incluindo planos associados à literacia do risco, ou linhas de ação financiadas para a mitigação e adaptação ao risco de desastres, incluindo o desenvolvimento e implementação de sistemas de alerta. A conferência mundial sobre redução de desastres, que teve lugar em maio de 1993 em Yokohama, é precisamente um produto das ações programadas para esta década, sendo aprovada a Estratégia de Yokohama e o seu plano de ação, predecessor do quadro de ação de Hyogo (resolução 60/195, 2005) e do Quadro de Ação de Sendai (resolução 69/283, 2015).

A revisão da Estratégia de Yokohama foi articulada entre agências da ONU, governos nacionais e organizações associadas, resultando, em 2005, na declaração de Hyogo e no seu respetivo quadro de ação para a década 2005-2015 (UNISDR, 2005). O novo quadro e ação para a redução dos efeitos dos desastres associados a riscos naturais foi o primeiro a ser sistematicamente implementado pelos estados-membros da ONU, focando-se na construção de nações e comunidades conscientes e resilientes. Incluiu um conjunto de medidas de cooperação científica e técnica a nível internacional para a redução dos efeitos dos desastres provocados por riscos naturais. O quadro de ação de Hyogo fica marcado por uma forte aposta no desenvolvimento de conhecimento sobre fenómenos perigosos climáticos e hidrometeorológicos e ação sobre os seus efeitos no território, particularmente em África, na Ásia e no arco do Oceano Índico. A ação global deveria ser sustentada na construção de conhecimento sobre os fenómenos perigosos e a orientação da resolução apontava para um fortalecimento do apoio à comunidade científica para o desenvolvimento e aplicação de metodologias e modelos de avaliação de perigos e vulnerabilidades, bem como o reforço da aposta na monitorização no desenvolvimento de sistemas de alerta. Um exemplo da aplicação direta dessas orientações foi o apoio na produção de conhecimento sobre o fenómeno do El Niño, que tinha vindo a ser estudado de forma não coordenada e que, agora, tem no Centro para o Estudo do Fenómeno El Niño, no Equador, uma ferramenta coordenada pelo Governo do Equador, pelo Secretariado para a Estratégia Internacional para Redução dos Desastres e pela Organização Meteorológica Mundial.

Os desastres registados durante o período de vigência do Quadro de Ação de Hyogo mostraram que a variedade de fenómenos perigosos, frequentemente ocorridos em sequência e associados a múltiplas consequências, principalmente com efeitos em cascata, exigem uma abordagem sistémica e holística, quer ao seu estudo quer à definição de medidas preventivas, de adaptação ou mitigação, e reativas. O sismo e tsunami (M9,0), seguidos de acidente nuclear, ocorridos no Japão em 2011 são um exemplo claro de elevada complexidade de resposta global à catástrofe e de necessidade de abordagens holísticas ao estudo e definição de estratégias de ação perante o risco de desastres. As consequências imediatas e diretas deste evento na região de Tohoku implicaram 25.960 mortos e desaparecidos, 350.000 desalojados, 320.000 habitações destruídas ou parcialmente destruídas, e estragos em estradas, caminhos de ferro, pontes, e infraestruturas de socorro, saneamento básico e eletricidade (Mimura, 2011). Mesmo com uma resposta global imediata, os efeitos diretos e indiretos deste desastre assumiram uma escala global

no produto interno bruto de vários países, no turismo e nas cadeias de valor e de abastecimento associadas à indústria automóvel, avaliado em 139 mil milhões de dólares (Kajitani *et al.*, 2013; Arto *et al.*, 2015).

O Quadro de Ação de Sendai para 2015-2030 (UNDRR, 2015) prossegue os esforços de uma ação global e coordenada na atenuação dos efeitos dos riscos naturais sobre as comunidades, mas num claro esforço de convergência com quadros de ação global, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da ONU), a Nova Agenda Urbana (UN Habitat III) ou o Acordo de Paris, relativo à mudança climática. Um dos aspetos mais salientados por esta resolução é a necessidade de reforço das plataformas, redes e mecanismos nacionais de ciência e tecnologia para a produção e conhecimento e soluções de redução do risco de desastres, no quadro do desenvolvimento sustentável. Outro aspeto importante do Quadro de Ação de Sendai é a prioridade no estudo dos fatores e cenários de risco e desastres emergentes e a definição de estratégias de médio e longo prazo, a nível nacional, regional e local, fortalecendo a ponte entre comunidades e autoridades e entre ciência e políticas públicas, como ferramentas de apoio à decisão. Todas estas ações são hoje suportadas pelo Roteiro de Ciência e Tecnologia do Quadro de Sendai, que, tendo sido definido em 2016 em Genebra, na conferência de ciência e tecnologia para a implementação do Quadro de Sendai para a redução do risco de desastres (2015-2030), foi revisto em 2019. Nesta revisão foram incluídas 4 metas a alcançar entre 2015 e 2030, suportadas por 58 ações prioritárias concretas de implementação no plano nacional, regional e local e 4 resultados esperados associados: i) à avaliação e atualização de dados e conhecimento, ii) à disseminação, iii) à monitorização e iv) capacitação. Estas metas globais incluem: i) a compreensão do risco de desastre, ii) o fortalecimento da governança e gestão do risco de desastre, iii) o investimento na resiliência para a redução do risco de desastres e iv) melhoria da preparação para catástrofes, quer do ponto de vista do ordenamento territorial, quer do ponto de vista das soluções de construção.

Em resumo, os referenciais globais e mecanismos reguladores assumem, a partir de 2015, uma abordagem decididamente sistémica – baseada na gestão dos riscos, em detrimento da gestão dos desastres –, em que o desígnio de redução do risco de desastres aprofunda a articulação com os mecanismos dedicados à sustentabilidade ambiental, ao combate à mudança climática e ao desenvolvimento urbano (Fig. 2).

A globalização do risco de desastres implicou, desde a década de 1960, uma reorganização na forma como agimos globalmente e em cooperação para fazer face às consequências da ocorrência de fenómenos perigosos. Com isso também

foi necessário definir uma linguagem comum baseada em conceitos aceites internacionalmente, estratégias conjuntas e articuladas a nível nacional, regional e local, e quadros de ação global que perspetivam e orientam ações de atenuação dos efeitos dos riscos naturais. Nos próximos pontos, abordaremos essas questões fundamentais para a definição global do risco de desastres.

A importância da definição dos conceitos de risco de desastre no contexto global

A complexidade de relações que se estabelecem para originar um fenómeno perigoso, com potencial desencadeador de um desastre natural, pode ser descrita como não linear e dependente da interação de várias componentes que interagem de forma gradual e organizada ou episódica, para desencadear um ou vários processos que conduzem a uma alteração extrema, face ao estado anterior do sistema. A descrição destas relações no quadro de intervenção globalizada, onde várias instituições e atores-chave necessitam de interagir, construindo processos de decisão coerentes e eficazes, torna imprescindível a adoção de conceitos-chave, como forma de garantir a comunicação.

A comunicação do risco de desastre é um aspeto central no processo da gestão global do risco. A transmissão de informação de base para a prevenção e para a reação necessita de conter conceitos comuns, aceites e claros sobre processos, fenómenos, tipologias, variáveis e abordagens à avaliação do risco. Quer se tratem de medidas de prevenção associadas a processos de adaptação, que podem incluir o ordenamento do território com vista a minorar os impactos de alguns perigos, e de mitigação, através de medidas estruturais e infraestruturas de defesa, ou se tratem de medidas de reação, que podem incluir sistemas de alerta, resgate, realojamento, abastecimento ou reconstrução, a adoção de um quadro conceptual comum torna possível a avaliação, monitorização, planeamento e tomada de decisão a nível global, independentemente dos agentes-chave envolvidos (ONU, 2020).

A avaliação do risco de desastre também necessita de ser globalmente convencionalizada, adotando processos de avaliação e monitorização de áreas de risco de desastre e, principalmente, de recolha de informação no pós-desastre que garantam informações exatas da sua localização, da sua caracterização detalhada e da dimensão dos impactos com vista ao suporte de medidas de redução do risco e de reação ao desastre.

A utilização de sistemas de indicadores globalmente convencionalizados, como, por exemplo, o *Sendai Framework Monitor* ou o *INFORM Global Risk Index*

(Poljanšek K, *et al.*, 2019), baseados em tipologias e terminologias de risco comuns e aferidos com metodologias de recolha e tratamento de dados uniformizadas, são a base de construção de bases de dados globais de risco. O conhecimento detalhado, no espaço e no tempo, da distribuição das ocorrências de fenómenos perigosos, das suas consequências e dos fatores envolvidos no desencadeamento do fenómeno, permitem em primeiro lugar avaliar futuros eventos, projetar consequências, incluindo diferentes cenários de medidas de adaptação e mitigação, e definir políticas públicas locais e nacionais de ação preventiva face ao risco de desastre.

Modelos globais de governação do risco

A complexidade e atualidade do tema da governação do risco, no contexto dos Estudos Globais, torna-o merecedor não somente de uma secção de capítulo, mas de várias obras e compêndios. A governação, ou governança, do risco extravasa amplamente o objetivo imediato da redução das perdas associadas a fenómenos perigosos, para se conectar claramente com o tema da sustentabilidade.

Governação refere-se às “ações, processos, tradições e instituições por cuja autoridade ela é exercida, e por meio de quem as decisões coletivas são tomadas e implementadas” (IRGC, 2017: 5). A visão tradicional de governação do risco implica a categorização de três componentes: avaliação de risco, gestão de risco e comunicação de risco (Lyall & Tait, 2004). Esta visão, quando aplicada de um modo estanque, é considerada inadequada, porque conduz a um distanciamento entre a dimensão factual do risco quantificado e o contexto sociocultural em que ele se manifesta, é percebido e gerido. Uma nova perspetiva sobre a governação do risco requer a inclusão de abordagens e instrumentos que reconheçam e incorporem a variabilidade quer dos valores e interesses, quer das perceções das comunidades, marcadas por elevado pluralismo (Aven & Renn, 2010: 53). Esta nova perspetiva não reduz a necessidade de estudos clássicos de risco, que quantificam probabilisticamente a eventualidade de risco de determinado local, com determinada recorrência de processos de perigo de determinada magnitude. Estes estudos de avaliação, assentes nas componentes do risco perigosidade, exposição e vulnerabilidade são e continuarão a ser fundamentais para informar as instituições com a incumbência de conduzir os processos de gestão do risco. O que os novos paradigmas de governação introduzem é a necessidade de considerar as aspirações, preocupações ou “problemas” (*concerns*, no original de Aven & Renn, 2010, cf. Fig. 2), e o recurso a novas formas de envolvimento e participação na decisão e na gestão, que considerem a ambiguidade e a incerteza

(Renn & Klinke, 2015). No modelo do International Risk Governance Council (IRGC), identificam-se dois momentos cruciais, na charneira entre as esferas de gestão e de avaliação: a pré-avaliação e a avaliação da tolerabilidade e aceitabilidade. O primeiro desses momentos é crucial, pois é nele que se enquadra o problema em questão, em apoio à avaliação do risco. O segundo momento, situado entre a avaliação e a gestão do risco propriamente dita, é fundamental, pois consiste no momento em que, face a um quadro probabilístico, factual e percebido, se “julga” a relevância do risco, os graus de tolerabilidade e aceitabilidade e se tomam as decisões quanto aos recursos a dedicar na fase de gestão. Assim, esta fase, sendo decisiva, não consiste ainda na gestão do risco (seus instrumentos de planeamento preventivos, planos operacionais, instituições e competências, etc.), mas sim no momento em que se decide (politicamente) sobre a relevância do risco. Essa decisão condiciona naturalmente os meios à disposição das entidades que terão a responsabilidade de executar a gestão do risco.

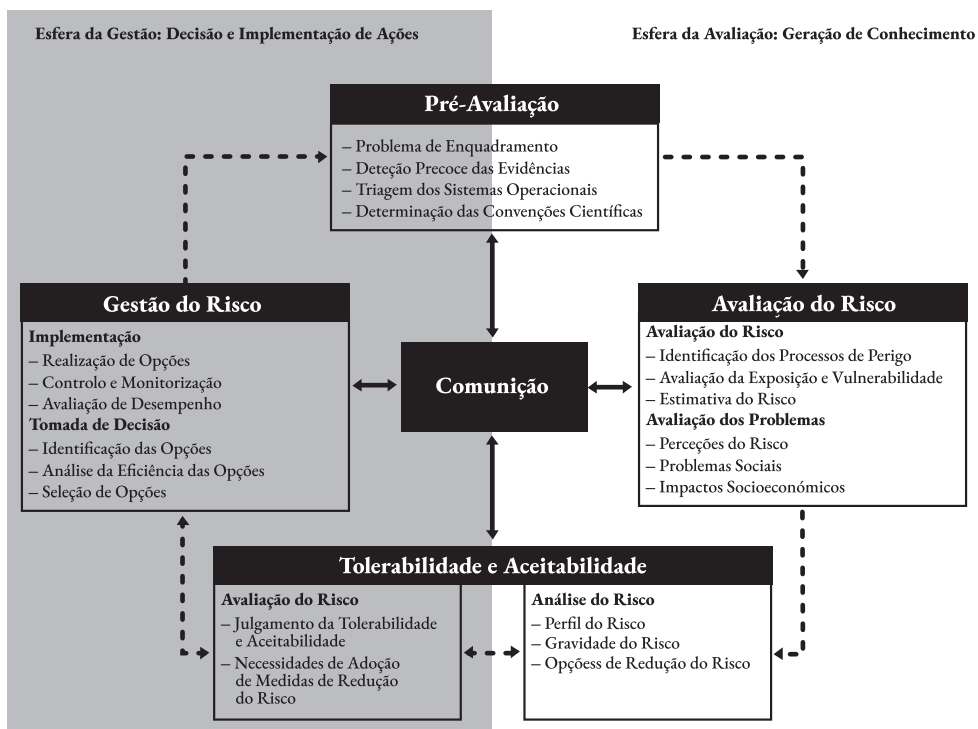


Fig. 3 – Modelo de governação do risco do International Risk Governance Council, traduzido de Aven e Renn (2010).

Como referido, o atual quadro de governação do risco de desastres é aquele aprovado na 3.ª Conferência Mundial para a Redução do Risco de Desastres, realizada entre 14 e 18 de março de 2015, em Sendai, Japão (UNDRR, 2015). Foi nesta cidade, capital do município de Miyagi, fortemente afetada pelo tsunami de 2011 (que gerou o acidente nuclear de Fukushima), que se assumiram quatro prioridades de ação com o objetivo de reduzir as perdas por desastres: compreender o risco de desastres; fortalecer a governação do risco de desastres para melhor o gerir; investir na redução do risco de desastres para a resiliência; aumentar a preparação para situações de desastre a fim de dar uma resposta eficaz e “construir de volta melhor” (*build back better*, na expressão original) nos cenários de recuperação, reabilitação e reconstrução. Num mundo globalizado, salienta-se a importância de dispor de quadros de referência para a redução do risco de desastres caracterizados pela multissetorialidade e multiescala (Tavares, 2013), ou seja, transversais nos atores a envolver, quer no espaço quer nos domínios de intervenção. Em matéria de riscos globais – definidos como “um evento ou condição incerta que, ao ocorrer, pode causar impactos negativos significativos em diversos países ou setores nos próximos 10 anos” (WEF, 2020) –, a incapacidade das instituições globais ou regionais de resolver assuntos de importância económica, geopolítica ou ambiental, ou seja, as falhas na governação global, é indicada como um dos principais riscos associados a um eventual falhanço no combate às alterações climáticas (WEF, 2020).

Uma política de redução do risco de desastres que conduza a sociedades mais resilientes requer modelos de governação do risco que interpretem as estratégias de desenvolvimento sustentável como um fator de prevenção e resiliência aos fenómenos causadores de desastre, compreendendo e recorrendo aos sistemas naturais como aliados na redução dos impactos (como é exemplo a renaturalização de planícies de inundação ou de mangais para proteção contra as cheias, as tempestades marítimas e a subida do nível médio do mar). Serão igualmente modelos que lidem com a complexidade dos eventos em cascata, eventos que conectam os riscos naturais aos tecnológicos (designados de desastres NaTech) e, frequentemente, destes com os riscos sociais, sobretudo em contextos de pobreza e elevada vulnerabilidade social.

Desafios atuais e futuros à avaliação e gestão do risco de desastres no contexto global

A gestão do risco implica uma atenção especial à necessidade de mudança (Fig. 4). É pelo conhecimento real ou modelado do impacto que as instituições reconhecerão a necessidade de mudança (Birkmann *et al.*, 2010). Essas mudanças podem inicialmente ter um carácter “informal”, não reconhecido pelas instituições, para, posteriormente, se reconhecidas como necessárias e validadas, se converterem em mudanças formais, a incluir na legislação – sob a forma de coimas, por exemplo – ou nos instrumentos de planeamento, sob a forma de zonamento de risco, ou em metodologias participativas. Consideramos um aspeto relevante neste processo que se continue a investir na capacidade de modelação e cenarização dos impactos de potenciais eventos, de modo a evitar hiatos de perceção e regulação (Schweizer & Renn, 2019) e a alcançar mudanças sob a forma de estratégias preventivas, adaptativas e mitigadoras, e não somente como reação ao impacto de eventos considerados, enquanto sociedade, abaixo dos níveis de aceitabilidade e tolerância (Renn & Klinke, 2015). Parece-nos que um dos maiores desafios que se coloca à avaliação e gestão do risco de desastres, no contexto global, reside precisamente na cenarização dos fatores de risco que explicam os impactos. Se é certo que os fatores associados aos processos naturais causadores de perigo são cada vez melhor compreendidos – apesar da mudança climática vir a aumentar a complexidade da sua modelação e tornar praticamente inúteis muitos registos históricos sobre o sistema Terra, recolhidos ao tempo de um outro paradigma climático –, é também certo que a ambiguidade e incerteza associadas aos processos sociais, económicos, de gestão e comunicação da informação, enfim, da governação, no seu sentido mais amplo, introduzem na avaliação e gestão do risco uma imprevisibilidade nunca antes testemunhada.

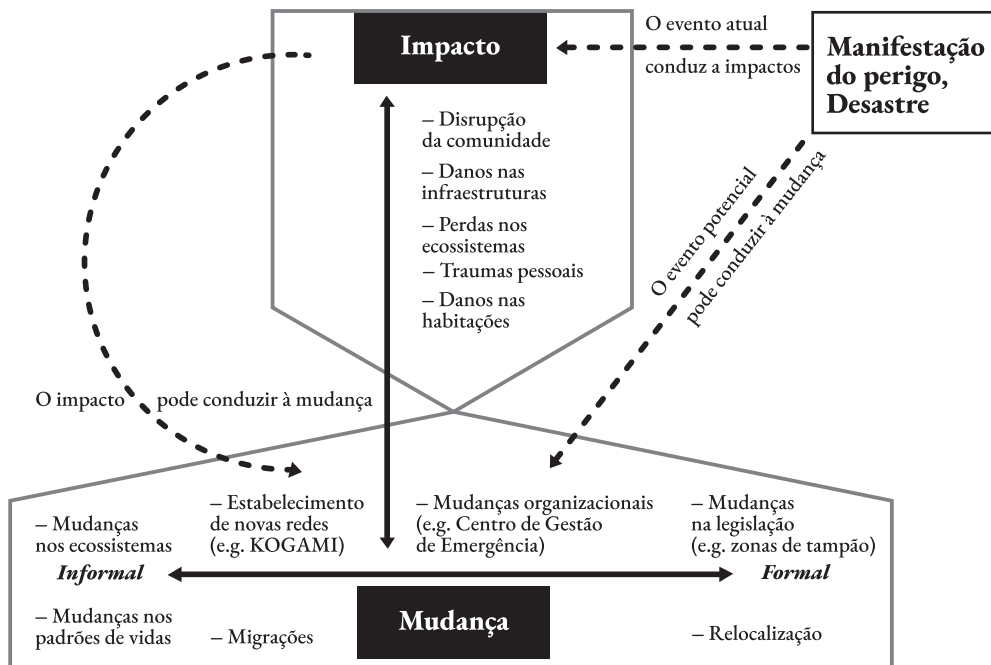


Fig. 4 – Forçadores e tipos de mudança em gestão do risco (traduzido de Birkmann *et al.*, 2010).

De certo modo, a nova perspetiva de governação do risco defendida no Quadro de Ação de Sendai está conforme às estratégias de gestão do risco que dirigem os recursos financeiros, humanos e técnicos para a necessidade de prevenção, em detrimento da reação durante e pós-desastre. Contudo, prevenção implica um apurado conhecimento dos fatores de risco, sejam eles do lado da perigosidade, da exposição ou da vulnerabilidade. Num mundo globalizado, estes fatores são ainda mais dinâmicos e requerem também esforços de gestão dinâmicos. Atente-se por exemplo nos desafios colocados pelo fenómeno migratório sobre as características da exposição e vulnerabilidade. A rigidez de instrumentos de planeamento e gestão de risco que sejam revistos com reduzida frequência pode resultar em avaliações de risco desfasadas da realidade.

A eficiência das estratégias de gestão do risco de desastres causados por fenómenos naturais depende amplamente da sustentabilidade dos recursos que as suportam. A Organização Meteorológica Mundial (WMO) gere sistemas de monitorização, aviso e alerta para fenómenos meteorológicos extremos que assentam na

conceção, implementação e funcionamento dos recursos técnicos e humanos, numa lógica de partilha de esforços (WMO, 2017). Com efeito, a implementação dos quadros de ação de Hyogo e de Sendai conduziram à implementação de quadros normativos e institucionais nacionais que exigem das entidades dos mais diversos sectores da governação (neste caso, dos institutos de meteorologia), a assunção de competências cujos recursos nacionais, endógenos, apenas por si, se apresentam limitados e incapazes de fornecer a resposta adequada, num contexto de multirrisco e riscos em cascata. O objetivo maior de construção de resiliência encontra-se, nesta perspetiva, dependente da capacidade de cooperação e articulação dos vários países, em tornar sustentáveis os mecanismos de monitorização, aviso e alerta.

A manifestação dos riscos – sobretudo a influência da componente de perigosidade – não conhece fronteiras políticas, como o demonstram, a título exemplificativo, alguns eventos recentes, como os incêndios florestais no norte da Europa, causados pela redução do permafrost no solo, a radioatividade libertada pela central nuclear de Fukushima, no Japão, ou a erupção vulcânica do Eyjafjallajökull, na Islândia, e os seus efeitos sobre o transporte aéreo no Atlântico Norte. A humanidade necessita assim de respostas globais, claramente radicadas nos princípios da globalogia.

A gestão do risco é concretizada, de um modo assumido ou inconsciente, com recurso aos conceitos de “as low as reasonably practicable” (ALARP) e “as low as reasonably attainable/achievable” (ALARA) (Melchers, 2001), conceitos estes fortemente dependentes da maturidade da sociedade civil de cada região ou comunidade. O grau de aceitabilidade perante o risco de desastres – e sobretudo de desastres causados direta ou indiretamente pela crise climática – tende a ser muito reduzido, enquanto suscita a predisposição para a tomada de medidas de mitigação e adaptação que evitem futuros impactos (Andrews & Smirnov, 2020). O nosso grau de aceitação para com os desastres decorrentes das alterações climáticas é hoje menor do que no início do século, o que, em muitas comunidades, se pode dever mais a um aumento do risco percecionado do que a um aumento do risco probabilisticamente demonstrado. A ciência tem assim um papel fundamental na redução da incerteza e na compreensão da ambiguidade, associadas à caracterização, perceção e valorização dos cenários de risco (Aitsi-Selmi *et al.*, 2016). As cinco áreas, neste campo transdisciplinar, em que se identificaram recentemente lacunas na investigação científica consistem em: i) avaliação de risco e de impactos, ii) disponibilidade de melhores dados para um futuro resiliente, iii) parcerias e governação do risco, iv) lacunas na implementação em redução do risco de des-

tres e adaptação às alterações climáticas, v) e comportamento humano e risco de desastre (Zuccaro *et al.*, 2020).

A existência de quadros referenciais globais para as questões dos riscos, independentemente da sua natureza, reflete-se na definição da agenda global regional e local a vários níveis (Tavares, 2013). Com efeito, os modelos de gestão do risco emanados dos quadros referenciais globais são efetivos motores da agenda a vários níveis. No nível político nacional e municipal, eles conferem suporte, credibilidade e recursos financeiros aos edifícios institucionais e normativos implementados a essas escalas (por exemplo, o planeamento de emergência e proteção civil e as suas interligações com as políticas de sustentabilidade, ordenamento do território, etc.). Numa perspetiva económica, os quadros referenciais suscitam a inovação tecnológica e o desenvolvimento de mercados em áreas que, de outro modo, poderiam não ser economicamente competitivas no curto prazo, como seja a aposta nas energias renováveis, em soluções de infraestruturas “verdes” e “azuis”, em resposta aos desafios colocados pela mudança climática. Finalmente, no plano social e cultural, atuam na proteção dada aos grupos de risco, no reconhecimento e empoderamento do papel das mulheres na economia familiar, na educação e sensibilização para uma nova cultura do risco, etc., em contextos culturais onde essa capacidade única não era, e não é ainda, reconhecida. No plano urbano-social, os referenciais incentivam o desenvolvimento de novas formas de viver as cidades e de promover a integração social, como formas de reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta durante e pós-desastre. Os referenciais globais atuam inclusivamente no desenvolvimento de novos temas, nas áreas da música, do cinema e em conteúdos de internet.

O Quadro de Ação de Sendai e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pelos estados-membros das Nações Unidas em 2015, podendo afirmar-se que tem as suas raízes na Agenda 21, acordada na Conferência da Terra, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. A Agenda 21 pretendeu criar uma parceria global para o desenvolvimento sustentável, concretizável por ações locais. É neste contexto que surgem, ao nível municipal, as Agendas 21 Locais (para um maior enquadramento e análise crítica dos marcos alcançados no contexto luso-brasileiro, cf. Guerra, Schmidt e Lourenço, 2019). A meio deste percurso de teoria e prática dos princípios da sus-

tentabilidade ambiental, vigorou até 2015 o esforço associado ao alcance dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), dirigindo-se a maioria deles às questões da pobreza, educação, género e saúde, mas não excluindo a urgência da sustentabilidade ambiental (7.º ODM), alicerçados numa parceria global para o desenvolvimento (8.º ODM).

É com este contexto, partilhado parcialmente no tempo com o Quadro de Ação de Hyogo, anteriormente referido, que são adotados em 2015 o Quadro de Ação de Sendai e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que marcam a Agenda 2030 (ONU, 2015). As sinergias entre ambos os referenciais globais – o primeiro, no campo da redução do risco de desastres e o segundo, no campo da sustentabilidade – são evidentes, do ponto de vista institucional e científico. À luz das componentes do risco, os ODS relativos ao combate à pobreza, empoderamento feminino, acesso aos cuidados de saúde e a educação de qualidade apresentam-se como intimamente relacionados com a intenção de redução da vulnerabilidade, tal como expressa no Quadro de Ação de Sendai (cf. alguns exemplos em Heinrichs *et al.*, 2016).

Numa avaliação global, é possível assumir que a maioria dos ODS se relaciona direta ou indiretamente com a componente de vulnerabilidade. O primeiro ODS – erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares – apresenta uma relação direta com a redução da influência de fatores reconhecidos na literatura como explicativos da vulnerabilidade (Cutter *et al.*, 2003; Fatemi *et al.*, 2017), como a situação perante o emprego, a condição económica e as características das habitações. O mesmo se pode verificar face a outros ODS: #2 relativo à segurança alimentar e à nutrição; #3 relativo ao acesso a cuidados de saúde de qualidade e promoção do bem-estar; #4 relativo à educação de qualidade, inclusiva e equitativa, bem como à aprendizagem ao longo da vida; #5 relativo à igualdade de género e empoderamento feminino.

Outros ODS, porém, focam-se principalmente na componente da perigosidade, como o ODS #15, que visa “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir sustentavelmente as florestas, combater a desertificação e parar e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade” (ONU, 2015). Com efeito, a manutenção ou restauração dos ecossistemas naturais tem um comprovado papel na redução da magnitude e frequência de fenómenos naturais danosos para a sociedade, como as cheias, as tempestades costeiras, a desertificação, entre outros.

Contudo, dos 17 objetivos é possível identificar alguns cuja relação direta com a redução do risco de desastres é mais intencional e evidente: os objetivos #11 Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis e #13 Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

O 11.º objetivo dá ênfase a questões diversas, mas tendo como denominador comum o contexto urbano: a habitação, a mobilidade, os processos urbanísticos sustentáveis e inclusivos; a proteção do património cultural e natural; a redução da mortalidade, pessoas afetadas e danos económicos devidos a desastres; a qualidade do ar e gestão de resíduos; o acesso a áreas públicas verdes; a coesão territorial entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais; e o apoio financeiro e técnico para a construção sustentável aos países menos desenvolvidos. Adicionalmente, um dos sub-objetivos (11b) faz uma menção particular ao Quadro de Ação de Sendai, incentivando as cidades a adotar e implementar políticas e planos integrados com vista à inclusão, eficiência no uso dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, e à resiliência aos desastres. Apesar de não estar explicitamente referido, estes objetivos procuram atuar no sentido de, para além da mitigação e adaptação aos fenómenos perigosos, providenciar a necessária redundância de sistemas críticos e vitais e a contingência das atividades do quotidiano.

O 13.º objetivo – que é específico para o desafio climático – inclui sub-objetivos que visam o fortalecimento da resiliência e da capacidade adaptativa aos perigos relacionados com o clima; a integração das medidas relativas às alterações climáticas nos instrumentos de gestão nacionais; maior sensibilização, educação e capacitação institucional para a mitigação, adaptação e redução de impactos, e para o aviso e alerta; implementação dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, nomeadamente a mobilização, até 2020, de 100 mil milhões de dólares para responder às necessidades dos países em desenvolvimento. Em ambos os objetivos, observa-se um cuidado particular com as pessoas mais vulneráveis – as mulheres, crianças, os mais velhos e as pessoas com alguma incapacidade, por esta ordem – e com os países em desenvolvimento (e em particular com os pequenos estados-ilha).

Para além dos ODS abordados, em última instância, todos eles apresentam uma conexão com o objetivo de redução do risco de desastres (ou catástrofes). As esferas de atuação a que se dedicam implicam, se bem-sucedidas, um efeito positivo relativamente a cada uma das componentes do risco, seja a perigosidade, a exposição ou a vulnerabilidade. Nesse sentido, atuam igualmente ao nível da construção de comunidades mais resilientes. A cooperação e articulação a dife-

rentes escalas e sectores de atuação é um fator crítico para o alcance dos objetivos enunciados. Num estudo recente do Fórum Económico Mundial – o *Global Risks Perception Survey – 2019*, citado por WEF (2020), de um conjunto de 40 riscos globais, a associação entre as falhas na governação global e a falha no combate às alterações climáticas, e desta com o risco de eventos climáticos extremos, foi amplamente realçada pelos respondentes. Por outro lado, as falhas na governação ao nível nacional são associadas ao risco de instabilidade social. A governança e os seus vários níveis de regulamentação são, com efeito, fundamentais para a concretização dos objetivos definidos num nível global e, no caso português, também europeu. Tal como a implementação de diretivas comunitárias nos diversos sectores requer a definição de indicadores que meçam e monitorizem de forma objetiva e assertiva os avanços, benefícios e ameaças à sua implementação, tais instrumentos também deverão existir em relação à concertação entre objetivos de sustentabilidade e objetivos de resiliência a desastres. Ademais, tais indicadores deverão permitir uma monitorização desde os níveis locais de governação – os equivalentes ao nível municipal – aos níveis nacionais e regionais, sob risco de se cumprirem metas à escala nacional, mas cujas ações concretas se revelam desigualmente alcançadas ao nível das comunidades locais.

A Comissão Europeia (CE, 2020) reconhece claramente o impacto que as alterações climáticas têm nos fatores condicionantes e desencadeantes dos desastres causados por fenómenos naturais e realça o seu papel dinamizador, à escala global, como o principal doador para a construção da resiliência climática no grupo dos países menos desenvolvidos (LDC). A mesma declaração reconhece que o controlo do aumento de temperatura em 2100 em apenas 1,5 a 2 °C evitaria impactos em tal medida, que tornaria o alcance de vários dos ODS muito mais exequível, sobretudo daqueles relacionados com a pobreza, a fome, a saúde, as desigualdades, o acesso a água e saneamento, nas cidades, oceanos e ecossistemas (CE, 2020:1-2). Neste quadro, o *European Green Deal* é apresentado como estando alinhado com a Agenda 2030 das Nações Unidas, traduzindo uma estratégia de crescimento económico no horizonte de 2050, em que o crescimento não compromete a sustentabilidade no uso dos recursos, pelo contrário, procura proteger, conservar e recuperar o capital natural dos estados-membros.

Conclusões

A globalização introduz no mundo atual e futuro diversos desafios ao nível da interrelação e interdependência de vários sistemas – ambiental, sociocultural, económico, logístico – que, naturalmente, não coexistem como sistemas fechados. A interdependência relativa aos fatores que intervêm ao nível dos riscos, pelas suas componentes de perigosidade, exposição, vulnerabilidade, capacidade preventiva, de resposta e de recuperação, é aquela que tem um efeito direto sobre o aumento do risco de desastre.

Se, com efeito, a globalização significa desafios associados a ameaças e fragilidades, por outro, também introduziu no novo quadro de referência de avaliação e gestão de riscos novas potencialidades. Estes novos caminhos incluem a agilização dos processos de recolha, processamento e transferência de informação e conhecimento, as melhorias nos sistemas de comunicação globais, a capacidade de mobilização de recursos proporcionada pelos avanços nos transportes e sistemas de logística e a formação e a mobilização da opinião pública para novas e antigas causas associadas ao desenvolvimento sustentável. A consciencialização de que pequenas ações locais podem ter um impacto global, positivo ou negativo, ao nível das componentes do risco é um ganho civilizacional que importa potenciar neste século.

Ao contrário de alguns dos eventos de desastres exemplificados ao longo do capítulo, que têm uma origem local com impactos globais (a erupção do Krakatoa, por exemplo, e acrescente-se a difusão de agentes virais), na atualidade, as alterações climáticas mostram como processos generalizados pelo globo, como a emissão de gases com efeito de estufa por ação humana, são causadores de múltiplos desastres, de consequências muito diversas.

Neste contexto, a humanidade necessita de maior conhecimento e capacidade de antevisão e preparação para os atuais e próximos desastres globais. Dois exemplos distintos e muito prementes – a crise climática e a crise pandémica – relevam que a prevenção e resposta aos desastres globais requer igualmente respostas globais, não apenas sobre os fatores de risco relacionados com a componente física e natural, também com os fatores relacionados com a dinâmica societal.

Bibliografia

- Aitsi-Selmi, A. *et al.* (2016). Ensuring science is useful, usable and used in global disaster risk reduction and sustainable development: A view through the Sendai framework lens. *Palgrave Communications*, 2, 16016. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1057/palcomms.2016.16>.
- Anderson, D. G. *et al.* (2011). Multiple lines of evidence for possible human population decline/settlement reorganization during the early Younger Dryas. *Quaternary International*, 242 (2), 570-583.
- Andrews, T. M. & Smirnov, O. (2020). Who feels the impacts of climate change? *Global Environmental Change*, 65, 102164. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102164>.
- Arto, I. *et al.* (2015). Global impacts of the automotive supply chain disruption following the Japanese earthquake of 2011. *Economic Systems Research*, 27 (3), 306-323.
- Australian Institute for Disaster Resilience (2002). Australian Disaster Resilience Manual 7: Planning Safer Communities - Land Use Planning for Natural Hazards. Australian Institute for Disaster Resilience CC BY-NC.
- Aven, T. & Renn, O. (2010). *Risk Management and Governance. Concepts, Guidelines and Applications*. Berlin: Springer. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1007/978-3-642-13926-0>.
- Beck, U. (2018) *Sociedade de Risco Mundial. Em Busca da Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70.
- Birkmann, J. *et al.* (2010). Extreme events and disasters: A window of opportunity for change? Analysis of organizational, institutional and political changes, formal and informal responses after mega-disasters. *Natural Hazards*, 55, 637-655.
- Bjorck, S. (2007). Younger Dryas oscillation, global evidence. In Elias, S. (Ed.). *Encyclopedia of Quaternary Science* (1987-1994). Amsterdam: Elsevier.
- Brauer A. *et al.* (2008). An abrupt wind shift in Western Europe at the onset of the Younger Dryas cold period. *Nature Geoscience*, 2008 (1), 520-523.
- CRED-UNDRR (2020). *Human Cost of Disasters. An Overview of the Last 20 Years (2000-2019)*. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://reliefweb.int/report/world/human-cost-disasters-overview-last-20-years-2000-2019>.
- Cutter, S. L. *et al.* (2003). Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, 84 (2), 242-261. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1111/1540-6237.8402002>.
- Dörries, M. (2003). Global science: The eruption of Krakatau. *Endeavour*, 27, 113-116.
- Dreher, A. (2006). Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. *Applied Economics*, 38 (10), 1091-1110.
- European Commission (2020). *Adaptation to Climate Change. Blueprint for a New, more Ambitious EU Strategy*.

- Fatemi, F. *et al.* (2017). Social vulnerability indicators in disasters: Findings from a systematic review. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 22, 219-227. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2016.09.006>.
- Fuller, D. Q. (2007). Contrasting patterns in crop domestication and domestication rates: Recent archaeobotanical insights from the Old World. *Annals of Botany*, 100 (5), 903-924.
- Giachetti, T. *et al.* (2012). Tsunami hazard related to a flank collapse of Anak Krakatau volcano, Sunda Strait, Indonesia. *Geological Society, London, Special Publications*, 361, 79-90. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1144/SP361.7>.
- Grattan, J. (2006). Aspects of Armageddon: An exploration of the role of volcanic eruptions in human history and civilization. *Quaternary International*, 151, 10-18.
- Guerra, J. *et al.* (2019). From local Agenda 21 to a localized Agenda 2030 – The Portuguese and Brazilian cases in perspective. *Community Development*, 50 (3), 352-367. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1080/15575330.2019.1599405>.
- Heinrichs, H. *et al.* (Eds.) (2016). *Sustainability Science. An Introduction*. New York: Springer. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1007/978-94-017-7242-6>.
- Hidayat, A. *et al.* (2019). Eruption on Indonesia's volcanic islands: A review of potential hazards, fatalities, and management. *IOP Conf. Series: Earth and Environmental Science*, 485, 1-11.
- IRGC (2017). *Introduction to the IRGC Risk Governance Framework. Revised Version*. Lausanne: EPFL International Risk Governance Center.
- Kajitani, Y. *et al.* (2013). Economic impacts of the 2011 Tohoku-Oki earthquake and tsunami. *Earthquake Spectra*, 29 (1), 457-478. Acedido a 22 de novembro de 2020, em [doi:10.1193/1.4000108](https://doi.org/10.1193/1.4000108).
- Lyall, C. & Tait, J. (2004). Shifting policy debates and the implications for governance. In C. Lyall & J. Tait (Eds.). *New Modes of Governance: Developing An Integrated Policy Approach to Science, Technology, Risk and the Environment* (3-17). Aldershot: Ashgate.
- Melchers, R. E. (2001). On the ALARP approach to risk management. *Reliability Engineering and System Safety*, 71 (2), 201-208. Acedido a 22 de novembro de 2020, em [https://doi.org/10.1016/S0951-8320\(00\)00096-X](https://doi.org/10.1016/S0951-8320(00)00096-X).
- Mimura, N. *et al.* (2011). Damage from the great East Japan earthquake and tsunami. A quick report. *Mitig Adapt Strateg Glob Change*, 16, 803-818. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1007/s11027-011-9297-7>.
- Min, S. K. *et al.* (2011). Human contribution to more-intense precipitation extremes. *Nature*, 470, 378-381.
- Myhre, G. *et al.* (2018). Sensible heat has significantly affected the global hydrological cycle over the historical period. *Nature Communications*, 9 (1922), 1-9.
- ONU (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution A/RES/70/1*. Acedido a 22 de novembro de 2020, em https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.

- ONU (2020). *Hazard Definition and Classification Review. Technical Report*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Acedido a 22 de novembro de 2020, em https://council.science/wp-content/uploads/2020/06/UNDRR_Hazard-Report_DIGITAL.pdf.
- Poljanšek, K. *et al.* (2019). *Review of the Sendai Framework Monitor and Sustainable Development Goals Indicators for Inclusion in the INFORM Global Risk Index, EUR 29753 EN*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC116326>.
- Renn, O. & Klinke, A. (2015). Risk governance and resilience: New approaches to cope with uncertainty and ambiguity. In U. F. Paleo (Ed.). *Risk Governance: The Articulation of Hazard, Politics and Ecology* (19-41). Dordrecht: Springer. Acedido a 22 de novembro de 2020, em https://doi.org/DOI: 10.1007/978-94-017-9328-5_2.
- Roder, G. *et al.* (2016). Natural hazards knowledge and risk perception of Wujie indigenous community in Taiwan. *Natural Hazards*, 81, 641-662.
- Ruth, U. *et al.* (2008). High-resolution Greenland ice core data show abrupt climate change happens in few years. *Science*, 321, 680-684.
- Savina, G. *et al.* (2019). The KOF globalisation index – Revisited. *Review of International Organizations*, 14 (3), 543-574. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11558-019-09344-2>.
- Schaller, N. *et al.* (2009). Climate effects of the 1883 Krakatoa eruption: Historical and present perspectives. *Vierteljahrsschrift der Naturforschenden Gesellschaft in Zürich*, 154 (1/2), 31-40. Acedido a 22 de novembro de 2020, em https://www.ngzh.ch/archiv/2009_154/154_1-2/154_8.pdf.
- Schweizer, P. J. & Renn, O. (2019). Governance of systemic risks for disaster prevention and mitigation. *Disaster Prevention and Management: An International Journal*, 28 (6), 854-866. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1108/DPM-09-2019-0282>.
- Steffensen, J. P. *et al.* (1999). Volcanic dry fogs, climate cooling, and plague pandemics in Europe and the Middle East. *Climatic Change*, 42, 713-723.
- Tavares, A. O. (2013). Referenciais e modelos de governação dos riscos. In L. Lourenço & M. A. Mateus (Eds.). *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos. Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo* (63-80). Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Thordarson, T. & Self, S. (1993). The Laki (Skaftár fires) and Grímsvötn eruptions in 1783-1785. *Bulletin of Volcanology*, 55, 233-263.
- Thordarson, T. & Self, S. (2003). Atmospheric and environmental effects of the 1783-1784 Laki eruption: A review and reassessment. *Journal of Geophysical Research – Atmospheres*, 108 (1), AAC 7-1-AAC 7-29.
- Trigo, R. M. *et al.* (2009). Witnessing the impact of the 1783-1784 Laki eruption in the Southern Hemisphere. *Climatic Change*, 99, 535-546. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-009-9676-1>.

- UNDRR (2015). *Quadro de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030*. 3.ª Conferência Mundial para a Redução do Risco de Desastres (A/CONF.224/CRP.1). Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.
- UNDRR (2019). *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction – 2019*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.
- UNISDR (2005). *Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015. Organização das Nações Unidas – Estratégia Internacional para a Redução dos Desastres. Conferência Mundial para a Redução dos Desastres (A/CONF.206/6)*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.
- Wang, C. *et al.* (2014). Prehistoric demographic fluctuations in China inferred from radiocarbon data and their linkage with climate change over the past 50.000 years. *Quaternary Science Reviews*, 98, 45-59.
- WEF (2020). *The Global Risks Report 2020*. Genebra: World Economic Forum. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <http://wef.ch/risks2019>.
- Whittaker, R. J. *et al.* (1989). Plant recolonization and vegetation succession on the Krakatau islands, Indonesia. *Ecological Monographs*, 59, 59-123.
- Wicaksono, A. D. & Usman, F. (2020). Investigation of tsunami impacted area from Anak Krakatoa volcanic eruption. *International Journal of Geomate*, 19 (71), 235-241.
- WMO (2017). *A Disaster Risk Reduction Roadmap for the World Meteorological Organization*. Geneva: World Meteorological Organization. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://public.wmo.int/en/programmes/disaster-risk-reduction-programme>.
- Yin, J. *et al.* (2018). Large increase in global storm runoff extremes driven by climate and anthropogenic changes. *Nature Communications*, 9, 4389. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1038/s41467-018-06765-2>.
- Zuccaro, G. *et al.* (2020). Future research and innovation priorities in the field of natural hazards, disaster risk reduction, disaster risk management and climate change adaptation: A shared vision from the ESPREsSO Project. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 51, 101783. Acedido a 22 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.101783>.

População em situação de rua no Brasil e no mundo Invisíveis ou indesejáveis?

Homelessness population in Brazil and worldwide: Invisible or undesirable?

Ana Tojal¹

CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC MACEIÓ / anatojalufal@gmail.com
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_7

Resumo: Este texto discute a realidade da população em situação de rua como fenómeno global e os processos de exclusão social que negam a dignidade humana destes indivíduos. Invisíveis ou indesejáveis, afinal quem são as pessoas que se encontram nesta situação? Embora estejam à margem do sistema produtivo, estes sujeitos têm histórias diversas e formas múltiplas de sobreviver. São os excedentes do modo de produção capitalista: desempregados, doentes, dependentes químicos ou pessoas que não se “ajustam” ao padrão de comportamento exigido pela “civilização”. O estudo pretende fazer o debate sobre a marginalização das pessoas em situação de rua, no sentido de dar visibilidade às suas histórias, subjetividades e lutas. Propõe-se a reflexão sobre a necessidade de romper com os estigmas e preconceitos que aprisionam os indivíduos que se encontram condenados à marginalidade, expropriados do reconhecimento da sua condição humana.

Palavras-chave: população em situação de rua; pobreza; invisibilidade social

Abstract: This text discusses the reality of the homeless population as a global phenomenon and the processes of social exclusion that deny the human dignity of these individuals. Invisible or undesirable, after all, who are those who are in this situation? Although they are on the margins of the productive system, they have different histories and multiple ways to survive. They are the surpluses of the capitalist mode of production: unemployed, sick, drug addicts or people who do not “adjust” to the pattern of behavior required by “civilization”. This study intends to debate the marginalization of people living on the streets, in order to make visible their stories, subjectivities and struggles. It is proposed to reflect on the need to break with the stigmas and prejudices that imprison individuals who have found themselves condemned to marginality, expropriated from their human condition.

Keywords: homelessness population; poverty; social invisibility

¹ Doutoranda em Estudos Globais na Universidade Aberta.

Apresentação

Este texto pretende discutir a marginalidade global da população em situação de rua e faz parte de uma pesquisa em curso no âmbito do doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta de Portugal. Portanto, são alguns contributos que necessitam de ser aprofundados e adensados para melhor compreender aspetos sociais, históricos e políticos que concorreram para a emergência da população em situação de rua enquanto fenómeno global, tendo como recorte a realidade da população em situação de rua no Brasil. As questões aqui abordadas partem do envolvimento da autora com a realidade da população em situação de rua no Brasil. Cabe assinalar que a atuação nessa realidade há quase uma década e o ativismo no campo da segurança social brasileira permitiu superar uma lógica cognitiva distanciada, saindo da condição de mera espectadora para intervir diretamente nessa realidade, motivando a realização de uma análise científica que permita compreender este fenómeno, expor as suas causas e consequências. As reflexões trazidas neste texto destinam-se a provocar um olhar mais alargado no tocante à complexidade deste fenómeno e à sua importância para os estudos sobre aspetos da globalização.

Excluídos e invisibilizados

Todos os dias, nas principais cidades do mundo, se observa um contingente populacional de pessoas que ocupam os espaços da rua como moradia ou sobrevivência. Estas pessoas suportam uma existência completamente desprovida de condições materiais para viver com dignidade. São indivíduos que vivem à margem do usufruto dos bens e riquezas produzidos pela humanidade. Esta população passa a utilizar a rua como seu lugar de referência, espaço de moradia e construção de relações. No dizer de Castel (1998), a desmontagem do sistema de proteção social e a precarização do trabalho geram na estrutura capitalista vigente uma massa de pessoas sobrantes, ejetados dos círculos produtivos. Na perspetiva do autor, os “sobrantes” não são sequer explorados, compondo uma sociedade de trabalhadores sem trabalho. Estes indivíduos sofrem com as suas necessidades negligenciadas, situação mais grave em contextos de países periféricos que apresentam formas de exclusão mais devastadoras, o que leva ao apagamento dos seus direitos de cidadania ou a que se submetam a uma superexploração da sua força produtiva que, igualmente, desrespeita sua dignidade humana.

O termo “invisibilidade social” tem sido usado para designar minorias ou grupos socialmente marginalizados devido ao preconceito ou à indiferença. Com a “história de anônimos, sem drama, sem identificação empática da parte de ninguém” (Souza, 2006: 67), onde está presente o desinteresse e banalização da morte e do sofrimento de pessoas que se encontram no *status* de subgente. Embora se considere os diferentes contextos políticos dos países, a população em situação de rua não foi incluída na agenda prioritária das políticas públicas e as medidas de proteção social adotadas têm sido pouco efetivas. No Relatório da Assembleia Geral do Conselho de Direitos Humanos da ONU de dezembro de 2015 sobre a agenda “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais” reconhece-se de que a situação de rua é uma violação extrema dos direitos humanos e que raramente esta questão foi tratada com a devida importância pelos organismos internacionais (ONU, 2015).

Invisibilidade social é uma face da exclusão social. Além do afastamento de todas as instâncias da vida social, a população em situação de rua sofre um apagamento. Ainda que venha a ter demandas parcialmente reconhecidas, nem sempre essa população é contabilizada nos censos demográficos, nem sempre é alvo de políticas públicas e nem sempre goza de empatia social. Para Martins (2002), parte dos excluídos tem perspectivas de reinserção na vida laboral, embora em condições de subalternidade; eles são os excedentes que o capital cria para dispor do seu uso. Contudo, segundo o autor, para outros sujeitos essa reinserção demora tanto ou nunca acontece. A situação de rua, quando se estabelece de uma forma mais perene, gera um alto grau de degradação humana, que vai tornar mais difícil acontecer essa reinserção.

Este estágio de exclusão que leva à invisibilidade social é fruto de uma perversa combinação entre pobreza, marginalização e rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários. Para melhor entender este fenômeno, há a necessidade de estabelecer uma conexão entre os aspetos socioeconômicos e as subjetividades individuais envolvidas. Segundo Robert Castel (1997), as pessoas em situação de marginalidade figuram na última zona da vulnerabilidade, uma vulnerabilidade que alimenta a desfiliação, provocada pela dupla desintegração: do trabalho e das relações sociais. Os indivíduos que se encontram na situação de rua são ignorados e considerados inúteis para o mundo (Castel, 1997). Ao tratar do processo de desfiliação social, o autor discute a passagem da vulnerabilidade para a inexistência social, trazendo a realidade dos pobres na Europa até ao século XIX, que estavam integrados, portanto, uma indigência integrada que não se

encontra na marginalidade, havendo a distinção entre pobres e vagabundos, estes últimos completamente marginalizados. Castel vai apontar as diferentes zonas de marginalidade, agregando as situações de desligamento laboral e isolamento social.

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (Castel, 1997: 23)

A invisibilidade social não se trata de uma invisibilidade física, mas a atitude de ver e não reconhecer, a recusa de reconhecimento de outrem como ato intencional, por rejeição e/ou desprezo, que termina por negar a condição humana dos seus alvos. O processo de invisibilidade caracteriza-se pela negação de direitos, indiferença, ausência de solidariedade e a ocultação de grupos populacionais ignorados socialmente. Na obra *Parcours de la Reconnaissance*, Paul Ricoeur (2004) discute que reconhecer é, antes de tudo, distinguir, distinguir como sinónimo de identificar, perceber em detalhe. Assim, não reconhecer é não perceber o outro, ou seja, torná-lo invisível, indistinguível, não perceptível. Fundamentado em Hegel, Ricoeur traz três formas de reconhecimento: o amor, o direito e a estima social. O filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (2003) discute a destruição da autoimagem pela ausência de reconhecimento por parte dos outros, trazendo o conceito de “morte social”, relacionado com a privação de direitos e a exclusão social. O autor compara o sofrimento físico com o sofrimento do desrespeito social, que provocam “reações emocionais negativas que se expressam nos sentimentos de vergonha social” (Honneth, 2003: 219). Essa experiência de desrespeito social pode motivar o indivíduo a entrar numa luta por reconhecimento, como sugere Honneth, mas também pode levar a um nível de degradação física e emocional que concorre para o seu apagamento social.

“Mirar a través”, looking through: disponemos de la capacidad de demostrar nuestro desprecio a personas presentes mediante el hecho de comportarnos frente a ella como si no figurara físicamente en el mismo espacio. En este sentido, el “ver a través” tiene enteramente un aspecto performativo, porque exige gestos o modos de comportamiento que dejen claro que los demás no solo no son vistos accidentalmente, sino que no son vistos intencionalmente. (Honneth, 2011: 166-167)

Os que sofrem de invisibilidade social, enquanto resultado de um processo histórico da constituição social das sociedades capitalistas, de reificação e humilhação, são rebaixados, espoliados da sua dignidade humana, oprimidos e ofendidos, sob a forma de uma violência material e simbólica do Estado e da sociedade (Costa, 2004). O impacto de vivenciar esse apagamento tem consequências danosas para a saúde emocional e mental dos indivíduos, debilitando o seu potencial humano e corroendo a sua capacidade de estabelecer relações sociais e afetivas.

Num mundo globalizado negativamente, a presença de indivíduos e famílias vivendo nas e das ruas cria um contingente populacional desterritorializado e desenraizado que não consegue incluir-se na dinâmica social das cidades. Estas pessoas passam a ocupar as ruas como moradia ou forma de sobrevivência, mas tornam-se uma ameaça aos que estão socialmente incluídos. Os indivíduos que alcançaram algum *status* de cidadania buscam proteger-se do que é visto como “classes perigosas”, por meio da construção de “ilhas de segurança” em condomínios fechados, anunciados como autossustentáveis e funcionando como comunidades isoladas das ameaças externas (Bauman, 2007a). O autor trata da desintegração da solidariedade, em que as proteções artificiais se concentram nos indivíduos que devem assumir a responsabilidade pelos seus fracassos. Bauman acrescenta que, neste cenário, esvai-se a esperança de que os excluídos sejam reintegrados no sistema. Dada a “decomposição do estado social”, os chamados “pedintes, drogados, vagabundos” são transformados em párias.

A heterogeneidade da evolução da pobreza no mundo desnuda o processo civilizacional desencadeado a partir da globalização mercantil, uma vez que o desenvolvimento não alcança todos os povos e indivíduos de forma igual. Expõe o fracasso da universalidade das políticas sociais, que nunca chegou para todos. Mesmo em países desenvolvidos que viveram a experiência do Welfare State, há registo do aumento de pessoas a viver na e da rua, conforme os dados relativos aos sem-abrigo na Europa publicados pela Fédération Européenne d'Associations

Nationales Travaillant avec les Sans-Abri (FEANTSA, 2017), embora haja respostas diferentes às demandas dessa população em relação aos países periféricos, cujos índices de pobreza são mais eloquentes. A situação de rua não é uma condição do ser, mas uma contingência de estar. A moradia na rua não é uma opção, mas uma consequência de um desenvolvimento urbano desordenado, caótico e produtor de desigualdades.

Situação de rua como fenómeno global

Embora a existência de pessoas a viver na rua não seja um facto novo, verificando-se, desde o período pré-industrial, na presença de pessoas que utilizam a mendicância como meio comum de subsistência (Snow & Anderson, 1998), pode-se afirmar que a população em situação de rua é um fenómeno global e complexo que explode na modernidade, que não se reduz simplesmente à condição de pedintes. Com o avanço da globalização, a intensificação de fluxos migratórios, o aumento das desigualdades sociais, o crescimento do desemprego, o trabalho precário, o esgarçamento das relações sociais e da solidariedade, observa-se um aumento de pessoas perambulando nos centros urbanos, tanto de países periféricos como de países ricos. Para Milton Santos, geógrafo e cientista brasileiro que estudou os processos de globalização, houve uma concentração de pessoas nas grandes cidades, com a ilusão de encontrar uma oportunidade de melhorar de vida, passando a ocupar os espaços urbanos. “Nunca na história houve um tão grande número de deslocados e refugiados. O fenómeno dos sem-teto, curiosidade na primeira metade do século XX, hoje é um fato banal, presente em todas as grandes cidades do mundo” (Santos, 2008: 59).

Ainda que as estatísticas sobre a falta de moradia sejam imprecisas e desatualizadas, uma pesquisa global realizada pelas Nações Unidas em 2005 aponta cerca de 100 milhões de pessoas desabrigadas em todo o mundo e 1,6 bilhões a viver em moradias inadequadas, estimando-se que mais de 2 bilhões de pessoas serão adicionadas ao número de moradores urbanos nos países em desenvolvimento, nos próximos 25 anos, o que representa um crescimento sem precedentes na demanda por habitação, abastecimento de água, saneamento e outros serviços de infraestrutura (ONU HABITAT, 2005). Mesmo o país mais rico do mundo regista um número expressivo de indivíduos em situação de rua, de acordo com os dados de 2019 do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA (The U.S. Department of Housing and Urban Development – HUD) que revela a existência de mais de meio milhão de pessoas sem abrigo nos Estados

Unidos (AHAR, 2019). Cerca de 700.000 pessoas moram nas ruas das principais cidades europeias de forma perene, segundo a estimativa da Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri (FEANTSA, 2017).

Estes dados estatísticos não são o foco deste estudo, mas servem para situar o problema em escala global. Recentemente, a Comissão Europeia enfatizou a importância de considerar o fenómeno dos sem-abrigo numa perspetiva mais abrangente (European Commission, 2013), identificando necessidades que vão além do provimento habitacional. O Institute of Global Homelessness (IGH), fundado em 2014, é a primeira organização a concentrar-se nos *homeless* como um fenómeno global, com ênfase naqueles que vivem na rua ou em abrigos de emergência. O IGH é uma parceria entre a Universidade DePaul (Chicago, EUA) e a Depaul International (Londres, Reino Unido) que fornece serviços diretos para pessoas que enfrentam a falta de moradia no Reino Unido, Irlanda, Ucrânia, Eslováquia, Croácia, EUA e França. A Relatora Especial sobre o Direito à Moradia Adequada da Comissão de Direitos Humanos da ONU reconhece a condição de sem-teto como um profundo atentado à dignidade, à inclusão social e ao direito à vida (Fahra, 2019).

Sem moradia fixa, esta população utiliza o espaço da rua para dormir, seja em marquises, por baixo de viadutos, prédios abandonados, carcaças de automóveis ou albergues públicos. Parte destes indivíduos vai recorrer à mendicância para suprir as suas necessidades básicas, utilizam locais públicos e equipamentos sociais para obter água, para banho e lavagem de roupas, como casas de banho públicas ou centros de assistência social. Ao contrário do que se imagina, uma parte significativa dos moradores de rua é composta por trabalhadores. Segundo o relatório da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizado no Brasil, “Rua: aprendendo a contar” (Cunha & Rodrigues, 2009), 70,9% dessa população exerce alguma atividade remunerada, 58,6% declara ter uma profissão, ainda que não tenha trabalho fixo, a maioria exercendo as atividades de catador de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), trabalhos eventuais na construção civil e “pedreiro” avulso (6,3%).

Os dados da pesquisa realizada no Brasil assemelham-se aos de outros países que apontam a perda de emprego, o uso de drogas e os conflitos familiares como os principais fatores que provocaram a situação de rua. Skid Row, bairro no centro de Los Angeles, uma área de 54 quarteirões, abriga o maior contingente de população em situação de rua (*homelessness*) de forma estável dos Estados Unidos. Com cerca de 4 mil habitantes, a região é estigmatizada como “a maior

cracolândia dos EUA”, embora abrigue, desde 1930, trabalhadores pobres e desempregados, com histórico de perda de vínculos laborais, familiares e comunitários (Senra, 2018).

Embora nem sempre resultantes de contagens oficiais, existem dados disponíveis nas plataformas de entidades internacionais que atuam na área de direitos humanos e habitação, como a ONU Habitat, FEANTSA – Fédération Européenne d’Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, Institute of Global Homelessness (IGH) e Homeless World Cup Foundation, instituições que reúnem levantamentos da situação de rua no mundo cruzando fontes diversas, valendo-se de informações publicadas em veículos de imprensa, pesquisas governamentais e não governamentais. Utilizando a base de dados destas entidades internacionais, é possível traçar um panorama da situação de rua em todos os continentes.

Na África do Sul, em 2015, havia 200.000 pessoas sem-teto a morar nas ruas sozinhas, com cerca de 79% da população abaixo da linha da pobreza (Fröhlich, 2019). No Togo, anualmente, surgem 200 novos casos de crianças que vivem nas ruas, sendo o fenômeno dos “meninos de rua” uma realidade crescente em Lomé, capital do país (Harambee África, 2019). Os conflitos armados e as constantes violações dos direitos humanos têm trazido ao continente africano um expressivo aumento de desabrigados, como no caso da Nigéria, havendo histórias de despejos violentos. Só em 2016, mais de 30.000 pessoas foram despejadas das suas casas, com recurso a violência extrema pelas autoridades locais em Lagos, maior cidade da Nigéria (Cunningham, 2017). A ONU Habitat estima que, na Zâmbia, cerca de 70% da população urbana vive em assentamentos informais. Esta realidade é observada em todos os países da África Subsaariana.

Em agosto de 2016, havia 116.427 pessoas sem teto na Austrália (AHURI, 2018). Mesmo com alto índice de desenvolvimento humano, em Israel, pelo menos 610 desabrigados morreram nas ruas nos últimos 15 anos (Yaron, 2018). Os sete maiores centros urbanos do Camboja abrigam cerca de 2.700 adolescentes sem teto, segundo estudo feito com a população entre 13 e 17 anos (Maza, 2017). No Paquistão, estima-se que haja cerca de 20 milhões de pessoas sem moradia adequada (Klasra, 2018). Existem cerca de 4,5 milhões de filipinos desabrigados, com 3 milhões só em Manila, capital das Filipinas, possivelmente o maior número em qualquer cidade do mundo, havendo probabilidade de aumento de ocupações ilegais (Chandran, 2018). Em 2017, o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão registou um número de desabrigados de 4.977, no entanto, a organização sem fins lucrativos de Tóquio, Advocacy and Research Center for Homelessness,

afirma que o número verdadeiro é cerca de 2,5 vezes maior do que a contagem oficial (McKirdy, 2019). Estima-se a existência de 1,8 milhão de desabrigados na Índia, com 52% a viver em áreas urbanas, sendo que 73 milhões de famílias não têm acesso à moradia digna, água e saneamento, tornando-se uma ameaça emergente, como grave problema de saúde pública que constitui (Thiyagarajan *et al.*, 2018).

Na Europa, a situação de rua figura em todo continente, tanto na região ocidental como no leste europeu, alcançando até os países nórdicos que dispõem de sistemas de proteção social que são modelos de inspiração para muitas sociedades em todo o mundo. De acordo com o Ministério Social da Áustria, havia 15.090 pessoas registradas como desabrigadas no país em 2016, cerca de 70% vivem em Viena (FEANTSA, 2017). Embora os dados oficiais estimem 2000 pessoas em situação de rua na Croácia, segundo os cálculos da FEANTSA há aproximadamente 5.000 pessoas desabrigadas no país (Vladislavljevic, 2018). Na República Checa, a estimativa de pessoas que vivem sem casa é de 68.500, números do Ministério do Trabalho e Serviços Sociais do país (FEANTSA, 2017), sendo apontado um quantitativo de quase 200.000 pessoas que sofreram exclusão habitacional.

Sem uma atualização oficial, cerca de 141.500 pessoas estavam desabrigadas na França em 2012, considerando ainda que as estatísticas não alcançam todos os que estão na ilegalidade, pelo receio destes de buscar abrigos públicos (Yaouancq, 2013). Estima-se que 29.000 pessoas estão desabrigadas em Paris e arredores, com uma média de 8.000 dormindo nas ruas da capital francesa (Williamson, 2018). Na Alemanha, contabilizando os refugiados, havia 860.000 desabrigados em 2017, excluindo os refugiados, o número de desabrigados fica entre 335.000 e 420.000 (FEANTSA, 2017). Numa contagem anual, existem mais de 13.000 desabrigados na Dinamarca em 2017, com tendência de aumento (Hus Forbi, 2017). A taxa de desabrigados na Itália vem num processo crescente: em 2016 havia 50.724 moradores de rua, notando-se um aumento de 3000 em relação a 2011 (FEANTSA, 2017). A Noruega é uma das poucas exceções, havendo um decréscimo do número de pessoas sem-teto, de 6259, em 2012, para 3909, em 2016 (FEANTSA, 2017). Os números oficiais da Rússia são contestados, e desde 2010 não foram apresentados novos dados, sendo o número oficial daquele período de 64.000 pessoas sem-teto. Porém, opositores do Governo dizem que pode haver até 5 milhões de desabrigados na Federação Russa (Goble, 2017). Tem havido uma tendência de aumento do número de sem-teto na Inglaterra, apresentando-a entre 2016 e 2017 um aumento de 9% em relação aos números de 2014 e 2015, com 59.110 pessoas consideradas desabrigadas (White, 2018).

Na América do Norte, América Central e Caribe todos os países apresentam situação de rua, desde os mais ricos aos mais pobres. Estima-se que mais de 235.000 canadianos viviam desabrigados em 2016, sendo que 13.000 e 33.000 estão cronicamente desabrigados, com aumento do número de idosos acima de 65 anos (Gaetz *et al.*, 2016). Em 2012, organizações não governamentais estimavam um número de pessoas nas ruas da capital mexicana entre 15.000 e 30.000, sendo que crianças, adolescentes, adultos e idosos utilizam as ruas como espaço de morada e sobrevivência (Godoy, 2012). O Haiti, país com uma pobreza extrema, altamente vulnerável a riscos geofísicos e climáticos recorrentes, com mais de 90% dos habitantes em situação de risco, representa uma tragédia em termos de pessoas desabrigadas (World Bank, 2012). Ainda que a ilha sustente um elevado IDH de acordo com dados oficiais, o último censo populacional de Cuba, que data de 2012, revela que 1108 pessoas viviam nas ruas e 467 delas tinham mais de 60 anos (Matienzo Puerto, 2020). O PIB elevado dos Estados Unidos contrasta com alguns dos piores índices de pobreza no grupo dos países desenvolvidos, com mais de meio milhão de pessoas sem-teto, segundo dados de 2019 do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA (The U.S. Department of Housing and Urban Development – HUD), que aponta que foram localizados nos EUA, durante um dia de contagem realizado durante os últimos 10 dias de janeiro, mais de meio milhão de pessoas sem abrigo, precisamente 567.715 indivíduos, informação constante no Relatório Anual de Avaliação sobre os Sem-Teto apresentado ao Congresso Americano – Annual Homeless Assessment Report (AHAR, 2019).

Na América do Sul, os dados oficiais sobre a situação de rua são escassos, uma vez que muitos países não contabilizam este grupo populacional nos censos demográficos. O número de pessoas em extrema pobreza na capital argentina é de cerca de 198.000 indivíduos, de acordo com dados oficiais de 2018. Um relatório preliminar do segundo censo popular de moradores de rua na cidade de Buenos Aires mostra que em 2019 havia 7.251 pessoas que moravam e dormiam em espaços públicos (Telesur, 2019). No Chile, em 2011, havia 12.255 pessoas a viver em situação de rua, com número mais expressivo para o sexo masculino, 84% (Soto & Stevenson, 2011). A Fundación Gente de la Calle tem atuado desde 1994 no Chile para garantir o acesso à segurança social de pessoas em situação de rua. Na Venezuela, apesar da escassez de dados, a Misión Negra Hipólita, organização criada para atender as pessoas em situação de rua e reintegrá-las na sociedade, em 2011 assistiu 11.542 pessoas e conseguiu a inclusão social de 2380 cidadãos, mas aponta o crescimento do índice de indigência no país (Sarmiento, 2016).

Com uma população média de 210 milhões, estima-se que mais de 50 milhões de brasileiros vivam em condições inadequadas de moradia (Habitat Para a Humanidade Brasil, 2020). Embora não existam pesquisas oficiais periódicas para quantificação das pessoas em situação de rua, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados do Sistema Único de Assistência Social, aponta 101.854 pessoas em situação de rua em 2015 no Brasil (Guerra, 2017). Este número é contestado pelo Movimento Nacional de População de Rua, porque assenta na base de dados do Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico), um cadastro regulamentado pelo Decreto Presidencial n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, que, mesmo sendo um instrumento de inclusão de famílias brasileiras de baixa renda em programas sociais, não alcança todo o universo deste público. Muitas pessoas de rua não estão cadastradas no CadÚnico, seja por carecerem de documentos, seja pelo número insuficiente dos responsáveis pelo registo ou pelo deslocamento constante destes indivíduos num país de dimensões continentais, situação agravada por não haver uma contagem nacional sistematizada deste segmento populacional. Por outro lado, os serviços que atendem a população de rua no Brasil relatam uma explosão no número de indivíduos nesta condição, o que corrobora a necessidade urgente de uma pesquisa censitária nacional que possa subsidiar a execução de políticas públicas. Só em São Paulo, a maior cidade do país, houve um aumento de 53% dos sem-abrigo em quatro anos, contagem de 2019 realizada pela Prefeitura de São Paulo, que apontou que 24.344 pessoas moram nas ruas da cidade (G1 SP & TV Globo São Paulo, 2020).

Entre preconceitos e humanidades

Sob a perspectiva sociológica de Zygmunt Bauman, a liquidez dos tempos modernos transforma o ser humano num produto que pode ser descartado. O excedente de mão de obra não absorvida pelo mercado transforma-se em lixo humano. Para Bauman (2007a), a sociedade contemporânea caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma sólida, visto que as relações, instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e valores mudam antes que tenham tempo de se solidificar. Nesse contexto, as vidas humanas são transformadas em itens de consumo e o ser humano deixa de ser sujeito e passa a ser objeto na relação de mercado. Em seus estudos, o autor identifica a relação de compra e venda que a sociedade mercantil estabelece sobre a capacidade de trabalho das pessoas. O indivíduo que está fora da relação de mercado está fora da sociedade, sem identidade e rosto. “A vida na

sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo” (Bauman, 2007b: 10).

O sociólogo José de Souza Martins afirma que “a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (Martins, 2012: 32). Essa inclusão marginal acentuou-se quando a segurança social foi solapada e o desemprego deixou de ser transitório, para se tornar estrutural, resultante da reestruturação produtiva neoliberal. Neste cenário, surge a invisibilidade social como resultado dos vários tipos de exclusão, pois, “o homem deixa de ser o destinatário direto do desenvolvimento, arrancado do centro da história para dar lugar às coisas, ao capital, o novo destinatário fundamental da vida” (Martins, 2012: 35). Para Martins coexistem duas humanidades, uma que está integrada no que se considera “circuito produtivo”, embora sob condições diferentes, em termos sociais e económicos, formada por ricos e pobres, e outra humanidade, caracterizada como sub-humanidade, que está fora desse circuito, tratada como cidadãos de segunda categoria. Esta visão de “circuito produtivo” pode acentuar uma estigmatização, ao não considerar as atividades produtivas exercidas pelos “sub-humanos”, ainda que na condição de exploração e humilhação, levando-se em conta a existência de sectores mais privilegiados, que não exercem diretamente nenhuma atividade produtiva e se nutrem da força de trabalho dos que estão sob a condição de sub-humanidade.

Ainda que a exclusão social não seja superada na sua totalidade, dada a essência do sistema capitalista, ela passa a ser entendida como a soma da exclusão económica, da exclusão política e da exclusão cultural, assumindo diferentes formas e gradação. Faz-se, pois, necessário perceber a combinação entre exclusão e exploração, sobretudo em países do Sul, em que uma grande parte da economia é movimentada pela informalidade. São denominados excluídos sociais os menos favorecidos, os pobres, mendigos, carentes, ou seja, as pessoas que se encontram em situação de “inutilidade” social, que não acedem ao consumo e aos direitos de “cidadania”. Parte significativa desse grupo de excluídos é invisibilizada, ignorada pelo sistema social, inserindo-se aí a população que mora e vive na e das ruas. Outra parte é necessária ao modo de produção e reprodução do capital, que se alimenta da expropriação da força de trabalho e do excedente de mão de obra (Castel, 1997).

Invisíveis ou indesejáveis, afinal quem são os indivíduos que vivem da e na rua? Forçados a ocupar o limiar, e sem *status* social, a marginalidade social afeta fortemente os indivíduos em situação de rua, porque não fazem a diferença no

jogo das relações mercantis, sendo o excedente descartado até como exército de reserva. As leituras de Castel e Bauman contribuem para respaldar o debate sobre a invisibilidade e marginalização da população em situação de rua, resultante da brutal exclusão social, inerente ao modo de produção capitalista. A exclusão e a invisibilidade social são como faces de uma mesma moeda, cujas nuances podem adquirir formas variadas, a depender da realidade de cada país.

Na tentativa de romper estigmas, a utilização do termo “População em situação de rua” tem sido adotada para substituir expressões preconceituosas e estereotipadas que associam estes indivíduos à vagabundagem, preguiça, “coitadismo” e/ou mendicância, representações construídas histórica e culturalmente. Entre um olhar hostil ou piedoso, estas representações acabam por impossibilitar uma percepção transformadora da condição de viver na rua e deslegitimar a capacidade deste segmento de ser um agente político que luta por direitos. “Observa-se, assim, a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais” (Mattos & Ferreira, 2004: 47). Além dos andarilhos que pernoitam nas ruas, também compõem este grupo populacional os vendedores ambulantes, catadores de resíduos, guardadores de carros, profissionais do sexo e serviços domésticos eventuais, ainda que tenham algum referencial de moradia ou utilizem os abrigos públicos para pernoitar. A situação de rua apresenta-se sob diferentes formas, com indivíduos com realidades e trajetórias diversas, contudo, com carências e necessidades comuns, sendo caracterizados como:

Grupo populacional, heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma vida laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. (Costa, 2005: 3)

Mattos & Ferreira (2004) desmistificam as representações sociais atribuídas a este segmento populacional e apresentam um panorama da caracterização e estereótipos impostos à PSR pela sociedade: pessoa em situação de rua como

vagabunda, como se as oportunidades fossem iguais para todos, e atribuindo responsabilidade ao indivíduo pela sua condição; pessoa em situação de rua como louca, sendo caracterizada como anormal, passando a ser objeto de estranhamento e repulsa; população em situação de rua como perigosa, fazendo a vinculação da pobreza com a violência e a delinquência, sendo o morador de rua visto como “socialmente ameaçador” e “criminoso em potencial”; pessoa em situação de rua como “coitadinha”, ligada a dimensões religiosas que explicam a situação de rua como uma oportunidade de expiação de erros cometidos em vidas passadas, sofrimento que pode levar à salvação pessoal ou ainda à construção da identidade do indivíduo em situação de rua como sendo uma pessoa inferior e digna de pena pelas suas mazelas.

Outros conceitos, como o adotado na Europa, *homelessness*, abrange um público mais amplo, contemplando não só os moradores de rua, mas também aqueles que vivem em habitações precárias, superlotadas, ameaçadas por desastres naturais ou incêndios, em vias de despejo por atraso de aluguer, entre outras situações de vulnerabilidade. Reduzir a situação de rua a uma questão habitacional desconsidera a complexidade deste fenómeno. Embora a demanda por moradia seja uma prioridade, deve ser acompanhada de outros contributos sociais a serem observados quando se trata das pessoas que passam a viver na e das ruas.

Pesquisa realizada por Felipa Lourenço Menezes com população em situação de rua (*homelessness*) de três cidades europeias – Lisboa, Paris e Londres – apresenta uma realidade heterogênea quanto ao perfil dos indivíduos entrevistados: cidadãos nacionais e migrantes, desempregados e com profissões, com formação básica e superior, com predominância de indivíduos do sexo masculino e idade entre 30 e 60 anos (Menezes, 2008). Neste estudo, foram entrevistados 54 indivíduos, revelando-se uma multiplicidade de causas que provocou a situação de rua, passando por trajetórias de vida com vários determinantes, como desemprego, rutura de laços familiares, migração, dependência de álcool e outras drogas, problemas mentais e doenças físicas.

Além da exclusão do sistema produtivo, outras subjetividades emergem, como a ausência de pertença social e a falta de autoestima. Mesmo os que têm acesso à moradia, a situação de rua persiste, por conta da rutura de vínculos comunitários e familiares, que cria barreiras à permanência nos locais de residência, somando-se as dificuldades de manutenção de um lar e de suprimento das suas necessidades básicas, dificuldade de adaptação laboral, ausência de referenciais de uma vida sob controlo social. A situação de rua revela indivíduos com graus diferenciados de

vulnerabilidade e risco, que variam desde a necessidade de habitação até à perda de identidade social. Mais que um problema habitacional, esta é uma questão resultante de uma escala máxima de degradação social.

As abordagens atuais salientam a necessidade de contemplar a diversidade e complexidade do fenómeno de *homelessness* através do desenvolvimento de um quadro compreensivo dos principais grupos que constituem a população sem-abrigo. A título de exemplo, há perspetivas que salientam que a população sem-abrigo é socialmente estratificada segundo um sistema de méritos e/ou a complexidade dos seus problemas e tipos de assistência pública recebida. Neste contexto, no topo da pirâmide estão aqueles que têm necessidade de habitação, e na base estão os que acumulam problemas como a toxicodependência e a imigração ilegal (Meneses, 2008: 8).

Sobre o défice de habitação, este é um problema estrutural, que tem origem na Revolução Industrial e se aprofunda com a expansão capitalista e as migrações do campo para os grandes centros urbanos. O aumento populacional e a carência de moradia têm sido discutidos em diversos fóruns nacionais e internacionais, sendo o direito à moradia considerado um direito social e reconhecido nas Constituições de muitos países, entre eles o Brasil, porém, não efetivado. Associado às dinâmicas de capitalismo agressivo e desregulado que hoje caracterizam o mercado habitacional do centro das cidades, cabe assinalar o processo de gentrificação, muito afetado por lógicas de concentração de capitais, especulação imobiliária, *turistificação*. Estes processos têm levado ao despejo de muitos dos antigos moradores do centro e a uma inflação dos custos da habitação, muito acima do aumento dos rendimentos dos trabalhadores e das prestações sociais. Também a proliferação do arrendamento, a par da precariedade do trabalho, faz com que muitos trabalhadores fiquem, de um mês para outro, sem condições para assegurar os custos da habitação e em risco de despejo.

O processo de gentrificação é observado no mundo inteiro. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) denuncia que a população em situação de rua é expulsa dos centros urbanos sob práticas higienistas que promovem a “organização” da cidade, através da recuperação de áreas degradadas para valorização imobiliária. As pessoas que vivem na e das ruas tem dinâmicas de sobrevivência ligadas aos centros urbanos, ao serem afastadas da região central, a sua vulnerabilidade é agravada. “Há um padrão nacional das grandes capitais: os centros são negligenciados e posteriormente passam por um processo de requalificação que não atende a questão das moradias” (Araújo, 2016).

Com a fragilização dos suportes de sociabilidade no atual cenário sociopolítico do Brasil, resta à população de rua a negligência do poder público, a omissão do mercado e a indiferença ou repulsa de parte da sociedade. Dependente da caridade religiosa ou de políticas residuais ou hostis, sobra ao povo de rua viver de esmolas ou desenvolver a solidariedade mútua, autoprotegendo-se e organizando-se para reivindicar direitos sociais e humanos. Empurrados para uma condição de vulnerabilidade e risco social, a permanência na rua, na qual a sobrevivência é o sentido diário de vida, as situações variam entre os que ficam na rua por uma questão circunstancial e temporária e os que estão na rua de forma mais perene.

A circulação desse contingente populacional pelas ruas dos principais centros urbanos incomoda sobremaneira a população “incluída”. No mundo dominado pelo medo e a insegurança, a população em situação de rua é considerada uma “classe perigosa” por grande parte da população, que adota uma atitude defensiva e busca a blindagem do contacto com este segmento populacional, seja pelo receio de ser agredida, seja pela repulsa da sua condição, seja pela fobia de se ver na mesma situação (Bauman, 2007a). Para além do medo, há o desejo de distanciamento e mesmo de eliminação deste segmento, observado nas medidas segregadoras e no extermínio de moradores de rua.

Analisando a realidade brasileira, o sociólogo Jesse Souza denuncia a formação de uma “[...] ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (Souza, 2003: 122). Sobre o processo de modernização capitalista do Brasil, a exemplo de outros países periféricos, observa-se “a construção social da subcidadania”, na qual os processos de exclusão foram naturalizados, havendo uma convivência pacífica com a desigualdade social. Essa dura crítica ao pensamento excludente predominante no país justifica-se pela aceitação e legitimação da brutal desigualdade social. A indiferença em face da perversa realidade dos “sobrantes” e o desinteresse em compreender historicamente esta classe destituída de direitos e privilégios, “percebida apenas como ‘conjuntos de indivíduos’, carentes ou perigosos” (Souza, 2009: 25), revela a perversidade do comportamento médio da sociedade brasileira.

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isto não é culpa apenas de governos. “São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de

debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los” (Souza, 2009: 24).

Em relação ao tratamento dado ao que chama de “subgente”, Jesse Souza alerta que quanto mais se aprofunda a desigualdade e o dismantelamento da proteção social, mais se desumaniza a miséria, ficando a “ralé” mais exposta à indiferença da sociedade. Nos países centrais, o nível de exclusão e deslegitimação dos direitos humanos, ainda que exista, não se compara a dos países periféricos. “As polícias francesa ou alemã também não podem chegar atirando e matando impunemente, mesmo nos bairros pobres dos imigrantes em Paris ou Berlim, como acontecem todos os dias em todas as grandes cidades brasileiras” (Souza, 2009: 402). Ainda que sociedades modernas centrais apresentem desigualdade e exclusão, os índices das sociedades periféricas são infinitamente superiores e as possibilidades de mobilidade social praticamente não existem, promovendo um ciclo contínuo de pobreza, que se reproduz entre as gerações.

Na obra de Jessé Souza (2009), é retratada uma “gente que não importa”, diariamente varrida dos centros urbanos de todos os países, banida dos espaços públicos, seja de forma violenta ou sutil. Além disso, os indivíduos são culpabilizados pela sua marginalidade e pobreza, considerados preguiçosos e indolentes. Destituída da sua condição humana, a “ralé” brasileira não conta com a empatia de parte da sociedade que não a considera como igual. Então, a morte violenta de um morador de rua não gera a mesma comoção que o assassinato de uma criança ou jovem de classe média, nem ocupa espaço nos noticiários dos programas de televisão. Quando muito, aparece relacionada com a criminalidade. Nem há investigação sobre as mortes da população de rua, porque tão-pouco se reconhece a existência de um crime. Como o polícia que mata covardemente um negro pobre ou o playboy que atropela um menino de rua, “Ele é inocentado porque ele não matou, na verdade, um ‘ser humano’, mas sim alguma coisa abaixo do humano, como um cão ou uma galinha, e ninguém vai preso por matar uma galinha” (Souza, 2009: 409).

Resistência e sobrevivência

Ainda sobre a violência praticada contra a população em situação de rua, observa-se o processo de higienização dos centros urbanos, com ações de despejo que acontecem em muitas capitais, de que é exemplo São Paulo, a maior cidade brasileira, onde essas ações se tornaram constantes e cada vez mais violentas, com a expulsão dos moradores de rua e o sequestro dos seus pertences. Segundo

matéria jornalística da Rede Brasil Atual (RBA, 2017), estes indivíduos sentem-se “refugiados em seu próprio país”, sendo as violações denunciadas pelos ativistas de direitos humanos, como o caso do “despejo dos despejados”, pessoas expulsas das ruas, sendo impedidas de permanecer nos espaços públicos, último lugar que lhes restou.

Mesmo morando em prédios abandonados ou nos espaços da rua, constantemente estes indivíduos e famílias são expulsos por ações judiciais de despejo, geralmente acompanhadas por uma ação violenta e de violação dos direitos humanos. Esta violência de Estado procura legitimar-se pela criminalização deste segmento populacional, através do recolhimento e destruição de pertences e prisões indevidas. O Tribunal Internacional de Despejos (International Tribunal on Evictions – ITE) faz um alerta sobre as ações de despejo que se tornaram cada vez mais frequentes em todo mundo.

Segundo o INRva – Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua, o principal resultado das ações de despejo é a reconfiguração dos arranjos de organização de pessoas em situação de rua nos centros das cidades, que se veem obrigadas a modificar as suas rotinas e estratégias de sobrevivência.

As pessoas se veem forçadas a circular entre diversas praças e bairros, inflando espaços já ocupados por outros indivíduos ou grupos, o que acarreta a sensação de crescimento do número de pessoas nas ruas, tanto quanto leva a diversos conflitos em torno de disputas por território e víveres que se tornam cada vez mais escassos devido ao crescimento numérico de pessoas no mesmo espaço. Tal reconfiguração produz desentendimentos e, por vezes, conflitos que chegam às vias de fato e até mesmo à morte. (Monteiro Filho, 2018, s.p.)

Tendo como objetivo julgar casos reais de despejos forçados que constituem uma grave violação dos direitos humanos e evitar esses despejos em todo o mundo, foi criado o ITE, um tribunal popular e de opinião sob a iniciativa da Aliança Internacional de Habitantes e de organizações da sociedade civil, fundado no Fórum Social Mundial e na Assembleia Mundial de Habitantes, em Dakar, no ano de 2011. O ITE tornou-se uma ferramenta poderosa da Campanha Despejos Zero e baseia-se na *expertise* de um júri de indivíduos competentes com reconhecida atuação no direito internacional. Desde que foi criado, a cada ano o ITE recebe casos de despejo provenientes de países de todo o mundo, tendo dificuldade em selecionar os casos para julgamento diante da gravidade das situações apresentadas.

Ao serem forçados a abandonar os bairros e cidades em que vivem, os sujeitos desterritorializados vão ocupando novos espaços e organizando formas de resistência fora da lógica do mercado imobiliário, com programas habitacionais que contrariam a urbanização excludente. Além de programas de habitação popular com a construção de moradias a baixo custo, existem soluções testadas, como os modelos de *Housing Led* adotados em países europeus, com a ideia de habitação apoiada e o modelo *Housing First* desenvolvido nos Estados Unidos, com foco no acesso imediato à habitação (Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2013). O objetivo final do *Housing Led* é garantir o acesso a uma habitação, passando por vários estágios de inserção social, onde os sem-abrigo vão passar por alojamentos transitórios até chegar a uma moradia própria. O *Housing First* tem objetivo imediato de inserção dos sem-abrigo em habitações e posteriormente são oferecidos os suportes necessários para a sua permanência. Além dos problemas operacionais e da ausência de investimentos financeiros, ambos os modelos enfrentam resistência de uma parcela da sociedade que não concorda com a “premiação” dos “maus pobres”.

Quando a emergência social atinge largas camadas da população, surge com facilidade uma representação social que conduz à divisão entre os “bons pobres” (aqueles que trabalhavam e se esforçavam e que por terem perdido o emprego se encontram em grandes dificuldades) e os “maus pobres” (aqueles que se encontram na situação de carência por sua inteira responsabilidade não merecendo o mesmo tipo de atenção por parte do Estado do que os que se esforçam). (Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2013: 129)

No atual cenário da pandemia da COVID 19, a recomendação para que as pessoas fiquem em casa não fez o menor sentido para a população em situação de rua. No Brasil iniciou-se uma campanha com o slogan “Ficar em qual casa?”, uma iniciativa de coletivos que agem nas ruas e do movimento Na Rua Somos Um, para que o poder público garanta proteção social com abrigo e alimento para este segmento. Algumas cidades usaram a rede hoteleira para fornecer abrigo aos moradores de rua, outras fizeram parcerias entre órgãos públicos de assistência social e entidades filantrópicas para esse fim. Contudo, estas iniciativas não alcançam toda a demanda dos que vivem nas ruas e nem todas as cidades adotaram soluções efetivas para o problema. Com o avanço da pandemia, a população em situação de rua sofre mais um risco social e sanitário, agudizando a sua vulnerabilidade.

As medidas mais frequentes para enfrentamento da pandemia nas cidades brasileiras foram a adaptação dos pontos de acolhimento já existentes, a instalação de abrigos temporários destinados ao acolhimento da PSR, a angariação e distribuição de itens de higienização e alimentação, a instalação de pias em locais públicos e aluguer de quartos de hotel. Com cerca de 24 mil pessoas em situação de rua, de acordo com o levantamento censitário de 2019, sendo 7 mil vivendo ao relento, a prefeitura de São Paulo não conseguiu viabilizar o contrato com a rede hoteleira, nem adotar outras formas de acolhimento, levando ativistas sociais e a Pastoral do Povo da Rua a buscar caminhos alternativos (Lucena, 2020). Estas medidas compensatórias denotam a ausência de políticas estruturantes voltadas para este segmento populacional.

O combate à pandemia é difícil tanto para os que fazem da rua como local de moradia, como também para os que vivem sob condições de moradia insegura, uma situação que não está circunscrita ao Brasil. A ONU-Habitat, agência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, faz um alerta mundial sobre a necessidade de uma frente de batalha contra a pandemia nas favelas de todo mundo. “Existem 1 bilhão de pessoas vivendo em assentamentos informais no mundo. Fontes inseguras de água corrente, falta de sabão e de álcool gel geram dificuldades para a lavagem frequente de mãos” (ONU, 2020). Aplicar as medidas de prevenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde neste cenário é um desafio, com o agravante de que as condições precárias de habitação favorecem a aglomeração de pessoas e uma vez que grande parte do sustento dessas famílias vem de atividades informais exercidas na rua, como no caso de catadores de recicláveis, vendedores ambulantes e guardadores de carro.

Considerações finais

Do espaço marginal para o centro das cidades, esta população humilhada não é de facto invisível, mas parece ser. Não são contabilizadas regularmente nos censos demográficos, nem consideradas como prioridade das políticas públicas, sendo alcançadas sobretudo por ações assistencialistas descontinuadas e sem reconhecimento enquanto pessoas sociais. Disto decorre a sua invisibilidade. Nas grandes capitais do mundo é difícil não se deparar com pessoas a viver nas ruas, misturadas com o lixo urbano, compondo uma feia paisagem destas cidades que parte da população não quer enxergar. Perante a crise civilizacional, ambiental, sanitária e económica,

a presença “incômoda e ameaçadora” desses indivíduos torna-se o retrato de uma globalização marcada pela desigualdade.

De acordo com Santos (2008), a globalização econômico-financeira não se traduziu na globalização dos direitos humanos. Ainda estamos distantes da construção de uma cidadania global com uma nova humanidade determinada a construir uma comunidade universal em que todos os seres humanos se sintam membros do planeta Terra, que nos foi dado para viver e cuidar. Na esteira da globalização mercantil, perde-se o ideário de uma comunhão universal presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e todas as cartas constitucionais que nela se inspiraram. A formação de uma democracia social mundial foi substituída pela democracia de mercado. A internacionalização da economia oprime os países periféricos e semiperiféricos, desmonta projetos nacionais e destrói sistemas de segurança social. Mercados financeiros “planetarizados” sufocam as economias locais e criam uma massa de pessoas descartáveis sem direito à proteção social.

Parte da população “incluída” ignora a existência da população em situação de rua ou rejeita a ideia de que se trata de seres humanos iguais, que precisam de ser alcançados pelas políticas de saúde, educação, moradia, emprego e renda que lhes confira o estatuto de cidadãos, sujeitos de direitos e merecedores do usufruto aos bens e serviços produzidos pela humanidade. Urge construir um movimento contra-hegemônico global que rompa o estigma da inutilidade destas pessoas. Denunciar esta condição de sub-humanidade e exclusão social é uma forma de resistir e atravessar a barreira da invisibilidade social. Esta comunicação propõe-se a reflexão sobre a necessidade de romper com os preconceitos que aprisionam os indivíduos que foram condenados à marginalidade, expropriados da sua condição humana.

Resgatar a esperança daqueles cuja utopia foi destruída é tarefa de todos os que buscam transformar o mundo para garantir uma vida com dignidade para todos. Investir na construção de uma nova ordem mundial é condição imprescindível para o futuro da humanidade. A miséria compromete o pacto civilizacional global e ameaça a paz e a sobrevivência planetária. Não por acaso, a Organização das Nações Unidas definiu como objetivo n.º 1 da Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (ODS/ONU).

A prática da solidariedade humana em tempos onde reina o individualismo e a indiferença cria a possibilidade de construção da emancipação social dos povos oprimidos pelo processo de globalização negativa e colonial que os colocou à margem da sociedade. Onde o improvável desafia, situa-se a emergência dos mo-

vimentos sociais de segmentos que foram silenciados, reiventando a emancipação dos excluídos, ressignificando o sentido da sua luta. Para reconhecer é preciso conhecer. Esta é uma tentativa de dar visibilidade às pessoas em situação de rua e de as restituir à sua condição de sujeitos da história.

Este debate não se esgota na denúncia da marginalização à qual está submetida a população em situação de rua, como também não contempla todos os aspectos subjacentes. É preciso entender a situação de rua como fenômeno global e as suas diversas expressões associadas aos diferentes países, cidades e regiões. Ou seja, reconhecer que o capitalismo global contribui para o surgimento de pessoas em situação de rua em cidades de todo o mundo não significa dizer que a experiência de viver na rua, as estratégias de resistência construídas, bem como as políticas estatais e o envolvimento da sociedade civil, sejam iguais nas diferentes regiões do mundo.

Há outras questões sobre este segmento populacional que necessitam de ser aprofundadas. A relação entre desigualdade social e vulnerabilidade que agudiza diante da crise sanitária mundial, os espaços públicos não partilhados, com as suas arquiteturas hostis, as múltiplas subjetividades que dialogam com este fenômeno e, outro viés que parece mais desafiador, conhecer a potência da resistência e organização que estão a ser construídas pelo povo de rua. A insurgência do ser contra a sua condição social invisível. Estas e outras questões precisam de ser investigadas no campo das ciências sociais e das humanidades e suscitam novos e instigantes estudos.

Bibliografia

- AHAR (2019). *The 2019 Annual Homeless Assessment Report to Congress*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://files.hudexchange.info/resources/documents/2019-AHAR-Part-1.pdf>
- AHURI (2018). How has homelessness changed between 2011-2016? Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.ahuri.edu.au/research/brief/how-has-homelessness-changed-between-2011-2016>.
- Araújo, L. (2016, 22 de junho). Frio, déficit de moradia e gentrificação contribuem para mortes de moradores de rua. *Brasil de Fato*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/22/o-frio-sozinho-nao-mata-ninguem-em-sao-paulo>.
- Bauman, Z. (2007a). *Tempos Líquidos*. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bauman, Z. (2007b). *Vida Líquida*. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Castel, R. (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*, 10 (26-27), 19-40. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>.
- Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Chandran, R. (2018, 28 de março). Manila’s homeless set to move into more empty homes if official handover delayed. *Reuters*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.reuters.com/article/us-philippines-landrights-lawmaking/manilas-homeless-set-to-move-into-more-empty-homes-if-official-handover-delayed-idUSKBN1H41L7>.
- Costa, F. B. (2004). *Homens Invisíveis: Relatos de Uma Humilhação Social*. São Paulo: Globo.
- Costa, A. P. M. (2005). População em situação de rua: Contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4 (1), 1-15. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993>.
- Cunha, J. V. Q. & Rodrigues, M. (Orgs.) (2009). *Rua: Aprendendo a Contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acedido a 22 de outubro de 2020, em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.
- Cunningham, A. (2017, 19 de novembro). Violent evictions, homelessness are the cost of Lagos, Nigeria’s megacity. *CBC*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.cbc.ca/news/world/lagos-nigeria-megacity-1.4409032>.
- European Commission (2013). *Social Investment Package – Confronting Homelessness in the European Union. Commission Staff Working Document*. Brussels: European Economic and Social Committee. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013SC0042&from=EN>.
- Farha, L. (2019). *Guidelines for the Implementation of the Right to Adequate Housing. Report of the Special Rapporteur on Adequate Housing as a Component of the Right to An Adequate Standard of Living, and on the Right to Nondiscrimination in This Context*. Geneva: Office of the High Commissioner of United Nations for Human Rights. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.undocs.org/A/HRC/43/43>.
- FEANTSA (2017). *Homelessness Monitoring in Europe*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.feantsa.org/download/2017-updates6135680558050588840.pdf>.
- Fröhlich, S. (2019, 26 de abril). South Africa: From the ashes of apartheid. *Deutsche Welle*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.dw.com/en/south-africa-from-the-ashes-of-apartheid/a-48462055>.
- G1 SP & TV Globo São Paulo (2020, 30 de janeiro). População de rua na cidade de SP aumenta 53% em 4 anos e chega a 24 mil pessoas. *Portal Globo São Paulo*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-chega-a-mais-de-24-mil-pessoas-maior-numero-desde-2009.ghtml>.
- Gaetz, S. et al. (Orgs.) (2016). *The State of Homelessness in Canada 2016*. Toronto: Canadian Observatory on Homelessness Press. Acedido a 22 de outubro de 2020, em https://www.homelesshub.ca/sites/default/files/attachments/SOHC16_final_20Oct2016.pdf.

- Goble, P. (2017, 8 de julho). Russia has as many as 5 million homeless, not the 64,000 Rosstat reports. *Euromaidan Press*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <http://euromaidanpress.com/2017/07/08/russia-has-as-many-as-5-million-homeless-not-the-64000-rosstat-reports-euromaidan-press/>.
- Godoy, E. (2012, 1 de novembro). Mexico's homeless are targets of "social cleansing". *Inter Press Service News Agency*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <http://www.ipsnews.net/2012/11/mexicos-homeless-are-targets-of-social-cleansing/>.
- Guerra, A. (2017, 30 de maio). Pesquisa estima que 101.854 pessoas vivem em situação de rua no Brasil. *Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://fpabramo.org.br/2017/05/30/pesquisa-estima-que-101-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-no-brasil/>.
- Habitat Para a Humanidade Brasil (2020). *Relatório Anual*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://habitatbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/05/relatorio-anual-2020.pdf>.
- Harambee Africa (2019). Social reintegration of homeless children – Lomé, Togo. *Harambee*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.harambee-africa.org/en/progetti/social-reintegration-of-homeless-children-lome-togo>.
- Honneth, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. Trad. L. Repa. São Paulo: Editora 34 Ltda.
- Honneth, A. (2011). *La Sociedad del Desprecio*. Ed. e trad. F. J. Hernández e B. Herzog. Madrid: Editorial Trotta.
- Hus Forbi (2017). Hvad er en hjemløs. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://husforbi.dk/undervisning/hvad-er-en-hjemloes/>.
- Klasra, K. (2018, 13 novembro). "Shelter homes": Understanding Imran Khan's initiative for Pakistan's homeless. *Al Arabiya News*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://english.alarabiya.net/features/2018/11/13/-Shelter-homes-Understanding-Imran-Khan-s-initiative-for-Pakistan-s-homeless>.
- Lucena, L. (2020, 7 de junho). Entenda por que São Paulo não liberou nenhuma vaga em hotel para a população de rua. *Esquinas. Revista Digital – Laboratório da Faculdade Casper Líbero*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/movimentos-sociais/nenhuma-vaga-em-hotel-para-a-populacao-de-rua/>.
- Martins, J. S. (2002). *A Sociedade Vista do Abismo. Novos Estudos Sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Martins, J. S. (2012). *Exclusão Social e Nova Desigualdade* (5.ª ed.). São Paulo: Ed. Paulus.
- Matienzo Puerto, M. (2020, 14 de abril). Ser indigente en Cuba en tiempos de coronavirus. *CubaNet*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.cubanel.org/destacados/ser-indigente-en-cuba-en-tiempos-de-coronavirus/>.
- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que eles (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, 16 (2), 47-58. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://pdfs.semanticscholar.org/8418/fed91490265e51adeaf575b-7f6e76e91bb28.pdf>.

- Maza, C. (2017, 7 de fevereiro). Survey counts homeless youth. *The Phnom Penh Post*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.phnompenhpost.com/national/survey-counts-homeless-youth>.
- Mckirdy, A. (2019). “No one wants to be homeless”: A glimpse at life on the streets of Tokyo. *The Japan Times*, 2 de março. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/03/02/national/social-issues/no-one-wants-homeless-glimpse-life-streets-tokyo/>.
- Menezes, F. L. (2008). *Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais: O Caso dos Sem-Abrigo em Paris, Lisboa e Londres*. Dissertação de Doutoramento, ISCTE – Universidade de Lisboa, Portugal. Acedido a 22 de outubro de 2020, em [www.<http://hdl.handle.net/10071/2369>](http://hdl.handle.net/10071/2369).
- Monteiro Filho, L. J. (2018). Despejar os despejados: Reordenamento urbano e higienismo social contra pessoas em situação de rua. *International Tribunal of Evictions*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em [https://por.tribunal-evictions.org/tribunal_internacional_dos_despejos/tribunal_internacional_de_despejos_-_sessao_sobre_o_turismo_-_28-30_setembro_de_2017/\(language\)/eng-GB](https://por.tribunal-evictions.org/tribunal_internacional_dos_despejos/tribunal_internacional_de_despejos_-_sessao_sobre_o_turismo_-_28-30_setembro_de_2017/(language)/eng-GB).
- ONU (2015). *Relatório da Relatora Especial sobre Moradia Adequada como Componente do Direito a Um Padrão de Vida Adequado e sobre o Direito a Não-Discriminação neste Contexto*. Geneva: Office of the High Commissioner of United Nations for Human Rights. Acedido a 22 de outubro de 2020, em https://terradedireitos.org.br/wp-Relatório_População-em-situação-de-rua.pdf.
- ONU (2020). ONU-Habitat: Favelas e comunidades são próxima frente de batalha contra coronavírus. *ONU News*, 10 de maio. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1713052>.
- ONU HABITAT (2005). *Financing Urban Shelter. Global Report on Human Settlements 2005*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/GRHS2005.pdf>.
- RBA (2017, 8 de fevereiro). Política higienista de Dória faz população de rua se sentir “refugiada no próprio país”. *Rede Brasil Atual – Revista Eletrônica*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/02/politica-higienista-de-doria-faz-populacao-de-rua-se-sentir-como-refugiados/>.
- Ricoeur, P. (2004) *Parcours de la Reconnaissance. Trois Études*. Paris: Folio.
- Santos, M. (2008). *Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal* (15.ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Sarmiento, M. (2016, 1 de dezembro). Crece el número de familias en situación de calle. *Crónica Uno*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://cronica.uno/crece-numero-familias-vive-calles/>.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013). *Diálogos sobre a População em Situação de Rua no Brasil e na Europa: Experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Brasília: SDH.
- Senra, R. (2018, 21 de novembro). Skid Row: Como a maior cracolândia dos EUA se mantém há décadas “nos fundos” de Hollywood. *BBC News Brasil*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46256850>.

- Snow, D. A. & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: Um Estudo sobre o Povo da Rua*. Petrópolis: Vozes.
- Soto, K. & Stevenson, A. (2011). *En Chile Todos Contamos. Segundo Catastro Nacional de Personas en Situación de Calle*. Santiago: Ministerio de Desarrollo Social. Subsecretaría de Evaluación Social. Acedido a 22 de outubro de 2020, em http://www.nochedigna.cl/wp-content/uploads/2017/03/En_Chile_Todos_Contamos_baja.pdf.
- Souza, J. (2003). *A Construção Social da Subcidadania: Para Uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Souza, J. (Org.) (2006). *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Souza, J. (2009). *A Ralé Brasileira: Quem É e como Vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>.
- Telesur (2019, 8 de julho). Más de 7 mil personas están en situación de calle en Argentina. *TelesurTV.net*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.telesurtv.net/news/censo-personas-situacion-calle-argentina-20190708-0014.html>.
- Thiyagarajan, A. et al. (2018). Homelessness: An emerging threat. *International Journal of Healthcare Education & Medical Informatics*, 5 (2), 18-20. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://ighhub.org/resource/homelessness-emerging-threat>.
- Vladislavljevic, A. (2018, 28 de agosto). A former homeless Croat is now conducting “anti-tours” of the capital, Zagreb, where people can learn a lot about this hidden phenomenon. *Balkan Insight*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://balkaninsight.com/2018/08/28/novel-tour-reveals-secret-life-of-croatia-s-homeless-08-24-2018/>.
- White, R. (2018, abril). Shelter briefing: General debate on housing. *Shelter*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em https://england.shelter.org.uk/_data/assets/pdf_file/0008/1715840/Briefing_General_Debate_on_Housing_.pdf.
- Williamson, L. (2018, 29 de janeiro). Homeless in Paris: Is there a solution?. *BBC News*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.bbc.com/news/world-europe-42831785>.
- World Bank (2012). The World Bank In Haiti. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>.
- Yaouancq, F. et al. (2013). L'hébergement des sans-domicile en 2012: Des modes d'hébergement différents selon les situations familiales. *INSEE Première*, 1455, 1-4. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1281324>.
- Yaron, L. (2018, 23 de novembro). Hundreds of homeless israelis died on the street in last 15 years, study says. *Haaretz*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-hundreds-of-homeless-israelis-died-on-the-street-in-last-15-years-study-says-1.6679288>.

A dimensão cultural da globalização

The cultural dimension of globalization

Ana Catarina Mesquita¹

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG / catmesquita@gmail.com / ORCID | 0000-0003-2596-4204
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_8

Resumo: O presente trabalho pretende debruçar-se sobre a dimensão cultural da globalização, analisando a distinção entre global e local, cultura erudita e cultura popular, destacando a amplitude transnacional e transcultural do fenómeno da globalização. Desta forma, após uma breve introdução, analisa-se a oposição global/local e a cultura popular *versus* cultura erudita, no contexto da globalização. Paralelamente, são explorados os conceitos de homogeneização, heterogeneização, glocalização, polarização e hibridismo cultural, seguindo-se uma conclusão. A dimensão cultural da globalização é inquestionável e pode afirmar-se até que, para além das coordenadas materiais, o fator cultural pode ser considerado fundamental para o desenvolvimento de um povo. A globalização que caracteriza a segunda metade do século XX e o século XXI conduz a uma maior consciência da identidade cultural, uma vez que, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, as pessoas estão mais próximas do que nunca em termos de comunicação e de acesso ao conhecimento. Desta forma, esbatem-se as fronteiras entre culturas, mas, simultaneamente, amplia-se a noção de que as diferenças entre povos não mais os separam, mas aproximam, pelo conhecimento que pode ser adquirido através das interações sociais.

Palavras-chave: globalização; cultura; identidade; glocalização; hibridismo; polarização

Abstract: The present work intends to focus on the cultural dimension of globalization, analyzing the distinction between global and local, erudite culture and popular culture, highlighting the transnational and transcultural scope of the phenomenon of globalization. Thus, after a brief introduction, the global / local opposition and popular culture *versus* erudite culture are analyzed, in the context of globalization. In parallel, the concepts of homogenization, heterogenization, glocalization, polarization and cultural hybridity are explored, following a conclusion. The cultural dimension of globalization is unquestionable and it can even be said that, in addition to the material coordinates, the cultural factor can be considered fundamental for the development of a people. The globalization that characterizes the second half of the 20th century and the 21st century leads to a greater awareness of cultural identity, since, with the development of science and technology, people are closer than ever in terms of communication and access to knowledge. In this way, the boundaries between cultures are blurred, but, at the same time, there is the recognition that differences no longer separate them, but rather bring them together, through knowledge that can be acquired through social interactions.

Keywords: globalization; culture; identity; glocalization; hybridity; polarization

¹ Doutoranda em Estudos Globais na Universidade Aberta.

Introdução

A sociedade globalizada do mundo contemporâneo é caracterizada por uma amplitude transnacional e transcultural do contexto social, possível graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massas. Já Appadurai (2004: 78) refere que “Mais pessoas em todo o mundo veem as suas vidas pelo prisma das vidas possíveis, oferecidas pelos meios de comunicação de massas sob todas as suas formas”. Na verdade, o objetivo central deste trabalho prende-se com o reconhecimento da importância da cultura na formação do ser humano e da riqueza das inúmeras culturas que proliferam em todo o globo. Desta forma, seria de se esperar não uma sobreposição de culturas, mas uma valorização de cada uma delas, que conduzisse a uma aprendizagem global. Deste modo, a cultura que subjaz a um determinado povo atravessa fronteiras, alcançando outros indivíduos e neles deixando, também, a sua marca. Efetivamente, no mundo global, desenvolveram-se tendências transnacionais, que introduzem novas formas de dinamização das identidades culturais nacionais/locais, mediadas pela comunicação social, e conduzindo às chamadas translocalidades.

O facto é que o fator cultural sobressai como essencial a um povo, revelando a sua história, património e características essenciais, que o diferenciam de outros povos e que contribuem para a sua construção como seres humanos. Não obstante, as diferenças entre culturas podem ser também um fator de aproximação, pela aprendizagem conjunta que o contacto global possibilita. Como consequência, podemos considerar a existência de várias culturas singulares que, no seu todo, constituem a cultura do mundo moderno, onde o todo é muito mais que a mera soma das partes. Por isso, Tomlinson (2002: 9) afirma: “[...] globalization lies at the center of modern culture and in the center of globalization there are cultural practices (meaning that all other forms of globalization can be addressed by using the conceptual vocabulary of culture only), and these, in turn, change the very texture of cultural experience”.

Para Thompson (1995: 176), a “cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos se comunicam entre si e partilham as suas experiências, concepções e crenças. Na forma como é usado no mundo moderno, o conceito de cultura adquiriu as principais características do seu significado no século XIX, tendo evoluído ao longo do século XX, passando a incluir vários elementos, como, de acordo com Thornton (1988: 22), conhecimento,

crenças, arte, moral, lei, costumes, entre outros. A cultura também pode ser definida de acordo com os objetivos pretendidos. Tiedt & Tiedt (1989: 3) descrevem o amplo conceito de cultura como um sistema complexo e integrado de crenças e comportamentos que podem ser racionais e não racionais. Raymond Williams, na obra *Palavras Chaves: Um Vocabulário de Cultura e Sociedade* (2007), e Denys Cucho, no livro *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais* (2002), assinalam que os séculos XVIII e XIX constituíram o período em que o uso do termo “cultura” foi consolidado nos contextos artístico e intelectual. Dentro deste contexto, Huyssen (1992) chama a atenção para um facto importante:

The cultural dimensions of globalization and their relation to the whole history of modernity remain poorly understood, often for the simple reason that “real” or “authentic” culture (especially if framed in an anthropological or post-Herderian context) is seen as that which is subjectively shared by a given community and therefore local, whereas only economic processes and technological change are perceived as universal and global.

A cultura mantém-se bastante identificada com características locais, ficando a sua abrangência muito aquém do que seria expectável, em comparação com a evolução económica ou com as mudanças tecnológicas, muito mais entendidas, não só na sua vertente local, como também global. Assim, haverá muitas culturas que são subvalorizadas globalmente, devido ao seu menor poder económico à escala planetária. Rubim (2007) considera que a cultura é fundamental para o desenvolvimento de um país. De facto, não apenas a vertente económica, mas também a cultural eleva uma nação, uma vez que cada povo é constituído por seres humanos diversos, e essa diversidade cultural deve ser preservada, entendida e até promovida, enaltecendo-se valores como o respeito pela igualdade e tolerância perante a diferença, olhando-a não com estranheza. No fundo, ainda que a análise crítica de outra cultura possa levar a uma maior ou menor identificação com a mesma, o respeito perante as características de um povo deve ser sempre um dado adquirido.

De acordo com Appadurai (1996), a cultura pode ser analisada com base em três dimensões. Na primeira, os indivíduos relacionam-se com a natureza e a vida, produzindo e usando bens, e trocando-os. A segunda refere-se a símbolos e rituais que ajudam os humanos a estruturarem relações sociais, construindo o sentido de comunidade. A terceira reflete a busca pelo significado máximo, que oferece objetivos e motivações. Paralelamente, Ahmad (2013) coloca a seguinte questão: “Are local cultures being globalized and vice-versa; and if so, how?”.

O autor afirma que a resposta a essa questão pode ser “sim” e “não”, tendo em conta três variedades de culturas diferentes, porém interativas: a globalização dos estilos de vida, considerada como o lado mais suave da globalização, e incluindo modas, pratos culinários, filmes, música e os meios de comunicação social, principalmente a televisão, pois são fabricados, transmitidos e consumidos de maneira semelhante, por um número cada vez maior de indivíduos; a globalização do conhecimento, ciência e tecnologia, histórica e contemporânea, em termos das suas origens, aplicações e impactos interculturais; as religiões do mundo, de acordo com as suas semelhanças e diferenças, e o seu enorme impacto nas comunidades, estruturas sociais e culturas globais. Segundo o autor, estes três subsistemas da cultura global influenciam-se uns aos outros.

Da perspectiva da globalização, o indivíduo e a humanidade, pensados de forma coletiva, têm um desafio: o de entender a realidade ao nível universal, cooperando para cultivar essa diversidade, e considerando que tal realidade será enriquecedora para todos os indivíduos. No entanto, para quem ultrapassa as fronteiras “tradicionais” do conceito de identidade, pode ser um desafio particular encontrar coerência entre a sua cultura e outras em seu redor. A propósito, King (1997: 16) afirma:

The history of the world, rather than moving towards cultural homogenization, has demonstrated the opposite: a trend to cultural differentiation and cultural complexity. With these developments, each individual increasingly belongs to many cultures – people have multiple cultural identities.

É um dado hoje adquirido que a personalidade e os valores de cada ser humano são não só influenciados pela cultura local de onde é originário, mas também produtos culturais de todas as vivências que aquele experiencia em todos os lugares por onde passa fisicamente, virtualmente ou até psicologicamente, chegando mesmo a ter participação ativa no tão atual mundo dos media. Na verdade, como refere Taylor (2017: 397), na sua recensão à obra de Henry Jenkins *et al.*, *Participatory Culture in a Networked Era: A Conversation on Youth, Learning, Commerce, and Politics*,

In his 1992 book, *Textual Poachers*, Henry Jenkins (building upon the work of Raymond Williams and Michel de Certeau) first used the term “participatory culture” to repudiate the heretofore common conceptualisation of the audience as passive recipients of broadcast material. Instead, Jenkins sought to demonstrate that fans are active

and collaborative in their consumption of media content and use/ appropriate it in meaningful ways.

A globalização é, pois, um sistema que nos ajuda a aprender e a explorar diferentes culturas da sociedade, não esquecendo a nossa própria identidade. O certo é que a globalização cultural envolve vários fatores, como os que serão abordados de forma mais pormenorizada ao longo do presente trabalho.

A oposição global/local

Giddens (2002: 45) é de opinião de que a globalização pode ser perspectivada como “a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes, de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa”. Desta forma, seria de prever que a globalização trouxesse consigo a valorização de culturas locais internacionalmente, através do contacto entre localidades longe uma das outras, agora aproximadas pelo fenómeno global.

Contudo, esta possibilidade não se concretizou de igual forma no respeitante a todas as culturas do mundo, uma vez a influência das nações difere, mediante o seu impacto nos restantes países. Por isso, Huyssen (1992) refere o seguinte: “In this account, the local opposes the global as authentic cultural tradition, whereas the global functions as ‘progress’, that is, as a force of alienation, domination, and dissolution”. O autor critica uma visão do binómio global/local, que poderemos considerar obsoleta, não atendendo à evolução do próprio fenómeno da globalização: “Rather than offer a new perspective on contemporary culture, it merely recycles an older sociological model for analyzing modernity [...] without any reflection on how modernizing and globalizing processes of the past century have made that nineteenth-century model obsolete”.

Paralelamente, quando descreve a relação entre a cultura local e a cultura global, Mignolo (2003) afirma que as culturas locais encontram projetos globais, sendo muitas vezes forçadas a incorporar esses projetos globais em parte, ou mesmo na íntegra. O autor refere também que atualmente vivemos o que chama de um “colonialismo global”. Desta forma, torna-se preponderante uma reflexão sobre o efeito devastador que a globalização pode ter nas culturas locais, procurando encontrar-se formas de evitar esse efeito tão negativo, preservando a identidade e tradições de cada lugar. Efetivamente, os diversos povos assimilam a cultura global

cada um de um modo diferente. Se é um facto que todas culturas, de alguma forma, sofrem alterações pela influência da cultura global, dominante, também é verdade que existem modos de viver que, gradualmente, são universalizados, exatamente devido à força da globalização.

Shinemura (2002) refere que os críticos mais radicais da homogeneização da cultura mundial a encaram como “imperialismo cultural” e argumentam que a globalização liderada pelos Estados Unidos corrói as culturas locais e regionais, disseminando, por todo o mundo, bens americanos de consumo, assim como o modo de vida deste país. Já Tomlinson (1997: 175-176) previa o que hoje, mais de 20 anos depois, se tornou uma evidência:

[...] there is a wealth of evidence that Western cultural taste and practices are becoming global ones. Take any index, from clothes to food to music to film and television to architecture and there is no ignoring the sheer massive presence of Western (meaning here North American, Western European, possibly Australian) cultural goods, practices and styles, in every inhabited area of the world. And one could be more specific. Isn't global mass culture... actually predominantly American culture?

Desta forma, aqueles que se manifestam contra a globalização criticam a alegada americanização da cultura mundial e os perigos do domínio da cultura americana no mundo, salientando que o mundo está a perder a sua heterogeneidade, tornando-se cada vez mais homogeneizado, pela disseminação da cultura americana. A propósito desta questão, Warde (2000: 300) afirma o seguinte: “Much of the discussion about cultural effects of globalization has centered on the extent to which increased cultural communication tends to produce a homogeneous global culture”. Esta é uma discussão muito atual e pertinente, mas talvez a cultura americana talvez seja tão (ou mais) porosa a influências exógenas quanto as restantes. Por isso, Mancebo (2002: 289) defende que, por um lado, existe uma tentativa de homogeneidade e integração mundial, enquanto que, por outro lado, outras perspetivas encaram as contradições e antagonismos desencadeados pela globalização cultural. Deste modo, se alguns autores consideram que culturas locais, circunscritas a uma dada comunidade, correm o risco de serem ameaçadas por uma cultura global, outros acreditam que a globalização não implica a anulação de uma cultura perante outra de maior influência ao nível mundial.

Esta dificuldade encontrada no ato de integrar a cultura local no contexto da globalização preocupa os investigadores em ciências sociais, uma vez que não

podemos deixar de lado a possibilidade de as culturas locais serem, efetivamente, bastante influenciadas por fenómenos externos, que ocorrem longe, mas que são mundialmente projetados pela tecnologia e pelos meios de comunicação social. Por esse motivo, Giddens (2002: 45) afirma que “a transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo”. Friedman (1994) defende que a homogeneização provocada pela globalização não afeta a liberdade e a ação dos sujeitos na cultura de criação e mudança, tanto individualmente como em grupo. Por isso, podemos perceber como deveremos retirar da globalização toda a sua influência positiva nas culturas, fortalecendo-as, em vez do contrário.

Em suma, a cultura constitui um campo de estudo muito vasto, não se circunscrevendo a elementos considerados como referências de um povo. De facto, auxilia na compreensão de como as próprias nações se desenvolvem, razão pela qual não deve estar à margem da globalização nem ser engolida por este fenómeno. Impõe-se, pois, que seja divulgada à escala internacional, encarando a transnacionalização de formas de viver de vários povos, influenciando, na verdade, a esfera económica das nações. O braço de ferro em que cada país se envolve no contexto global pode, na verdade, reforçar a o carácter específico de uma dada cultura local, e é esse caminho que deverá ser procurado e seguido. Como refere Featherstone (2000), “As culturas nacionais têm, em regra, surgido em paralelo com os processos de constituição dos Estados, no interior dos quais especialistas da cultura se dedicam à reinvenção de tradições e reformulam, e até recriam, a essência étnica dos povos”. Por isso, parece claro que há uma estrada possível a percorrer no sentido de cada cultura ganhar com a globalização, ao invés de ser engolida pela mesma, aprendendo com o outro, refletindo. De facto, somos todos indivíduos a viver num mesmo planeta e a sobrevivência do mesmo, hoje mais do que nunca, pode depender da reflexão acerca de valores, e ser alcançada através de uma reflexão conjunta, que procura a sabedoria, e do conhecimento, no entrecruzar de várias culturas e dos ensinamentos que a comunhão de saberes pode promover.

Cultura popular e cultura erudita

A partir da década de 1960, com o trabalho de Mikhail Bakhtin, houve um grande desenvolvimento dos estudos sobre cultura, nomeadamente no que diz respeito aos conceitos de “cultura popular” e “cultura erudita”, que já haviam surgido no século XVIII.

Quando falamos em cultura popular, encontramos um duplo significado possível. Por um lado, de acordo com De Certeau (1980), temos a cultura do povo, de forma coletiva, da sua tradição, promovida por estratos menos privilegiados da sociedade, associadas às suas crenças e atividades quotidianas. Por outro lado, pode significar a produção cultural dirigida ao povo, ou seja, associada à cultura de massas.

Relativamente à cultura erudita, pertence às classes consideradas elevadas, acabando, assim, por ser segregadora. Na verdade, DiMaggio (1982) defende que a cultura erudita das classes altas constituiu sempre um mecanismo de diferenciação e de demarcação simbólica, expandindo a distância social entre as práticas culturais de grupos sociais diferentes. Desta forma, como afirma Bourdieu (1987: 20), é “o meio de expressão por excelência da busca da diferença pela diferença”, procurando novas formas de expressão cultural que engradeçam o ser humano, a sua natureza e a sua obra”. Assim, a cultura popular e a cultura erudita comunicam entre si, estabelecendo-se um *continuum* entre ambas, uma vez que não existem formas culturais isoladas e tipos de cultura que existam só por si mesmas. Pelo contrário, funcionam umas como oposição às outras, num jogo mútuo pela sua delimitação. Como refere DUBY (1989), inicialmente, colocaram o problema em termos de conflito, de uma luta verdadeira entre, de um lado, os que detêm esse poder exorbitante, o saber contido nos livros, nas bibliotecas e nos museus e, do outro, os pobres”. Contudo, com a evolução temporal, as manifestações populares de cultura revelaram-se não exclusivas das classes populares, muitas delas dependendo, na verdade, das relações estabelecidas com os produtos da cultura erudita, tendo em conta a sua sobrevivência histórico-cultural. De facto, como refere DUBY (1989: 128), “o povo não é uma coletividade homogênea de cultura, mas apresenta estratificações culturais numerosas e diversamente combinadas”. Todas essas estratificações culturais são ricas e interagem entre si, formando a identidade de um povo.

De acordo com Storey (2003), a cultura popular, conhecida como *folk culture*, em inglês, não foi meramente originada pelo povo, mas uma criação de elites

letradas, estando associada aos nacionalismos e às culturas nacionais na Europa, no século XIX, no contexto do Romantismo, quando se levou a cabo um esforço de recuperação da tradição popular das nações europeias. Desta forma, podemos assumir que, na era da globalização, continuam a existir os conceitos de cultura erudita e cultura popular, existindo um em função do outro, ou seja, convivendo de forma harmoniosa e não aniquiladora de forma mútua, uma vez que ambos ocupam o seu lugar próprio no contexto global em que vivemos, e possuindo cada um deles a sua especificidade. Como tal, enriquecem uma nação com a sua existência e, por extensão, a cultura no seu sentido mais amplo: o universal.

Homogeneização, heterogeneização, glocalização, polarização e hibridismo cultural

Os investigadores da globalização dividem este fenómeno, na sua vertente cultural, em três modelos: homogeneização cultural, heterogeneização cultural e glocalização cultural. O primeiro, homogeneização cultural, de acordo com Kinberg (2009), sustenta que a globalização cultural é a disseminação progressiva de uma cultura dominante para outras culturas. Por outro lado, o segundo modelo, a heterogeneização cultural, segundo Kumaravadivelu (2008), assume que a globalização cultural levou, efetivamente, a um aumento na preservação das culturas locais, principalmente como uma reação contra a subjugação a uma cultura dominante. Por fim, Kinberg (2009) indica que o modelo de glocalização cultural se refere ao desenvolvimento cultural homogéneo e heterogéneo em simultâneo, pressupondo que a transmissão cultural é um processo bidirecional, no qual as culturas em contacto se moldam e se remodelam direta e indiretamente. Assim, as forças da globalização e as da localização são tão complexas e sobrepostas que não podem ser entendidas apenas do prisma de uma “dicotomia centro-periferia” (Kumaravadivelu, 2008). Na verdade, a globalização cultural não diz respeito à uniformidade dos modos de vida nacionais, crenças e valores, antes envolvendo conexões permanentes entre diferentes culturas, constituindo um processo através do qual acordos sobre questões mútuas podem ser alcançados, por meio de interações entre diferentes nações.

Já a glocalização se refere à fusão do global com o local, ou seja, à presença da dimensão local na produção de uma cultura global e vice-versa. No contexto da globalização, Fortuna & Silva (2001) indicam que podemos encontrar processos culturais que se desenrolam para além das fronteiras de cada nação, à escala

transnacional, de que resultam sistemas emergentes das chamadas “terceiras culturas”, termo da autoria de Michael Featherstone (2001), constituindo-se como meios de difusão dos mais diversos tipos de fluxo culturais, os quais não são um mero resultado das trocas bilaterais entre nações. São criadas por indivíduos que vivem entre culturas, desvinculados do seu território inicial, exercendo funções que lhes permitem viajar pelo mundo, vivendo e assimilando essas mesmas culturas. Estas terceiras culturas refletem um sentido de, como afirmam Fortuna & Silva (2001), “cosmopolitismo prático”, e resultam da comunicação entre esses indivíduos cosmopolitas, que se mantêm em permanente diálogo com a diversidade de culturas.

O termo “globalização da cultura” surgiu no final da década de 1980, associado à questão da convergência das nações e à expansão das relações culturais dos povos, apresentando aspetos positivos e negativos. Efetivamente, por um lado, o contacto entre culturas permite, à partida, uma aprendizagem mais rica dos indivíduos, uns com os outros, por meio de um maior contacto entre as diversas partes do mundo. Desta forma, expandem-se os laços culturais entre os povos e fomenta-se a migração humana. Contudo, por outro lado, continua a existir o perigo de uma perda de identidade cultural. Na verdade, a potencial perda de identidade cultural advém da crescente subjugação à cultura dominante, no contexto dos movimentos migratórios, perdendo-se a riqueza cultural dos grupos sociais minoritários, valorizando-se a homogeneização em prol da heterogeneidade cultural. Appadurai (1996: 48) apresenta a seguinte opinião:

[...] ethnography must confront the changing social, territorial, and cultural reproduction of group identity. As groups migrate, regroup in new locations, reconstruct their histories, and reconfigure their ethnic projects, the ethno in ethnography takes on a slippery, nonlocalized quality, to which the descriptive practices of anthropology will have to respond. The landscapes of group identity – the ethno-scapes – around the world are no longer familiar anthropological objects, insofar as groups are no longer tightly territorialized, spatially bounded, historically unselfconscious, or culturally homogenous.

Relativamente à tese de homogeneização, a mesma refere que a cultura global está a assumir contornos de um padrão ocidental ou americano. Embora exista quem a defenda, a presença de alternativas culturais e a resistência às normas ocidentais sugerem que a polarização oferece uma imagem mais convincente

do desenvolvimento cultural global, ainda que esta tese tenha também as suas limitações. Quanto à tese da hibridação, esta defende que as culturas assimilam elementos umas das outras, criando formas híbridas ou sincréticas. Esta última tese corrobora as palavras de Li (2002: 22), quando afirma:

Cultural globalization is essentially a process of cultural integration. Based on economic globalization and information technology, different national cultures have been updated and integrated through intensified interactions. Cultural globalization is also such a process, in which consensus on global issues can be reached through beneficial interactions among different national cultures.

O assumir da diversidade de culturas e de identidades variadas, representando modos particulares de ler e de representar o mundo num mesmo espaço, torna-se o ponto de partida para o processo de homogeneização cultural, o qual tem por base dois elementos fundamentais: o sistema educacional e os meios de comunicação de massa. A padronização dos modos de agir e ser dos indivíduos, tendo como modelo uma referência dominante, e subestimando os valores culturais locais conduz à noção de que a globalização não se democratiza de forma igual, como referido anteriormente, somente alcançando países e sectores economicamente dominantes no planeta. Também Hall (1997: 3) afirma que

[...] a cultura global necessita da diferença para prosperar, mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial [...]. É, portanto, mais provável que produza, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais do que uma cultura global uniforme e homogénea.

Os investigadores da globalização cultural enfatizam os efeitos paradoxais da globalização. Efetivamente, Beck (2000: 46) escreve o seguinte: “Their basic insight is that globalization does not mean globalization automatically, unilaterally or ‘one-dimensionally’ – which is one of the endless sources of misunderstanding in this debate”. Não obstante, este trabalho defende a ideia de que a riqueza das culturas individuais e locais não tem de ser inevitavelmente anulada pela globalização. Pelo contrário, o contacto entre culturas singulares pode, além de conduzir ao conceito de cultura global, produzir também novas culturas, sem a necessária desvirtualização das primeiras.

Considerações finais

Na sociedade global, os contactos transculturais e os fluxos interculturais tornaram-se parte integrante do quotidiano. Assim, de certa forma, podemos considerar que existe um certo grau de homogeneização cultural. Contudo, a globalização também envolve um ângulo particular de cada local, distinguindo particularidades das várias culturas que integram o mundo. Graças à globalização, diferentes culturas passaram a interagir umas com as outras, e se uns criticam a homogeneização cultural que este fenómeno promove, outros defendem que, pelo contrário, promove a diversidade cultural do mundo.

O importante para o desenvolvimento do mundo, na verdade, é que haja uma valorização de cada cultura e não uma submissão de culturas minoritárias àquelas de maior expressão, como o caso da cultura americana. Se parece inevitável que, no contexto da globalização, a culturas dos países com maior expressão económica e poder nos meios de comunicação de massa se pareçam impor a nível internacional, também é um facto que uma cultura de impacto mundial pode ser constituída por elementos fundamentais de culturas com menos expressão. Por exemplo, se, no mundo globalizado, encontramos McDonalds e Starbucks em tantos locais tão diversos, também é visível que essa mesma globalização permite que a cozinha típica de vários países seja explorada, cada vez mais, por pessoas em todo o mundo. Basta pensarmos nos restaurantes chineses, tailandeses, mexicanos, ou indianos, por exemplo, de qualidade, que têm surgido em vários países nas últimas décadas. Segundo esta visão, não somos uniculturais, mas sim multiculturais, compreendendo progressivamente a diversidade da cultura humana. Desta forma, parece-me importante encontrar um equilíbrio entre a inevitável homogeneização cultural, fruto da divulgação das culturas com mais expressão, e o multiculturalismo, em que todas as culturas são valorizadas de igual forma e não diminuídas perante as que são dominantes. Segundo Gellner (1992), a verdade é que todas as culturas são iguais e nenhuma delas tem o direito de julgar e interpretar as outras em seus próprios termos. Na verdade, tudo depende da criatividade dos indivíduos, como afirma Wang (2007: 84): “A culture changes with other cultures with which it is brought into contact through commercial or political relations. However, cultures are constructed by people”.

Em suma, a globalização traz muito mais consciência da identidade cultural do que antes, uma vez que, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, as pessoas estão, indubitavelmente, mais próximas do que nunca, tornando-se muito mais conscientes da sua identidade cultural, defendendo-a. Desde que haja respeito

mútuo entre as culturas, teremos não uma mera homogeneização cultural, mas sim a transposição do carácter local das culturas para a esfera global, dando-se estas a conhecer ao mundo. As sociedades modernas são multiculturais em si mesmas, englobando uma infinidade de modos de vida, assim como de estilos de vida diferentes. Na verdade, nos dias de hoje, a identidade da maioria dos indivíduos é, em amplo grau, moldada por mais de uma cultura. Paralelamente, é de salientar que as próprias culturas locais podem, como referido, ter muito a ganhar com o fenómeno de globalização, se dele retirarem a força para amadurecerem e se adaptarem aos tempos atuais, ao invés de se isolarem e acabarem por cair no risco de desaparecerem.

De acrescentar que a interação entre globalização e cultura ainda permanece pouco investigada (Prasad & Prasad, 2007), sendo necessários mais estudos sobre este tópico, tão atual e com tanto interesse para a “aldeia global”. Não nos esqueçamos de que a globalização se refere à rede maior e mais densa de interconexões e interdependências que caracterizam a vida social moderna, alcançando o conceito de “cultura mundial”.

Bibliografia

- Ahmad, A. (2013) Globalization of culture (or cultural globalization). In *New Age Globalization*. New York: Palgrave Macmillan.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização: A Modernidade sem Peias*. Lisboa: Teorema.
- Beck, U. (2000). *What is Globalization?* Cornwall: MPG Books, Bodmin Ltd.
- Bourdieu, P. (1987). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Cuche, D. (2002). *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. Trad. V. Ribeiro (2.ª ed.). Bauru: EDUSC.
- De Certeau, M. (1980). *L’Invention du Quotidien. Arts de Faire*, vol. I. Paris: U.G.E.
- Duby, G. (1989). *Idade Média, Idade dos Homens: Do Amor e Outros Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Featherstone, M. (2001). Culturas globais e culturas locais. In C. Fortuna (Org.). *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia* (83-104) (2.ª ed.). Oeiras: Ed. Celta.
- Fortuna, C. & Silva, A. S. (2001). As cidades do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In B. S. Santos (Org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (409-461). Porto: Afrontamento.
- Friedman, J. (1994). *Cultural Identity and Global Process*. London: Sage.
- Gellner, E. (1992). *Postmodernism, Reason and Religion*. London: Routledge.
- Giddens, A. (2002) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, 22 (2), 15-46. Acedido a 17 de abril de 2020, em http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf.
- Huyssen, A. (1992). Geographies of Modernism in a globalizing world. In C. Harrison & P. Wood (Eds.). *Art in Theory, 1900-1990 – An Anthology of Changing Ideas*. Oxford: Blackwell.
- Kinberg, M. (2009). [Review of the book *Cultural Globalization and Language Education*]. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 12 (6), 734-737.
- King, A. (1997). *Culture, Globalization and the World-System*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Kumaravadivelu, B. (2008). *Cultural Globalization and Language Education*. New Haven: Yale University Press.
- Li, Z. (2002). Cultural globalization and the reconstruction of modern Chinese culture. *Nankai University Journal*, 5 (4), 23-38.
- Mancebo, D. (2002). Globalização, cultura e subjetividade: Discussão a partir dos meios de comunicação de massa. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (3), setembro-dezembro, 289-295.
- Mignolo, W. D. (2003) *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Trad. S. R. de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG.
- Prasad, A & Prasad, P. (2007). Mix, flux and flows: The globalization of culture and its implications for management and organizations. *The Journal of Global Business Issues*, 1 (2), 11-20.
- Rubim, A. A. C. (2007). *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Editora Azougue.
- Storey, J. (2003). *Inventing Popular Culture. From Folklore to Globalization*. Malden: Blackwell.
- Taylor, R. (2017). Review Henry Jenkins *et al.*, *Participatory Culture in a Networked Era: A Conversation on Youth, Learning, Commerce, and Politics*. Cambridge & Malden, MA: Polity Press, 2016. ISBN-13: 9780745660714. *Participations – Journal of Audience & Reception Studies*, 14 (1), 397-399.
- Tiedt, P. L. & Tiedt, I. M. (1989). *Multicultural Teaching: A Handbook of Activities, Information and Resources*. London: Allyn & Bacon.
- Thompson, J. B. (1985). *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes.
- Thornton, R. (1988) *Culture: A Contemporary Definition*. Cape Town: David Philip.
- Tomlinson, J. (1997). Cultural globalization and cultural imperialism. In A. Mohammadi (Ed.). *International Communication and Globalization*. London: Sage.
- Tomlinson, J. (2002). *Globalization and Culture*. Timisoara: Amacord.
- Wang, Y. (2007). Globalization enhances cultural identity. *Intercultural Communication Studies*, XVI (1), 83-86.
- Warde, A. (2000). Eating globally: Cultural flows and the spread of ethnic restaurants. In D. Kalb *et al.* (Eds.). *The Ends of Globalization: Bringing Society back in* (299-316). New York: Rowman & Littlefield.
- Williams, R. (2007). *Palavras-Chave: Um Vocabulário de Cultura e Sociedade*. Trad. S. G. Vasconcelos. São Paulo: Boitempo.

Os movimentos antigénero

A globalização de uma ameaça contra a igualdade e a democracia

Anti-gender movements: The globalization of a threat to equality and democracy

Mar Venegas

UNIVERSIDAD DE GRANADA / mariter@ugr.es / ORCID | 0000-0001-7500-8005
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_9

Resumo: Europa, América do Norte, América do Sul... São muitas as regiões do mundo que assistem, atualmente, ao que a literatura especializada denomina “movimentos antigénero”. O presente trabalho aborda este fenómeno numa perspetiva global. Este texto começa por situar a emergência dos movimentos antigénero numa perspetiva histórica. Em seguida, perfila-se a agenda política dos movimentos antigénero em torno das políticas de igualdade sexual e de género. Depois, apresenta-se uma análise deste fenómeno no caso da educação afetivossexual, uma vez que se trata de um dos principais temas desta agenda política, discutindo-se o seu impacto no âmbito das políticas de género (*gender politics*). O texto termina com algumas conclusões sobre a relevância, o impacto e as implicações para a igualdade e a democracia das críticas dos movimentos antigénero, em concreto, à educação afetivossexual, enquanto parte das políticas de igualdade sexual e de género, em sentido amplo.

Palavras-chave: educação afetivossexual; igualdade sexual e de género; movimentos antigénero

Abstract: Europe, North America, South America... There are several areas of the world that currently watch what the specialized literature calls “anti-gender movements”. This text addresses this trend from a global perspective. It begins by positioning the emergence of anti-gender movements in a historical perspective. Next, it profiles the political agenda of anti-gender movements on sexual and gender equality policies. Then, it presents an analysis of this trend in the case of sexual-affective education, since this is one of the main subjects of this political agenda, also discussing its impact on gender policies. The text closes with conclusions on the relevance, impact and implications for criticism’s equality and democracy of anti-gender movements, in particular, of sexual-affective education, as part of sexual and gender equality policies, in a broader sense.

Keywords: sexual-affective education; sexual and gender equality; anti-gender movements

Introdução

Este texto parte da tese de que os movimentos antigénero representam muito mais do que uma simples resistência ante a promoção da “igualdade sexual e de género” (Venegas *et al.*, 2020), mas sim “um ‘significante vazio’ (Mayer & Sauer, 2017) que pode representar tudo e qualquer coisa, desde o casamento igualitário e a educação sexual aos direitos reprodutivos, de adoção e de aborto” (Kuhar & Zobec, 2017: 33). Isto ocorre porque, mesmo quando a crítica principal se dirige às políticas de igualdade sexual e de género, num sentido mais amplo, o que verdadeiramente se questiona, em última instância, é a democracia liberal como sistema político e social. É isso que se observa na literatura especializada, que mostra a ligação estreita que existe entre feminismo e democracia, assim como o papel crucial das políticas de igualdade sexual e de género na construção das democracias, tanto na Europa (Korolczuk, 2014; Köttig *et al.*, 2017; Kuhar & Paternotte, 2017; Alonso & Lombardo, 2018; Verloo & Paternotte, 2018), como em outras regiões do mundo (Bracke & Paternotte, 2017; Bialystok *et al.*, 2020; Corrêa, 2020; Donà, 2020; Spallaccia, 2020).

De facto, autoras como Kováts (2018) defendem que o objetivo último dos movimentos antigénero não é nem o género nem a igualdade, mas sim as investidas contra as políticas de género que estes ativistas representam, ou seja, a ponta do *iceberg* de uma crise sistémica de maior envergadura. O que na verdade preocupa estes ativistas “antigénero” é o alcance da intervenção do Estado na vida privada, através de instituições como a escola, o que provoca uma “guerra sobre o género” nas relações entre Estado e cidadania (Korolczuk, 2014). Deste modo, a principal ameaça dos movimentos antigénero não se dirige ao feminismo *per se*, mas aos princípios mais básicos e fundamentais da democracia liberal (Cipek & Lackovic, 2019).

Além disso, é visível o alcance global deste fenómeno, dada a capacidade globalizadora dos movimentos antigénero, presentes em grande parte dos países e continentes, como tem sido documentado em Espanha (Cornejo-Valle & Pichardo, 2017 e 2018), Itália (Della Sudda, 2018; Spallaccia, 2020), França (Della Sudda, 2018; Paternotte & Kuhar, 2018), Polónia (Rawłuszko, 2019), Croácia (Juroš *et al.*, 2020) ou Hungria (Grzebalska & Pető, 2018; Kováts, 2018; Cipek & Lacković, 2019), na Europa; no Brasil (Freire, 2018; Reis & Vecchi, 2019; Dvoskin & Estivalet, 2020) ou na Argentina (Dvoskin & Estivalet, 2020; Morán, 2019), na

América do Sul; ou no Canadá (Bialystok *et al.*, 2020a), na América do Norte, apenas para citar alguns exemplos destacados.

A emergência dos movimentos antigénero em perspectiva histórica

Segundo a fonte que consultemos, encontraremos diferentes marcos históricos para situar a origem dos movimentos antigénero. Em qualquer caso, o motivo da sua emergência é o mesmo: a mobilização contra o que denominam, segundo o país, “teoria de género” ou “ideologia de género”.

Alguns autores (Duru-Bellat, 2017) situam a origem destes movimentos na própria génese dos estudos de género, na década de 1970, coincidindo com o Movimento de Libertação Feminista, que representa a Segunda Geração do Feminismo e a origem do que é, na atualidade, o movimento LGBTQI+. Perante estes movimentos sociais que lutam pela igualdade e o reconhecimento da diversidade afetivossexual, a Igreja Católica reage, elaborando uma série de textos em defesa da “ordem natural” entre os sexos, como oposição à perspectiva feminista do género. Encontramos um exemplo recente em Congregatio Institutione Catholica (2019).

Segundo outros autores (Kuhar & Zobec, 2017; Brandão & Lopes, 2018; Paternotte & Kuhar, 2018; Spallaccia, 2020), é a década de 1990 que marca a emergência deste movimento, quando o termo “género” entra nas Nações Unidas, primeiro na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, celebrada no Cairo, em 1994, e, em seguida, na Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. Assim, ao substituir o termo *sexo* por *género*, colocou-se a ênfase neste conceito enquanto construção social, histórica e cultural, assim como categoria de análise e princípio de estruturação social (Venegas, 2020), frente à natureza mais essencialista do termo *sexo*, abrindo-se a porta ao reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQI+.

Outro momento histórico assinalado na literatura especializada é a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, do qual Espanha é pioneira, ao ter procedido a esta mudança legislativa no primeiro mandato do socialista José Luis Rodríguez Zapatero, em 2005, provocando uma forte mobilização por parte da Igreja Católica, grupos sociais e partidos políticos conservadores (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018; Paternotte & Kuhar, 2018). Em 2007, celebrou-se o chamado *Dia da Família*, em Itália, ante a intenção do governo italiano de aprovar o casamento igualitário, à semelhança do ocorrido em França, em 2012 e 2013, com os protestos de “Manif pour tous”. Neste quadro, “ideologia de género” acabou por converter-se

num termo repetido e banalizado, enquanto o dia da família se tornou uma das estruturas de protesto dos movimentos antigénero por toda a Europa, incluindo na Eslovénia, Croácia, Polónia (Kuhar & Zobec, 2017) e Hungria (Grzebalska & Pető, 2018; Kováts, 2018; Cipek & Lacković, 2019).

Agenda política global dos movimentos antigénero

Em termos latos, os movimentos antigénero dirigem a sua atenção e as suas críticas ao que podemos identificar como políticas de igualdade sexual e de género (Venegas, 2018; Venegas *et al.*, 2020). Nesta secção, apresenta-se em detalhe cada uma das dimensões que configuram a agenda política globalizada dos movimentos antigénero.

Neste sentido, Verloo (2018) denuncia a hostilidade contra a investigação de género que reflete a oposição face ao género + sexualidade + igualdade, que Engeli (2020) identifica em acontecimentos como as marchas antiaborto que voltam a encher as ruas de países como a Argentina, os supramencionados protestos contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a propagação do discurso antigénero do Vaticano, apoiado pela extrema-direita ou a perseguição à educação sexual escolar em toda a Europa e América do Sul, tal como se analisa adiante neste capítulo.

A seguinte lista dá conta, de forma exaustiva, da agenda temática incluída nas políticas de igualdade sexual e de género, que é objeto de questionamento e ataque por parte dos movimentos antigénero à escala global:

- O conceito de género (Kuhar & Zobec, 2017; Patternote & Kuhar, 2018);
- A presença dos Estudos de Género nas universidades públicas (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018; Rawłuszko, 2019);
- O casamento entre pessoas do mesmo sexo (Kuhar & Zobec, 2017; Cornejo-Valle & Pichardo, 2018; Della Sudda, 2018; Patternote & Kuhar, 2018; Rawłuszko, 2019; Spallaccia, 2020);
- O direito à adoção por casais do mesmo sexo (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018; Della Sudda, 2018; Spallaccia, 2020);
- A reprodução assistida (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018);
- A gestação de substituição (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018);
- A igualdade de género (Kuhar & Zobec, 2017);
- A violência de género (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018; Rawłuszko, 2019);

- O enfoque transversal de género (Kuhar & Zobec, 2017);
- A interrupção voluntária da gravidez (Kuhar & Zobec, 2017, Cornejo-Valle & Pichardo, 2018);
- Os direitos reprodutivos e sexuais (Kuhar & Zobec, 2017; Patternote & Kuhar, 2018; Rawłuszko, 2019; Spallaccia, 2020)
- Os direitos das pessoas transgénero (Kuhar & Zobec, 2017) e transexuais (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018) ou LGTB em sentido amplo (Patternote & Kuhar, 2018);
- As políticas anti-discriminatórias (Kuhar & Zobec, 2017);
- A defesa de um modelo de sexualidade reprodutivo, heterossexual, conjugal e monógamo (Morán, 2019; Spallaccia, 2020);
- O apelo a uma suposta liberdade das famílias educarem as suas filhas e filhos (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018);
- A educação sexual e de género (Kuhar & Zobec, 2017; Cornejo-Valle & Pichardo, 2018; Patternote & Kuhar, 2018; Rawłuszko, 2019; Spallaccia, 2020).

Trata-se, portanto, da agenda política de um movimento “transnacional” neoconservador, cuja principal prioridade é reagir contra a politização de novas reivindicações dos movimentos feministas e LGTBI (Morán, 2019). Estes movimentos têm vínculos estreitos com partidos de direita e extrema-direita, assim como ligações às Igrejas Católica e Evangélica e a organizações da sociedade civil vinculadas a ambas, tendo-se organizado globalmente numa “cruzada moral” protagonizada por aquilo que Patternote & Kuhar (2018) designam de “direita global”.

Para ilustrar como funciona o ativismo antigénero à escala global, neste capítulo centrar-me-ei na análise das campanhas antigénero contra a educação afetivossexual com perspetiva feminista e de género. Antes, cabe delimitar claramente o conceito de “ideologia de género”, ao qual os movimentos antigénero apontam as suas críticas.

Género, “ideologia de género” e democracia

O conceito de “género” consolida-se no quadro da Teoria Social Feminista, nos anos 1970 (Venegas, 2011a; Duru-Bellat, 2017). Nesse momento, o género relaciona-se com poder, desigualdade e uma abordagem construtivista. Estas características estão na base da teoria feminista posterior. Como desenvolvi com mais detalhe noutros trabalhos (Venegas, 2010 e 2020), na década de 1980, o conceito de género segue

o paradigma da teoria da ação, que considera o gênero como categoria de análise e princípio de estruturação social. Esta definição rompe com o essencialismo presente no conceito de “sexo” e substitui-o por uma abordagem sociohistórica e construtivista, com o objetivo de integrar os níveis de análise micro- e macro-sociológicos, assim como as duas dimensões, material e simbólica, que configuram a realidade social. O gênero é transversal a toda a sociedade. As relações de gênero são definidas como relações de poder. Daí que o parentesco seja uma instituição fundamental na emergência da opressão de gênero e na sua reprodução social ao longo da história. Além disso, há uma intersecção do gênero com outras formas de desigualdade estrutural como a classe social, o grupo étnico, a orientação sexual, a pertença religiosa, etc., sob o conceito de “interseccionalidade”.

Por seu lado, o termo “ideologia de gênero” é localizado originariamente no ano 2001, na homilia pastoral da Igreja Católica intitulada *A família, santuário da vida e esperança da sociedade*, para denunciar o que esta Igreja chama “lobby gay” e feminismo radical (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018). Assim, o conceito de gênero que havia sido elaborado pelas ciências sociais como ferramenta teórica para denunciar uma forma determinada de desigualdade estrutural – ou seja, a desigualdade que se produz em função do que se acaba de definir como gênero – é politizado e ideologizado sob esse paradoxo que supõe a sua difamação como “ideologia”. Este paradoxo é ainda maior tendo em conta que os movimentos antigênero identificam a ideologia apenas nas abordagens feministas, mas não nos argumentos da Igreja Católica ou dos lóbis conservadores e dos partidos de extrema-direita. Para a Santa Sé,

[A teoria de gênero] nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo e esvazia a base antropológica da família. Esta ideologia leva a projetos educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo. (Papa Francisco, *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris laetitia*, 19 de março de 2016, n. 56, *apud* Congregatio Institutione Catholica, 2019: 3)

Desta forma, o conceito feminista de “gênero” é entendido como uma ameaça contra a “família tradicional” e a “masculinidade e feminidade natural” (Kuhar & Zobec, 2017). Essa é também a constatação de Brandão & Lopes (2019) no

Portal da Família, em 2013, onde se denunciava a ideologia de género construída a partir das ciências sociais, por afirmar que o sexo biológico com o qual nascemos não define a nossa sexualidade, argumentando que esta pretende abolir a família, entendida apenas na sua forma tradicional e baseada em modelos naturalizados de género.

Como assinalam muito acertadamente Kuhar & Zobec (2017), os conceitos de “teoria de género” ou “ideologia de género” funcionam como um “significante vazio” (Mayer & Sauer, 2017, *apud* Kuhar & Zobec, 2017), utilizando o conceito de “género como cola simbólica”, noção que Grzebalska & Petó (2018) utilizam para referir o papel desempenhado pelo género na política, no quadro sociopolítico global que se aborda neste capítulo. Isto deve-se, segundo estas autoras, a que o género é o elemento que permitiu aos atores políticos de direita articular o seu projeto contra-hegemónico, baseado na nação, na família e na religião:

O conceito de “ideologia de género” como imagem inimiga permitiu aos atores iliberais unir sob um termo geral diversas questões atribuídas à agenda liberal, entre as quais os direitos reprodutivos, os direitos das minorias sexuais, os estudos de género e a incorporação da abordagem de género. (Grzebalska & Petó, 2018: 165)

Como afirma Spallaccia, o uso do conceito de “ideologia de género” foi-se disseminando pela Europa, ainda que “o seu verdadeiro significado permanece bastante obscuro [...]. Pode definir-se como um dispositivo retórico utilizado para contestar o próprio conceito de género, assim como qualquer intervenção positiva de género destinada a desnaturalizar a ordem sexual tradicional” (Spallaccia, 2020: 132). Esta afirmação reforça a tese de partida deste capítulo, segundo a qual os movimentos antigénero e o seu discurso sobre a “ideologia de género” não visam só deter os avanços do feminismo e do coletivo LGBTQI+, em matéria de igualdade sexual e de género, mas são também um “dispositivo retórico” cujo significado e intenções permanecem ainda numa certa penumbra política que ameaça os próprios valores da democracia, numa espécie de “cruzada antigénero” (Paternotte & Kuhar, 2017; Spallaccia, 2020).

Neste sentido, Paternotte & Kuhar (2018) demonstram o paradoxo deste fenómeno quando os ativistas antigénero, que supõem uma ameaça à própria democracia, manifestam a sua preocupação com o facto de a democracia estar em perigo, ao entender que a “ideologia de género” está associada ao marxismo. Esta ligação está especialmente presente na Europa pós-socialista. Corredor corrobora

esta ideia, ao mostrar como a “ideologia de género” tem sido vinculada a modelos políticos conotados negativamente, tais como o comunismo, o totalitarismo e o terrorismo. O autor cita vários exemplos, entre os quais o sucedido em 2013, quando o bispo polaco Tadeusz Pieronek declarou que “a ideologia de género é pior que o comunismo e o nazismo juntos” (Corredor, 2019: 629), ou quando, em 2015, o cardeal guineense Robert Sarah assinalou que o mundo vai à deriva entre duas posições radicais: “o que eram o fascismo nazi e o comunismo no século xx são as ideologias homossexuais e abortivas ocidentais e o fanatismo islâmico hoje” (Corredor, 2019: 629).

Morán (2019), por seu lado, enfatiza que se trata de uma guerra cultural que se localiza no corpo e na sexualidade, uma vez que os grupos neoconservadores denunciam que, para a esquerda, estes (corpo e sexualidade) seriam mais importantes que a economia e a classe social. Deste modo, a “ideologia de género” serve para estes grupos fomentarem o pânico moral, ao identificar marxismo, feminismo e movimentos LGBTI. Assim, a “ideologia de género” atua como “cola simbólica” (Grzebalska & Petö, 2018) para definir uma agenda neoconservadora comum a coletivos sociais que não se definiriam necessariamente como de ultradireita e onde se misturam questões sexuais e de género com questões políticas de maior alcance. Deste modo, como assinala Rawłuszko (2019: 2), “os discursos antigénero servem como uma ‘cola simbólica’ que representa uma ‘nova linguagem’ utilizada para formar identidade e reconfigurar a política europeia” (Kováts & Pöim, 2015).

Rawłuszko (2019) coloca a ênfase no impacto do ativismo antigénero sobre a política de género (*gender politics*), entendida como “o vínculo entre o género e as instituições políticas, portanto, o próprio Estado e a democracia. Assim que tem a ver com a cidadania, portanto, com a cidadania sexual e íntima” (Rawłuszko, 2019: 2). A isso acresce a capacidade das campanhas antigénero de criar narrativas elaboradas pelos grupos de direita para unificar diferentes grupos sociais cujo principal (às vezes, único) elemento em comum é o seu descontentamento com as consequências económicas da globalização neoliberal. Este aspeto é absolutamente fundamental para compreender a complexidade e profundidade do fenómeno aqui em análise. Daí que Verloo e Paternotte (2018) se perguntem se o projeto feminista está ameaçado na Europa e afirmem que “décadas de otimismo europeu, combinado com uma fé fervorosa nos efeitos positivos da europeização, levou alguns pensadores a supor que o advento do projeto europeu inevitavelmente fortaleceria a igualdade feminista e LGBT na região” (Verloo & Paternotte, 2018: 2). Este excesso de otimismo justifica, segundo Verloo e Paternotte, que a investi-

gação europeia prestasse pouca atenção aos focos conservadores antifeministas que foram surgindo nas últimas décadas e que, acrescentaria eu, colocam em perigo a igualdade e a democracia na atualidade.

Educação afetivossexual e cruzada antigénero

Tal como concebido no presente capítulo, a educação afetivossexual integral é um modelo de educação democrática baseado no enfoque construtivista e de género, com o objetivo de promover mudanças sociais promotoras da igualdade estrutural. Está baseado também numa visão integral da pessoa, no âmbito da qual é central o autoconhecimento do corpo e da sexualidade como estratégia de empoderamento; em que a sexualidade se entende como intrínseca ao ser humano, não apenas para a reprodução biológica, mas também, de forma muito importante, enquanto espaço de relação, comunicação, afetividade e prazer; ao mesmo tempo que as pessoas se definem como sujeitos agentes do seu corpo e da sua vida afetivossexual, existindo uma aposta assumida pelo desenvolvimento da cidadania sexual e íntima. Deste modo, a política das relações afetivossexuais implica colocar o foco na componente relacional e na natureza socioestrutural da dimensão afetivossexual das pessoas e da sociedade (Venegas, 2011b).

Neste quadro, a educação afetivossexual compreende quatro grandes blocos que se correspondem com as quatro grandes áreas de estudo da literatura feminista em ciências sociais, a saber: género, sexualidade, amor e corpo (Venegas, 2011a e 2011b). Estes blocos estão formados, por sua vez, por um amplo número de temas que estão sob ataque dos movimentos antigénero, como se observou no ponto 3 deste capítulo, centrado na agenda política dos movimentos antigénero.

A educação afetivossexual integral é, portanto, a melhor ferramenta para educar as relações afetivossexuais, na perspetiva da cidadania democrática e dos direitos humanos (Venegas, 2013), como assinala a UNESCO (2018), a fim de promover a saúde e o bem-estar, o respeito pelos direitos humanos e a igualdade de género, empoderando as crianças e os jovens para construir uma vida saudável, segura e produtiva.

Um olhar global

O currículo escolar de educação afetivossexual compreensiva é um dos exemplos onde melhor podemos observar como se materializam as políticas de igualdade sexual e de género (Venegas *et al.*, 2020). Daí que se converteu num alvo central

dos ataques dos movimentos antigénero nos diversos países em que estão presentes, como fenómeno de alcance global, tal como referido anteriormente (Cornejo-Valle & Pichardo, 2017 e 2018; Kuhar & Paternotte, 2017; Kuhar & Zobec, 2017; Reis & Eggert, 2017; Almeida *et al.*, 2018; Brandão & Lopes, 2018; Freire, 2018; Paternotte & Kuhar, 2018; Reis & Vecchi, 2019; Bialystok *et al.*, 2020; Dvoskin & Estivalet, 2020; Juroš *et al.*, 2020).

Como afirma Engeli (2020: 231), “a educação sexual na escola está na mira em toda a Europa”. Assim, em França, por exemplo, foram empreendidas ações como a protagonizada pelos designados “pais preocupados” contra o filme de animação para a educação primária *Baiser de la Lune*, que mostrava dois peixes-machos apaixonados; em Itália, os ativistas antigénero conseguiram retirar de algumas escolas públicas de ensino primário livros que abordam o tema da diversidade familiar; na Polónia e na Croácia, as ações têm-se centrado no combate a interpretações que ponham em causa a complementariedade dos sexos na “família natural” (Kuhar & Zobec, 2017). Outro exemplo de França são as mobilizações, em 2011, contra a introdução da perspetiva de género nos manuais escolares (Paternotte & Kuhar, 2018).

Os exemplos citados por Kuhar & Paternotte (2017) repetem-se em toda a Europa, com dois casos especialmente destacados, na Dinamarca em 1970 e na Alemanha nesta última década, tendo em ambos o Tribunal Europeu de Direitos Humanos chegado à mesma conclusão: que “a educação sexual obrigatória nas escolas públicas, como tal, não viola a liberdade dos pais para educar os filhos de acordo com as suas convicções religiosas e filosóficas” (Kuhar & Paternotte, 2017: 42). No caso da Alemanha, este tribunal insistiu na importância da educação sexual para salvaguardar o pluralismo na educação, como um princípio essencial para preservar a democracia, tal como foi concebida pela Convenção dos Direitos Humanos. Embora denunciada por promover a permissividade e a hipersexualização da infância, a educação afetivossexual é, de facto, uma ferramenta educativa fundamental para o desenvolvimento da cidadania sexual e íntima (Venegas, 2013; Paternotte & Kuhar, 2018), enquanto concretização curricular das políticas de igualdade sexual e de género (Venegas *et al.*, 2020).

Em Portugal, o interesse pelas políticas de igualdade de género tem sido crescente nos últimos anos (Venegas *et al.*, 2020). Defende-se que a escola é o principal gerador de mudança promotora da igualdade sexual e de género, pelo que, desde 2017, o Governo introduziu módulos de educação sexual e igualdade de género na disciplina obrigatória de Cidadania e Desenvolvimento. Estes módulos estão

presentes em todos os níveis escolares (desde a educação pré-escolar ao ensino secundário), no âmbito da educação para a cidadania. No entanto, esta aposta governamental não tem estado isenta de ataques por parte das posturas mais reacionárias também em Portugal, tendo as primeiras mobilizações antigénero acusado a escola pública de promover a “ideologia de género” em diversas cidades portuguesas, em novembro de 2018. A organização Escudo Identitário, vinculada à extrema-direita foi quem protagonizou estes ataques antigénero, ao colar mais de 1000 cartazes em 300 escolas contra o que este coletivo de ultradireita considera adoutrinamento sob a “ideologia de género”. A Escudo Identitário contava com mais de 200 filiados, com uma idade média de 22 anos em 2018 (Pinto, 2018). Por sua vez, o Chega, partido de extrema-direita, tem tratado de aproveitar o descontentamento resultante da crise económica e social resultante da pandemia, utilizando para isso o debate social sobre “o carácter obrigatório ou opcional da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento na educação secundária” (Santos, 2020). Encontramos um segundo exemplo antigénero em Vila Nova de Famalicão, onde duas famílias apelaram à objeção de consciência para que os seus filhos não frequentassem esta disciplina, alegando que o seu conteúdo é de responsabilidade familiar. Os grupos de direita têm reclamado o carácter optativo para a disciplina. Daí que Santos (2020) afirme que “Educar para a cidadania, em todas suas expressões, é agora mais urgente do que nunca”, assinalando a educação sexual escolar como a questão em causa nestes protestos conservadores.

Na América do Sul, o exemplo mais destacado tem sido o Brasil, onde, tal como ocorre em muitos outros países, a educação sexual na escola, apesar das recomendações de transversalidade por parte dos organismos educativos, acaba por ser uma matéria limitada às disciplinas de ciências, em particular, a biologia, de maneira que se relega à dimensão meramente orgânica da sexualidade. De novo, como noutros países, no Brasil predomina uma visão negativa da sexualidade na educação sexual orientada para a prevenção. A educação sexual foi a forma que o Estado brasileiro encontrou de reagir ao crescimento dos casos de gravidez adolescente e de infeção por HIV. Mas existe um motivo ainda mais forte para a defesa da educação afetivossexual neste país: o compromisso do ensino público brasileiro com a democracia (Brandão & Lopes, 2018), para formar uma cidadania democrática e diversa (Reis & Eggert, 2017; Dvoskin & Estivalet, 2020). O feminismo brasileiro faz uma forte defesa da estreita relação entre as políticas públicas sobre educação para a igualdade sexual e de género e a democracia (Freire, 2018), como assinalam também Bialystok *et al.* (2020) para o Canadá. Assim,

Almeida *et al.* (2018) afirmam que as atuais discussões em torno da “ideologia de gênero” no Brasil têm como objetivo destruir as conquistas sociais que haviam sido conquistadas pela democracia neste país, ao longo da última década e meia, o que reforça a tese central do presente capítulo.

Brasil e Argentina partilham controvérsias sobre os temas de gênero presentes na educação sexual, ainda que existam também algumas divergências (Dvoskin & Estivalet, 2020). Na Argentina, a Lei de Educação Sexual Integral de 2006 continua a ser objeto de controvérsias na comunidade educativa. Apesar de tudo, os movimentos feministas vão ganhando notoriedade, especialmente desde a marcha Ni Una Menos, em 2015, e do Encontro Nacional de Mulheres, no qual se reivindicou uma educação sexual integral numa perspectiva de gênero. Simultaneamente, os movimentos Com os Meus Filhos não Te Metas e Escola sem Partido ganham força em ambos os países.

No Canadá, em províncias como o Ontário, não existe um plano de estudos de educação sexual como tal. Este conteúdo curricular converteu-se, sob o mandato do atual responsável político do Ontário, num bom exemplo para “ilustrar a expansão de estratégias tipicamente populistas e de pós-verdade” (Bialystok *et al.*, 2020: 2). A educação sexual nesta província tem sido um espaço de luta para as posições políticas conservadoras durante décadas. No entanto, segundo estes autores, agora que há um maior consenso sobre a sua importância no currículo escolar, as políticas específicas estão mais determinadas pela pressão e bloqueio da política cultural. As batalhas pela educação sexual nos Estados Unidos, assim como noutras nações ocidentais, são um microcosmos das “guerras culturais” em que conservadores e liberais se têm envolvido, pelo menos, desde a década de 1980 (Bialystok *et al.*, 2020: 6). Isto deve-se a que pressupõem um questionamento dos valores tradicionais. A resposta a estes avanços nas políticas educativas sobre educação afetivossexual nas escolas é esse veto parental que acabamos de assinalar para os casos argentino e brasileiro, por exemplo, encabeçado por grupos como Com os Meus Filhos não Te Metas e Escola sem Partido, que analisam Dvoskin & Estivalet (2020), e que pugna pelo mesmo esquema do “pin parental” promovido pelo partido de extrema-direita Vox em Espanha. Para Kuhar & Zobec (2017), a novidade não é tanto a mobilização das famílias face aos temas curriculares mais controversos, mas sim a magnitude desses protestos e, por conseguinte, a sua maior capacidade de influenciar as autoridades escolares e os professores.

Espanha e o veto parental

O caso de Espanha é também paradigmático da cruzada antigénero contra as políticas de educação afetivossexual escolar. Em Espanha, durante todo o período democrático desde 1978, não existiu qualquer política específica sobre saúde reprodutiva e sexual, nem normativos que garantissem padrões mínimos de educação afetivossexual nas escolas (Parker *et al.*, 2009). Esta ausência manteve-se até à atualidade, com a autorização de experiências educativas voluntárias e pontuais promovidas por ONG e associações, mas não pela administração educativa (Ketting & Ivanova, 2018).

A primeira tentativa ocorreu com a Lei Orgânica 2/2010, de 3 de março, relativa à saúde sexual e reprodutiva e à interrupção voluntária da gravidez (Jefatura del Estado, 2010), introduzida também pelo governo socialista de Rodríguez Zapatero. No entanto, esta normativa foi duramente atacada pela Conferência Episcopal Espanhola, alegando que promovia a “ideologia de género” (Cornejo-Valle & Pichardo, 2017). Em 2011, a chegada do governo conservador de Mariano Rajoy pôs fim às propostas educativas desta lei. Em 2020, dois novos decretos governamentais voltam a estabelecer a necessidade de incorporar a educação afetivossexual no sistema educativo espanhol, um eterno debate em Espanha.

Por um lado, a nova legislação que se propõe revogar a Lei Orgânica de Educação de 2006 (LOMLOE) (Jefatura del Estado, 2020), assume a seguinte orientação:

O desenvolvimento da igualdade de direitos, deveres e oportunidades, o respeito pela diversidade afetivossexual e familiar, a promoção da igualdade efetiva entre mulheres e homens através da afirmação do regime de coeducação de meninos e meninas, a educação afetivossexual, adaptada ao nível de maturidade, e a prevenção da violência de género, assim como a promoção do espírito crítico e da cidadania ativa” (p. 14), “[com o intuito de] consolidar uma maturidade pessoal, afetivossexual e social que lhes permita agir de forma respeitosa, responsável e autónoma e desenvolver o espírito crítico. (p. 29)

Por outro lado, o anteprojeto de Lei Orgânica de Garantia Integral da Liberdade Sexual (Ministério de Igualdade, 2020) afirma que

O sistema educativo espanhol incluirá, dentro dos seus princípios de qualidade, a integração de conteúdos sobre educação sexual e igualdade de género e educação afetivossexual para os alunos, apropriados à sua idade,

em todos os níveis educativos e com as adaptações e apoios necessários para os alunos com necessidades educativas especiais, respeitando em qualquer caso as competências em matéria de educação das Comunidades Autónomas e em colaboração com as autoridades de saúde. (s.p.)

As propostas sobre educação afetivossexual introduzidas em ambas as leis não ficaram isentas de ataques e críticas por parte dos movimentos antigénero em Espanha, concretizadas na reivindicação do chamado “pin parental”, uma resposta presente também noutros países, através de organizações de alcance global, tais como a CitizenGo ou a Com os Meus Filhos não Te Metas. No início de 2020, emergiu uma forte campanha – uma “cruzada antigénero” – contra a educação afetivossexual no sistema educativo espanhol. Esta cruzada moral estava encabeçada: a nível político, pelo partido de extrema-direita Vox; a nível religioso, pela Igreja Católica, especialmente a Conferência Episcopal; e a nível social, por organizações como o HazteOír, o CitizenGo, o Fórum Espanhol da Família ou os grupos autodenominados “pró-vida”.

Estes grupos têm levado a cabo diversas campanhas contra as políticas feministas e LGTBQI+ na última década. A título de exemplo, a análise que se apresenta em seguida centra-se na campanha em favor do denominado “pin parental”, a que a Espanha e, em particular, as regiões governadas em coligação com o Vox, tais como a Andaluzia, a Comunidade de Madrid ou a Região de Murcia, têm assistido desde finais de 2019. O “pin parental” é o veto que impõe a necessidade de autorização expressa das famílias para que os seus filhos/as participem em atividades complementares ao currículo formal, tais como as relacionadas com a educação afetivossexual.

O debate surgiu em janeiro de 2020, quando o Vox exigiu, enquanto condição para apoiar o Partido Popular e o Ciudadanos na aprovação do Orçamento da Região de Murcia, que se introduzisse o “pin parental” na legislação educativa, tendo a ministra da Educação respondido pela via judicial, ao considerar que o espírito da medida era contrário à legislação em vigor (*El País*, 2020). Por um lado, o artigo 27.º da Constituição de Espanha estabelece que “a educação tem por objeto o pleno desenvolvimento da personalidade humana em respeito pelos princípios democráticos de convivência e os direitos e liberdades fundamentais”, o que constitui o fundamento em que o Governo central se apoia para defender que o direito das famílias a educar os seus filhos e filhas segundo as suas convicções morais não pode sobrepor-se a este princípio. De modo similar, o artigo 1.º da Lei

de Educação em vigor à data, denominada LOMCE, introduzida pelo governo conservador de Mariano Rajoy, estabelece que a escola deve promover “valores que fomentem a igualdade efetiva entre homens e mulheres, assim como a prevenção da violência de género”, e reconhece a “liberdade de ensino” das famílias, mas “no quadro dos princípios constitucionais [...] por sua vez, em sintonia com a Convenção dos Direitos da Criança, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Memorando da CE contra o Racismo e a Intolerância” (Gil, 2020). Também a ministra da Igualdade assinalou que o “pin parental” é contrário ao Pacto de Estado contra a Violência de Género, aprovado por consenso no Congresso dos Deputados, enquanto as leis autonómicas LGTBI estabelecem que se deve dar formação às escolas sobre este tipo de conteúdos.

Ao falar de “pin”, em vez de veto, como tal, o Vox e os grupos da sociedade civil sobre os quais se apoia colocam a tónica na proteção e não na censura. A proposta procede do descontentamento de coletivos como o Fórum da Família com a participação de associações LGTBI, externas aos estabelecimentos educativos, em atividades sobre a diversidade afetivossexual (*El País*, 2020). Segundo a proposta do partido de extrema-direita Vox, o “pin parental” é um requerimento escrito que as famílias dirigem à direção das escolas para solicitar informação sobre qualquer atividade escolar relacionada com a identidade de género, o feminismo ou a diversidade LGTBI, por considerá-los conteúdos “intrusivos” para a “consciência” e a “intimidade” dos e das menores (Sanmartín, 2020). A questão radica, segundo a ministra de Educação, no facto de serem atividades de enriquecimento curricular, dentro do horário escolar, objeto de planificação através do projeto educativo da escola e, por conseguinte, obrigatórias e que contam para avaliação (Gil, 2020). Com esta iniciativa reacionária, o avanço feminista de considerar que “o pessoal é político”, como afirmaram Kate Millet e a Segunda Geração do Feminismo nos anos 70 do século passado, vê-se duramente ameaçado por amplos coletivos sociais que nunca chegaram realmente a aceitar esta reivindicação igualitária e democrática.

O conflito produziu-se, portanto, entre a reivindicação destes grupos ultraconservadores sobre o direito das famílias em educar as suas filhas e filhos segundo as suas convicções morais e os direitos da infância antes mencionados, tais como o direito a receber uma educação, estipulado no artigo 27.º da Constituição e nos artigos 1.º, 78.º, 84.3.º e 124.2.º da LOMCE, seguindo as orientações da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Memorando da Comunidade Europeia contra o Racismo e a Intolerância (2015). O governo socialista de Pedro Sánchez apela a esta normativa, assim como

à autonomia pedagógica dos professores, que são os detentores das competências necessárias para o desenho de atividades de enriquecimento do currículo escolar; caso contrário, teríamos uma educação “à carta”, segundo a vontade das famílias e os seus valores morais (Sanmartín, 2020). Também a Save the Children se manifesta a favor de abordar conteúdos de educação afetivossexual nas escolas, precisamente na linha da Convenção sobre os Direitos da Criança (Gil, 2020).

Ao Estado – e à administração educativa – corresponde-lhes velar por uma educação integral, realista, igualitária, democrática, onde todas as pessoas que formam uma sociedade são reconhecidas e legitimadas. Essa foi a intenção com a qual se aprovaram dois exemplos que cabe citar aqui, como são os dois planos de igualdade em educação da Junta da Andaluzia (Consejería de Educación, 2005; Consejería de Educación y Deporte, 2016), para plasmar as muitas e importantes mudanças sociais ocorridas graças ao movimento feminista e ao coletivo LGTBQI+, sobretudo desde a segunda metade do século xx.

Esta medida vem reforçar uma outra, proposta no ano anterior pelo Vox, para identificar o nome e apelidos dos educadores e educadoras que lecionam cursos e oficinas em matéria de igualdade, respeito e contra a homo/transfobia em escolas, sob a chancela da normativa educativa LGTBI, enquanto o partido de extrema-direita insiste em afirmar que o seu objetivo não é contra a igualdade entre homens e mulheres, nem contra o respeito pelas pessoas homossexuais, mas contra o “doutrinação” em “jogos eróticos” e a “ideologia de género”. Para isso, colocou em marcha uma campanha baseada em *fake news* que se tornaram virais nas redes sociais e que pretendem justificar a necessidade do “pin parental” (Gil, 2020). Na sociedade da pós-verdade (Paternotte & Kuhar, 2018; Bialystok *et al.*, 2020), as *fake news* instalam-se como nova estratégia, não de informar e dar conta da realidade, mas sim de a inventar, sem quaisquer escrúpulos.

Algumas conclusões para terminar

Este capítulo partia da tese de que os movimentos antigénero representam muito mais do que uma mera resistência frente à defesa da igualdade sexual e de género, sendo, na verdade, uma ameaça à própria democracia liberal como sistema político e social. Para defender esta tese, começámos por situar o surgimento dos movimentos antigénero numa perspetiva histórica e por mostrar o seu alcance global; em seguida, apresentou-se a agenda política dos movimentos antigénero no quadro das políticas de igualdade sexual e de género; posteriormente, a análise

foi concretizada no caso das controvérsias em torno da educação afetivossexual, enquanto exemplo paradigmático da cruzada antigénero e do seu alcance global, focando especialmente o contexto espanhol. Terminei este capítulo com algumas breves conclusões sobre o impacto de todos estes processos na igualdade e na democracia, no mundo atual.

A análise levada a cabo neste capítulo sobre os movimentos antigénero e a sua cruzada contra a educação afetivossexual evidencia que se trata de um fenómeno transnacional e globalizado. Este fenómeno global, crescente, articula-se bem com os “discursos populistas” (Paternotte & Kuhar, 2018; Bialystok *et al.*, 2020; Engeli, 2020) que prosseguem a estratégia de difusão de notícias falsas nas redes sociais para alcançar os seus objetivos (Gil, 2020), a saber: questionar os direitos de igualdade sexual e de género promovidos pelos coletivos feministas e LGBTQI+ e que resultaram de uma longa sucessão de lutas desde a origem da democracia, na Revolução Francesa de 1789 (Varela, 2014).

Como assinala muito acertadamente Engeli (2020), “o conceito de ‘género’ foi apropriado e integrado no que Lewis & Waligorska (2019) chamam a ‘guerra de símbolos’” (Engeli, 2020: 231), estando o princípio democrático da igualdade no centro desta guerra simbólica. Assim, como procuramos mostrar ao longo deste trabalho, é a própria democracia que está em causa (Korolczuk, 2014; Köttig *et al.*, 2017; Kuhar & Paternotte, 2017; Alonso & Lombardo, 2018; Grzebalska & Petö, 2018; Kováts, 2018; Paternotte & Kuhar, 2018; Verloo & Paternotte, 2018; Cipek & Lacković, 2019; Corredor, 2019; Rawłuszko, 2019; Bialystok *et al.*, 2020; Corrêa, 2020; Donà, 2020; Engeli, 2020; Juroš *et al.*, 2020; Spallaccia, 2020). Daí resulta a centralidade de continuar a trabalhar pelo projeto feminista de consolidar e ampliar as políticas *inclusivas* de igualdade sexual e de género, bem como a necessidade imperiosa de vigiar com atenção a consolidação das conquistas feministas, uma vez que delas depende também a igualdade e a democracia.

Bibliografia

- Almeida, S. M. de *et al.* (2018). Precisamos falar de género: Por uma educação democrática. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13 (2), 1503-1517. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.21723/riaee.v13.nesp2.set2018.11657>.
- Alonso, A. & Lombardo, E. (2018). Gender equality and de-democratization processes: The case of Spain. *Politics and Governance*, 6 (3), 78-89. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1419>.

- Bialystok, L. *et al.* (2020). The appropriation of sex education by conservative populism. *Curriculum Inquiry*, 50 (4), 330-351. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1080/003626784.2020.1809967>.
- Bracke, S. & Paternotte, D. (Eds.) (2017). *¡Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género. Textos Seleccionados*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch/Akahatá – Equipo de Trabajo en Sexualidades y Géneros. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/ebook-2018-17122018.pdf>.
- Brandão, E. & Lopes, R. (2018). “Being a sexologist is not a teacher’s competence”: The public debate on gender and sexuality in the National Education Plan. *Civitas*, 18 (1), 100-123. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>.
- Brandão, E. & Lopes, R. (2019). Sexual and reproductive rights under attack: The advance of political and moral conservatism in Brazil. *Sexual and Reproductive Health Matters*, 27 (2), 76-86. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1080/26410397.2019.1669338>.
- Cipek, T. & Lacković, S. (2019). Civil society and the rise of the radical right in Poland. *Politička Misao*, 56 (3-4), 153-176. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.20901/PM.56.3-4.07>.
- Congregatio Institutione Catholica (2019). *“Varón y Mujer los Creó”. Para Una Via de Diálogo sobre la Cuestión del Gender en Educación*. Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Consejería de Educación. (2005). *I Plan de Igualdad entre Hombres y Mujeres en Educación*. Sevilla: Junta de Andalucía. Acedido a 18 de março de 2020, em [https://www.juntadeandalucia.es/educacion/portals/delegate/content/47f2db05-7777-488b-90b9-f35e30850766/Texto del Plan de Igualdad - Reedición \(plan1_igualdad_r.pdf\)](https://www.juntadeandalucia.es/educacion/portals/delegate/content/47f2db05-7777-488b-90b9-f35e30850766/Texto del Plan de Igualdad - Reedición (plan1_igualdad_r.pdf)).
- Consejería de Educación y Deporte (2016). *II Plan Estratégico de Igualdad de Género en Educación 2016-2021*. Sevilla: Junta de Andalucía. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/educacionydeporte/consejeria/sobre-consejeria/planes/detalle/86953.html>.
- Cornejo-Valle, M. & Pichardo, J. I. (2017). La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *Cadernos Pagu*, 50. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1590/18094449201700500009>.
- Cornejo-Valle, M. & Pichardo, J. I. (2018). Actors and strategies of Spanish anti-gender mobilization: Shifting from Church politics to lay activism. *Revista Psicología Política*, 18 (43), 524-542.
- Corrêa, S. (Ed.) (2020). *Anti-Gender Politics in Latin America. Country Case Studies Summaries*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch.
- Corredor, E. S. (2019). Unpacking “gender ideology” and the global right’s antigender countermovement. *Signs*, 44 (3), 613-638. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1086/701171>.
- Della Sudda, M. (2018, 4 de outubro). An anti-gender Europe. *Books & Ideas*. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://booksandideas.net/An-Anti-Gender-Europe.html>.

- Donà, A. (2020). What's gender got to do with populism? *European Journal of Women's Studies*, 27 (3), 285-292. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1177/1350506820929222>.
- Duru-Bellat, M. (2017). Sara Garbagnoli, Massimo Prearo, La croisade “anti-genre”. Du Vatican aux Manif pour Tous. *Lectures [En Ligne], Les Comptes Rendus*, 1-4. Acedido a 18 de março de 2020, em <http://journals.openedition.org/lectures/23788>.
- Dvoskin, G. & Estivalet, A. G. (2020). Gênero e sexualidade: (Ou) Posições sobre a educação sexual. *Interritórios*, 6 (10), 48-72. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.33052/inter.v6i10.244893>.
- El País* (2020, 17 de janeiro). ¿Qué es lo que Vox llama “pin parental”? *El País*. Acedido a 18 de março de 2020, em https://elpais.com/sociedad/2020/01/17/actualidad/1579258136_624639.html.
- Engeli, I. (2020). Gender and sexuality research in the age of populism: Lessons for political science. *European Political Science*, 19 (2), 226-235. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1057/s41304-019-00223-3>.
- Freire, P. (2018). “Gender ideology” and education policy in Brazil: Exclusion and manipulation of a heteronormative speech. *Ex Aequo*, 37, 33-46. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.03>.
- Gil, R. (2020). ¿Qué es el “pin parental” que quiere Vox en los colegios y qué implica para los menores LGTB?. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://www.rtve.es/noticias/20200214/pin-parental-quiere-vox-colegios-implica-para-ninos-lgtb/1995665.shtml>.
- Grzebalska, W. & Pető, A. (2018). The gendered modus operandi of the illiberal transformation in Hungary and Poland. *Women's Studies International Forum*, 68, 164-172. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2017.12.001>.
- Jefatura del Estado (2010). Ley Orgánica 2/2010, de 3 de marzo, de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://www.boe.es/buscar/pdf/2010/BOE-A-2010-3514-consolidado.pdf>.
- Jefatura del Estado (2020). Ley Orgánica 3/2020, de 29 de diciembre, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2020-17264>.
- Juroš, T. V. et al. (2020). The rise of the anti-gender movement in Croatia and the 2013 marriage referendum. *Europe – Asia Studies*, 72 (9), 1523-1553. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1080/09668136.2020.1820956>.
- Ketting, E. & Ivanova, O. (2018). *Sexuality Education in Europe and Central Asia. State of the Art and Recent Developments*. Cologne: Federal Centre for Health Education, BZgA/International Planned Parenthood Federation European Network. Acedido a 18 de março de 2020, em [https://www.ippfen.org/sites/ippfen/files/2018-05/Comprehensive Country Report on CSE in Europe and Central Asia_0.pdf](https://www.ippfen.org/sites/ippfen/files/2018-05/Comprehensive%20Country%20Report%20on%20CSE%20in%20Europe%20and%20Central%20Asia_0.pdf).
- Korolczuk, E. (2014). “The war on gender” from a transnational perspective – Lessons for feminist strategising. *Anti-Gender Movements on the Rise? Strategising for G*, 38, 43-53. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://www.gwi-boell.de/sites/default/files/2015-04-anti-gender-movements-on-the-rise.pdf#page=45%0A>.

- Köttig, M. et al. (Eds.) (2017). *Gender and Far Right Politics in Europe. Gender and Far Right Politics in Europe*. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1007/978-3-319-43533-6>.
- Kováts, E. (2018). Questioning consensus: Right-wing populism, anti-populism, and the threat of “gender ideology”. *Sociological Research Online*, 23 (2), 528-538. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1177/1360780418764735>.
- Kuhar, R. & Paternotte, D. (2017). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. London: Rowman & Littlefield International.
- Kuhar, R. & Zobec, A. (2017). The anti-gender movement in Europe and the educational process in public schools. *Center for Educational Policy Studies Journal*, 7 (2), 29-46. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://eric.ed.gov/?id=EJ1145822>.
- Morán, J. M. (2019). The geopolitics of moral panic: The influence of Argentinian neo-conservatism in the genesis of the discourse of “gender ideology”. *International Sociology*, 34 (4), 402-417. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0268580919856488>.
- Parker, R. et al. (2009). Sexuality education in Europe: An overview of current policies. *Sex Education*, 9 (3), 227-242. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1080/14681810903059060>.
- Paternotte, D. & Kuhar, R. (2018). Disentangling and locating the “global right”: Anti-gender campaigns in Europe. *Politics and Governance*, 6 (3), 6-19. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1557>.
- Pinto, M. C. (2018) Grupo extremista cola cartazes contra “ideologia de gênero” em mais de 300 escolas. *Público*, 9 de novembro. Acedido a 16 de abril de 2021, em <https://www.publico.pt/2018/11/09/p3/noticia/grupo-extremista-cola-cartazes-ideologia-genero-300-escolas-1850535>.
- Rawluszko, M. (2019). And if the opponents of gender ideology are right? Gender politics, europeanization, and the democratic deficit. *Politics & Gender*, 17 (2), 301-323. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1017/s1743923x19000576>.
- Reis, E. & Vecchi, F. (2019). A importância do ensino sobre gênero na graduação em Saúde Coletiva: Uma interseção necessária. *Saúde e Sociedade*, 28 (2), 67-79. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019190241>.
- Reis, T. & Eggert, E. (2017). L’ideologie du genre: Un sophisme construit sur les Plans d’Éducation bresiliens. *Educação e Sociedade*, 38 (138), 9-26. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>.
- Sanmartín, O. R. (2020, 19 de fevereiro). Qué es el pin parental, la herramienta para que los padres puedan vetar contenidos en las aulas. *El Mundo*. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://www.elmundo.es/espana/2020/01/20/5e257c8ffc6c83085c8b458a.html>.
- Santos, B. de S. (2020, 28 de setembro). Educação, grande alvo da extrema-direita. *Outras Palavras*. Acedido a 16 de abril de 2021, em <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/educacao-grande-alvo-da-extrema-direita/>.

- Spallaccia, B. (2020). Ideología del gender: Towards a transcultural understanding of the phenomenon. *Modern Italy*, 25 (2), 131-145. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.1017/mit.2019.63>.
- UNESCO (2018). *Orientaciones Técnicas Internacionales sobre Educación en Sexualidad: Un Enfoque Basado en la Evidencia*. Paris: UNESCO. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265335>.
- Varela, N. (2014). *Feminismo para Principiantes*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Venegas, M. (2010). La maldición de ser niña. Estructuralismo, postestructuralismo y teoría de la práctica en género y sexualidad. *Papers. Sociología*, 95 (1), 139-156. Acedido a 18 de março de 2020, em <http://europa.sim.ucm.es/compludoc/AA?articuloId=740048>.
- Venegas, M. (2011a). Un modelo sociológico para investigar las relaciones afectivosexuales. *Revista Mexicana de Sociología*, 73 (4), 559-589.
- Venegas, M. (2011b). El modelo actual de educación afectivosexual en España. El caso de Andalucía. *Revista Iberoamericana de Educación*, 55 (3), 1-10. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.35362/rie5531592>.
- Venegas, M. (2013). La educación afectivosexual en el marco de la educación para la ciudadanía democrática y los derechos humanos. *Revista de La Asociación de Sociología de La Educación*, 6 (3), 408-425. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.7203/RASE.6.3.8669>.
- Venegas, M. (2018). Introducción. De la igualdad de género a la igualdad sexual y de género. In M. Venegas et al. (Eds.). *De la Igualdad de Género a la Igualdad Sexual y de Género. Reflexiones Educativas y Sociales* (11-25). Madrid: Dykinson.
- Venegas, M. (2020). Las mujeres privadas de genialidad: Un repaso sociohistórico de la genialidad en las mujeres. In J. A. Valero & P. Galindo (Eds.). *Sociología de la Genialidad: La Construcción Social de la Genialidad* (125-141). Madrid: Delta Editorial.
- Venegas, M. et al. (2020). Sex and gender equality policies in education in three southern European societies: The cases of Andalusia and Valencian Community (Spain) and Portugal. *Revista Espanola de Sociología*, 29 (1), 137-151. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.22325/fes/res.2020.09>.
- Verloo, M. (Ed.) (2018). *Varieties of Opposition to Gender Equality in Europe: Theory, Evidence and Practice. Varieties of Opposition to Gender Equality in Europe*. New York: Routledge. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9781315625744>.
- Verloo, M. & Paternotte, D. (2018). The feminist project under threat in Europe. *Politics and Governance*, 6 (3), 1-5. Acedido a 18 de março de 2020, em <https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1736>.

AUTORES

Ana Catarina Mesquita encontra-se a frequentar o Doutoramento em Estudos Globais, na Universidade Aberta. Além disso, desempenha funções como Assistente Convidada na Escola Superior de Hotelaria e Turismo, do Instituto Politécnico do Porto. Paralelamente, é investigadora na Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta. As suas principais áreas de investigação são a Língua Inglesa, a Língua Portuguesa, Política da Língua e Globalização.

Ana Tojal é brasileira, natural de Recife, Pernambuco. Residente na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, região Nordeste do Brasil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (1986), pós-graduada em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (2011), pós-graduada em Regulação da Saúde pelo Hospital Sírio Libanês HSL/SP (2013), mestre em Ensino da Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (2015), doutoranda em Estudos Globais pela Universidade Aberta de Lisboa. Atualmente professora do curso de Serviço Social e do curso de medicina do Centro Universitário CESMAC Maceió/Alagoas, membro da Frente Nacional em defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social Brasileira. Exerceu cargos públicos na área de Saúde, Assistência Social e Educação. Presidiu o Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Alagoas. Membro da Federação Nacional dos Assistentes Sociais do Brasil. Apoiante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua brasileiro. ID Lattes: 4420818928485148.

Anne Schippling é investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e no Departamento de Ciências da Educação na Universidade Martin-Luther Halle-Wittenberg, Alemanha. Também é professora convidada no Instituto de Ciências de Educação e Estudos dos Média na FernUniversität in Hagen, Alemanha. Atualmente, trabalha num projeto de pós-doutoramento sobre colégios internacionais na região de Lisboa e os percursos biográficos dos seus alunos, financiado pela FCT (Ref.ª SFRH/BPD/112406/2015). É uma das fundadoras da rede internacional “Transnationalisation and Education” entre várias universidades de Portugal e da Alemanha.

Cláudia Ribeiro de Almeida é doutorada em Turismo pela Universidade de Aveiro desde 2009. Professora na Universidade do Algarve/Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Diretora do Curso de Turismo desde 2017. Membro do CinTurs (Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being). Autora de diversos artigos e editora de diversos livros sobre temáticas relacionadas com o transporte aéreo e o turismo, turismo residencial, overtourism, entre outros.

Elsa Lechner é investigadora associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorou-se em Antropologia Social na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 2003), foi Visiting Scholar no Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley, Fulbright Visiting Researcher nas universidades de Brown e Rutgers-Newark (2014-2015), tendo desenvolvido investigação biográfica junto de populações em situação de migração (portugueses em França, nos EUA e no Brasil, imigrantes e refugiados de diversas origens em Portugal). Coordenou projetos nacionais e internacionais de pesquisa sobre migrações, foi membro de numerosas equipas de projetos nacionais e internacionais de investigação sobre migrações e pesquisa biográfica, é autora de vários livros e artigos sobre pesquisa biográfica no estudo das migrações, parecerista de revistas nacionais e estrangeiras na área das ciências sociais e investigação biográfica. Orientadora e coorientadora de vários projetos de doutoramento e de pós-doutoramento no CES-UC e outras universidades.

Jacinto Jardim é especialista em educação para o empreendedorismo, *soft skills* e programas de intervenção. É investigador integrado na Universidade Aberta e Diretor do Gabinete de Educação para o Empreendedorismo e Cidadania Global (GabEECG). Com agregação em Ciências Sociais pela Universidade Aberta, doutoramento em Ciências da Educação (Universidade de Aveiro, 2007); Pós-doutoramento em Educação para o Empreendedorismo (Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Aveiro, 2008-2014); Licenciatura e Mestrado em Ciências da Educação (Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, 1996); Licenciatura em Teologia (Universidade Católica Portuguesa, 1986-1993). Autor e coautor de obras sobre sucesso académico, empreendedorismo, motivação e liderança, tais como *Empreendipédia - Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* (2019), *Originais – Programa de Empreendedorismo Social com Jovens* (2019), *A Rota das Emoções* (2019), *Brincadores de Sonhos* (2015), *Dez Competências Rumo à Felicidade* (2012), *Programa de Desenvolvimento de Competência Pessoais e Sociais* (2010). Tem-se dedicado à docência universitária, à formação de professores, à investigação científica, à criação de programas educativos e à sua aplicação em múltiplas escolas.

João Manuel de Lemos Baptista é doutorado em Estudos Globais pela Universidade Aberta, mestre em Inovação e Políticas de Desenvolvimento pela Universidade de Aveiro e licenciado em Geografia, com Estágio do Ramo Educacional, pela Universidade de Lisboa. É vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Mundial de Turismo de Saúde e Bem-Estar e membro do Conselho Técnico e Científico para os Arquipélagos do Mundo, da mesma instituição. É presidente da Associação de Investigação Científica do Atlântico desde janeiro de 2008 e diretor da *Revista de Divulgação Científica AICA* desde 2009. Consultor do *Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* desde 2018 e lecionou em três instituições de Ensino Superior, durante 13 anos, disciplinas relacionadas com a Geografia e com o Turismo.

Jorge Trindade é doutorado em Geografia Física pela Universidade Aberta (2010) e, atualmente, exerce o cargo de professor auxiliar no Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade de Aberta. É investigador efetivo RISKAM, no Centro de Estudos Geográficos (CEG/IGOT/UL), e vice-coordenador do Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento na Universidade Aberta. É investigador responsável pelo projeto High Waters – Avaliação de cenários de exposição e vulnerabilidade social à subida do nível do mar para o uso sustentável do território (EXPL/GES-AMB/1246/2021). Foi coordenador, entre 2015 e 2020, do Grupo de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial, no Centro de Estudos Geográficos (CEG/IGOT/UL), e orienta(ou) vários estudantes de Pós-Doutoramento, Doutoramento e Mestrado em Portugal, Brasil e Moçambique, na área da Geomorfologia e riscos costeiros, inundações, e nas relações entre as catástrofes e o desenvolvimento sustentável, incluindo coordenação de bolseiros de projetos de I&D financiados. Participou em nove projetos de investigação e desenvolvimento financiados dedicados à dinâmica litoral e fluvial, riscos associados e sustentabilidade, sendo editor de área científica em revistas científicas nacionais, editor de números especiais em revistas internacionais, revisor científico em revistas e livros com revisão por pares. Editou e publicou livros, capítulos de livro, artigos em revistas internacionais e nacionais com revisão por pares.

José Ángel Martínez-López é doutorado em Sociologia pela Universidade de Múrcia. Concluiu vários cursos no âmbito das ciências sociais, tais como o Bacharelato em Trabalho Social, Licenciatura em Sociologia e Licenciatura em Ciência Política e Administração. Tem também um Mestrado em Problemas Sociais. Desde 2013 é professor na Universidade de Múrcia, no Departamento de Trabalho Social. Realizou estadias de investigação na Universidade Complutense de Madrid (Espanha) e na Universidade de Coventry (Reino Unido). Ao longo da sua carreira de investigação, publicou numerosos artigos em revistas de prestígio, destacando os incluídos no JCR e Scopus. Publicou também vários livros e capítulos de livros em editoras espanholas relevantes.

José das Candeias Sales é professor associado com agregação em História Antiga, na Universidade Aberta, e investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa. É responsável pelo projecto de investigação “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)” [<http://tutankhamon-em-portugal.mozello.com/>], no âmbito dos estudos da receção do antigo Egito, destinado a identificar, analisar e publicar as notícias publicadas na imprensa portuguesa (jornais e revistas) sobre a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon. Desenvolve os seus trabalhos no domínio Egiptologia, tendo vários livros e artigos publicados, em Portugal e no estrangeiro. Tem como áreas de interesse e de estudo: Mitologia, Religião e Religiosidade dos antigos egípcios, Ideologia, Propaganda e Legitimação do Poder no Egito Faraónico, Arte, Arquitetura, Urbanismo e Recuperação Cultural e Patrimonial do Egito e Receção da Cultura Pré-Clássica.

Juan Antonio Clemente Soler é doutorado em Sociologia e licenciado em Ciência Política pela Universidade de Múrcia. É professor no Departamento de Sociologia da Universidade de Múrcia e membro do grupo de investigação “Sociologia do Bem-Estar e do Envelhecimento”. A sua investigação académica centra-se em três blocos principais: Diversidade, Turismo e Estudos Europeus, participando em mais de 30 publicações, incluindo artigos, capítulos de livros e livros em revistas indexadas (JCR, Scopus, Emerging, Latindex) e editoras de prestígio nacional e internacional (Tirant lo blanch, Thomson-rReuters, Piramide). Realizou estadias de ensino e investigação nas universidades da Calabria (Itália), Universidad Adam Mickiewicz de Poznań (Polónia) e na Universidade de Granada (Espanha). Está atualmente envolvido em vários contratos de investigação com instituições públicas e privadas, destacando a patente intelectual “Olimpiada Constitucional en la Región de Murcia”.

Juan Carlos Solano Lucas é licenciado em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid, doutorado em Sociologia pela Universidade de Múrcia. Desde 1998 é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Múrcia. Foi também diretor do mesmo departamento entre 2017 e 2021. Fez estadias de investigação e ensino na Universidade chinesa de Hong Kong (China), Universidade del Rosario (Colômbia), Universidade de Salerno (Itália), Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Minho (Portugal). As suas áreas de especialização centram-se no estudo das desigualdades educacionais e a sua ligação com a estrutura social (mercado de trabalho, sistema educativo, pobreza e exclusão social), com especial atenção para a análise sócio-estatística e a desigualdade de oportunidades. Participou em mais de 45 publicações, incluindo artigos, livros e capítulos de livros.

Lola Frutos Balibrea é licenciada em Ciência Política e Sociologia e em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Complutense de Madrid. Tem um doutoramento em Sociologia pela Universidade de Múrcia. Atualmente é professora emerita na Universidade de Múrcia, após mais de 25 anos de ensino e investigação. As suas linhas de investigação centram-se na desigualdade e exclusão social, especialmente a desigualdade entre mulheres e homens no campo da educação, trabalho e participação política. Foi presidente da Associação Murciana de Sociologia e Ciência Política. Realizou várias estadias de investigação e ensino na Universidade Autónoma de Baja Califórnia Sur (México), na Universidade de Buenos Aires, Instituto Gino Germani, Universidade de Quilmes, Universidade Católica e Universidade de Córdoba (Argentina). E publicou e participou mais de 60 artigos, livros e capítulos de livros. Integrou o Departamento de Sociologia da Universidade de Múrcia (Espanha).

Mar Venegas é doutora em Sociologia (título europeu, 2009) e tem o diploma de pós-graduação em Género e Igualdade de Oportunidades (2004), ambos os cursos pela Universidade de Granada. É professora e investigadora de Sociologia da Educação e de Estudos de Género e Sexualidade, no

Departamento de Sociologia desta Universidade, do qual é atualmente diretora. As suas linhas docentes e de investigação estão intimamente associadas, destacando-se a sua colaboração contínua com a comunidade educativa através da investigação-ação no âmbito da educação afetivossexual, questão que tem levado também à imprensa, à rádio e à televisão. Foi investigadora e/ou docente visitante em várias universidades do Reino Unido, França, Holanda, Portugal e Canadá. É autora de um amplo número de publicações, a maioria das quais pode ser consultada através da ResearchGate ou do Google Scholar. Atualmente, coordena ou participa em vários projetos relacionados com a igualdade e a diversidade sexual, corporal e de género, bem como etnorreligiosa, no âmbito da educação. É subdiretora da *Revista de Sociología de la Educación – RASE*.

Marcos Bote é doutorado em Sociologia pela Universidade de Múrcia e licenciado em Ciência Política e Sociologia pela Universidade de Granada. É professor no Departamento de Sociologia da Universidade de Múrcia e membro do Instituto Universitário de Investigação sobre o Envelhecimento na Universidade de Múrcia. As suas principais linhas de investigação são o envelhecimento, a saúde e a deficiência, bem como o corpo e a sexualidade. Realizou estadias de investigação na Universidade de Surrey (Reino Unido), Universidade do Estado de Portland (Oregon, EUA) e UCLA (Califórnia, EUA). Participou em mais de 50 publicações, incluindo artigos, livros e capítulos de livros, com contribuições em revistas relevantes, tais como *Social Science and Medicine*, *Sociological Research Online* e *PlosOne*, entre outras.

Pedro Abrantes é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, onde é investigador e professor convidado, tendo-se especializado nas áreas da sociologia da educação, desigualdades sociais e percursos de vida. Tem lecionado e realizado investigação em várias instituições do Ensino Superior, em Portugal, assim como na Universidad Complutense de Madrid, no CIESAS e na Universidad Iberoamericana, na Cidade do México. Desde 2013, é professor auxiliar da Universidade Aberta, onde leciona a unidade curricular de Metodologias de Investigação em Estudos Globais. Foi membro do Gabinete do Ministro da Educação, entre 2016 e 2020, e subdiretor-geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, de 2020 a 2022.

Pedro Pinto Santos é geógrafo, mestre em Geociências e doutorado em Território, Risco e Políticas Públicas pelas universidades de Lisboa, Coimbra e Aveiro. É atualmente investigador no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, investigador efetivo no Centro de Estudos Geográficos da mesma universidade e investigador colaborador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde trabalhou como bolseiro de investigação entre 2011 e 2016. Os seus interesses de investigação conjugam as Ciências Naturais com a Hidrologia e a Geomorfologia, e as Ciências Sociais no contexto dos estudos de vulnerabilidade, resiliência e governação do risco, com foco nos riscos costeiros e no risco de cheias e inundações.

Susana Mota é licenciada em História, tem um Mestrado em Egiptologia e um Doutoramento na mesma área. Tendo começando por trabalhar sobre o Direito e a Justiça no Egito antigo durante o Mestrado, passou depois para a área da Religião, em concreto, a Religião Doméstica, durante o doutoramento. Presentemente, é co-responsável pelo Projecto de Investigação na área da Recepção do antigo Egito intitulado “Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese Press (1922–39)” [<http://tutankhamon-em-portugal.mozello.com/home/>]. Este projeto levou a que, em paralelo, desenvolvesse investigações na área da História da Comunicação. É autora e coautora de vários artigos sobre Religião Doméstica no Egito antigo, Recepção do antigo Egito e História da Comunicação.

Susana Ornelas licenciou-se em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia – Braga – Extensão do Funchal (1983-1988); profissionalizada pela Universidade da Madeira depois de realizado o estágio, na Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva (1990-1992); pós-graduada em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores pela Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto (2010-2012); mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Supervisão Pedagógica, pela Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (2013-2014). Desde 1989, exerce a função de docente de Filosofia e Psicologia em cursos profissionais na Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, concretizando uma variedade de projetos, como Equipa Multidisciplinar/Projeto “Viagens Saudáveis”.

ARBITRAGEM CIENTÍFICA (REFEREES)

- António Firmino da Costa (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)
Bakea (Paz) Alonso Fernández de Avilés (Fundación Cepaim)
Catarina Almeida (Universidade de Lisboa)
Cláudia Neves (Universidade Aberta)
Darlinda Moreira (Universidade Aberta)
Fiona Bakas (Universidade de Coimbra)
Graça Capinha (Universidade de Coimbra)
Hermes Augusto Costa (Universidade de Coimbra)
Hugo Pinto (Universidade de Coimbra)
Manuel João Ribeiro (Instituto Superior de Educação e Ciências)
Marc Jacquinet (Universidade Aberta)
Maria do Carmo Teixeira Pinto (Universidade Aberta)
Maria do Rosário Lupi Bello (Universidade Aberta)
Pedro Costa (Universidade de Coimbra)
Rosana Albuquerque (Universidade Aberta)
Simone Frangella (Universidade de Lisboa)
Susana Henriques (Universidade Aberta)
Telo Ferreira Canhão (Universidade de Lisboa)
Teresa Joaquim (Universidade Aberta)

A obra *Nós Globais: Investigações em curso sobre Questões da Globalização* reúne reflexões e resultados de um conjunto de investigações em curso, na área dos Estudos Globais. Cada capítulo representa uma distinta entrada para fenómenos centrais do nosso tempo, todos eles remetendo para as profundas e intensas interações que se estabelecem hoje entre as várias regiões do planeta, lidas pela ótica das diferentes ciências sociais. Questões tão diversas como o fascínio e a reinterpretação de civilizações passadas, o turismo, a linguagem cinematográfica, os movimentos políticos conservadores, os desastres ambientais, a precariedade laboral ou os sem-abrigo permitem-nos pensar este novo mundo que vamos forjando a cada dia que passa. No seu conjunto, estes textos ajudam-nos a refletir sobre as mudanças que marcam o nosso tempo e sobre como os Estudos Globais podem desenvolver perspetivas criativas e críticas para compreender e intervir neste novo mundo tão complexo e contraditório.



DOUTORAMENTO
EM ESTUDOS
GLOBAIS

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN



ABERTA
www.aberta.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
3300-038

I
U
INSTITUTO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
GLOBAL UNIVERSITY PRESS

iécc
pma
Instituto Europeu de
Ciências da Cultura
P. Manuel Antunes

THEYA